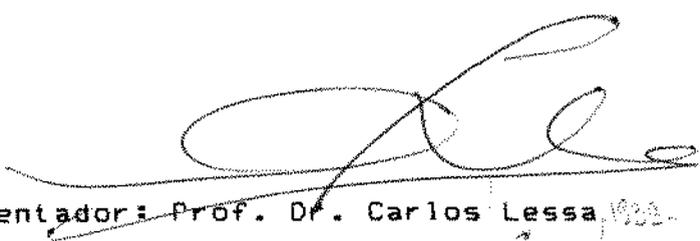


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

CRISE E QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL

Claudio Antonio G. Egler

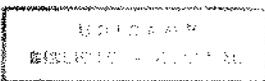
*Este exemplar
corresponde ao origi-
nal da tese defendida
por Claudio Antonio
Egler em 29.06.93 e
apresentada pelo Prof. Dr. Carlos
Machado Ribeiro
de Lessa*



Orientador: Prof. Dr. Carlos Lessa

Tese de Doutorado apresentada
ao Instituto de Economia da Uni-
versidade Estadual de Campinas.

Campinas, SP
Maio de 1993



Estas verdades não são perfeitas porque são ditas,
E antes de ditas pensadas.
Mas no fundo o que está certo é elas negarem-se a
si próprias.
Na negação oposta de afirmarem qualquer coisa.
A única afirmação é ser.
E ser o oposto é o que não queria de mim.

Fernando Pessoa
Poemas Inconjuntos.

A Maria Zambelli Gonçalves,
pela sua inabalável fé,
na redenção do trabalho.

APRESENTAÇÃO

Ensinar Geografia Econômica nos cursos de formação de geógrafos e economistas não tem sido uma tarefa fácil. Desgastada pela tradição positivista do primado da natureza, empobrecida pela posterior filiação aos desígnios historicistas das pretensas leis imutáveis da sociedade, este ramo particular do conhecimento afeito às dimensões territoriais da atividade econômica perdeu significativamente posição nos currículos acadêmicos das universidades brasileiras.

Entretanto, a Geografia Econômica é a legítima herdeira da visão espacial dos fatos econômicos. Nascida como Geografia Comercial na Inglaterra, ela foi um dos instrumentos descritivos fundamentais da riqueza das nações e, desde logo, talvez tenha sido o ramo das ciências geográficas mais preocupado com os problemas do desenvolvimento regional.

Este trabalho é uma tentativa de resgatar esta tradição, procurando estabelecer uma ponte entre economia e geografia na análise das relações entre a crise e a questão regional no Brasil. É uma contribuição para o debate teórico sobre a dinâmica territorial do capitalismo e um modesto subsídio para a superação dos impasses que imobilizam a economia brasileira.

Diversas pessoas colaboraram para sua execução. E, apesar do risco da omissão, é importante citar:

O Professor Carlos Lessa, pela lucidez de sua orientação e pelo exemplo de compromisso inegociável com a justiça social e a autonomia nacional.

A Professora Bertha K. Becker, pelo sentido e direção que norteou toda a minha formação acadêmica e profissional.

O Professor Wilson Cano, pelo esforço de manter aceso o debate sobre a questão regional em economia.

O Professor Mário Possas, pela solidez do caminho aberto na análise da dinâmica econômica contemporânea.

O colega e amigo Otamar de Carvalho, que durante anos alimentou, de todas as maneiras, a crença de que o trabalho chegaria ao final.

Márcia e Alberto, sempre pacientes e solícitos nas demandas junto ao Instituto de Economia da UNICAMP.

A equipe da Coordenação de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq, que manteve o apoio durante longos anos de pesquisas e tornou possível este trabalho.

Os colegas e alunos do Departamento de Geografia da UFRJ, que souberam compreender os percalços de sua demorada elaboração.

A Tamara, Mariana e Gabriela, mais do que agradecimentos, uma desculpa pelos momentos difíceis vividos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	iv
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
I.1 - Política econômica e questão regional: uma síntese	3
I.2 - Crise econômica e questão regional.....	9
I.3 - Roteiro do trabalho.....	15
CAPÍTULO 1 - AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DE ANÁLISE.....	19
1.1 - O período histórico da crise.....	19
1.2 - As escalas de análise geográfica.....	22
1.3 - As escalas e o desenvolvimento desigual.....	25
1.4 - A sincronia das relações centro-periferia.....	31
CAPÍTULO 2 - CRISE, TECNOLOGIA E DINÂMICA TERRITORIAL...	39
2.1 - Os ciclos ou ondas longas de inovação.....	39
2.2 - A "Escola da Regulação" e a crise do fordismo.....	44
2.3 - Concorrência, progresso técnico e crise.....	50
2.4 - Tecnologia e integração territorial.....	63
CAPÍTULO 3 - AS ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO...	75
3.1 - A dinâmica do mercado mundial no pós-guerra.....	77
3.2 - A restrição cambial e o mercado doméstico no Brasil	80
3.3 - Questão regional e planejamento estatal no Brasil..	91
CAPÍTULO 4 - INTEGRAÇÃO PRODUTIVA E CRISE DA ECONOMIA NACIONAL.....	100
4.1 - A consolidação do mercado nacional.....	103
4.2 - A integração e diferenciação na agropecuária brasileira.....	111
4.3 - A estrutura produtiva nacional e as limitações de sua base técnica.....	124
CAPÍTULO 5 - A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO MERCADO DOMÉSTICO.....	144
5.1 - Industrialização e dinâmica territorial.....	145
5.2 - Integração e as estruturas produtivas regionais...	151
5.3 - A dimensão regional da reestruturação produtiva...	158

CAPÍTULO 6 - AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS REGIONAIS NO BRASIL.....	164
6.1 - Integração territorial e comportamento demográfico	167
6.2 - A distribuição territorial da renda e do emprego..	173
6.3 - A conformação das estruturas produtivas regionais.	181
CONCLUSÃO.....	193
C.1 - Estado, desenvolvimento regional e reestruturação produtiva.....	203
C.2 - A dimensão nacional da questão regional.....	207
BIBLIOGRAFIA.....	216
ANEXOS.....	233

LISTA DE FIGURAS

I.1 - O MERCOSUL e as ZPEs brasileiras.....	14
4.1 - Brasil - Produto Interno Bruto (PIB) e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).....	106
4.2 - Extensão da rede rodoviária nacional.....	132
4.3 - Custos do transporte rodoviário.....	133
4.4 - Evolução do salário médio - 1980/85.....	141
6.1 - Brasil - Divisão regional.....	165
6.2 - Renda per capita regional.....	174
6.3 - Brasil - Regiões Metropolitanas - Taxa de Desemprego Aberto.....	180

LISTA DE TABELAS

- 4.1 - Produto Interno Bruto a custo de fatores segundo classes e ramos de atividade econômica-1950/1990...104
- 4.2 - Estrutura da produção industrial - 1959/80.....109
- 4.3 - Valor da produção, investimentos e despesas na agropecuária- 1980/85.....115
- 4.4 - Expansão da área dos estabelecimentos agropecuários - 1970/85.....116
- 4.5 - Investimentos na agropecuária - 1980/85.....118
- 4.6 - Densidade de tratores por região- 1970/85.....119
- 4.7 - Despesas de custeio na agropecuária -1980/85.....120
- 4.8a- Tabela de fluxos agregada por setor econômico (Insumos por atividade de origem).....126
- 4.8b- Tabela de fluxos agregada por setor econômico (Produtos por atividade de destino).....126
- 4.9 - Valor da produção e pessoal ocupado por setor - 1980/85.....139
- 6.1 - Dados básicos sobre as macroregiões brasileiras - 1985 e 1991.....164
- 6.2 - Taxas médias de incremento geométrico anual da população 1970/91.....167
- 6.3 - Cidades por classes de tamanho populacional - 1950/1980.....169
- 6.4 - População Residente em 1980 e em 1991, e taxa de crescimento anual, segundo as Regiões Metropolitanas e o Distrito Federal.....171
- 6.5 - Participação das Regiões Metropolitanas e do Distrito Federal no Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), Receita da Venda de Mercadorias (RVM) e Receita Total dos Serviços (RTS) -1985.....172
- 6.6 - Distribuição das famílias residentes por classes de rendimento mensal familiar - 1990.....177

6.7 - Distribuição das pessoas ocupadas, por grandes regiões, segundo algumas características - 1990....	179
6.8 - Estrutura regional da produção e do emprego - 1985...	182
6.9 - Relação entre o valor da produção ou receitas e o . pessoal ocupado - 1985.....	188
6.10 - Estrutura regional da produção industrial -1985..	190
A.1. - População Residente em 1980 e 1991, distribuição relativa e taxa de crescimento anual, por Unidade da Federação e Regiões.....	233
A.2 - Produto Interno Bruto, valores totais e <u>per capita</u> - 1980/85, por Unidade da Federação e Regiões.....	234
A.3a - Tabela básica de fluxos agregada por origem dos insumos - 1980	239
A.3b - Tabela básica de fluxos agregada por destino dos produtos - 1980	240

INTRODUÇÃO

O Brasil ingressa no último decênio do século XX em meio a uma profunda crise econômica. Seu produto interno bruto "per capita" praticamente não cresceu durante os anos 80, permanecendo nos níveis iniciais da década, já considerada perdida. A forte contração da atividade econômica, em resposta a política recessiva posta em prática em 1981, interrompeu o período de crescimento inaugurado em 1968 e expôs as contradições latentes da política econômica do período autoritário.

O esgotamento do padrão de desenvolvimento manifesta-se na persistente espiral inflacionária que, a despeito de uma sucessão de choques econômicos destinados a contê-la, rapidamente assume os níveis anteriores e ameaça retomar a escalada em direção à hiperinflação, reduzindo as análises ortodoxas de economia política e os instrumentos heterodoxos de política econômica a discursos vazios em busca da utopia da estabilidade.

O legado da modernização autoritária é o esgotamento fiscal e financeiro do Estado, que desprovido dos mecanismos fundamentais de controle sobre a economia - apesar das tentativas bonapartistas de retomá-los - tem sido incapaz de sinalizar alternativas consistentes de superação da crise e retomada do crescimento. Neste quadro, aquilo que havia sido o "projeto nacional", mantido através da coerção autoritária, fragmenta-se em uma multiplicidade de interesses privados, cuja lógica responde tanto a objetivos corporativos, como também aos reclamos regionais.

Aparentemente, é um anacronismo retomar o debate sobre a questão regional em uma economia que já atingiu elevados níveis de integração territorial, como é o caso do Brasil dos anos noventa. Entretanto, vários argumentos podem ser arrolados para argumentar em favor da atualidade desta temática. O primeiro deles provem das experiências de reestruturação produtiva das economias centrais, cujas estratégias

de reconversão industrial possuem uma nítida dimensão territorial, mesmo considerando os países que primam por uma tradição "liberal" de política econômica, como é o caso dos EUA, onde a intensificação dos movimentos regionalistas, durante a década de setenta, pode ser explicada pelo aumento do desemprego decorrente dos recentes deslocamentos industriais e pelo aumento das disparidades interregionais, provocados pela crescente mobilidade do capital no espaço econômico norte-americano. (Markusen 1987: 241-2)

O segundo argumento pode ser buscado nos conflitos e ajustes que se manifestaram na elaboração da nova Constituição brasileira em 1988, onde os interesses regionais - principalmente dos representantes dos Estados das regiões Norte e Nordeste - se manifestaram como um bloco coeso na defesa da vinculação do gasto público a propostas imprecisas de reduzir as disparidades interregionais, através de uma redistribuição "cambodjana" de despesas segundo critérios populacionais, que provavelmente somente acentuará os conflitos regionalistas em torno da divisão dos, já escassos, fundos públicos. (Serra, 1989: 100)

Em terceiro lugar, é importante desvendar a componente regionalista das propostas de superação da crise colocadas na mesa de discussão, principalmente no que diz respeito à política industrial e regional. Existe um conflito latente de interesses políticos e econômicos, conflito este que é inerente a própria formação social brasileira e reside na base do pacto de poder que deu sustentação a modernização autoritária, que garantiu a transição "gradual" para a democracia e que hoje confere, à economia brasileira, uma rigidez estrutural que dificulta as saídas negociadas para a crise. Um exemplo desta componente está presente na proposta extemporânea de implantação de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) ou a ampliação das cotas e dos setores isentos da Zona Franca de Manaus (ZFM), enquanto pretensos instrumentos para conferir maior abertura da economia brasileira ao mercado internacional, permitir a incorporação de

novas tecnologias e garantir o desenvolvimento regional (Egler, 1990).

Por final, a revisão constitucional que se inicia neste ano constitui um momento oportuno para retomar o debate acerca da questão regional, não apenas pelas crescentes ameaças à unidade nacional expressa em regionalismos de diversos matizes, como também pela importância que assume, enquanto arena de negociações, para a elaboração de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, capaz de superar a crise e garantir o crescimento com um mínimo de equidade social.

Os anos 80 são reveladores da fragilidade do processo de integração territorial da economia nacional, o que torna especialmente crítica a afirmativa de Furtado (1992: 35) de que: "Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões interregionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como um projeto nacional". Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é o de contribuir para o debate acerca dos efeitos da crise econômica sobre a estrutura territorial do Brasil, tendo como referencial teórico a concepção geográfica das escalas, enquanto instrumento de análise adequado às "conjunturas hostis" que caracterizam o atual período em que vive a economia mundial.

I.1 - Política econômica e questão regional: uma síntese

Alguns esclarecimentos iniciais se fazem necessários acerca da proposta expressa no título deste trabalho. O enfoque a partir da questão regional, como alternativa para explicar as origens das desigualdades territoriais na produção e distribuição da renda nacional, é pouco usual entre os geógrafos econômicos. É comum encontrar referências à divi-

são, quadro ou estrutura regional, entretanto raramente as disparidades interregionais na apropriação da riqueza são tratadas como uma questão territorial, inscrita no espaço desde origens da produção mercantil e constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Uma questão significa uma contradição presente no seio da articulação Estado-Sociedade Civil, que no caso da questão regional se expressa historicamente em uma determinada regionalização, enquanto projecção do espaço de atuação do Estado sobre o território, e em diversas formas de regionalismos, enquanto expressão dos ajustes contraditórios - em alguns casos até antagônicos, quando então se configura uma questão nacional - deste espaço projetado com a sociedade civil territorialmente organizada. Neste aspecto, é necessário concordar com Gramsci (1966), que a questão regional é necessariamente uma questão do Estado, na medida que sua resolução passa necessariamente pela composição do bloco no poder e pelas medidas de políticas públicas que afetam a economia nacional e a distribuição territorial da renda. Coraggio (1987: 81-2) reafirma esta concepção e mostra como os interesses regionais projetam-se em políticas públicas, cuja forma mais elementar está presente na relação capital-província, cuja existência material só é possível a partir de uma determinada política tributária e de alocação do gasto público no território.

A política tributária é a forma elementar de política econômica do Estado moderno. Como mostra Weber (1923: 305), "trata-se de um erro admitir-se que os teóricos e estadistas do mercantilismo hajam confundido a posse de metais preciosos com a riqueza de um país. Sabiam muito bem que a capacidade tributária é o manancial desta riqueza, e só por isso se preocupam de reter em suas terras o dinheiro que ameaçava desaparecer com o comércio." A regionalização do território como forma de racionalizar a contabilidade nacional e ampliar a capacidade extrativa do Estado foi um dos mandamentos da política mercantilista desde Colbert e, a partir de en-

ção, está aberta uma arena política onde interesses localizados podem se contrapor ou tentar influenciar a "racionalidade" do Estado, seja ele unitário ou federativo.

No entanto, a política tributária é apenas o substrato do aparato de política econômica a disposição do Estado contemporâneo. Do ponto de vista da questão regional é importante destacar a ampliação de sua capacidade financeira, no sentido schumpeteriano de "avançar" recursos para o desenvolvimento econômico, e a utilização planejada do gasto público, não apenas nas políticas anti-cíclicas de cunho keynesiano, mas também como promotor do crescimento da economia nacional e de correção das desigualdades sociais e territoriais que dele, inevitavelmente, resultam. É neste contexto que, em uma das economias ditas mais liberais do planeta: os EUA, o planejamento regional foi inicialmente empregado - no esforço de recuperação da economia norte-americana dos efeitos da crise de 1929 popularizado como "New Deal" - através da criação da Tennessee Valley Authority (TVA). A TVA, devido às resistências dos interesses estaduais que a consideravam uma ingerência da União em suas soberanias, transformou-se em um símbolo do "New Deal" e representou, não apenas a orientação do investimento público para a área deprimida da bacia do Tennessee, mas também um esforço de coordenação das diversas agências de governo em torno de metas comuns em uma região bem delimitada.

Apesar desta experiência pioneira, a conformação do planejamento regional - enquanto instância de ajuste entre políticas públicas e interesses territorializados - só adquire expressão definida no imediato pós-guerra. Seu ambiente de formação é a Europa arrasada pelo conflito e suas metas originais são a reconstrução e o desenvolvimento com um mínimo de equidade social e territorial. O "locus" original destas concepções estava na Comissão Econômica da Europa da ONU, nas teses de seu Secretário-Geral Gunnar Myrdal, expressas principalmente no "Estudo Econômico da Europa de 1954", (ECE: 1955) que continha um capítulo especial sobre

os problemas de desenvolvimento regional e localização industrial, e em seu clássico texto sobre "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas" (Myrdal, 1957).

As teses de Myrdal acerca dos efeitos da "causação circular" no crescimento econômico, acentuando as disparidades na distribuição territorial da renda, são bastante conhecidas. Sua importância teórica para o rompimento com o imaginário do "crescimento equilibrado" difundido pelo liberais de então, pode ser avaliada pela excelente revisão crítica das concepções acerca do desenvolvimento regional realizada por Holland (1976), dispensando maiores aprofundamentos neste trabalho. Apenas um aspecto deve ser ressaltado para os limitados objetivos deste texto, que sintetiza sua concepção acerca das relações entre política econômica e questão regional. Em suas palavras:

"Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado." (Myrdal, 1957: 43)

De um modo geral, esta "política intervencionista", constituiu um instrumento de atuação do Estado em diferentes nações do planeta, com diversos níveis de desenvolvimento econômico e social e distintos sistemas políticos, desde regimes democráticos de cunho social-democrata até militares autoritários. Algumas experiências, como por exemplo a Cassa per il Mezzogiorno, criada no imediato pós-guerra para promover o desenvolvimento do Sul da Itália, foram reproduzidas em várias partes do mundo, servindo de modelo inclusive para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no Brasil (Carvalho, 1979). A eficácia desses organismos como instrumento de correção das desigualdades regionais e instância de negociação política com interesses ter-

ritorializados deve ser avaliada caso a caso, entretanto, desde logo é importante frisar algumas das observações de Holland (1977), resultantes de sua análise da experiência britânica, acerca da crescente autonomia da grande empresa multilocacional diante das políticas de promoção do desenvolvimento regional.

As relações entre Estado, grande empresa e território encontraram em Perroux um de seus mais importantes analistas, não apenas pela originalidade de suas concepções, mas também pelo efeito que produziram sobre os formuladores de políticas regionais. Mais conhecido através da vulgarização de sua concepção dos "pólos de crescimento" (Perroux, 1955), ele foi antes de tudo o teórico da economia dominante, cuja definição partia da constatação de que o mundo da concorrência perfeita e do "contrato sem combate" era irreal. Utilizando a teoria da concorrência imperfeita de Chamberlin (1933) para mostrar que as negociações dependem do "bargainig power" da grande empresa, Perroux estende esta visão à economia nacional, que seria composta de "zonas ativas" e de "zonas passivas", sendo que as primeiras exercem "efeito de dominação" sobre as segundas, resultando em uma "dinâmica da desigualdade", que produz resultados semelhantes às inovações schumpeterianas, no que diz respeito ao rompimento do "circuito estacionário" da economia e de promoção do desenvolvimento. (Perroux, 1961: 74)

Na lógica da construção perrouxiana, "o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos", submetido a um campo de forças, onde a nação pode se comportar "ou como um lugar de passagem destas forças ou como um conjunto de centros ou pólos de onde emanam ou convergem algumas delas".(Idem: 114). A conclusão que emana destas formulações é uma derivada de fácil solução e suas conseqüências para a política econômica óbvias. No universo da "economia dominante", cabe ao Estado buscar plasmar, através de "pólos de crescimento" situados no interior do

espaço econômico nacional, as forças motrizes que atuam na economia internacional.

A questão regional passa então a ser um aspecto subordinado da questão nacional e, embora Perroux procure relativizar o peso dos nacionalismos, sua teoria fornece um excelente argumento para a utilização do território nacional como instrumento de afirmação do Estado. O melhor exemplo da aplicação prática destas concepções é a criação da Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale (DATAR) em 1963 e a implementação do V Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1965-70), durante a V República de De Gaulle. Em uma apreciação sumária:

"O Plano partia do princípio que o aménagement du territoire não deveria ser visto somente como uma série de ações compensatórias, permitindo atenuar os efeitos da evolução espontânea, mas ele deveria ter seus objetivos e sua dinâmica própria; ele deveria constituir uma política ativa e não somente corretiva." (Lajugie et al., 1979: 378).

Foi o auge da afirmação nacional francesa e da regionalização como forma de tratar a questão regional. A profunda crise econômica que se inicia na década de 70 vai interromper esta trajetória e forçar a emergência de novas formas de tratamento para a questão regional nas economias industrializadas. No caso francês isto significou uma profunda reforma política que aumentou a autonomia político-administrativa e financeira das entidades regionais, dotando-as de capacidade de gestão sobre os principais instrumentos de política econômica que afetam o território so. sua jurisdição.

Na América Latina, a concepção perrouxiana dos pólos de crescimento encontrou terreno fértil no planejamento do período autoritário posterior à Revolução Cubana. A polarização foi o instrumento preferencial para promover a integração econômica dos mercados nacionais em vários países latino-americanos. Para Coraggio (1973: 64) este processo foi inevitável, pois:

"Nós sustentamos que, dentro da estrutura sócio-política atual, a polarização e a tendência para a unificação dos mercados, longe de ser uma opção que podemos adotar ou não, é uma tendência clara do sistema capitalista mundial, uma tendência que está influenciando sobre os países da América Latina de forma peculiar."

Esta inexorabilidade da lógica da polarização afastou o planejamento regional de suas determinações sociais e políticas privilegiando o papel da regionalização, como instrumento de ordenação do território (Boisier, 1979). O resultado foi o progressivo esvaziamento da região, enquanto categoria de análise e intervenção, em grande parte devido à ausência "de uma teoria explícita do Estado e a falha para distinguir entre relações políticas e econômicas" (Markusen, 1981: 98)

I.2 - Crise econômica e questão regional

A crise do padrão de acumulação, que vigorou na economia mundial desde o imediato pós-guerra até o início dos anos 70, atingiu nações e regiões de modo desigual. Enquanto crise da hegemonia norte-americana, ela se manifestou em fraturas irreversíveis no espaço monetário supranacional fundado no dólar, enquanto moeda internacional, forçando a reajustes drásticos na política monetária e cambial dos Estados nacionais. Enquanto crise do padrão de concorrência intercapitalista, ela se manifestou no acirramento do conflito entre grandes blocos de capital, deflagrando um processo de fusões e incorporações de empresas multinacionais que alterou significativamente o planisfério mundial da propriedade do capital. Por final, enquanto crise do padrão tecnológico fundado na inegotabilidade dos recursos naturais e na inexorabilidade das economias de escala, enquanto fatores básicos para a produção competitiva em qualquer parte do planeta, ela levou a obsolescência de antigas regiões

industriais consolidadas e forçou a reestruturação produtiva das economias nacionais.

A crise e a reestruturação econômica afetou diretamente as relações Estado-região, colocando a questão regional em um novo patamar, onde o processo de globalização da economia mundial é acompanhado pela fragmentação política em interesses localizados (Becker, 1985). Estas relações que estavam profundamente marcadas pela capacidade de regionalização do Estado-nação foram profundamente alteradas pela emergência de novas formas de regionalismo, que, em alguns casos extremados, ameaçam a própria integridade da economia nacional.

Isto pode ser atribuído a vários motivos. Em primeiro lugar, a redução do ritmo de crescimento das economias nacionais e a generalização de formas de subcontratação entre empresas permitem uma vasta gama de operações contábeis que levaram a uma substancial perda da capacidade extrativa do Estado, concomitantemente com o aumento do desemprego nas atividades e regiões tradicionais. Como consequência deste duplo movimento, houve um crescimento desproporcional dos encargos sociais a um limite que inviabiliza qualquer política territorial de distribuição da renda com base nos instrumentos fiscais clássicos, acentuando, por outro lado, os conflitos distributivos regionais.

Em segundo lugar, embora o desenvolvimento de novos materiais e a flexibilização dos processos produtivos tenha contribuído para reduzir a velocidade do processo de concentração espacial da atividade industrial, ainda é prematuro para assumir integralmente as teses de Markusen (1985), acerca da falibilidade do princípio da "causação circular" de Myrdal. A experiência recente não permite conclusões definitivas acerca da tendência espacial das economias capitalistas avançadas, existem evidências que a desconcentração da produção, quando ocorre, não é acompanhada pela descentralização da gestão financeira e estratégica das empresas, que se baseia cada vez mais em redes telemáticas para ampliar sua área de atuação e reduzir o tempo de decisão.

Por outro lado, o papel do Estado não pode ser desprezado na criação de novas localizações industriais vinculadas às chamadas "novas tecnologias". Seja nas economias liberais, como os EUA, onde os gastos militares tiveram papel decisivo na formação do "Silicon Valey", na Califórnia, ou da "Route 128", nos arredores de Boston. Nas economias reguladas como a França, onde a política dos "technopoles" (pólos tecnológicos), como Sophia-Antipolis, recebeu forte suporte de órgãos públicos, empresas estatais e garantia de mercado civil e militar. Seja também nas economias de "capitalismo organizado" (Tavares, 1990), como o Japão, onde a política das "technopolis" (cidades tecnológicas), como Tsukuba, constitui um elemento importante de reestruturação produtiva e de negociação com as comunidades territorialmente localizadas.

Por final, a crise fiscal e financeira do Estado nos países de industrialização tardia trouxe para o primeiro plano no debate sobre a questão regional um antigo instrumento de política econômica: a extraterritorialidade. Originalmente utilizada como cidades ou portos livres pelos mercantilistas, como instrumento para ativar as trocas comerciais em pontos determinados do território, sem reduzir o controle tarifário sobre o restante da economia. Reinventada como Zona de Livre Comércio pelos norte-americanos em 1934, como instrumento para beneficiar-se da circulação internacional de mercadorias, mantendo rígido controle sobre o mercado doméstico em uma fase protecionista de sua história econômica. A extraterritorialidade assume sua forma contemporânea nas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), verdadeiros enclaves fabris que permitem a importação de equipamentos e matérias-primas sem a incidência de tarifas, sua transformação em produtos manufaturados sem a cobrança de impostos e a posterior exportação sem restrições cambiais. Sob a justificativa de atrair investimentos externos, garantir o acesso a tecnologias modernas e promover o desenvolvimento regional, o Estado delimita um território hospedeiro

deiro para capitais em busca de valorização, onde exista disponibilidade de energia, infra-estrutura e serviços e, principalmente, mão-de-obra abundante.

Do ponto de vista da questão regional, o emprego da extraterritorialidade como instrumento de política econômica significa, de um lado, a cessão - por parte do Estado - de seus instrumentos cambiais e fiscais para diferenciar determinados pontos do território nacional em relação a circulação internacional de mercadorias e capitais. É evidente que o nível desta diferenciação depende dos mecanismos de proteção que atuam sobre o restante da economia, pois quanto mais elevadas forem as barreiras tarifárias e cambiais maiores serão os atrativos para o investimento nas áreas sujeitas a regimes especiais. Por outro lado, os interesses regionais que recebem este subsídio explícito entram em contato direto com os circuitos mercantis e financeiros internacionais e, sob determinados aspectos, assumem uma posição privilegiada em relação aos seus concorrentes dispersos no restante do território nacional. Dependendo do nível deste subsídio, podem assumir posições quase monopolistas no mercado doméstico ou dispor de situações extremamente vantajosas para competir no mercado exterior ou operar com divisas sem restrições cambiais, o que configura um privilégio regional que, para ser mantido, pode influir na futura tomada de decisões acerca dos rumos da política econômica nacional.

Esta situação assume aspectos particularmente críticos quando a orientação da política econômica caminha no sentido da integração supranacional, através da formação de uniões alfandegárias. O princípio da união alfandegária pressupõe a adoção de um mesmo regime tarifário para as nações que a integram, abolindo as barreiras entre elas e apresentando-se como uma entidade única perante o comércio internacional. É um caminho diametralmente oposto à formação de zonas de livre comércio de qualquer espécie, sejam elas mercantis ou de processamento de exportações, pois se baseia na progres-

siva redução dos privilégios concedidos a determinados setores ou regiões em troca da ampliação da área de mercado e da adoção de instrumentos comuns de política econômica. É evidente que este processo confere novas dimensões a questão regional, podendo acentuar a crise latente de determinadas regiões, cuja competitividade é mantida através da reserva de parcelas do mercado nacional diante da concorrência de produtores do outro lado da fronteira, obrigando a adoção de medidas compensatórias. Entretanto, um aspecto deve ficar claro para o conjunto da sociedade, dificilmente aquelas frações territoriais de classe que lutam pela adoção de zonas tarifárias especiais serão as mesmas que comporão o arco de interesses em busca da integração supranacional.

O Brasil é um dos poucos países do mundo cuja política territorial está tentando implementar a integração supranacional, no caso a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em conjunto com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, simultaneamente com a proposta de implantação de Zonas de Processamento de Exportações, situadas preferencialmente no Nordeste (Figura I.1), e mantendo Zonas Francas, das quais a mais importante situa-se em Manaus, no interior da Amazônia, onde concentra-se boa parte da indústria de eletrônica de consumo que abastece o mercado doméstico. Os argumentos que procuram dar consistência a este espectro abrangente de medidas de política econômica residem em um vasto leque de interesses, desde o discurso da busca da integração competitiva no mercado internacional até o pretense atendimento às demandas regionais por maior participação na renda nacional. A resultante é o imobilismo e a incapacidade do Estado em definir políticas públicas, tanto setoriais, como regionais, consistentes com a retomada do desenvolvimento.

Figura I.1

O MERCOSUL e as ZPEs brasileiras



I.3 - Roteiro do trabalho

Para analisar as relações entre a crise e a questão regional no Brasil, este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro procura mostrar a relevância das escalas, enquanto níveis de abstração do pensamento geográfico, para a análise sincrônica de conjunturas de crise, vistas como períodos de condensação de contradições. A crise é considerada como um momento de ruptura e indeterminação, onde estão presentes manifestações tanto do esgotamento do antigo, como da emergência de um novo padrão histórico de acumulação. Neste quadro de transição, o instrumental das escalas geográficas permite avançar além das determinações diacrônicas dos processos econômicos e sociais e possibilita, através da articulação entre distintos níveis de abstração, análises compreensivas e dinâmicas das situações de crise e reestruturação produtiva. Nesta direção, o texto procura resgatar a força da construção pioneira de Prebisch, que introduziu, no imediato pós-guerra, a dimensão sincrônica na análise do desenvolvimento latino-americano através das relações centro e periferia.

O segundo capítulo discute as diversas concepções acerca da crise atual e as condicionantes da reestruturação econômica, dando especial destaque às suas implicações territoriais. São discutidas três vertentes básicas: a) as análises que privilegiam os ciclos ou ondas longas de inovações; b) as teses da chamada "Escola da Regulação Francesa", que analisam a crise a partir do esgotamento do "fordismo"; c) as concepções que conferem papel de destaque a concorrência, enquanto elemento de mediação entre as leis de tendência e a dinâmica concreta das economias capitalistas.

Tendo como base esta última concepção, procura fazer uma ponte entre economia e geografia através dos conceitos de integração produtiva e territorial utilizando a relação entre espaço e território econômico, tal como construída originalmente por Hilferding em seu trabalho clássico sobre

o capitalismo financeiro. Tais categorias permitem uma aproximação com a dinâmica territorial das economias capitalistas e avançam no sentido de compreender o papel da concorrência no processo de geração, difusão e absorção do progresso técnico nas escalas global, nacional e regional.

O terceiro capítulo procura aplicar o instrumental analítico das escalas na interpretação do desenvolvimento brasileiro no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Seu ponto de partida é a definição de um espaço monetário internacional fundado no dólar norte-americano, que permitiu a expansão da grande empresa em escala global. No entanto, se de um lado a mobilidade do capital foi ampliada no mercado mundial, de outro a lógica da concorrência intercapitalista combinada com atuação dos Estados nacionais definiu territórios econômicos diferenciados pelo ritmo de sua acumulação endógena.

O trabalho mostra que, no caso brasileiro, a consolidação de um mercado doméstico de dimensões continentais foi a principal conquista do processo de industrialização pesada e que, dadas as condições tardias e periféricas de sua constituição, este processo resulta em pressões e tensões que se manifestam originalmente em uma crise regional: a questão nordestina. Na busca de superação dos obstáculos estruturais ao crescimento, o Estado utiliza a questão regional para instrumentalizar o projeto de integração produtiva e territorial, que abriu fronteiras de acumulação para o rápido crescimento da economia nacional a partir da segunda metade da década de sessenta.

O quarto capítulo descreve o processo de integração produtiva da economia brasileira e suas principais resultantes. Destaca sua determinação endógena, cujo ritmo de acumulação se autonomizou em relação à substituição de importações e passou a residir na dinâmica própria à estrutura produtiva nacional. Esta, por sua vez, constitui o principal arcabouço do mercado doméstico, que foi ampliado substancialmente através da industrialização do campo e da

consolidação dos grandes complexos industriais durante os anos setenta.

Entretanto, a integração produtiva realizou-se em um quadro de profunda heterogeneidade estrutural, tanto no campo, como na cidade. Esta heterogeneidade, característica de capitalismo tardios e periféricos, assume dimensões relevantes com a crise da década de oitenta expondo os pontos de estragulamento da estrutura produtiva nacional que dificultam a retomada do crescimento. Dentre eles, destacou-se as limitações da base técnica montada na industrialização pesada, principalmente no que diz respeito a adequação da matriz de transportes em garantir suporte à completa integração produtiva em escala nacional.

O capítulo quinto discute a integração territorial da economia nacional como meta de política econômica, mostrando que em seu bojo conformaram-se estruturas produtivas regionais; que, embora sejam partes integrantes de um mesmo mercado doméstico, possuem características próprias e ritmos diferenciados de acumulação que não podem ser desprezados diante do processo de reestruturação produtiva.

Diante da experiência internacional, o trabalho procura mostrar que estas estruturas produtivas regionais constituem os "loci" preferenciais de reestruturação produtiva, na medida em que permitem a criação de economias de aglomeração e de amplitude (scope) na forma de complexos territoriais integrados capazes de atingir níveis mais elevados de produtividade e competitividade diante das novas formas flexíveis de produção.

O sexto capítulo faz uma avaliação sumária das estruturas produtivas regionais brasileiras resultantes do processo de integração territorial recente. A conformação de um padrão demográfico e uma estrutura metropolitana nacional são aspectos relevantes da integração territorial, por outro lado destaca-se que as características regionais de distribuição de renda e emprego ainda são marcadas por profundas desigualdades e pela segmentação do mercado nacional de for-

ca de trabalho, o que caracteriza a permanência da questão regional no Brasil.

A crise dos anos oitenta atingiu diferencialmente estas estruturas produtivas regionais, o que é indicado pelos diferenciais no nível de emprego urbano e rural. Por outro lado, suas características específicas, no que diz respeito à configuração da matriz industrial e aos indicadores de produtividade do trabalho, são destacadas como elementos importantes para a definição de metas de políticas públicas que levem a superação da crise e a retomada do crescimento.

Por final, uma breve conclusão procura mostrar que as propostas de políticas econômica e territorial colocadas hoje na agenda para superação da crise estão profundamente marcadas pela questão regional. Isto significa que seu enfrentamento é inadiável para vencer o imobilismo, buscar uma distribuição mais equânime da renda e retomar o crescimento da economia nacional.

CAPÍTULO 1 – AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DE ANÁLISE

Este capítulo procura avaliar a relevância das escalas geográficas, enquanto instrumento de abstração, para a análise de conjunturas de crise. Seu ponto de partida é a caracterização da crise como um período histórico de 'condensação de contradições' no tempo, cujos efeitos sobre o espaço de produção e reprodução social são pouco estudados, mesmo por geógrafos. A grande dificuldade reside nas limitações dos métodos diacrônicos de análise para tratar dessas 'conjunturas hostis', que representam momentos de transição no desenvolvimento do capitalismo.

As escalas geográficas constituem uma alternativa teórica para enfrentar esta dificuldade, pois permitem análises sincrônicas em diferentes níveis de abstração, do global ao local, onde podem ser articuladas – em um determinado momento histórico – manifestações aparentemente contraditórias da dinâmica econômica em situações de crise e reestruturação¹. O elemento lógico de mediação entre estes diversos níveis de abstração do pensamento geográfico pode ser encontrado no desenvolvimento desigual do capitalismo, cujo poder explicativo foi originalmente explorado por Prebisch em suas análises sobre as transformações da economia mundial no período entre guerras, que resultou em uma das mais criativas construções do pensamento econômico latino-americano: a "escola da CEPAL".

1.1 – O período histórico da crise

O final dos "trente glorieux"² foi marcado não apenas pela profunda recessão que se propagou como ondas de choque por toda a economia mundial, mas principalmente pela queda dos mitos e utopias construídos durante a primeira metade do século XX sobre as alternativas de evitar a crise. O primeiro a cair foi o do "Welfare State", entendido como resposta

capitalista à depressão de 29 e como receita econômica anticíclica.

"Ele teve como meta repropor uma idéia de progresso e regenerar uma capacidade do capitalismo de expressar uma 'racionalidade' geral. O novo tipo de relação entre economia e Estado foi visto e proposto como um processo através do qual a 'racionalidade' da grande empresa capitalista se estendia à sociedade, adequando-a, reordenando-a." (Ingrao, 1978: 12)

O segundo é o colapso do "socialismo soviético", nascido em 1917 como alternativa de desenvolvimento acelerado e mudança social a partir da planificação estatal centralizada. Fundado na máxima leninista de que o "comunismo é igual ao socialismo mais eletricidade", ele procurava também expressar a mesma 'racionalidade' geral, embora no sentido oposto, de que somente o aparelho centralizado de estado seria capaz de vencer a anarquia das decisões econômicas privadas e garantir o crescimento estável e a distribuição equânime da riqueza social.

O conceito de crise é bastante abrangente e sua generalização nos dias atuais levou a uma verdadeira inflação de crises (econômica, política, social, ideológica). Para precisá-lo um pouco mais é necessário romper tanto com a visão funcionalista, como também com o evolucionismo do marxismo vulgar. A primeira considera a crise como um rompimento temporário do funcionamento harmonioso do sistema capitalista, momento este que será rapidamente superado pelo estabelecimento de uma nova ordem "funcional".

O segundo considera o imperialismo como estado de crise permanente e geral da última fase do capitalismo, que estaria adiando seu "derrumbe" final através de expedientes diversos. Esta concepção acaba por destruir a própria especificidade do conceito de crise, na medida em que ela se torna um estado constante, variando apenas a sua intensidade de acordo com a eficácia dos mecanismos compensatórios de política econômica.

É importante observar que "os elementos da crise existentes permanentemente na reprodução do capitalismo devem ser tomados em função das transformações próprias ao estágio e à fase que atravessa o capitalismo, mas que no interior desta periodização dispõem-se as situações de condensação das contradições (GN) que podemos designar como crises." (Poulantzas, 1976: 6). Isto significa que, embora profundamente marcadas pelos períodos atravessados pelo capitalismo, as crises são momentos particulares onde suas contradições estruturais estão condensadas no tempo.

A questão é verificar quais os impactos desta "condensação de contradições" sobre o espaço? Curiosamente esse tem sido um tema mais abordado por historiadores, do que por geógrafos. Para Braudel (1985), por exemplo, existe uma relação entre o movimento de "centragem, descentragem e recentragem" da economia mundial e crises profundas e prolongadas. Ele assume ar profético quando afirma que: "Se Nova York sucumbir à provação - no que realmente não creio - o mundo deve encontrar ou inventar um novo centro; se os Estados Unidos resistem, como tudo nos leva a prever, poderão sair mais fortes da experiência, pois que as outras economias correm o risco de sofrer muito mais do que os Estados Unidos em decorrência da conjuntura hostil que atravessamos." (Braudel, 1985: 73)

O fato dos geógrafos não se preocuparem diretamente com estas "conjunturas hostis" deve-se, em grande parte, a tradição de que "a geografia estava centrada no estudo atento do que é fixo e permanente" herdada de Vidal de la Blache. O próprio Braudel, formado no seio desta concepção, aponta para sua superação ao reconhecer que os conjuntos geográficos não são imóveis, mas sim "conjuntos baseados nos movimentos em si, áreas de influência cujos limites são tratados precisamente em função desses movimentos." (Lacoste, 1988 : 198)

Apesar de sua análise centrada na "longue durée" dos processos históricos, Braudel trabalha baseado na "distinção

implícita dos diferentes níveis de análise espacial, do lugar restrito às imensas vastidões" e se comporta "como um excelente geógrafo na análise de situações passadas". (Lacoste, 1988: 204). Qual seria, então, a contribuição dos geógrafos para análise de situações presentes e sob conjunturas críticas? é o próprio Lacoste (1973) que aponta a resposta ao propor que se estabeleça a articulação entre os diferentes níveis de análise espacial, isto é entre as distintas escalas geográficas.

1.2 - As escalas de análise geográfica

O conceito de escala possui significados diversos. Para o economista industrial representa o "optimum" de aproveitamento racional e intensivo dos fatores produtivos, o que se reflete na tendência de queda dos custos unitários de produção. Para o engenheiro-cartógrafo, a escala de um mapa define a abrangência e precisão das informações representadas, constituindo um problema técnico sua definição correta, em função da ordem dos fenômenos representados.

Para a geografia econômica, que tanto trabalha com as economias de escala, como com as escalas cartográficas, o conceito permaneceu ambíguo e impreciso. Hoje, entretanto, a necessidade de compreender a espacialidade da dinâmica geral do capitalismo, sem perder de vista as especificidades do local, impõe que se estabeleça distinções entre as escalas geográficas ou entre os níveis de análise espacial, precisando-os como instrumentos interpretativos do processo de desenvolvimento desigual do capital em sua dimensão territorial.

A questão das escalas é fundamental para a construção do raciocínio geográfico e espacial. Não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, como apregoava a geografia tradicional, mas compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração. O mesmo problema aparece na história, quando se

define os períodos de análise ou em economia quando se distingue os processos de curto daqueles de longo prazo. Os diferentes tempos da história não devem ser confundidos, mas precisam ser concebidos em seus entrelaçamentos, da mesma maneira os diferentes espaços de conceitualização necessariamente resultam de um esforço teórico de diferenciação e articulação sistemáticos (Lacoste, 1985).

A dinâmica social no espaço é contraditória e reflete a articulação de distintas escalas, onde os movimentos aparentes nem sempre apontam para um mesmo sentido e direção. O tratamento mecânico das escalas, como meras mudanças quantitativas na ordem e dimensão dos processos, oculta tensões e conflitos que definem campos de forças capazes de afetar a velocidade das mudanças políticas e sociais. O espaço geográfico não é neutro, nem se apresenta como uma superfície totalmente permeável aos fluxos econômicos que buscam aceleradamente reduzir a fricção da distância e homogeneizar os lugares. (Egler, 1990)

Para Taylor (1981) e Smith (1984) é possível distinguir três escalas primárias: o espaço urbano, a escala da nação-estado e o espaço global, onde:

"o ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmo pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital". (Smith, 1984: 197).

Santos (1990), por sua vez, define também três níveis de análise interdependentes: o nível mundial, o do estado-nação e o da região; ressaltando que:

"o movimento desigual e combinado no espaço, fornecidos pelos aspectos regionais ou locais da nova divisão territorial do trabalho no país, (é) reflexo, por sua vez, de nova divisão do trabalho que está se operando à escala mundial". (Santos, 1990 : 18)

Em economia, estas concepções vão ao encontro das teses formuladas por Aydalot (1976) sobre os recortes que definem o conjunto de disciplinas que formam a chamada "economia espacial". Para ele (op. cit.: 11):

"a partir da observação elementar dos fatos ou das indicações fornecidas por outras disciplinas, o economista adotou certos quadros espaciais de análise. As seguintes clivagens são óbvias:

- economia urbana
- economia intranacional (economia regional)
- economia 'não espacial' (nacional)
- economia internacional"

Criticando as visões que tratam estes níveis de análise como independentes e desarticulados, mostrando que "é inútil considerar as funções de investimento ou as funções de produção próprias a cada espaço", pois é "a dinâmica das atividades, de sua localização, de suas escolhas tecnológicas que levam a investimentos espacialmente diferenciados, a técnicas espacialmente diferenciadas". Aydalot (1976: 14) é enfático ao afirmar que:

"nós somente queremos mostrar que o objeto da economia espacial não é o de comparar as estruturas autônomas umas às outras - do modo que é feito até hoje - mas sim de buscar as relações econômicas entre estas estruturas, o que é justamente, o que pode justificar tais diferenças de nível."

É fundamental não incorrer no erro de reificar estes conjuntos de análise, como a tradição positivista da geografia fez com as regiões, transformando-as em "entidades reais", passíveis de classificação sistemática, segundo critérios das ciências da natureza³. Segundo Lacoste (1980 : 162-3), é importante que:

"Lembremos, para evitar as clássicas confusões, que estes conjuntos não são 'objetos reais', mas 'objetos do conhecimento', são abstrações que destacam as primeiras ordens de grandeza. Cada uma destas abstrações dá conta, de um modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que se pode discernir na 'realidade'(...)"

é neste sentido que a análise da crise assume significado peculiar para a geografia econômica, porque a inci-

dência de uma "condensação de contradições" sobre o território amplia e expõe, em toda a riqueza de detalhes, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo. É na "conjuntura hostil" que as escalas geográficas constituem um dos instrumentos preferenciais de análise, pois as determinantes da crise - bem como aquelas da reestruturação produtiva e da retomada do crescimento - não residem apenas na dinâmica da economia mundial, não estão restritos aos objetivos políticos nacionais, nem respondem integralmente aos interesses regionais ou locais, mas resultam de uma complexa e articulada combinação destes componentes em um determinado, e instável, momento histórico.

1.3 - As escalas e o desenvolvimento desigual

Em sua análise sobre os limites ao capital, Harvey (1982: 415-6) afirma categórico que:

"O capitalismo não se desenvolveu sobre uma superfície plana dotada de matérias-primas ubíquas, com oferta homogênea de trabalho e com iguais facilidades de transportes em todas as direções. Ele está inserido, cresce e se difunde no interior de um variado ambiente geográfico que engendra uma grande diversidade na generosidade da natureza e na produtividade do trabalho".

Neste ambiente geográfico - historicamente produzido - o capitalismo só encontra barreiras na sua própria natureza. Seu desenvolvimento impõe, de um lado, a necessidade irreversível de vencer os limites impostos à sua expansão, de outro, a força a gestar constantemente novas formas de diferenciação geográficas que garantam sua reprodução ampliada. Neste aspecto, "o desenvolvimento desigual está parcialmente expresso em uma oposição entre duas forças que se opõem, moldadas para a concentração geográfica ou para a dispersão na circulação do capital" (op. cit.: 417)

A resultante destas tendências contraditórias não leva a um pretenso 'equilíbrio' na distribuição espacial dos fatores de produção, mas sim induz instabilidade nas formas

geográficas criadas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. As forças que o impelem à aglomeração - cuja expressão mais nítida está no processo de metropolização - podem encontrar limites, tanto físicos, como sociais, na crescente rigidez do uso da infra-estrutura, no crescimento do preço da terra e na ampliação da distância real em consequência do congestionamento do sistema de transportes metropolitanos.

De outro, a acelerada mobilidade do capital em escala global, fruto da constante ampliação da esfera de circulação financeira, encontra restrições importantes nas próprias formas de apropriação do território. A fragmentação do espaço econômico mundial em uma multitude de unidades monetárias nacionais, a própria base social e técnica - que desempenha um papel fundamental na reprodução tanto do capital, como do trabalho -, bem como as limitações à mobilidade do capital devidas às necessidades reais de imobilização no processo produtivo, ainda constituem elementos fundamentais para aprisionar o capital ao local.

Nesta lógica contraditória, o "capital é forçado, ora para simultâneas, ora para sucessivas, fases de aprofundamento e alargamento na configuração espacial das forças produtivas e nas relações sociais de produção" (Op. cit.:419). Nesta dinâmica, é a própria natureza do capital que impõe o ritmo e a extensão das mudanças na estrutura espacial. Determinadas frações do capital estão mais compelidas a imobilizar investimentos do que outras. O capital imobiliário e o mercantil dependem, em grande parte, das condições locais para valorizarem-se. Daí favorecerem alianças localizadas, seja através do aparelho de estado, seja diretamente com outros segmentos da sociedade civil - normalmente com os proprietários fundiários, mas podendo incluir parcelas dos trabalhadores - para protegerem suas áreas de atuação de súbitas transformações que desvalorizem o capital investido em terras, construções e estoques.

O capital que valoriza-se na esfera produtiva depende diretamente das redes de circulação e de infra-estrutura para definir os limites de sua atuação. O conceito de mercado interno assume significação plena quando definido na escala regional e nacional. Apesar de buscar constantemente, impelido pela concorrência, ampliar os limites de sua área de mercado; o capital industrial se defronta com a restrição da base técnica sobre a qual opera e com os limites definidos pela base social que constrói. As condições de produção e reprodução social do capital industrial e da força de trabalho são resultantes da demanda efetiva - no sentido macroeconômico do gasto privado e público - que se materializam em um território nacional, definido por barreiras tarifárias, cambiais ou fiscais, que balizam a concorrência com seus competidores externos, e segmentado em regiões pelas alianças construídas com as frações locais.

O capital financeiro, visto aqui sob o prisma de Hilferding (1910) como o resultante da integração do capital industrial com o capital bancário, possui dimensões para acelerar a mobilidade dos capitais em escala global, entretanto como mostra Harvey (1982: 421):

"se um grande banco possui vultuosos investimentos em infra-estrutura no interior de um determinado território, ele determina a qualidade de seu próprio débito, pois poderá interromper o fluxo de caixa caso drene todos os rendimentos monetários para outras áreas onde a taxa de juros seja maior. Para realizar integralmente o capital aplicado, muitas vezes o banco é forçado a fazer investimentos suplementares no mesmo território a taxa de juros mais baixas do que obteria em outros mercados."

Esta limitação resulta, em grande parte, do portfólio de suas aplicações no que diz respeito ao tempo de circulação do capital e um aumento da sua velocidade de rotação tende a 'descolar' os investimentos de sua base territorial, ampliando, contudo, os riscos para sua futura valorização.

Harvey (op. cit: 424-38) constrói sua interpretação da crise a partir da dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo. Denominado-a de "terceiro corte na teoria da

crise", seu argumento procura distingui-lo do "primeiro corte", que trata das imanências internas ao próprio modo de produção capitalista que o levam a periódicas crises de sobrevalorização; da teoria do "segundo corte" que examina a sua dinâmica temporal como está definida e mediada através dos arranjos monetários e financeiros e, por final, avança na tentativa de integrar a "geografia do desenvolvimento desigual" na teoria da crise naquilo que denomina de "terceiro corte".

Sua proposta analítica parte da necessidade - inerente à dinâmica capitalista - de promover a desvalorização do capital que, por qualquer motivo, não atinge o patamar mínimo de lucratividade definido pela concorrência para um determinado local em um determinado momento. No 'estado corrente dos negócios', este processo se dá através de uma "miríade de desvalorizações particulares e localizadas cujo resultado não possui coalescência em nenhum grande padrão. é simplesmente o custo humano normal, o desgaste natural, da acumulação através da competição" (Op. cit. : 425).

Neste sentido, a desvalorização é um processo socialmente determinado e territorialmente localizado, cujas manifestações podem estar presentes tanto na emigração de trabalhadores em busca de novos postos de trabalho, como também nas mudanças locacionais introduzidas por transformações nas redes de transportes, energia ou telecomunicações.

Entretanto, dadas as condições inerentes à acumulação capitalista, a sobreacumulação quebra a unidade entre a produção e sua efetiva realização, levando a crises de desvalorização, cujos efeitos agregados são difíceis de descrever, pois seus impactos incidem de modo diferenciado sobre os setores e regiões. Harvey faz uma distinção entre crises setoriais, que afetam determinados ramos produtivos, e as crises regionais, ou geográficas, onde devido à concentração da atividade produtiva em um território restrito, o processo de desvalorização atinge a base técnica e social acelerando o processo de obsolescência da estrutura produtiva regional.

Embora Harvey procure indagar acerca dos mecanismos de propagação da crise do local para o global, sua interpretação não avança no sentido de empregar as escalas de análise como instrumento de abstração da dinâmica do desenvolvimento desigual. Este caminho foi percorrido, com alguns percalços, por Smith (1984: 191-219) que se propôs a interpretar o "vaivém" do capital nas diversas escalas espaciais. Como já foi comentado anteriormente, Smith tem o ambicioso projeto de derivar as escalas do próprio movimento do capital, pois "à medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital, estes padrões (espaciais) são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais" (Op. cit.: 196). Neste ponto, Smith confunde o instrumento de análise com o objeto analisado e chega a conclusão de que "inerente à determinação do valor, a criação de um espaço-economia é integrado e organizado nessas escalas" (Op. cit.: 197).

Embora o caminho apresentado leve inevitavelmente a um novo determinismo geográfico das escalas, Smith apresenta algumas teses importantes acerca do processo de integração /diferenciação inerente ao desenvolvimento desigual do capitalismo. Quando analisa a diferenciação interna dos territórios nacionais em regiões, como expressão da divisão territorial do trabalho, ele aponta para o fato de que é profundamente sensível ao ritmo de expansão e da crise.

"A rápida expansão e igualmente rápida desvalorização que acompanham a ascensão e a queda de setores particulares estão particularmente concentradas nesse nível. A crescente mobilidade do capital não é restringida pelas fronteiras nacionais e o movimento do capital para dentro e para fora das regiões pode ser mais rápido e mais completo do que na escala internacional. Os efeitos da acumulação e desvalorização sobre o capital fixo traduzem-se mais acentuadamente em desenvolvimento e declínio espaciais no nível das subdivisões regionais da nação-Estado. No contexto da presente crise global, isto talvez ajude a explicar o crescente enfoque sobre os chamados problemas regionais e o fato aparente de que a subdivisão regional do espaço nacional é uma escala distinta da atividade produtiva" (Op. cit.: 209-10).

Neste ponto, Smith enxerga uma luz no fim do túnel, mas não pode atingi-la porque está preso a sua armadilha das 'escalas definidas pelo capital'. A possibilidade de construir um nível de abstração do pensamento geográfico, como o faz Lacoste, que englobe esta dinâmica peculiar da divisão territorial do trabalho como parte constituinte da integração do mercado nacional, e mesmo supranacional, permite avançar no sentido de compreender as questões levantadas por Holland (1980 : 102) quando, analisando o processo de formação da Comunidade Européia, verifica que "a medida em que se alcançam maiores níveis de integração e que a centralização do capital se acentua, os desequilíbrios espaciais se dirigem cada vez mais para o interior dos próprios Estados".

A concepção de Holland introduz um elemento até certo ponto negligenciado, tanto na visão de Harvey, como de Smith, que é o do ritmo de introdução do progresso técnico e seus efeitos sobre a concorrência intercapitalista. Para ele:

"na maior parte dos casos, um processo de inovação e de modernização desigual assegurou às firmas mais dinâmicas o desenvolvimento e o domínio de novos mercados. Em uma situação de comércio liberalizado dentro de uma área integrada, tudo isto se traduz em que as firmas mais atrasadas de regiões ou países de menor crescimento se vêm incapacitadas de competir plenamente, em seu próprio mercado, com empresas do exterior" (id., ib.)

Na verdade, a própria definição de região pressupõe que se parta da concorrência intercapitalista como elemento de diferenciação do espaço econômico. Enquanto nível de abstração geográfica, isto é, escala no sentido que atribui Lacoste, a região se consolidou no pensamento geográfico no momento em que o capital financeiro expandiu sua esfera de atuação sobre as antigas estruturas herdadas da fase concorrencial. O significado da Bretanha, que assume uma dimensão paradigmática na construção do pensamento regional - tanto foi estudada por geógrafos, como deu origem ao regionalismo francês - só pode ser entendido no momento em que a expansão da grande empresa, no final do século passado, destrói as

pequenas unidades produtivas locais, submetendo-as ao controle do capital sediado em Paris e, desse modo, integrando-a como região ao mercado nacional e submetendo-a a lógica da divisão territorial do trabalho⁴.

A lógica da integração/diferenciação territorial é, antes de tudo, a lógica espacial das estruturas de mercado sob a concorrência oligopólica, onde a introdução do progresso técnico expressa os avanços em profundidade da produção capitalista e a qualidade e a intensidade dos fluxos mercantis definem os limites de sua realização efetiva. Nesta direção, não há como desconhecer a força da construção pioneira de Prebisch e da "escola da CEPAL".

1.4 - A sincronia das relações centro-periferia

A dimensão sincrônica da análise desenvolvida por Prebisch (1949), para construir sua interpretação da crise atravessada pela América Latina no imediato pós-guerra, foi assim reconhecida por Furtado (1985: 67):

"A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. Quando comparava o comportamento do sistema na época em que o centro principal era a Grã-Bretanha com o da época em que esse centro passou a ser os Estados Unidos, ele se limitava a fazer a interface dos dois cortes sincrônicos".

A importância das formulações de Prebisch reside justamente na sua capacidade de construir uma visão global da economia capitalista, capaz de apreender que as teorias correntes de interpretação dos desequilíbrios estruturais do comércio internacional tiveram alguma validade quando a economia mundial vivia sob o domínio britânico. A Grã-Bretanha, dada sua profunda integração no sistema de divisão territorial do trabalho forjado em escala mundial, transferia os impulsos dinâmicos do centro para periferia através de seu comércio externo.

Segundo Prebisch, as exportações na Grã-Bretanha possuíam "uma função dinâmica semelhante à dos investimentos de capital" (CEPAL, 1951: 36), já que ao responder os estímulos favoráveis da economia mundial, a economia britânica transmitia seus efeitos no comércio internacional através de suas importações de matérias-primas e alimentos. Daí, como mostra Furtado (1992: 63), "não existisse tendência para a acumulação de reservas de ouro no centro principal".

É diante deste quadro que Prebisch observa que a Grã-Bretanha estava efetivamente integrada ao sistema de divisão internacional do trabalho devido ao seu elevado coeficiente de importações, que se mantivera em torno de 30 % entre 1870 e 1929, funcionando como verdadeira correia de transmissão entre o comportamento cíclico das economias centrais e a periferia. Isto pode ser melhor compreendido, quando se supõe que houvesse uma contração cíclica nos países industrializados, que reduziam suas importações e levavam ao conseqüente déficit comercial e perda de reservas por parte da periferia. No entanto, quando as economias centrais retomavam o crescimento econômico, aumentavam suas importações de bens de capital da Grã-Bretanha, até então o núcleo mais avançado deste setor na economia internacional. Uma parte do ouro que fluía para a Inglaterra, era por sua vez empregado na compra de matérias-primas e alimentos na periferia, o que restabelecia o "equilíbrio" nas suas contas comerciais e estimulava o crescimento das atividades ligadas ao comércio exterior. Tratava-se, em linhas gerais, do que se convencionou chamar de "crescimento para fora" dos países agrários-exportadores da América Latina.

Situação distinta ocorre a partir do momento em que os Estados Unidos assumem posição hegemônica na economia mundial no imediato pós-guerra, pois seu coeficiente de importações era extremamente baixo devido à imensa base territorial e de recursos naturais. Neste sentido, caso a reativação cíclica tivesse origem na economia norte-americana, sua capacidade de transmitir os impulsos dinâmicos para o exte-

rior era reduzida. Pelo contrário, boa parte dos efeitos da retomada eram absorvidos internamente, condenando as economias periféricas a crônicos desequilíbrios em suas balanças comerciais. Prebisch advertia que tal situação tendia a se agravar dada a tendência, manifesta na época, de persistente declínio do coeficiente de importações dos EUA, que havia caído de 6 % em 1925 para 3,1 % em 1949 (CEPAL, 1951).

Para Prebisch, com a emergência norte-americana reduziu-se a velocidade de rotação da correia de transmissão do centro para a periferia. Rodriguez (1981: 44) assim descreve esta mudança e suas implicações para a periferia:

“Bem diversa foi a forma como operou a economia mundial a partir dos anos vinte, e, especialmente, a partir da grande crise dos anos trinta, quando a influência da economia norte-americana passou a ser decisiva. Nas contrações cíclicas reproduz-se igualmente a tendência ao superávit de sua balança e à absorção de ouro. Mas nos períodos de auge, tendo em vista o baixo coeficiente de exportações, a transmissão da expansão econômica à periferia, através das importações de produtos primários, faz-se de maneira relativamente lenta, tendendo a perpetuar-se o déficit comercial durante um lapso de tempo mais prolongado. Pior ainda, durante essa fase, sobrevêm novas reduções do coeficiente de importações do centro, as quais geram uma tendência ao déficit externo crônico da periferia e à contínua absorção do ouro por parte do novo centro cíclico”.

É importante que se tenha em mente que Prebisch definiu o sistema centro-periferia não apenas na órbita das trocas mercantis, cuja análise da deterioração dos termos de intercâmbio acabou se tornando, infelizmente, sua marca registrada, mas também na órbita da circulação monetária em escala mundial. Em seu tempo e em seu lugar, suas concepções são de uma fidelidade invulgar ao pensamento keynesiano sobre a instabilidade que o padrão-ouro introduzia na economia mundial e sobre os estrangulamentos no comércio internacional, resultantes da gestão ortodoxa da moeda pelas economias centrais. A importância de sua discussão sobre a deterioração dos termos de intercâmbio, que serviu tanto de instrumento para seus críticos, como de argumento para seus vulga-

rizadores, tem validade quando é considerada como indicador do ritmo diferenciado de introdução do progresso técnico na economia mundial.

O mérito das análises de Prebisch estava em considerar a economia mundial como uma estrutura articulada, cuja forma mais elementar estava expressa nas relações centro-periferia. Isto significa que - avançando no emprego das escalas geográficas como elemento de análise - tinha perfeita clareza que a economia mundial não era exatamente o somatório das partes nacionais que a compunham, nem muito menos que o comércio entre elas resultava da troca de excedentes domésticos em busca de pretensas vantagens comparativas. Neste aspecto, sua construção é precursora no sentido de considerar o comércio internacional como um elemento de integração entre estruturas diacrônicas, onde o progresso técnico assume papel determinante na velocidade de resposta destas estruturas ao comportamento cíclico da economia mundial. Isto é ressaltado por Furtado (1992 : 63), quando diferencia as análises de Prebisch de seus antecessores, mostrando que nela tempo e espaço assumem papéis fundamentais e interdependentes, pois "o tempo de propagação das ondas cíclicas é função do grau de abertura externa do centro principal".

Esta vertente da construção prebischiana foi relegada a um plano secundário em função do relevo atribuído às concepções de desenvolvimento/subdesenvolvimento derivadas das relações centro-periferia, embora os desequilíbrios externos tenham sido um dos problemas fundamentais da economia mundial a partir dos anos 60, situação que se acentuou posteriormente quando a instabilidade nas contas externas atinge o centro hegemônico da economia mundial. Um fato despertava a atenção de Prebisch em suas análises das relações entre a economia britânica e o restante do mundo: o seu coeficiente de importação era muito superior ao de exportação no auge do seu predomínio no cenário mundial. Mais do que isto, "ao finalizar o decênio de 20, o Reino Unido pagava um terço ou mais de suas importações com rendas derivadas de seus

investimentos no exterior. No papel de centro principal, essa economia se havia afirmado inicialmente como vanguarda do progresso técnico, o que lhe valeu uma grande capacidade de penetração nos mercados dos demais países" (Furtado, 1992: 64)

Assim, as principais características da concepção cepalina de desenvolvimento não estão restritas apenas ao aumento da riqueza nacional, "mas elucidar quais as características que tal processo assume ao se difundirem as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema econômico mundial composto por centros e periferia". (Rodríguez, 1981: 37). Esta visão está construída não apenas sobre um desenvolvimento desigual originário, pois o caráter dinâmico do progresso técnico altera permanentemente, não apenas a quantidade, mas também a qualidade das relações que se estabelecem entre estas duas parcelas distintas da economia mundial. Existe aqui implícita uma dimensão espaço-temporal, já que centro e periferia se constituem historicamente como resultado da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia mundial.

A importância de sua discussão sobre a deterioração dos termos de intercâmbio, que serviu tanto de instrumento para seus críticos, como de argumento para seus vulgarizadores, tem validade quando é considerada como indicador do ritmo diferenciado de introdução e absorção do progresso técnico na economia mundial. Nos centros, devido a densidade e homogeneidade da estrutura produtiva, os avanços tecnológicos se propagam em um período de tempo relativamente breve. Na periferia, além de partir-se de um atraso inicial, o vetor de introdução do progresso técnico é o setor exportador de produtos primários, diretamente articulado aos centros, difundindo-se lentamente pelas atividades a ele relacionadas. O que, não apenas leva a uma difícil coexistência com os demais setores relativamente atrasados, como também acentua a dispersão e a heterogeneidade originária da estrutura produtiva.

É nesse sentido que os conceitos de centro e periferia possuem uma clara conotação dinâmica, pois partem da hipótese original de que o processo de desenvolvimento é intrinsecamente produtor de desigualdades, pois pressupõe que a evolução ao longo prazo do sistema econômico mundial aumente o fosso que separa estas duas parcelas da economia mundial e também acentue as disparidades no interior da própria periferia. O resultado mais imediato destes postulados é a evolução desigual de produtividades e rendas médias, já que a incorporação do progresso técnico ao processo produtivo é mais intensa na indústria dos centros do que na atividade primária-exportadora da periferia, que, por sua vez, são dinamicamente insuficientes para difundi-lo nos demais setores da economia periférica.

“De um ponto de vista conceitual, essas duas desigualdades - isto é a disparidade dinâmica entre a produtividade do trabalho nas economias centrais e a produtividade do trabalho nas economias periféricas, bem como a diferenciação crescente entre as rendas médias nos centros e na periferia - vinculam-se entre si através das postulações relativas à deterioração dos termos de intercâmbio.” (Rodríguez, 1981: 38).

É somente nesta visão dinâmica do processo de desenvolvimento desigual entre centro e periferia que assume significado a noção de deterioração dos termos de intercâmbio. Ela é um vínculo conceitual entre os dois polos do sistema da economia mundial visto pelo ângulo da periferia, na medida em que aparece como um indicador real, estatisticamente mensurável, do ritmo diferenciado de crescimento da produtividade e da renda. Daí o círculo vicioso expresso na dificuldade de atingir taxas de acumulação tão elevadas como nos centros para reduzir o atraso originário, o que em outras palavras representa a expressão do fenômeno da “causação circular” de Myrdal.

As tentativas de conferir ao mecanismo da deterioração dos termos de intercâmbio o ‘status’ de paradigma atemporal contraria frontalmente as teses de Prebisch. Para ele, a propagação do progresso técnico dá-se a partir das economias

centrais, que, por sua vez, gravitam em torno de um centro principal. Foram essas relações entre as economias centrais que se modificaram sensivelmente com a emergência dos EUA como centro principal, pelas razões apontadas acima. Daí o "Estudio" começar com a afirmativa de que "a propagação do progresso técnico dos países originários ao resto do mundo tem sido relativamente lenta e irregular", o que havia suscitado reações por parte das economias periféricas, particularmente aquelas da América Latina, em busca de outras vias de acesso ao progresso técnico, assim a industrialização latino-americana devia ser vista como integrante dessa "nova fase do processo de propagação universal da técnica". (CEPAL, 1951)

O resgate de Prebisch, tal como proposto por Furtado (1992), deve levar em conta o caráter sincrônico de suas análises sobre as dimensões espaciais da economia mundial sob "conjunturas adversas", onde as relações centro-periferia são definidas a partir do papel do comércio mundial, como elemento de integração, e do progresso técnico, como fator de diferenciação. Nesse sentido, seu mérito reside em lançar as bases de uma teoria do comportamento dinâmico da economia em sua dimensão espacial, que rompeu com as limitações impostas pela escala nacional das análises então disponíveis, abrindo caminho para uma visão global dos mecanismos que produzem instabilidade e dos circuitos e redes que a difundem por nações e regiões.

Notas

¹ Parte das análises apresentadas neste capítulo e no seguinte foram publicadas, de forma resumida, em Egler (1990 e 1991).

² Os "trinta gloriosos" corresponde aos trinta anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando a economia mundial foi marcada por uma prosperidade sem precedentes na história do capitalismo.

³ Deve-se chamar a atenção que a reificação de categorias de análise não é privilégio da geografia. Um dos exemplos mais notáveis desse processo entre as ciências sociais é a transformação do conceito de "modo de produção" em objetos diferenciados do "mundo real". As várias tipologias dos "modos de produção" são bastante conhecidas e criticadas.

⁴ Sobre o papel da Bretanha na construção da questão regional na França, vide Terray (1973: 149-51).

CAPÍTULO 2 - CRISE, TECNOLOGIA E DINÂMICA TERRITORIAL

Diversas concepções procuram explicar as origens da crise e os rumos do processo reestruturação da economia mundial. Dentre elas, devido às suas implicações territoriais, podemos destacar três grandes vertentes teóricas:

a) as análises que privilegiam os ciclos ou ondas longas de inovações, enquanto rupturas periódicas no processo de acumulação;

b) as teses da chamada "Escola da Regulação Francesa", que analisam a crise a partir do esgotamento do fordismo, enquanto regime de acumulação;

c) as concepções que conferem papel de destaque a concorrência, enquanto elemento de mediação entre as leis de tendência e a dinâmica concreta das economias capitalistas.

Para avaliar o seu potencial analítico na compreensão da dinâmica territorial recente será feita uma curta exposição destas três linhas teóricas, apontando vantagens e limitações, bem como suas principais contribuições para a análise da conjuntura atual atravessada pela economia brasileira.

2.1 - Os ciclos ou ondas longas de inovação

A teoria das ondas longas de inovações foi formulada originalmente por Kondratieff (1935) a partir da análise da crise da década de 1920. Sua concepção original partia do ciclo "natural" de substituição dos bens de capital de longo período de amortização, que repercutia diretamente no comportamento, também cíclico, do mercado financeiro. Para Kondratieff este processo de expansão/retração da base produtiva ocorreria em períodos regulares de aproximadamente cinquenta anos, divididos em uma fase "A" expansiva e em uma fase "B" recessiva. Kondratieff e seus seguidores definiram, grosso modo, as seguintes ondas longas:

Onda Longa Kondratieff	Fases		
	+-----A-----+	+-----B-----+	
I	1780-90	1810-17	1844-51
II	1844-51	1870-75	1890-96
III	1890-96	1914-20	1940-45
IV	1940-45	1967-73	?

Schumpeter (1939) também trabalhou a conjunção de investimentos de longa maturação em períodos relativamente concentrados no tempo, embora sua explicação para os ciclos longos estivesse focada na introdução de um feixe de inovações primárias que abrisse uma nova fronteira para os negócios na fase expansiva e que gradativamente fosse perdendo seu dinamismo na fase recessiva. Para Schumpeter, estas inovações primárias relevantes foram a metalurgia do ferro e o tear mecânico no primeiro ciclo; a máquina a vapor, a ferrovia e o processo Bessemer de fabricação de aço no segundo; a energia elétrica, a indústria química e de materiais sintéticos e o início da automobilística no terceiro. Os neoschumpeterianos assumem o quarto ciclo nas inovações da indústria automobilística, petroquímica, aeronáutica e nuclear do após-guerra e prevêem um quinto ciclo de inovações com base na microeletrônica, informática, biotecnologia e novos materiais para os anos futuros.

A importância destas concepções está no rompimento com a visão neoclássica de que a dinâmica do capitalismo é marcada pela estabilidade a longo prazo, entretanto seus principais críticos, embora concordem com a instabilidade do investimento e com a conjunção dos feixes de inovações primárias no tempo, duvidam da regularidade "natural" de cerca de cinquenta anos na ocorrência do processo de crise e reestruturação da economia mundial.

Os marxistas têm sido céticos na adoção das ondas longas, embora Mandel (1980) na sua análise do capitalismo tardio tenha incorporado os ciclos longos como resultantes da

tendência à perequação da taxa de lucro no capitalismo monopolista, assim uma onda expansiva ocorreria quando estivessem operando mecanismos que contrabalançassem o declínio da taxa de lucro, entrando na fase depressiva quando esgotasse o efeito destes mecanismos e a tendência voltasse a impor seus inexoráveis desígnios sobre o movimento do capital. Esta visão se inclui entre as concepções estagnacionistas e de crise permanente do capitalismo.

A retomada das análises fundadas nas ondas longas como explicação para a crise e reestruturação da economia mundial pode também ser encontrada nos trabalhos do Science Policy Research Unit (SPRU) da Universidade de Sussex (GB), onde destacam-se as coletâneas organizadas por Freeman (1984 e 1986) e o trabalho original de Dosi (1984) acerca das mudanças técnicas na estrutura industrial¹. Outra linha que procura resgatar as ondas longas em uma dimensão mais abrangente é aquela que procura romper com os limites da base econômica e técnica da teoria e ampliar seu espectro analítico através da introdução do conceito de estruturas sociais de acumulação (Kotz, 1987).

No Brasil, o principal analista a empregar as ondas longas Kondratieff em suas interpretações da dinâmica da economia brasileira é Inácio Rangel (1982), que as utiliza para explicar o processo de industrialização periférica e para interpretar a natureza das crises do capitalismo brasileiro, que com a implantação de um departamento produtor de bens de produção também responderia a um comportamento cíclico de média duração: os ciclos de Juglar². Para este autor, a concordância da fase B do Quarto Kondratieff com a fase contracionista do ciclo médio é responsável pela atual crise que atravessa a economia brasileira. O principal e grande mérito deste autor pioneiro é a insistência na necessidade de uma saída planejada para a ocupação dos recursos ociosos que se formaram na economia durante a fase recessiva.

É inegável que a concepção dos ciclos de inovação constituem um avanço importante diante de uma visão linear do crescimento da economia, em geral predominante. Entretanto a sua pretensa regularidade e sua determinação técnica podem levar a interpretações do tipo "Deus ex machina", onde a inovação tecnológica goza de total autonomia em relação aos fatores históricos, econômicos e sociais. Não são poucas as análises que centralizam o foco nas "revoluções tecnocientíficas" como motrizes do desenvolvimento humano, sejam elas marxistas ou funcionalistas, muitas delas incapazes de ocultar o mito do "Prometeu desacorrentado" que lhes dá substrato e que confere à ciência e à tecnologia uma falsa neutralidade social, que alimenta a crença positivista na ordem natural como via necessária para o progresso humano.

Nesse sentido, o relevo conferido a mudança tecnológica confere também caráter automático a saída da crise, que no atual momento, segundo os neo-schumpeterianos, está expressa na difusão das chamadas "novas tecnologias" de base microeletrônica, cabendo aos mentores e executores da política econômica e da gestão do território atuar no sentido de retirar os obstáculos e criar condições favoráveis para a plena vigência da nova onda de inovações.

Do ponto de vista espacial, diversos autores buscaram aplicar as ondas longas na análise da dinâmica econômica no espaço e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional (Marshall, 1987), entretanto foi Wallerstein (1979 e 1983) que utilizou as ondas longas Kondratieff para construir uma abrangente e ambiciosa concepção que sintetizasse as transformações da economia-mundo, categoria derivada da formulação braudeliana, onde o sistema capitalista se apresenta, desde a sua origem no século XV, como uma estrutura fundada na existência de um único mercado mundial, onde as mercadorias são produzidas primordialmente para valorizar o capital nelas investido e o desenvolvimento das trocas com o exterior constitui condição inerente ao próprio surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Taylor (1985) e Knox e Agnew (1989) aplicaram essa concepção na geografia da crise do mundo contemporâneo. Taylor (1985) utiliza o conceito de economia-mundo de Wallerstein e as ondas longas de Kondratieff para construir uma matriz espaço-temporal procurando expor as principais transformações na estrutura do sistema capitalista desde as suas origens, diferenciando-a segundo os três setores adotados por Wallerstein (1979): centro, semi-periferia e periferia. Knox e Agnew buscam interpretar o processo de expansão territorial da economia-mundo capitalista desde suas origens na Europa Ocidental até a sua globalização sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Este referencial é útil para uma primeira aproximação às dimensões globais do processo de crise e reestruturação por que passa a economia mundial capitalista no final deste século, principalmente no que diz respeito ao seu fundamento mercantil e desigual. Foi utilizado por Becker e Egler (1992) para a análise da inserção do Brasil na economia mundial, entretanto, como foi apontado naquele trabalho, ela possui limitações justamente no que diz respeito às articulações contraditórias entre o movimento global e a dinâmica dos componentes nacionais e, mesmo regionais, fazendo-se necessárias análises complementares sobre as especificidades do desenvolvimento do capitalismo nas diversas parcelas nacionais que compõem a economia-mundo, ressaltando que sua principal vantagem está em permitir estudos comparativos a nível internacional.

É difícil não reconhecer - nessa concepção abrangente do desenvolvimento do capitalismo - o risco da sobredeterminação da lógica da economia-mundo sobre a de suas partes constituintes, o que transparece na utilização do mecanismo simplificador das trocas desiguais³ para descrever as relações entre centro e periferia como derivadas da exploração colonial, reescrevendo algumas teses equivocadas sobre o imperialismo.

2.2 - A "Escola da Regulação" e a crise do fordismo

A auto-denominada "Escola da Regulação" nasceu da análise da atual crise da economia capitalista e se propõe a uma das mais ambiciosas revisões do pensamento marxista, utilizando largamente formulações keynesianas, para explicar as origens da crise e seus desdobramentos prováveis. Sua matriz teórica original é a obra de Aglietta (1976) sobre a regulação e crise do capitalismo norte-americano, onde foram expostos os traços fundamentais desta "Escola" que tem seguidores em todas as partes do mundo. Neste trabalho, foi empregado o conceito de fordismo, que assume um papel angular para a "Escola da Regulação", já que cristaliza várias de suas categorias teóricas e sintetiza suas principais concepções acerca do período posterior à Segunda Grande Guerra.

O fordismo, enquanto forma de organização do processo de produção, está descrito nos textos de Aglietta (1976), Palloix (1976) e Coriat (1976), e representa um aprofundamento do taylorismo, enquanto aplicação da técnica ao processo de trabalho visando acelerar a conclusão do ciclo mecânico e ocupar os tempos vazios do processo produtivo. O taylorismo manifesta "um princípio geral de organização que reduz o grau de autonomia dos trabalhadores e os coloca sob uma permanente vigilância e controle no cumprimento do "output norm"". (Aglietta, 1976: 114). Ele é uma resultante da Segunda Revolução Industrial e o fordismo é a sua expressão no período posterior a Segunda Grande Guerra, onde generalizou-se a cadeia de montagem semi-automática que "desenvolveu ainda mais a mecanização do trabalho, incrementou a intensidade do trabalho, radicalizou a separação entre o trabalho manual e o trabalho mental, submeteu rigorosamente os trabalhadores à lei da acumulação e tornou o progresso científico contra eles como um poder a serviço da expansão uniforme do valor". (Op. cit.: 117-8)

Desde logo é possível perceber que a concepção do fordismo privilegia as relações entre a tecnologia e o processo

de trabalho, o que já é um elemento fundamental para distingui-lo, enquanto formulação teórica, das ondas ou ciclos longos de inovação, embora não esteja isento de críticas quanto a sua consistência, enquanto categoria descritiva das transformações do processo de produção, como aponta Moraes Neto (1988). Entretanto, para os membros da "Escola da Regulação" isto é apenas a forma elementar do conceito. Para eles o fordismo é essencialmente o regime de acumulação intensivo que garantiu a formidável expansão da economia capitalista no pós guerra⁴.

Desde a Primeira Revolução Industrial até a Primeira Grande Guerra, segundo a "escola da regulação", dominou nas economias capitalistas um regime de acumulação de caráter extensivo, fundado na expansão do departamento produtor de bens de produção e na conquista de novos mercados. No entanto, a partir da Segunda Grande Guerra, o regime de acumulação seria intensivo, isto é, apoiado no consumo de massas, com os assalariados fazendo parte integrante do processo de acumulação e reprodução capitalista, cuja dinâmica se expressaria nos crescentes ganhos de produtividade em relação aos aumentos dos salários reais. Assim definido o fordismo, é fácil deduzir suas explicações sobre as raízes da crise que estão na desaceleração geral dos ganhos de produtividade que, a partir do final da década de sessenta, começou a afetar o núcleo do sistema fordista de produção: a indústria automobilística. (Boyer, 1979)

Os motivos desta desaceleração não estão na inflexão das ondas longas, como procuram insistentemente mostrar, mas sim em que:

"esta forma de organização do trabalho (o fordismo), baseada na expropriação da maioria dos produtores do controle de sua atividade, reduziu as fontes de produtividade apenas à atividade dos engenheiros e técnicos, que só podem aumentar a produtividade de todos os agentes através das máquinas mais complexas por eles concebidas. Entende-se porque a desaceleração da produtividade anda junto com o crescimento do coeficiente de capital fixo per capita." (Lipietz, 1985: 59).

Em outras palavras, para este autor os capitalistas deixaram de investir porque a composição orgânica do capital nos setores dinâmicos tornou-se muito elevada reduzindo os ganhos de produtividade sobre os salários. Neste aspecto, é necessário concordar com Possas (1988) em que os percalços lógicos da "Escola da Regulação" "atravessam com excessiva rapidez o espaço teórico extremamente difícil - porque repleto de questões pendentes, proposições inconclusivas e abordagens contraditórias - entre o alto nível de abstração em que se movem conceitualmente no âmbito da reprodução/regulação, e os movimentos de conjuntura da crise, da política econômica e das lutas sociais." (Possas, 1988: 207)

Do ponto de vista espacial, o principal teórico da "Escola da Regulação" é Lipietz (1985) que procura aplicar o conceito de fordismo à economia internacional, utilizando a estrutura centro/periferia e criando os conceitos de "taylorização primitiva" e "fordismo periférico" para analisar os deslocamentos espaciais da grande empresa em direção às economias de industrialização recente, como o Brasil, o México e a Coréia. O "fordismo periférico" é uma resultante imediata da própria lógica do fordismo e de suas alternativas para contrabalançar a queda de produtividade nas economias centrais "através da ampliação da escala de produção, e a procura de regiões oferecendo salários mais baixos." (Lipietz, 1985: 88). Este movimento do centro para a periferia se faz através da difusão de estações de trabalho parcelizadas e repetitivas que buscam apenas utilizar a mão de obra barata da periferia nas fases de montagem de produtos que serão reexportados para o centro. É a "taylorização primitiva", segundo Lipietz (Op. cit.: 92), que vai se instalar nas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) da Coréia ou Formosa ou na "zona de fronteira" mexicana.

Para ele, esta fase inicial não pode ser classificada como "fordismo", já que apenas parcela do processo produtivo é transferida do centro. O "fordismo periférico" somente começou a generalizar-se a partir dos anos setenta, quando

se consolida a industrialização de algumas economias periféricas, os NICs (Newly Industrialized Countries), que embora traga as características básicas do fordismo, como a produção seriada de bens de consumo duráveis, é "periférico" porque somente se apóia em uma parcela do mercado, formada pelas classes médias urbanas, sem que generalize o consumo de massas que caracteriza o "fordismo central". Esta concepção de Lipietz recebeu críticas de membros da própria "Escola da Regulação", que consideram que:

"alimentou-se uma confusão entre os suportes técnicos do fordismo (a linha de montagem...) e suas características econômicas e sociais. Assim o fordismo é, essencialmente, a integração num mesmo espaço das normas de produção e consumo. Portanto, quando observamos uma forte ausência de sincronia entre a divisão internacional do trabalho e a de consumo, a contradição entre os termos aparece". (Boyer, 1986: 151).

A crítica de Boyer ressalta as especificidades do fordismo, enquanto regime de acumulação, vis-à-vis a sua concepção mais difundida de processo técnico de produção, frequentemente utilizada por analistas da dinâmica espacial para justificar as mudanças na distribuição territorial da riqueza em função da crise e da reestruturação produtiva. Nesse sentido, a advertência quanto ao uso indiscriminado do termo "fordismo" é procedente. Por outro lado, a concepção de dinâmica espacial de Lipietz já estava esboçada em obra anterior (Lipietz, 1977) e simplesmente foi adaptada para conter o "fordismo". Sua concepção da dinâmica espacial na economia mundial, parte da incessante busca do capital de reverter a queda tendencial da taxa de lucro. (Lipietz, 1977: 76) No caso de sua aplicação ao "fordismo", o movimento passa a ser explicado pela tentativa de reverter a queda de produtividade nos setores "fordistas" centrais que "empurra" o capital para a periferia⁵.

O principal mérito do "fordismo" e da "Escola da Regulação" é o resgate do Estado e das instituições, que através da gestão da moeda e da força de trabalho, constitui parte integrante do modo de regulação, já que:

"Sabe-se que um regime de acumulação não fica planando, espiritualizado, no mundo etéreo dos esquemas de reprodução. Para que tal esquema se realize e se reproduza em caráter permanente é necessário que algumas forças institucionais, procedimentos, hábitos, que agem como forças coercitivas ou incentivadores levem os agentes privados a se conformarem com tais esquemas. Esse conjunto de formas é chamado de modo de regulação." (Lipietz, 1985: 49).

Desta maneira, as duas últimas décadas foram marcadas pela crise do modo de regulação "monopolista" ou "administrado", que representava a estrutura institucional que havia conseguido superar a grande crise de 1929. Segundo os regulacionistas, trata-se atualmente de orientar as metas de política econômica no sentido de facilitar a "emergência de um novo modo de regulação adequado, processo no qual o Estado pode tentar participar, menos direta do que indiretamente". (Boyer, 1986: 37)

No Brasil, um exemplo de aplicação dos princípios da "Escola da Regulação" na análise da crise atual pode ser encontrado nos trabalhos de Oliveira (1988), que introduz o conceito de "fundos públicos", como gestado durante o período do Welfare State e que se tornou instrumento de reprodução tanto do capital como da força de trabalho. A tese de Oliveira defende a emergência de um "anti-valor", na medida em que "o padrão de financiamento público "implodiu" o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral" (Oliveira, 1988: 14). Apesar do viés neo-ricardiano desta concepção de valor, enquanto medida geral e invariável, da atividade econômica, a concepção de Oliveira vai situar o "fundo público" como o elemento fundamental na formação da taxa média de lucro no setor oligopolizado da economia, "regulando", portanto, a concorrência entre blocos de capital, dando uma resposta pouco convencional ao problema da transformação de valores em preços.

Oliveira (1990) aplicou sua concepção na análise da questão regional no Brasil, definindo a categoria de "regulação autoritária" para descrever a utilização dos "fundos públicos" durante o período autoritário, onde a lógica privada orientou a utilização dos recursos públicos. Mais do que isto:

"os mecanismos financeiros que presidem à expansão capitalista no Nordeste configuram um novo papel dos fundos públicos na constituição do capitalismo contemporâneo. Poderiam ser listados como estando na vanguarda de um capitalismo financeiro em geral, que se arma a partir dos fundos públicos, se concretiza e se torna capital privado na órbita da produção, se traveja na modernidade de uma nova relação capital-trabalho, irriga o bem-estar na forma de gastos sociais públicos, escanteia o acaso e o aleatório dos processos econômicos e sociais até os limites do possível em contextos históricos determinados (...)" (Oliveira, 1990: 68-9).

Neste raciocínio, a passagem do nível nacional para o regional é feita através dos "fundos públicos", que atuam como "argamassa principal dos capitais" em busca de valorização, conferindo uma estrutura nacional às diversas frações de capital investidas regionalmente (Op. cit.; 78). Para Oliveira houve uma "desregionalização da economia", na medida em que as economias regionais estão integradas nacionalmente, entretanto os "fundos públicos" desempenham um duplo papel: são base para a formação do "capital financeiro geral" e são também objeto de disputa pelas diversas frações regionais de capital, destruindo e recriando questões e querelas regionais, onde o Nordeste tem papel de destaque (Op. cit.: 89).

Do ponto de vista analítico, Oliveira recria sua concepção anterior de "homogeneização do espaço" (Oliveira, 1977), agora expressa nos "fundos públicos", enquanto "locus" de regulação geral da economia e da sociedade. Entretanto, embora esta visão possa ajudar a lançar um pouco de luz sobre o conturbado período vivido atualmente, visto como uma crise do modo de regulação, não contribui muito para analisar os seus possíveis desdobramentos territoriais,

já que a sobredeterminação do Estado e da questão nacional vela as características peculiares das regiões e seus papéis diferenciados na reestruturação produtiva.

2.3 - Concorrência, progresso técnico e crise

Diversos analistas têm colocado papel de destaque na relação entre os padrões de concorrência e o processo de introdução de inovações como um dos elementos importantes para explicar a crise e a reestruturação produtiva da economia mundial. De modo distinto das concepções anteriores, que ora estão enfeixadas em torno de uma noção central, como as ondas longas, ora grupadas em uma "Escola", como os seguidores da regulação, as análises que procuram ressaltar a concorrência, enquanto aspecto importante da dinâmica econômica estão, pela própria natureza do referencial analítico, dispersas nas obras de vários autores, que vão dos textos já clássicos de Steindl (1952) e Sylos-Labini (1964) até sínteses recentes de economistas brasileiros como Furtado (1987), Tavares (1978, 1990), Mazzucchelli (1985) e Possas (1985 e 1987).

De um modo simplificado, a questão central para estes autores está em estabelecer o nexo entre as decisões de investimento dos vários blocos de capital e o comportamento da economia capitalista como um todo. O primeiro aspecto importante a ser destacado é que ela não deriva, enquanto construção teórica, das situações de crise, mas sim parte de uma concepção mais geral da dinâmica capitalista para compreender as condições gerais que levam a situações de crise. Neste sentido, o ponto de partida está na constatação de que "a crise real só pode se impor a partir do movimento real da produção capitalista da concorrência e do crédito" (Marx, 1959: 439), o que implica em que "as crises, em seu caráter determinado, ou complexamente determinado, só podem ser entendidas a partir do movimento da competição intercapitalista". (Mazzucchelli, 1985: 57).

É nesse sentido que a concorrência, enquanto um "processo de defrontação ('enfrentamento') dos vários capitais" deve ser pensada. Ela é:

"parte integrante inseparável do movimento global de acumulação de capital, em suas diferentes formas e que lhe imprime, na qualidade de seu móvel primário e vetor essencial, uma direção e ritmo determinados e em conteúdo historicamente específico. Em outros termos, trata-se do motor básico da dinâmica capitalista (...)
(Grifos do Autor). (Possas, 1985: 174)

A concorrência assume materialidade na conformação das estruturas de mercado, que expressam as especificidades do processo competitivo nos diversos ramos da atividade capitalista. Para caracterizá-las é necessário definir um determinado padrão de concorrência nelas vigente, que é composto por uma forma de inserção das empresas na estrutura produtiva - isto é sua posição no sistema industrial que envolve desde os requerimentos tecnológicos até a utilização dos produtos -, e as estratégias de concorrência, compreendendo as decisões estratégicas das empresas líderes no que diz respeito aos aspectos tecnológicos, financeiros e mercadológicos. (op. cit.: 175)

A questão central está nas relações entre as estratégias de concorrência e a introdução do progresso técnico. De um lado, a conquista de uma inovação importante pode garantir ganhos monopólicos a uma determinada empresa durante um certo período de tempo. Por outro, a existência de um padrão tecnológico com o mínimo de estabilidade é uma exigência para definir as condições de sua inserção na estrutura produtiva, já que mudanças bruscas podem postergar decisões de investimento ou condenar a obsolescência precoce parcelas ponderáveis de capital. É importante considerar que o progresso técnico possui uma componente relativamente autônoma determinada pelos avanços da ciência e da técnica, cabendo às decisões econômicas vencer as barreiras que separam os laboratórios das fábricas. Neste sentido, não há como discordar de Possas (1985: 177) quando afirma que a

tecnologia é uma arma "arriscada como instrumento na luta competitiva, devendo ser aplicada com cautela e parcimônia". Em poucas palavras, existe um preço a pagar e um risco a correr para "desacorrentar Prometeu".

Neste ponto, é importante ressaltar os esforços desenvolvidos a partir das análises de Dosi (1984) que utilizam o referencial schumpeteriano para buscar a "interação dinâmica entre as dimensões tecnológica e comportamental da concorrência nos mercados industriais; ou ainda entre as dimensões estrutural e estratégica da dinâmica industrial" (GA) (Possas, 1989: 172-3). Interação dinâmica esta que deve garantir que autonomia relativa da ciência e da técnica não constitua elemento de indeterminação da dinâmica econômica, mas que sim contribua para superar "as hipóteses de 'estrutura estável' inerentes aos modelos convencionais de crescimento e ciclo econômico" (...) (Op. cit.: 174)

Neste sentido, como mostra Furtado (1987: 219-22), as raízes da crise encontraram ambiente fértil justamente no padrão de acumulação que havia sustentado um crescimento sem precedentes da economia mundial capitalista no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Esse padrão foi construído sobre a base técnica definida pela liderança das indústrias automobilística, eletro-eletrônica e petroquímica, cujas inovações mais importantes datam do início do século XX, que operando com elevadas escalas de produção e grande demanda de energia e matérias-primas consolidou grandes complexos industriais e expandiu o mercado e a fronteira de recursos naturais por toda a superfície da Terra.

Esse modo de desenvolvimento capitalista encontrou sua expressão mais elaborada na definição de um espaço monetário mundial fundado no dólar norte-americano, enquanto padrão internacional de trocas e de reserva de valor. A hegemonia norte-americana permitiu que sua moeda nacional se constituísse em "um equivalente geral na escala do mercado capitalista mundial" (De Brunhoff, 1977: 137). O sistema definido em Bretton Woods não apenas sancionou a hegemonia nor-

ter-americana sobre seus parceiros comerciais, como colocou sob sua responsabilidade a gestão da moeda internacional. A definição do espaço monetário mundial conferiu uma mobilidade sem precedente aos capitais em busca de valorização, viabilizando o cálculo capitalista em qualquer parte do planeta (Furtado, op. cit: 222-26).

Neste espaço econômico mundial fracionado em territórios nacionais, a grande empresa oligopólica atingiu dimensões transnacionais. Gestada pela associação do capital bancário com o industrial, nutrida pela proteção estatal durante a fase clássica do imperialismo, a grande corporação encontrou, na estrutura espacial moldada no pós-guerra, condições extremamente propícias para ampliar e diversificar as suas operações. Boa parte da geografia econômica dos "trinta gloriosos" foi escrita através da concorrência entre corporações transnacionais na busca de lugares e posições privilegiadas na economia mundial. Detentoras de grandes massas de capital, que lhes permitiam acesso a economias de escala, controlando o processo de introdução do progresso técnico e dispondo de estruturas centralizadas de gestão e planejamento estratégico, as grandes empresas oligopólicas - principalmente norte-americanas - estavam capacitadas a ampliar os limites de sua área de atuação, sem a necessidade da intervenção direta do Estado. A "Pax Americana" definiu os contornos gerais do espaço econômico no cenário da Guerra Fria; entretanto foram as próprias empresas, através de barreiras econômicas à entrada de competidores, que traçaram em conjunto com os Estados nacionais, as fronteiras dos seus territórios econômicos.

Um ponto de partida para analisar a dinâmica territorial das economias capitalistas, a partir das relações entre concorrência e progresso técnico - linha teórica que será a diretriz deste trabalho - é retomar algumas das teses originais de Hilferding (1910) acerca da exportação de capital e a luta pelo território econômico, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Segundo este autor:

"enquanto, por um lado, a generalização do sistema protecionista aspira desmembrar progressivamente o mercado mundial em territórios econômicos individuais separados por Estados, a evolução para o capital financeiro eleva a magnitude do espaço econômico. Este sempre foi de grande importância para o desenvolvimento da produção capitalista. Quanto maior e mais povoado for o espaço econômico, tanto maior pode ser a unidade empresarial e, portanto, tanto menores os custos de produção e tanto mais acentuada também a especialização interior das empresas, o que significa igualmente redução dos custos de produção." (Hilferding, 1910: 293).

O caráter contraditório entre a busca de ampliação do espaço econômico e o desmembramento do mercado mundial em territórios econômicos assumia, naquele momento histórico, dimensões antagônicas. Hilferding descrevia a política do capital financeiro como perseguindo três objetivos básicos: "Primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais" (Op. cit.: 306). O resultado destas disputas territoriais não poderia ser distinto do que duas grandes guerras mundiais.

É importante, antes de prosseguir a análise em direção aos dias atuais, precisar um pouco melhor os conceitos de espaço e território econômico, que na tradução do texto de Hilferding são empregados de modo indistinto. A lógica do capital financeiro seria criar o maior espaço econômico possível, a seguir transformá-lo em um território econômico protegido por barreiras políticas e alfandegárias, o que garantiria sua exploração por associações monopolistas nacionais. A diferença fundamental do período descrito por Hilferding e a fase posterior a Segunda Guerra estava na capacidade da grande empresa em estabelecer economicamente, através das barreiras à entrada e da administração planejada da capacidade ociosa, os limites de seu território de atuação.

A noção de território econômico, tal como definida por Hilferding, representa um elemento importante de mediação entre o conceito de estruturas de mercado e a distribuição geográfica da atividade produtiva. O trabalho pioneiro de Steindl (1952) acerca das estruturas de mercado em oligopólio, parte da idéia de que o grau de utilização é "a variável dinâmica central de interação da empresa com o mercado" (Possas, 1984: 161). Isto significa que a capacidade excedente planejada, definida no interior de cada grupo de indústrias, é um fator determinante para, não apenas definir os limites de sua área de mercado, mas principalmente para "regular" ou "ajustar" o padrão de concorrência vigente em seu interior.

Para Steindl (1952), o padrão de concorrência em um ramo industrial é definido, em grande parte, pelo ritmo de acumulação interna às firmas que o compõem. Neste sentido, para ele existem dois tipos básicos de empresas: as 'progressivas', que dispõem de potencial de acumulação interna, e as 'marginais' cuja taxa de acumulação interna é desprezível. Assim:

"se existem firmas que, devido a economias de escala ou, falando de maneira geral, devido a adoção de qualquer inovação técnica que reduza os custos, possuem maiores margens de lucro bruto e maiores margens de lucro líquido do que as firmas marginais, essas firmas apresentarão uma tendência natural para expandir-se, em relação a outras firmas" (op. cit.: 62)

O caráter dinâmico manifesto no processo de expansão das empresas e do mercado, resultante da acumulação interna das empresas progressivas, leva a redefinição das estruturas de mercado e altera os limites do território econômico sob sua influência direta. Posteriormente, o próprio Steindl (1976: 7-8) reconhece isto ao afirmar que:

"as firmas oligopolísticas, em épocas recentes, têm recorrido cada vez mais a outras formas de concorrência: 1) gastos com vendas, método que permite, ao menos, que aumentem sua participação no mercado; 2) inovação de produtos: artigos realmente novos permitem que as firmas superem as condições do mercado e encontrem campo aberto

para a expansão que procuram; 3) investimentos diretos no estrangeiro, que pode, também, oferecer uma saída para uma situação oligopolista estreita."

A busca dos condicionantes da dinâmica territorial da grande empresa oligopólica encontrou na formulação da 'teoria do ciclo do produto' de Vernon (1971) um instrumento analítico que combina a introdução do progresso técnico com a expansão territorial dos mercados. Seu ponto de partida é a divisão do tempo de vida de um produto em três períodos: o de invenção, o da maturidade e o de padronização, seguindo as linhas mestras de Kuznets (1953). A seguir realiza a estratificação do mercado mundial em três níveis distintos quanto ao potencial de absorção de novos produtos. O primeiro nível, onde as rendas são elevadas e a mão de obra qualificada é cara, corresponde a um mercado com alto potencial de geração e absorção de novos produtos. O segundo nível é definido por economias de renda média e mão de obra qualificada abundante, com capacidade de produzir e consumir produtos que já atingiram a maturidade. O terceiro nível corresponde aos países de baixa renda e com escassez de mão-de-obra qualificada, cujas estruturas produtivas e de mercado são capacitadas a absorver somente produtos padronizados.

Lipietz (1977: 96-7) fez a crítica ao 'ciclo do produto' apontando sua excessiva orientação para a "problematização da firma e do produto" e propondo uma concepção alternativa que incorporasse a dimensão espacial da análise de Vernon no interior dos ramos industriais. Assim seria necessário: "considerar o estado da divisão do trabalho entre ramos, as formas necessárias de articulação de ramos (que freqüentemente tomam a forma de externalidade), a divisão do trabalho no seio do ramo (centros de pesquisas, centros de fabricação, centros de montagem), (...)" . Lipietz propõe que seja considerado o "circuito do ramo" como alternativa ao "ciclo do produto", onde "não é mais o deslocamento diacrônico do centro de gravidade da produção de um produto no curso de seu ciclo de vida, mas é a especialização sincrônica (desdobrada sobre um plano, ou melhor, uma esfera)

dos diversos tipos de trabalho que concorrem para os processos de produção que se entrecruzam no ramo (GA)".

A partir do circuito do ramo, Lipietz procura definir as relações econômicas interregionais, como "as relações que se estabelecem, entre regiões desigualmente desenvolvidas, no seio de uma zona de integração articulada em circuitos de ramos que servem um mercado único (GA)". Neste sentido, Lipietz avança ao considerar as regiões como componentes de um território econômico definido por ligações que se estabelecem entre ramos industriais. Entretanto, ao abandonar a "problemática da firma e do produto" ele acaba por perder o elemento dinâmico da análise: a concorrência intercapitalista, substituindo-a por uma concepção simplista e vaga construída sobre "a formação de um valor interregional determinado pela produtividade global dos ramos", onde o "intercâmbio desigual" entre regiões com distintos níveis de desenvolvimento explicaria as diferenças na distribuição da renda e da riqueza (Op. cit: 98-9).

Neste ponto, podemos retomar Possas (1985: 180), no que diz respeito à lógica da "firma e do produto", pois:

"o que a investigação da dinâmica capitalista em seus determinantes e formas básicas requer como base de sustentação microeconômica é a formulação teórica, em suas linhas mais gerais, da lógica capitalista de decisões e do espaço que a condiciona e é por ela transformado no processo competitivo; este por sua vez, responsável, por assim dizer, pelos impulsos que fazem mover o sistema econômico ao serem permeados pela articulação, anárquica mas inteligível, entre as peças da estrutura. A referida lógica de decisões só pode partir da empresa entendida como unidade autônoma de capital, mas sequer teria sentido fora do seu espaço econômico imediato, o mercado; e este move e modifica pela mesma lógica concorrencial que é capaz de conformar, mas que lhe é exterior e sobre o qual tem precedência. Em poucas palavras, o objetivo genérico do lucro e da acumulação só tem existência concreta e recebe contornos específicos pela mediação do mercado".

O conceito de integração representa a resultante dos processos de divisão - técnica, social e territorial - do trabalho, de concentração dos meios de produção e de cen-

tralização do capital¹⁸. O "locus" da integração é o mercado, de acordo com a visão clássica, como instância de realização da produção social. O mercado, nesta visão, nada tem em comum com a concepção neo-clássica e liberal de regulador econômico, enquanto instrumento de manifestação das preferências individuais. Pelo contrário, justamente por constituir-se em uma instância social, ele manifesta as determinações históricas, geográficas e políticas do desenvolvimento do capitalismo em uma porção específica e localizada da economia mundial. Do ponto de vista deste trabalho, com a finalidade de facilitar o entendimento, dividir-se-á o processo de integração em dois níveis articulados: o produtivo e o territorial.

Por integração produtiva entende-se a resultante do processo de divisão e de cooperação técnica no processo de produção, mediadas pelo mercado. A integração produtiva assume formas distintas no processo de desenvolvimento do capitalismo e a análise do papel do mercado pode ajudar a compreender o caráter desta integração. Tomando, por exemplo, a classificação corriqueira da estrutura industrial, feita com base na orientação para o mercado, em bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e não-duráveis, pode-se avaliar o seu papel, histórico e geográfico, no desenho das diversas formas que pode assumir as estruturas produtivas no tempo e no espaço.

A própria formação dos grandes complexos industriais é a manifestação mais evidente das formas contemporâneas de integração produtiva. Descrito como "um conjunto de indústrias que se articulam, de forma direta ou mediatizada, a partir de relações de compra e venda de mercadorias a serem posteriormente reincorporadas e transformadas no processo de produção" (Haugenauer, 1984: 7), representa um processo de divisão técnica da produção, isto é, o desenvolvimento de indústrias complementares, cuja cooperação pode se dar tanto no interior de uma fábrica - onde as economias de escala são fundamentais -, como através de várias fábricas em um mesmo

lugar, na concepção marshalliana do distrito industrial - onde predominam as economias de aglomeração e de diversificação ("scope").

A integração produtiva pode-se apresentar como um processo de concentração espacial dos meios de produção, quando manifesta um complexo territorial (Storper, 1991); entretanto, esta forma de integração não pode ocultar a importância que existe na conformação de ligações técnicas entre indústrias situadas em diferentes localizações, que constitui a noção econômica de complexo industrial. O conceito de integração produtiva permite que se analise tanto as ligações existentes em um mesmo local ou região (complexo territorial) como entre indústrias que possuem fortes ligações entre si (complexo industrial), como é o caso da química ou metal-mecânica.

Sua principal relevância analítica está na possibilidade de avaliar as mudanças introduzidas pelo progresso técnico na estrutura de produção. Os efeitos da reestruturação econômica em curso nas economias avançadas manifestam-se em novas formas de integração produtiva no tecido industrial, que, em grande parte, podem ser descritas através das mudanças na estrutura dos grandes complexos industriais. A aplicação maciça da micro-eletrônica no complexo metal-mecânico e os desenvolvimentos da química fina no interior do complexo químico são manifestações evidentes deste processo. Mais do que isto, como mostra Tavares (1990), a própria reestruturação deve ser vista ao nível do complexo e não do gênero industrial ou da fábrica.

Evidências empíricas mostram que a reestruturação produtiva tende a acelerar o processo de divisão técnica, através da chamada "terceirização", isto é, através da subcontratação de diversas operações industriais, principalmente onde o risco tecnológico é maior. Na mesma intensidade, o processo de cooperação técnica se acelera, no que convencionou-se chamar, no jargão da engenharia de produção, de "sinergia" inter-industrial. Nesse sentido, a integração

produtiva revela-se sob novas formas resultantes da introdução da microeletrônica e da informática nos processos de produção e gestão, que permitem o aumento da divisão técnica inter-fábricas, elevando a flexibilidade do processo produtivo, ampliando também a cooperação técnica, através do estreitamento dos vínculos entre as unidades produtivas, que permite a produção "just in time" (JIT) integrando fábricas em diversas localizações.

As análises de geografia econômica registram o papel desempenhado pela múltiplas localizações no processo de concentração do poder econômico. De acordo com Pred (1977: 97-8, "há ampla documentação sobre o fato de que desde o fim da Segunda Guerra Mundial as grandes empresas multilocacionais têm ganho um lugar destacado na economia dos países 'pós industriais'". Citando o exemplo da Inglaterra, da Suécia e dos EUA, ele mostra que estas empresas tem crescido sistematicamente sua participação no produto, no emprego e nas exportações das economias avançadas. Entretanto, a geografia econômica não tem sido capaz de analisar o papel destas múltiplas localizações sob a ótica da concorrência intercapitalista.

Uma das poucas tentativas de enfrentar esta questão está na aplicação da tese da "reação oligopolista" (Knickerbocker, 1973), onde a decisão locacional de uma corporação podem gerar respostas similares de seus concorrentes (Gwynne, 1979). Assim se um membro do oligopólio mundial decidiu ocupar uma determinada área de mercado, é provável que os demais procurem segui-lo para evitar que um temporário monopólio territorial confira ganhos extraordinários à empresa pioneira. Esta concepção recebeu suporte empírico por uma extensa pesquisa realizada por Michalet e Delapierre (1973) junto às empresas multinacionais francesas, que indicaram como motivos básicos para a internacionalização a busca de vencer barreiras aduaneiras ou regulamentares e assegurar posições satisfatórias em novos territórios econômicos. No Brasil, as análises realizadas

por Corrêa (1991 e 1991b) mostram que a grande corporação tem um papel determinante na organização espacial, definindo formas peculiares de gestão do território de acordo com as regras de concorrência.

A noção de território econômico vai ao encontro do conceito de mercado doméstico, entendido como uma determinada porção do mercado mundial, definida a priori pela política econômica do Estado, em seus aspectos cambiais, tarifários e fiscais, mas que também deve ser vista como resultante de ritmos diferenciados de acumulação endógena no sistema capitalista. Estes ritmos diferenciados resultam fundamentalmente da ação combinada do Estado com as grandes corporações multinacionais e nacionais. Neste sentido, a lógica do desenvolvimento desigual está, não em criar áreas mercantis diferenciadas como a visão ricardiana do comércio internacional procura difundir, mas sim criar e re-criar territórios econômicos dotados de diferentes ritmos de acumulação e, pour cause, com distintas velocidades de valorização do capital.

A análise das firmas multinacionais abriu caminho para a discussão dos grupos econômicos, entendidos como "o conjunto de empresas que, ainda quando juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas" (Gonçalves, 1991:494). O grupo econômico expressa a forma contemporânea de integração financeira, pois embora possa originar-se da expansão da grande empresa capitalista, sua dinâmica é distinta da grande firma multidivisional.

Enquanto o grupo econômico expressa um conjunto de firmas submetido ao mesmo poder controlador, a firma multidivisional é formada por um conjunto de divisões operacionais de uma mesma empresa submetidas ao mesmo centro de controle. Do ponto de vista da concorrência inter-capitalista,

esta diferença é fundamental, pois o grupo traz, dentro de si, os aspectos dinâmicos inerentes à competição entre blocos de capital, isto significa não apenas uma mudança quantitativa, mas principalmente qualitativa nas estruturas de mercado das economias capitalistas.

"Assim, já não é possível para cada 'bloco individual de capital' manter o seu processo de expansão com base numa única unidade empresarial, mesmo que esta esteja organizada na forma multidivisional. De fato, a criação e a aquisição de novas empresas, e as fusões com outros grupos, aparecem como métodos importantes e necessários de expansão nas estratégias de diversificação e conglomeração, assim como nas de especialização e de verticalização." (op. cit.:495).

Da mesma maneira que os grandes complexos industriais constituem-se nos "loci" da reestruturação produtiva, os grupos econômicos são a principal instância de definição das novas regras de competitividade da economia mundial. O conceito de barreiras à entrada foi ampliado para incluir a noção de barreiras à mobilidade, isto é a capacidade de evitar a concorrência em diferentes órbitas de valorização e em diferentes espaços nacionais, passando a constituir o que Sachwald (1989) chama de barreira concorrencial, que compreendem as características técnicas e organizacionais, as diversas regulamentações, inclusive as barreiras aduaneiras (tarifárias e não tarifárias) que constituem o ambiente onde são definidas as estratégias de mercado dos grandes grupos econômicos.

Neste sentido, as formas contemporâneas de integração produtiva e financeira contribuem para redefinir o papel do Estado-nação, na medida em que os grupos econômicos passam a ser os principais interlocutores do Estado na execução das políticas econômicas nacionais. O exemplo do Japão e da Alemanha são ilustrativos, entretanto experiências de ajuste econômico em países de industrialização recente, como o da Coreia do Sul (Santos Filho e Ferreira Júnior, 1989) mostram o peso desempenhado pelos grandes conglomerados no aprofundamento e diversificação da estrutura produtiva. Este pro-

cesso também pode ser detectado a nível intranacional, onde as estratégias de concorrência dos grupos econômicos contribuem para a redefinição de estruturas produtivas regionais.

Estudos realizados na França mostram que a inserção regional de um estabelecimento resulta da intensidade das relações que pode manter com o ambiente econômico imediato. Esta inserção está definida por duas linhas mestras: de um lado a integração local, definida pela demanda de bens e serviços do estabelecimento junto às empresas regionais (fornecedores e sub-contratados); de outro pela dependência organizacional e funcional do estabelecimento em relação ao grupo a que pertence.

"De fato, são as estratégias e o modo de organização que determinam a intensidade e o tipo de integração produtiva, tecnológica, comercial e organizacional destes estabelecimentos no interior do grupo. Quanto mais esta integração é forte, mais fracas são as compras de mercadorias e de equipamentos, as ordens de sub-contratação, a chamada aos prestadores de serviços e as vendas que realizam fora do grupo, e portanto, em parte ou na totalidade, na região" (Dupuy e Savary, 1987: 114-5).

2.4 - Tecnologia e integração territorial

A integração territorial manifesta a síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira no território. Desde logo é importante advertir que o conceito de território é distinto de uma visão puramente espacial, ou mesmo regional, como o fazem os membros da "regional science" de fundamento neo-clássico. O conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. Nesse sentido é uma mediação lógica distinta do conceito de espaço, que representa um nível elevado de abstração, ou de região, que manifesta uma das formas materiais de expressão da territorialidade, como o é, por exemplo, a nação.

Do ponto de vista da dinâmica territorial, vista aqui como motor do processo de integração, é importante ressaltar

e discutir dois níveis analíticos fundamentais e interligados. O primeiro é o das relações cidade e campo, que embora sejam tratadas conjuntamente nos fundamentos do pensamento econômico, perderam grande parte de seu poder analítico ao serem divididas em "ramos" distintos do conhecimento, como a economia rural e agrícola e, seu quase reverso, a economia urbana e industrial. Aqui vale um contraponto: muito tem sido atribuído à geografia acerca da imprecisão do conceito de região, como um ente natural e histórico; entretanto desde a sua origem, enquanto conceito geográfico, Vidal de la Blache afirmava, no início do século, que "cidades e estradas são as grandes iniciadoras de unidade, elas criam a solidariedade das áreas". Neste sentido, a região é, antes de tudo, um conceito síntese das relações entre cidade e campo, definindo-as e particularizando-as em um conjunto mais amplo, que pode ser tanto a economia nacional, como a internacional.

Admitindo isto, é importante, desde logo, afastar qualquer viés fisiocrata acerca do processo de formação das regiões. No capitalismo, as regiões não se formam a partir da captura do excedente agrícola, como alguns ingênuos podem fazer crer. Novamente a geografia nos ensina que a "região não criou a sua capital, é a cidade que forjou sua região" e "a indústria e o banco, mais do que simples instrumentos desta construção, são o verdadeiro cérebro dela" (Kayser, 1964: 286). Toda região possui um centro que a estrutura e a manifestação mais concreta dos níveis de integração territorial em uma determinada região é a consolidação de sua rede urbana. Na verdade, pode-se ir além disto: o próprio estágio de desenvolvimento da rede urbana revela os níveis de integração produtiva e financeira de uma região.

A literatura em geografia distingue três estágios de desenvolvimento da rede urbana (Kayser, opus. cit.: 301). Primeiro a "semeadura urbana", onde o crescimento das cidades se faz de modo relativamente autônomo, onde cada uma se limita a tentar controlar para si a maior parte das

relações com o campo vizinho. Neste caso seus vínculos são mínimos e a divisão territorial do trabalho entre elas praticamente inexistente, a não ser entre cidade e campo. O segundo estágio é o da "bacia urbana", quando as grandes cidades lançam sobre a região a rede que drena para elas o máximo de riquezas. é o período onde o capital mercantil é dominante e inicia a construção uma hierarquia urbana, que é resultante do processo de concentração produtiva e centralização financeira na capital da região mercantil. Do mesmo modo, a divisão territorial do trabalho começa a se esboçar entre as atividades urbanas, iniciando um processo de especialização e diferenciação que resulta de vantagens locais e históricas.

Por final, a consolidação da rede urbana corresponde ao momento descrito como "industrialização do campo". é quando os fluxos entre cidades e entre elas e o campo são estáveis e permanentes, formando uma estrutura dinâmica e individualizada que pode, então, ser descrita como uma região territorialmente integrada. é importante frisar que nesta estrutura não existe nada que leve a um pretensão equilíbrio interno ou externo, como algumas formulações neo-clássicas da "regional science" tentam difundir. Embora alguns modelos descritivos e dedutivos tenham sido formulados a partir de situações de equilíbrio, como é o exemplo da célebre "teoria dos lugares centrais" de Christaller (1933), seu poder explicativo é bastante limitado e estático, sendo incapaz de dar conta das diversas situações no tempo e no espaço.

Estas observações podem ser ampliadas para a maioria das "teorias" de crescimento regional, desde aquelas de fundamento keynesiano, como a "teoria da base de exportação", como também aquelas de viés schumpeteriano como a concepção perrouxiana do "crescimento desequilibrado". Não está entre os objetivos deste trabalho dar conta do debate histórico acerca da dinâmica regional, apenas é importante frisar que boa parte das componentes fundamentais desta dinâmica repousam nas relações que se estabelecem entre

idades e entre elas e o campo. Isto é particularmente importante na análise do processo contemporâneo de reestruturação econômica, onde novos padrões de integração produtiva e financeira, estão redefinindo a estrutura das relações cidade e campo e contribuindo para a reelaboração do desenho das redes urbanas regionais nas economias avançadas.

O segundo nível a ser trabalhado é o das relações entre centro e periferia, que neste texto será assumido em suas dimensões originais, isto é como resultante da divisão territorial do trabalho, da concentração produtiva e da centralização financeira durante o processo de formação do "mercado interno" para o capitalismo. Segundo Lenin (1899: 550), este processo "oferece dois aspectos, a saber: o desenvolvimento do capitalismo em profundidade, quer dizer, um maior crescimento da agricultura capitalista e da indústria capitalista em um território dado, determinado e fechado, e seu desenvolvimento em extensão, quer dizer, a propagação da esfera de domínio do capitalismo a novos territórios." Isto significa, em poucas palavras, que as relações centro-periferia são, desde a origem, um processo dinâmico de aprofundamento vertical e expansão horizontal das forças produtivas e das relações de produção capitalistas.

Isto foi percebido claramente por Prebisch em sua análise sincrônica da economia mundial do pós-guerra, onde corretamente pôs ênfase na desigual velocidade de incorporação do progresso técnico nas diversas porções da economias capitalistas, que resultavam em diferentes níveis de produtividade e, conseqüentemente, na deterioração dos termos de intercâmbio entre centro e periferia. É importante, desde logo, afastar as concepções neo-ricardianas da existência de "trocas desiguais" devido às diferentes quantidades ou remunerações do trabalho entre centro e periferia. Neste erro, apesar da simplificação dualista, Furtado não incorreu quando atribuiu a origem das crescentes desi-

gualdades regionais da renda entre o Nordeste e o Centro-Sul aos diferentes níveis e ritmos de crescimento da produtividade em consequência da industrialização pesada.

Uma das sínteses mais fecundas entre a dinâmica centro-periferia e a questão do progresso técnico foi aquela elaborada por Friedmann. A despeito de sua explícita vinculação à concepção estéril da "teoria geral dos sistemas", Friedmann (1965) assume que o desenvolvimento, que resulta da difusão do progresso técnico, se expressa em mudanças estruturais no sistema espacial, que passa a se integrar através relações de autoridade-dependência. Neste aspecto, ele é fiel à tradição da geografia política que, desde Ratzel, define a área "core" como o centro de poder e de irradiação cultural no território nacional⁹. Assim, as inovações principais ocorrem nas "core regions", ou centros, e todas as outras áreas da economia nacional são regiões periféricas, definidas através de suas relações de dependência com o centro¹⁰.

Friedmann (1971) propõe um modelo de desenvolvimento "equilibrado" que parte de uma situação inicial, onde as inovações são concentradas em uma ou duas cidades para onde convergem os recursos da periferia, sejam eles mercadorias ou força de trabalho, que caracterizaria uma situação marcada pelo forte "desequilíbrio estrutural". À medida que o progresso técnico se difunde pela periferia, a estrutura espacial tenderia para o "equilíbrio", quando a integração nacional se faria através da multiplicação de "core regions" pela periferia. Para ele, o caráter da política territorial deveria adequar-se a cada uma das fases do processo de desenvolvimento, pois nos primórdios da industrialização haveria tendência ao agravamento dos "desequilíbrios" regionais", fazendo com que a política regional procurasse reproduzir as metas setoriais nacionais dentro de cada região. Já no segundo estágio, a industrialização passaria a ser limitada pelas dimensões do mercado na área central, o que faria com que a política regional passasse a ser um ins-

trumento de extensão geográfica dos mercados e de racionalização do uso dos recursos naturais em todo o território nacional, criando condições para que se estabeleça uma política explícita de integração do mercado nacional¹¹.

Aydalot (1976: 15-20) parte também da noção de progresso técnico para analisar a dinâmica territorial das economias capitalistas. Para ele, "se considera-se que as implicações do nível tecnológico são essenciais, mais do que o nível de investimentos, as transferências de excedente aparecerão menos importantes que as escolhas espaciais das técnicas (...). Mais do que isto, sua visão do imperialismo está definida "pela aptidão do capitalismo de impor uma divisão interespaçial do trabalho tal que certos espaços tendem a se especializar nos produtos que possuem uma forte dose de conhecimento, enquanto outros se especializarão nas produções que exigem conhecimentos inferiores (...). Assim, a conclusão é simples: "os espaços não se diferenciam mais sobre a base de seu estoque de capital, mas em função das aptidões produtivas de sua força de trabalho, e de sua aptidão em conceber bens novos e processos técnicos mais avançados".

Em sua forma geral, a concepção de Aydalot assemelha-se a visão do ciclo do produto de Vernon embora reforce o papel da qualificação da força de trabalho como elemento de diferenciação no espaço econômico. Isto permite com que ponha ênfase na mobilidade do trabalho e na transmissão interespaçial das técnicas como elementos fundamentais de integração territorial. Em sua visão, para que haja desenvolvimento, "o trabalho caracterizado de maneira qualitativa e dinâmica (aptidão para a progressão) tornou-se a variável estratégica." Em síntese a dinâmica territorial para este autor pode assim ser resumida:

"Nas relações entre dois espaços quaisquer, há sempre uma parcela de autonomia e uma parcela de integração. No correr do tempo, ao longo de um processo secular, se produz um alargamento espaciais das relações entre os espaços de modo que os espaços anteriormente autônomos

se aproximam (redução dos custos das mobilidades, redução das 'distâncias' entre espaços, desenvolvimento das informações, do conhecimento inter-espacial). Assim, em dinâmica de longo período, dois espaços quaisquer passam, um vis-a-vis o outro, de um estado de autonomia a um estado caracterizado pelas relações cada vez mais intensas, embora os mecanismos da mobilidade continuem os mesmos."

Aydalot põe ênfase na "distribuição desigual das técnicas" porém não expõe quais os fatores que a explicam, exceto um desenvolvimento originário também desigual. Neste sentido, a mobilidade das atividades produtivas seria um fator de homogeneização, a longo prazo, do espaço econômico através da difusão da técnica pelas suas diferentes parcelas. Neste mundo construído pela solidariedade não existe espaço para a concorrência, assim é fácil perceber a raiz de sua crítica aos autores marxistas que analisam o desenvolvimento do capitalismo através de seus padrões de concorrência (mercantil, concorrencial e monopolista), pois para ele "não é o capitalismo que se transforma, mas o quadro espacial que se amplia" (op. cit.: 18), o que sem dúvida constitui uma curiosa forma de 'determinismo espacial' da dinâmica das economias capitalistas.

Do ponto de vista da concorrência inter-capitalista, uma das sínteses mais elaboradas da dinâmica territorial no capitalismo foi aquela realizada por Holland (1976). Partindo da crítica da visão neo-clássica de equilíbrio no espaço econômico, argumentando sobre as teorias de crescimento polarizado de Myrdal e Perroux, Holland utiliza a teoria da concorrência oligopólica de Sylos-Labini (1964) para ensaiar uma síntese entre os aspectos micro e macro da dinâmica territorial através da definição do setor mesoeconômico. Para ele:

"o grau de competição desigual entre grandes e pequenas firmas é tão expressivo nas principais economias capitalistas que desqualifica toda a teoria regional fundada em modelos microeconômicos competitivos e suas sínteses em teorias macroeconômicas. O que emergiu na prática leva a um novo setor mesoeconômico entre o

nível macro de teoria e política e o nível micro das pequenas firmas competitivas." (op. cit.: 138).

O efeito regional da concorrência entre firmas meso e microeconômicas depende diretamente da distribuição espacial das firmas e, em teoria, poderia se afirmar que:

"algumas regiões poderiam ganhar, a curto e médio prazo, se elas conseguissem manter tanto a matriz, como as plantas subsidiárias de uma companhia mesoeconômica que é capaz de proteger ou aumentar sua parcela no mercado nacional através de aumentos de escala, inovações ou táticas de formação de preços inter-firmas". (Op. cit.: 139).

No entanto, Holland parte do exemplo dos EUA para mostrar que as grandes firmas nem sempre contribuem para integrar as regiões de um mesmo mercado doméstico, pois:

"quando companhia atingem lucros extraordinários devido a uma posição dominante no mercado nacional, elas preferem localizar novas plantas em economias mais desenvolvidas e com mercados que crescem mais rapidamente do que em regiões menos desenvolvidas de sua própria economia." (Op. cit. 140). Isto se deve ao fato de que, em outros mercados, o grau de competição oligopólica pode ser mais baixo ou que existem brechas a serem ocupadas, o que pode conferir lucros extraordinários às empresas que atingirem posições pioneiras em outras parcelas do mercado mundial.

A mesoeconomia, enquanto categoria analítica, é uma solução simplificadora para a amplitude da concorrência em sua dimensão territorial, entretanto apesar disto e do dualismo que emprega ao discutir seu papel na dinâmica das regiões mais desenvolvidas vis-à-vis às menos desenvolvidas, Holland avança no sentido de territorializar as estruturas de mercado nas economias capitalistas, mostrando como, em um sistema crescentemente internacionalizado, a lógica do investimento privilegia os territórios econômicos que possam garantir vantagens competitivas às grandes empresas que neles se instalam.

No sentido de avançar na compreensão do caráter destes territórios econômicos, que apresentam a capacidade dinâmica

de atrair novos investimentos, Storper (1991: 14) mostra que os complexos territoriais, onde existe aglomeração industrial, "são o modo geográfico pelo qual as economias externas de escala nos sistemas produtivos são realizadas pelas firmas". Para ele existe uma forte relação entre as economias de aglomeração - e também de urbanização - e o surgimento e desenvolvimento de novas indústrias. Citando o exemplo do Silicon Valley nos EUA, Storper afirma que "as cidades e regiões industriais emergem quando a divisão social do trabalho se desenvolve no interior do sistema produtivo, e não simplesmente porque estas cidades forneciam insumos e infra-estrutura para as firmas industriais."

Esta é uma questão central quando se analisa capitalismo tardio e periférico, pois muito da história e da geografia da América Latina parte do pressuposto de que a indústria nasceu como continuação do circuito mercantil-exportador através do processo de substituição de importações. Como veremos adiante isto é apenas uma observação superficial, pois a industrialização brasileira desdobra-se do circuito mercantil pela lógica da acumulação e da valorização de capitais, e não pela mera conquista de fatias domésticas do mercado mundial. Isto é fundamental para que se compreenda que a formação de um complexo territorial das dimensões de São Paulo não representa apenas uma expressão geográfica de economias de aglomeração, mas também - e principalmente - uma fonte de crescimento da produtividade industrial, isto é de acumulação de capital no sentido clássico. Para Storper (1991: 16):

"A dinâmica da industrialização está fortemente associada à urbanização, porque as inovações técnicas no curso do desenvolvimento dos setores líderes são frequentemente conseguidos no interior de complexos urbano-industriais (...). A complexidade das relações inter-firmas, combinada com as estruturas do mercado de trabalho dos centros territoriais de crescimento, garante que o centro territorial será o foco de inovações tecnológicas em produtos e processos."

Não se trata apenas da urbanização enquanto processo geral, pois a lógica da divisão territorial e da concorrência no interior do conjunto dos setores produtivos dominantes faz com que as cidades se organizem hierarquicamente em uma rede urbana, enquanto expressão da integração territorial do mercado nacional. Storper associa a configuração da rede urbana ao padrão de industrialização definido pelo conjunto dos setores dominantes, visto como aqueles que empregam grande número de trabalhadores, possuem altas taxas de crescimento do produto e/ou do emprego, dispõem de grandes efeitos propulsores nos setores a jusante e produzem bens de capital ou bens de consumo de massa. Assim, segundo este autor pode-se distinguir quatro fases distintas, que coincidem grosso modo com os ciclos de inovação de Schumpeter.

"A idade têxtil do capitalismo no início do século XIX, a era do carvão-aço-indústria pesada na virada deste século, ou o período de produção em massa dominado pelos automóveis e bens de consumo duráveis nas décadas que se estendem entre 1920 e 1960. Agora, nós estamos entrando em um período por novas indústrias como a eletrônica e novos setores de serviços como os serviços de apoio à produção." (op. cit.: 17)

Encerrando esta longa exposição, é importante observar que Storper procura relacionar os padrões de integração, expressos fundamentalmente nos complexos territoriais e na rede urbana, às diferentes fase do capitalismo industrial. Com isto, abre a possibilidade de que a nova configuração produtiva que emerge da crise e reestruturação da economia mundial na década de 70 venha a alterar a distribuição territorial do investimento, inclusive nos países de capitalismo tardio e periférico, no processo que Richardson (1980) denomina de "reversão da polarização", isto é a tendência a uma maior dispersão espacial do investimento, revertendo os mecanismos concentradores que caracterizaria o período de substituição de importações em direção a formas territoriais dispersas fundadas na produção flexível.

Para aprofundar esta discussão é necessário avaliar o real significado do processo de substituição de importações na economia brasileira e o sentido que assume a integração produtiva do mercado nacional, o que será realizado nos próximos capítulos, quando então será possível retomar o debate acerca da integração territorial das diversas parcelas que compõem a estrutura regional da economia brasileira.

Notas

* É importante assinalar que Dosi rompe com as limitações determinísticas das ondas longas e procura associar as construções teóricas de Schumpeter à dinâmica industrial. Neste sentido suas reflexões serão retomadas mais a frente quando forem discutidas as relações entre concorrência e progresso técnico.

* Clément Juglar (1819-1905) foi pioneiro na análise dos ciclos econômicos e na constatação da dimensão periódica das crises. Os ciclos médios Juglar, de 8 a 10 anos, seriam característicos das economias capitalistas na escala nacional.

* A questão das trocas desiguais foi objeto de um longo debate durante os anos 70, cujos resultados, do ponto de vista teórico, foram pouco animadores (Ver Emmanuel (1973) e Bettelheim (1973), por exemplo. A possibilidade da existência de uma troca desigual em quantidades de valor-trabalho entre distintas economias nacionais apresenta um percalço lógico de difícil aceitação, pois trata-se da aplicação direta do conceito abstrato de valor ao comércio internacional dos dias atuais, em uma tardia recuperação do pensamento ricardiano, que "obscurece, mais do que esclarece, o fato da irredutibilidade da formação de preços em escala internacional ao valor-trabalho". (Tavares, s/d: 25)

* Para os regulacionistas, um regime de acumulação é "o conjunto de regularidades que assegura uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação de capital, ou seja, que permitam absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do processo de acumulação" (Boyer, 1986: 72).

* Esta visão não oculta sua vinculação às concepções vulgares do imperialismo, que procuram explicar o movimento geral da economia internacional a partir do comportamento das economias dominantes quanto a realização de sua produção ou quanto ao comportamento de sua taxa média de lucro. Nestas concepções é patente a tentativa de transpor as leis gerais de movimento da economia capitalista para o mundo

real, sem as necessárias mediações entre as formulações abstratas e a realidade econômica e social concreta.

“Oliveira vai além da “Escola da Regulação” em sua concepção do Estado e de seu papel na gestão dos “fundos públicos”, colocando-o no centro da crise atual e assumindo, de maneira pouco convencional, as teses do “derrumbe” do capitalismo, pois uma vez estabelecido o controle social sobre os fundos públicos, tarefa fundamental em sua via de superação da crise, ter-se á “a estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante. Mas os valores de cada grupo social, dialogando soberanamente. Na tradição clássica é a porta para o socialismo” (Oliveira, 1988: 28).

7 Esta observação não significa que o Estado-nação fosse dispensável, pelo contrário ele não foi, nem é, neutro diante da concorrência entre os blocos de capital. Um papel determinante é o da gestão da moeda e da força do trabalho, capaz de alterar as condições gerais onde se definem as estruturas de mercado, contribuindo para estabelecer os padrões de concorrência e influído diretamente nas condições de geração e difusão do progresso técnico através do gasto público, da garantia e da reserva de mercados. Do mesmo modo que as decisões estratégicas das empresas incluem uma avaliação das componentes políticas das diversas parcelas que compõem a economia mundial, as definições de política econômica dos estados nacionais consideram o comportamento global das massas de capital em busca de valorização, isto hoje inclui mesmos os países socialistas que propugnavam por uma autarquização quase completa de sua economia nacional, como é o exemplo da China.

8- O conceito de integração, enquanto categoria de análise das ciências sociais, “implica na necessidade consciente de um panorama mais amplo que o da ciência econômica.” (Myrdal, 1967: 11). Neste trabalho, como sera visto a seguir, o principal elo procurado é a sua relação com a geografia, com a análise da dimensão territorial do desenvolvimento capitalista.

9 - Sobre o conceito de “core” e centro e periferia em geografia política e no pensamento de Ratzel, vide Burghardt (1969) e Strassoldo (1985).

10 - Sobre as relações entre as análises de Friedmann e os pressupostos da Geografia Política ver Becker (1972: 16)

11 Posteriormente Friedmann vai desenvolver uma visão mais abrangente da integração territorial fundada na noção de desenvolvimento agropolitano, que se assemelha em linhas gerais à de desenvolvimento sustentável. Para ele, a integração territorial diferenciaria-se da integração funcional, pois enquanto esta última corresponde ao controle e à distribuição centralizada de recursos no espaço, a integração territorial realça as noções de solidariedade no uso e apropriação do território. (Friedmann e Weaver, 1979).

CAPÍTULO 3 - AS ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

A crise e reestruturação da economia mundial afetou intensamente as economias de industrialização recente. Elas foram diretamente atingidas, no início dos anos 80, pelo fim do ciclo de crescimento mantido pelo endividamento externo e conduzido por forte intervenção do Estado. A brusca depressão cíclica de 1981/82 nos países da OCDE, combinada com o salto nas taxas de juros vigentes no mercado financeiro internacional, teve conseqüências dramáticas sobre os países em desenvolvimento (Becker e Egler, 1992).

A súbita elevação das taxas de juros, que de 1-2% ao ano passaram a 6% ao ano, - proporção até então jamais alcançada no mercado financeiro internacional - aliada ao encurtamento do prazo dos empréstimos e dos altos "spreads", submeteram os países que haviam se endividado a condições draconianas para obter novos recursos, muitas vezes para fazer frente ao próprio serviço da dívida. Em outras palavras, a dívida externa ganha autonomia e transforma os países periféricos, principalmente da América Latina, em exportadores líquidos de capital. Entre 1983 e 1988, a transferência de recursos reais ao exterior alcançou a média anual de 4% do PIB nos países latino-americanos, suplantando o esforço de recuperação feito pela Alemanha depois da Primeira Grande Guerra: aproximadamente 2,5% do PIB (Sampaio Jr., 1989).

Esta situação desnudou a fragilidade das economias periféricas quanto aos fluxos internacionais de capitais e o caráter das relações que se estabeleceram na economia mundial no pós-guerra. A América Latina foi seriamente atingida durante os anos 80, considerada uma década perdida para o continente. A renda per capita caiu aproximadamente 10 % para a região como um todo e, em 1985, mal superava o nível de 1975; o desemprego é superior a 15% da força de trabalho urbana em diversos países; a média da inflação foi de 150%

nos anos recentes, superando os 100% anuais numa dúzia de países.

Na verdade, a crise da América Latina é a crise do capitalismo periférico e tardio, que assume expressão máxima no Brasil. Vista do ponto de vista espacial, é o esgotamento de um padrão de inserção na economia mundial, onde o Estado-nação reserva e, simultaneamente, amplia o mercado doméstico, negociando sua ocupação com frações nacionais e multinacionais de capital. Do ponto de vista temporal, é a crise de um padrão de financiamento em que a implantação da indústria de bens de capital e bens intermediários foi desacompanhada de uma estrutura financeira capaz de garantir sua reprodução ampliada, transferindo para o Estado o ônus e o risco das incertezas quanto ao estado futuro dos negócios, utilizando aqui uma formulação keynesiana.

é, sobretudo, a crise de um Estado demiurgo, como o denomina Martins (1991), que através da elite de sua burocracia, ora desarmada, ora armada, projetou uma imagem de nação, cujo imenso território e relativa homogeneidade cultural e étnica da população foi herdada do colonizador português. Utilizando o populismo para conter os imensos conflitos distributivos acumulados desde o escravismo, acenando com a redenção futura através da "Ordem e Progresso", o Estado brasileiro jamais encarnou a "res publica", no sentido do interesse comum e da construção da cidadania. No entanto, e isto não pode ser desprezado, o "nacional-desenvolvimentismo" conduziu, pela via autoritária, um dos mais exitosos processos de industrialização do século XX, avançando inclusive naquilo que demonstrou a fragilidade da via soviética: a conquista da agricultura pela indústria. O paradoxo brasileiro está justamente em colher as maiores safras de sua história em meio a uma profunda crise econômica.

3.1 - A dinâmica do mercado mundial no pós-guerra

Para decifrar este aparente enigma, o instrumento das escalas geográficas pode contribuir para desmontar alguns mitos que velam a dinâmica central do desenvolvimento do capitalismo neste século, em especial no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando Prebisch construiu sua concepção sincrônica e pioneira sobre as relações entre centro e periferia. Em primeiro lugar, e isto já foi discutido no capítulo anterior, a emergência dos Estados Unidos como centro hegemônico se deu em uma economia já mundializada, pelo menos ao nível das trocas mercantis herdado da proeminência britânica, e seu principal papel no pós-guerra foi definir o arcabouço de um espaço financeiro global, através da imposição do dólar como dinheiro mundial. Sem aprofundar muito esta questão, basta extrair sua principal resultante: a generalização do dólar como moeda fiduciária em escala internacional permitiu com que as estruturas de mercado definidas pelo padrão de concorrência da grande empresa norte-americana se difundissem, ao menos no chamado mundo ocidental.

Aqui é importante resguardar dois aspectos centrais. Primeiro, quando se afirma que são 'as leis econômicas' que passaram a prevalecer não está dito que a concorrência inter-capitalista não estivesse presente na história da América Latina, África ou Ásia. Apenas é fundamental que se diferencie o período posterior à II Grande Guerra das fases que a precederam. Em primeiro lugar, entre 1870 e 1914, vigorou na economia mundial o que pode-se denominar de "imperialismo clássico", tão bem descrito por Hilferding, Lenin ou Bukharin, mas que não pode ser generalizado 'ad infinitum' pela simples e elementar razão de que as regras da concorrência entre as massas de capitais em busca de valorização no exterior aos seus países de origem estavam definidas politicamente pelos estados imperialistas da Europa. Era a Real Marinha Britânica que afastava os capitalistas

Japoneses da Índia e não a maior habilidade ou eficácia mercantil dos súditos da Rainha Vitória.

Os resultados práticos desta forma de concorrência planetária estão presentes em uma sucessão de conflitos localizados que culminam na I Guerra Mundial, mostrando que a solução das questões econômicas se fazia preferencialmente pelo emprego das armas. No período entre guerras, que pode ser caracterizado como uma fase de transição, o padrão-ouro que havia sido instrumento da predominância britânica se volta contra ela e instaura-se a fragmentação em 'zonas monetárias', tão bem descrita e criticada por Keynes. Diferentes taxas de conversão ouro-moedas nacionais foram utilizadas pelas nações que buscavam ascender para a posição até então ocupada pela Grã-Bretanha. Existia a zona da libra, do dólar e do franco, todas buscando expandir suas respectivas áreas de influência. A potência europeia que havia sido aliada desta 'disputa monetária' e cuja moeda assistia uma desvalorização acelerada devido aos encargos impostos como retaliação da guerra, utilizou novamente as armas para dinamizar sua economia e promover uma das maiores carnificinas da história: a Alemanha.

Esta longa digressão foi necessária para caracterizar o período que emergiu de Bretton Woods e se estende até a década de setenta como uma fase peculiar da história recente, onde a concorrência entre os capitais das nações centrais realizou-se, em escala planetária, sem grandes e massivas interferências dos respectivos Estados nacionais, pelo menos no que diz respeito à utilização dos dois instrumentos preferenciais da primeira metade do século: armas e moeda. É somente neste cenário que é possível construir, como o fez Prebisch (1976: 38), um modelo explicativo onde:

"poderíamos considerar o desenvolvimento periférico como um fenômeno de penetração da técnica dos centros, acompanhado de transformações na estrutura da sociedade. Esta estrutura em transformação influi, por sua vez, nas formas da técnica e na intensidade e extensão com que se adotam."

Nessa concepção singela da dinâmica do desenvolvimento capitalista no pós-guerra alguns aspectos precisam ser ressaltados. Primeiro, ela pressupõe a existência de um sistema econômico mundial regido pelas relações que se estabelecem entre centro e periferia. Este é um dado cuja existência real só é possível quando, não apenas as trocas mercantis articulam as diversas economias nacionais, mas existe uma integração monetária que viabiliza o cálculo capitalista, isto é projeções acerca do comportamento futuro da economia, em suas partes constituintes. Segundo, e não menos importante, que este espaço relativamente integrado seja diferenciado do ponto de vista das alternativas de investimento, o que confere vantagens competitivas às empresas que ocupem lugares e posições privilegiadas nas diversas parcelas que o compõem.

É fundamental esclarecer desde logo que não se tratam de "vantagens comparativas" no sentido ricardiano do termo, nem muito menos que tais vantagens possam conduzir a situações desiguais de troca, como alguns neo-ricardianos tentaram difundir. É necessário que não se perca de vista o caráter essencialmente dinâmico da formulação de Prebisch: é a velocidade, a extensão e a forma de apropriação da tecnologia que diferencia, e re-diferencia, constantemente as diversas parcelas da economia mundial. E, quando se trata da introdução do progresso técnico, como foi discutido no capítulo anterior, são as grandes empresas, que ocupam posições de liderança nas respectivas estruturas de mercado, que ditam as regras do jogo, tanto no que diz respeito à velocidade de sua introdução, como na amplitude de seu alcance.

Não resta dúvida que a desigual distribuição dos recursos naturais ocupa uma ponderável posição na hierarquia de fatores que explicam as decisões locacionais das grandes empresas, caso contrário as nações árabes seriam conhecidas pela aridez de seus desertos. Da mesma maneira, as dimensões potenciais do mercado de força de trabalho, e 'pour cause'

consumidor, também atuam no sentido de atrair sua atenção, o que ajuda a entender porque a Indonésia não é apenas um arquipélago perdido no Oceano Índico. Entretanto, não há como discordar de Hobsbawn quando afirma que boa parte da história do pós-guerra, no ambiente da Guerra Fria, foi escrita através das relações entre grandes corporações e Estados-nacionais. E o Brasil não fugiu à regra.

3.2 - A restrição cambial e o mercado doméstico no Brasil

Neste ponto, vamos ensaiar uma mudança na escala de análise, sem entretanto perder de vista as articulações que se fazem necessárias com o sistema capitalista mundial. Para tanto, faz-se mister repetir na íntegra a advertência final de Cardoso de Mello (1982: 177) em sua análise diacrônica da formação do capitalismo tardio, para que não restem dúvidas acerca das determinações deste processo:

"Mas, ao mesmo tempo, a História brasileira e latino-americana é a História de um determinado capitalismo, do capitalismo tardio: sua especificidade não advém de surgir das entranhas da economia colonial, criatura, por sua vez, do capitalismo mercantil? Sua peculiaridade não provém de que o capitalismo nasce desacompanhado de forças produtivas capitalistas? Sua originalidade não reside em que a grande indústria pode surgir e se consolidar sem que surja concomitantemente um departamento de bens de produção? Em que, mesmo quando espoca, a industrialização pode se manter restringida? Em que, mesmo quando se completa, a dinâmica da acumulação atrela-se às injunções do Estado e da grande empresa oligopólica estrangeira, sem nunca comportar-se na plenitude?

Enfim reversamente, a História do capitalismo é também a nossa História: o capitalismo não pode formar-se sem o apoio da acumulação colonial; o capitalismo industrial valeu-se da periferia para rebaixar o custo de reprodução tanto da força de trabalho quanto dos elementos componentes do capital constante; ademais dela se serviu quer como mercado, quer como campo de exportação de capital financeiro e, mais adiante, produtivo. (GA)"

Nas dimensões deste trabalho, é importante destacar que a questão central está em entender como "as injunções do Estado e da grande empresa oligopólica estrangeira" transfor-

maram o Brasil, nos últimos trinta anos, em um importante "campo de exportação de capital produtivo", responsável pela conformação de uma das dez maiores economias industriais do planeta, cuja Geografia foi radicalmente transformada pela rapidez e amplitude do "nacional-desenvolvimentismo", que partindo de um arquipélago de regiões mercantis isoladas, foi capaz de soldar uma estrutura produtiva e territorial relativamente integrada através de um mercado doméstico de razoáveis dimensões.

A expressão 'mercado doméstico' tem as mesmas impropriedades semânticas que 'industrialização restringida'. Entretanto, como esta última consegue superar satisfatoriamente a dicotomia "crescimento para fora" versus "crescimento para dentro" com que se defrontava a História Econômica. A primeira é extremamente útil para vencer o "cul-de-sac" teórico que se coloca para a Geografia Econômica ao tentar descrever a inserção do Brasil em uma economia planetarizada a partir da oposição entre "mercado interno" versus "mercado externo"¹. Do ponto de vista prático, o mercado doméstico é a parcela do mercado mundial, cuja construção foi descrita por Marx, a partir do caráter mercantil do capitalismo, que está sujeita a determinações de política econômica por parte do Estado-Nação que exerce soberania, legítima ou ilegítima, sobre as regras elementares de sua operação.

O conceito de soberania é ambíguo, basta observar que uma das construções mais interessantes do pós-guerra é a noção de "soberania compartilhada" utilizada pelas grandes potências para definir suas áreas estratégicas. Existem graus diversos de soberania, entretanto, do ponto de vista desta análise, interessa considerar um aspecto importante: a capacidade de definir uma política tarifária e uma política cambial próprias. Neste ponto, são diversos os fatores que atuam no sentido de dar consistência ou fragilizar medidas de política econômica destinadas a reservar o mercado doméstico, ou mesmo ampliar suas dimensões além das fronteiras

territoriais de um Estado-Nação através da integração econômica, no sentido que lhe atribui Viner (1950). Um destes fatores, cuja dimensão territorial é fundamental e será analisado mais adiante, é o poder político e econômico que dispõe certas frações de capital de impor suas regras de articulação e integração com o mercado mundial.

Finalizando esta exposição, é importante considerar que a política tarifária foi um instrumento do protecionismo que acompanhou as industrializações, ditas "tardias", do século XIX, como da Alemanha, EUA e Japão; foi utilizada largamente para sinalizar o sentido da "substituição de importações" na América Latina, e ainda é um dos instrumentos preferenciais para retaliações comerciais, apesar da instituição do GATT como instrumento de acelerar a fluidez das trocas mercantis. Entretanto, dadas as características específicas da dinâmica territorial do capitalismo no pós-guerra, fundado na constituição de um espaço monetário supranacional, foram as diversas formas de restrição cambial que desempenharam papel fundamental na conformação dos mercados domésticos, campos preferenciais para o investimento do capital produtivo.

No caso brasileiro, isto foi percebido com muita propriedade por Lessa (1981 e Lessa e Fiori, 1991) quando analisa o momento de ruptura entre a industrialização "não intencional" e o Plano de Metas. A descrição do momento de definição da arena cambial, como o instrumento preferencial de política econômica e de afirmação do Estado na transição negociada entre os interesses agrário-mercantis em declínio, porém ainda importantes, e o capital industrial, nacional ou estrangeiro, em franca expansão, merece ser transcrito integralmente para que sejam avaliados os seus reais impactos sobre a industrialização brasileira:

" A esperança que o pós-guerra conduzisse a uma 'normalização' da divisão internacional do trabalho possibilitando ao Brasil recuperar seu tradicional modo de expansão agro-exportador mediante sua inserção no comércio internacional conforma um sonho sebastiânico e

restaurador que anima os primeiros anos da administração Dutra.

A história do desencanto é por demais conhecida. Animado por aquela esperança, lastreado nas reservas cambiais acumuladas durante o conflito e preocupado em reduzir pressões inflacionárias mediante a ampliação imediata da oferta de bens, optou o governo Dutra em 1946 por uma política liberal de importações. Franqueadas necessidades longamente reprimidas, as importações brasileiras, em resposta àquela política, se elevam vertiginosamente de US\$ 389 milhões em 1945 para US\$ 1.056 milhões em 1947. Apesar das exportações - naquele ano cresceram 50 % - o clima de euforia importadora foi de curta duração. O fantasma da escassez cambial se reinstala e a restrição da capacidade para importar se coloca como principal obsessão recorrente da política econômica para todo o período que nos interessa.

Em meados de 1947 foi instituído o controle administrativo de acesso a divisas - o chamado regime de licença prévia pelo qual, fixava a autoridade o quê, por quanto e de quem seria feita a importação. Em um movimento pendular, se oscilou da opção liberalizante para o controle discricionário em detalhe dos fluxos externos da economia. A instauração do regime de licença prévia foi a resposta à dramática escassez de moeda conversível. As reservas de 1946 e as reativadas exportações eram em sua maioria constituídas de moedas de conversibilidade limitada ou sujeitas a compensações bilaterais, de fraca valia no mundo do pós-guerra, no qual os anseios dos exportadores e déficits se expressavam em dólar.

A CEXIM do Banco do Brasil como agência administradora do regime de licença prévia se constituiu em arena privilegiada de apresentação, confronto, negociação, composição e arbitragem central de interesses concretos e particulares. Não é difícil demonstrar que neste espaço burocrático se decidia em grande parte o desempenho relativo das empresas de então. Para cada empresa solicitante constituíam as licenças obtidas variáveis decisivas para a determinação de seus lucros, nível de produção, possibilidades de expansão e diversificação de operações, etc. Situada em um ponto nodal para a competição intercapitalista e investida de tão extensos poderes discricionais, a CEXIM implicou em uma experiência de regulação estatal de profundidade e universalidade quicás até hoje não superadas na vida brasileira." (Lessa e Fiori, 1991: 4-5).

Após esta longa, porém necessária, citação dois aspectos peculiares devem ser ressaltados para mostrar a importância deste momento nos rumos da industrialização brasileira. Primeiro, "a dramática escassez de moeda conversível" no imediato pós-guerra, o que configura, por

excelência, a situação de restrição cambial. Segundo, o papel central que sua administração representa para a concorrência intercapitalista, o que colocou a CEXIM, isto é a burocracia do Estado, em um "ponto nodal" da economia. Esta conjuntura peculiar, longe de excepcional, é tipológica de uma forma específica de industrialização que se completa quando a economia mundial estava integrada através do padrão monetário do dólar norte-americano, o que não deixou muitas alternativas senão "uma estratégia de desenvolvimento aberto e integrador sustentado, em grande medida, pelo Estado e pelos capitais forâneos (...)" (Lessa e Fiori, 1991: 31).

A restrição cambial funciona como uma membrana, mais ou menos permeável, entre o mercado doméstico e o mercado mundial permitindo a diferenciação, do ponto de vista dinâmico, dos ritmos de acumulação. É neste sentido que é possível falar em acumulação endógena. Endógena por vários aspectos, mas principalmente porque sua unidade de contas, no sentido capitalista do termo, é a moeda nacional. É neste ponto que é possível "analisar o potencial interno de acumulação e de diversificação da estrutura produtiva, e, a partir daí, ver como esta se articula com as relações internacionais." (Tavares, 1975: 119).

E, mais do que isto, não há como discordar de que:

"os fluxos do comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas se articulam com ela e a modificam desde dentro. (GA), acentuando as mudanças internas em curso, na estrutura produtiva, e no padrão histórico de acumulação." (Op. cit: 119).

É importante frisar que, do ponto de vista sincrônico, existem estruturas que possuem ritmos de acumulação diferenciados. Na construção prebischiana, o mercado mundial é dividido em centro e periferia, dados os ritmos diferenciados de introdução e difusão e apropriação da tecnologia, daí o sentido dinâmico da deterioração dos termos de intercâmbio. A partir desta construção preliminar e das observações relativas à restrição cambial, o que caracteriza o período

posterior a II Grande Guerra é a segmentação desta estrutura em mercados domésticos. Entretanto, não bastava apenas uma base de recursos naturais, uma população numerosa ou uma infra-estrutura pretérita para garantir sua efetiva realização. Foi necessário que o Estado e a grande corporação oligopólica, nacional ou multinacional, impusessem uma dinâmica endógena que efetivamente o diferenciasse, no que diz respeito ao ritmo da acumulação, dentro do mercado mundial. Do ponto de vista da periferia, poucas economias nacionais conseguiram isto e o Brasil foi uma delas.

Neste processo o Estado desempenhou um papel fundamental, enquanto elemento de mediação entre as condições vigentes no sistema capitalista internacional e as características peculiares do desenvolvimento brasileiro. Não há menor dúvida de que:

"a intervenção do Estado e, em particular, seu próprio potencial de acumulação interno, tem necessariamente de expandir-se e de preceder (G.A.) a nova forma de articulação com o capital internacional. Este último nunca entrou 'sozinho', a desenvolver ou 'subdesenvolver' por sua conta e risco as forças produtivas de um país, salvo nos famosos 'modelos de enclave', que correspondem a formas específicas de expansão colonial. A expressão 'neo-colonial', ao igual que suas substitutas, que apontam à identificação de novas 'situações de dependência', não descreve adequadamente o processo dinâmico de articulação progressivamente mais complexa das economias 'centrais' com as economias periféricas.2" (Tavares, 1975: 128)

Originalmente o processo de industrialização do Brasil pode ser descrito como de substituição de importações, porém vários países da América Latina possuíam um maior coeficiente de importações do que o brasileiro e não atingiram o ritmo e a intensidade que caracteriza a experiência brasileira, no entanto este processo foi particularmente exitoso no Brasil devido a vários fatores, dentre eles pode-se destacar "a dimensão e composição relativas do mercado e o grau de diversificação da estrutura produtiva, já alcançado dentro do modelo tradicional exportador", além de que "merece destaque a coincidência espacial dos setores

dinâmicos num e noutro modelo de desenvolvimento, a disponibilidade relativa de fatores (sobretudo abundância de terra e mão-de-obra) e a política econômica." (Tavares, 1972: 98-9)

A dimensão relativa do mercado, apesar dos baixos níveis de renda per capita, bem como o grau de diversificação da estrutura produtiva resultaram da economia agrário-exportadora e da articulação comercial do complexo cafeeiro com as demais regiões brasileiras (Cano, 1987 e Guimarães Neto, 1989). Por outro lado, a coincidência espacial dos setores dinâmicos, tanto da economia cafeeira exportadora, como da industrialização retardatária é resultante da própria acumulação endógena. Como mostra Silva (1976), foram capitais acumulados no circuito cafeeiro que, diante das sucessivas crises de superprodução das primeiras décadas do século, buscaram alternativas de investimento no setor industrial. Na verdade, a lógica original da industrialização retardatária não foi a de vencer estrangulamentos externos derivados da dificuldade de importar e sim superar os limites impostos à acumulação endógena pelo incapacidade do mercado mundial de realizar a produção brasileira de café.

A região mercantil capitalista cafeeira que se desenvolve em São Paulo a partir do último quartel do século XIX já se constituía em um embrião de mercado doméstico, no sentido de que já começava a definir um ritmo de acumulação que o diferenciava no mercado mundial, como também o era a região platina embora com trajetórias distintas. Já se conformava, dadas as condições de mobilidade vigentes na época, em "locus" de atração de capital e força de trabalho em escala que suplantava os limites regionais e nacionais. Isto explica porque, de um modo dinâmico, consolidou-se um processo de substituição de importações que, ao mesmo tempo que aprofundava a divisão social do trabalho alargando o leque de mercadorias produzidas, ampliava os limites territoriais de sua área de influência através da articulação mercantil com as demais regiões brasileiras.

Dadas as características intrínsecas do processo de substituição de importações, a consolidação do mercado doméstico está diretamente relacionada à capacidade de modificar, quantitativa e qualitativamente, suas relações com o mercado mundial. Do ponto de vista quantitativo, significa ampliar progressivamente sua diversificação e amplitude, o que depende, em grande parte, da capacidade de gerar divisas para garantir a compra de meios de produção, alimentos e bens de consumo necessários à sua reprodução ampliada, que ainda é restringida pela sua dependência das divisas geradas no setor agrário-exportador. Do ponto de vista qualitativo, a existência plena do mercado doméstico - no sentido que é atribuído neste trabalho - só é efetiva quando sua acumulação endógena se autonomiza em relação ao mercado mundial, isto é quando as condições reais de reprodução ampliada das forças produtivas capitalistas repousam na dinâmica própria das estruturas de mercado que nele se consolidaram.

No caso brasileiro, esta relativa autonomização do mercado doméstico vis-a-vis o mercado mundial se deu a partir do maciço bloco de investimentos consubstanciado no Plano de Metas que consolidou a indústria pesada. Como mostra Tavares (1972: 117):

"Quando o processo atinge, porém, uma fase tão avançada que, por um lado, o que resta para substituir são essencialmente bens de capital, ou matérias-primas e materiais para investimento e, por outro lado, as indústrias de bens de consumo já atingiram a maturidade, esgotando-se a reserva de mercado que lhes era garantida pelo estrangulamento externo, este último deixa de ser o 'indutor' do processo de investimento e, em consequência, para o crescimento, passando a ser apenas um obstáculo, em cuja superação, porém, já não pode ser encontrada a dinâmica da economia."

É importante caracterizar este momento de ruptura porque, considerando a concepção de Prebisch acerca da propagação espacial do progresso técnico no mercado mundial vista a partir das relações centro-periferia, não existe muita dificuldade em atribuir às importações o vetor principal de difusão da técnica pela periferia. Neste sentido,

ao completar o processo de substituição de importações na década de 50, a economia brasileira implantou um parque industrial que refletia as condições de concorrência vigentes no mercado mundial naquele dado momento. Neste aspecto, e sem perseguir a fundo a questão, é importante avaliar que, considerando a hegemonia norte-americana sobre a América Latina, a presença de grandes corporações européias nas chamadas indústrias de segunda geração, dentre as quais destaca-se a automobilística, mostra que, apesar de fragilizado pelo conflito mundial, o capital de origem européia elegeu o mercado doméstico brasileiro como uma arena importante em sua estratégia global de concorrência.

Por outro lado, dado o caráter endógeno da acumulação que se segue ao Plano de Metas, o ritmo de introdução do progresso técnico ganha relativa autonomia em relação ao mercado mundial e passa a refletir condições peculiares do mercado brasileiro. Neste momento, na mais elementar lógica schumpeteriana, se colocam graves problemas de como financiar o crescimento econômico. Esta questão foi percebida originalmente por Prebisch (1964: 35) como sendo manifestação da 'insuficiência dinâmica' das economias latino-americanas vista como sua incapacidade de alcançar as taxas mínimas de desenvolvimento, necessárias para absorver a população liberada pela desagregação da economia agrário-exportadora, com um ritmo adequado de acumulação de capital.

Para Prebisch, o problema vai um pouco além de romper com 'estado estacionário' e garantir o crescimento econômico. Na verdade, para ele o financiamento do desenvolvimento em uma economia periférica tem um complicador a mais que o banqueiro schumpeteriano teria maior dificuldade para resolver. Em suas palavras:

"É certo que o aumento da renda proveniente do aumento da produtividade gera maior capacidade na economia; porém o capital requerido para absorver a mão-de-obra excedente - provocada por essa maior produtividade - é superior à poupança que momentaneamente pudésemos obter; e só com o tempo poderemos alcançar o equilíbrio

entre a maior acumulação de capital exigida pelo aumento de produtividade e a maior capacidade de poupança que esta traz consigo. É, pois, um desequilíbrio (na verdade uma defasagem) temporal, porém de grande significação, que terá de enfrentar com a limitação do consumo onde for socialmente praticável e a contribuição de recursos internacionais". (Prebisch, 1963: 38)

Esta defasagem temporal está na raiz da explicação de Prebisch para a utilização da inflação como instrumento de financiamento, já que para elevar a poupança interna aos níveis exigidos pelo desenvolvimento seriam necessárias profundas transformações estruturais, que alterassem as regras de distribuição do produto social. Como a resistência a essas transformações constituiu um dos elementos centrais do pacto negociado pelo "nacional-desenvolvimentismo", a industrialização pesada - que completa o processo de substituição de importações³ - foi financiada, em grande parte, através de mecanismos inflacionários.

Como mostra Tavares (1972), a crise que marca o início da década de sessenta no Brasil é essencialmente a crise de um padrão de financiamento que havia sido adequado ao processo de substituição de importações, porém não dava conta dos novos requerimentos da economia brasileira devido à diversificação da estrutura produtiva e à ampliação do mercado doméstico⁴. Superando o dilema colocado pela 'insuficiência dinâmica', Conceição Tavares (op. cit.: 128) mostra que a questão central estava em:

"forjar instrumentos financeiros que possuíssem os padrões de liquidez exigidos pela demanda de recursos financeiros por parte das empresas e as garantias de rentabilidade e segurança exigidas para ampliar e diversificar a oferta de poupanças no mercado financeiro, além de criar-se canais institucionais capazes de orientar os fluxos financeiros para os setores que se pretendesse desenvolver ou simplesmente para aqueles em que houvesse oportunidades óbvias de investimento mas escassez de recursos."

Considerando a restrição cambial acima discutida, bem como as condições vigentes no mercado mundial na década de sessenta no que diz respeito à disponibilidade de 'poupanças livres' diante do 'essor' europeu e japonês, não resta muita

dúvida de que as demandas por recursos financeiros no mercado brasileiro teriam de ser atendidas em moeda nacional, com o problema de que a inflação como mecanismo de financiamento tende, porém, a esgotar rapidamente as suas possibilidades, pois:

"a partir de um certo patamar da espiral inflacionária, variável conforme a capacidade de defesa e reação dos diversos setores econômicos e sociais, começa a tomar corpo uma série de reações em cadeia, determinada pela articulação de expectativas de todos os agentes econômicos e sociais, os quais passam a antecipar e extrapolar conjuntamente a tendência inflacionária." (Tavares, op. cit.: 131).

Além disso, a inflação tem também um aspecto contraditório em relação a própria formação do mercado financeiro, na medida em que os agentes econômicos buscam defender suas posições através da aquisição dos chamados ativos reais, que possam funcionar como reserva de valor. O sistema bancário brasileiro tinha 41,8 % de seu patrimônio líquido em 1964, cuja valorização em moeda nacional era superior à taxa de inflação. A transição de uma estrutura de financiamento fundada na inflação para um mercado financeiro, lastreado em títulos mobiliários preferencialmente da Dívida Pública??, foi obra do regime autoritário pós-64 que, através do instituto da correção monetária e de seu corolário imediato o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, conseguiu mobilizar os recursos ociosos aplicados em terra e dirigí-los para o setor da construção civil, um dos propulsores da retomada do crescimento em 1968. (Egler, 1985)

Na verdade, o conjunto de reformas efetuado no primeiro triênio do governo autoritário visando a aumentar a capacidade extrativa e financeira do Estado responde não apenas às limitações da inflação, como instrumento de financiar o crescimento, mas também o esgotamento da manipulação cambial como "principal instrumento de fomento e orientação (GN) de investimentos" (Lessa, 1981: 151). Isto significa que durante a industrialização substitutiva de importações, a utilização de regimes diferenciados de câmbio foi o instrumento

preferencial para sinalizar os setores prioritários de investimento, entretanto com a complementação deste processo, o instrumento cambial passa a ser apenas importante pelo montante total de recursos que aporta ao Tesouro Nacional, perdendo sua característica fundamental de indutor seletivo do investimento. Daí a chamada "verdade cambial" do governo Quadros ser 'verdadeira' neste aspecto, embora tenha produzido um formidável rombo nas contas públicas equivalente, segundo estimativas de Furtado (1972: 32), a algo equivalente a 15 % das receitas da União.

Segundo a problemática kaleckiana, a questão não está só no montante do gasto, mas também a sua orientação. E neste aspecto, não é possível retirar o mérito da reforma fiscal e financeira de Bulhões/Campos, pois não apenas aumentou a capacidade extrativa e financeira do Estado, lançando as bases de um sistema financeiro doméstico, como também orientou o gasto público e privado através de uma série de órgãos e agências públicas, dentre as quais destaca-se, pelo caráter emblemático, o Banco Nacional da Habitação (BNH), então gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.3 - Questão regional e planejamento estatal no Brasil

No entanto, no que diz respeito a orientação do investimento público e privado, é preciso arrancar das entranhas do Plano de Metas, uma experiência pioneira cuja fama ficou restrita às dimensões regionais de sua atuação, mas cuja proposta de utilizar instrumentos fiscais e creditícios para orientar a alocação territorial do investimento privado no mercado doméstico, bem como de exercer a coordenação do aparato estatal em uma porção determinada do espaço nacional, constituiu uma tentativa de dar respostas aos condicionantes estruturais da crise que vai se manifestar no início dos anos sessenta: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Novamente uma mudança de escala de análise se faz necessária para compreender a dinâmica do desenvolvimento brasileiro no período recente. A SUDENE nasce do diagnóstico de Celso Furtado (GTDN, 1959) de que o mercado doméstico, que emerge da industrialização pesada, é dividido em dois segmentos territoriais básicos, marcados por ritmos distintos de acumulação que se refletem em desníveis flagrantes de produtividade e, portanto, velocidades distintas de introdução e incorporação do progresso técnico: o Centro-Sul e o Nordeste.

É importante traçar a trajetória da construção de Furtado para que não reste dúvidas acerca das dimensões da questão com que se defrontava. Em primeiro lugar é ingênuo afirmar que utilizou mecanicamente o sistema centro-periferia para descrever as relações entre parcelas de uma mesma economia nacional. Entretanto, e aí reside seu principal mérito, empregou largamente suas implicações dinâmicas para interpretar a evolução diferenciada das regiões brasileiras. Para ele, o desenvolvimento econômico se apresenta, na primeira metade do século XX do ponto de vista espacial, como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração, onde o rápido crescimento do complexo cafeeiro, de um lado criou fortes discrepâncias regionais de renda, de outro contribuiu para dotar o Brasil de um núcleo dinâmico, em torno do qual as demais regiões passaram a gravitar. (Furtado, 1959: 236).

Nesse sentido, a articulação comercial entre as regiões é vista como um processo espontâneo resultante da própria conformação do núcleo dinâmico. A questão é que, uma vez iniciado e deixado ao livre curso das forças de mercado é inexorável a concentração territorial da renda. Em sua análise:

"a causa de que se forme e agrave esse tipo de fenômeno está, via de regra, ligada à pobreza relativa de recursos naturais - integradas pelo mesmo sistema monetário (G.N.) - aquela mais pobre de recursos naturais, particularmente de terras, tenderá a apresentar

uma mais baixa produtividade por unidade de capital invertido." (Furtado, op. cit.: 239)

Neste aspecto está claro que Furtado aponta que a inexistência de barreiras cambiais impulsionaria a mobilidade do capital para a área de terras mais férteis, ou de maior produtividade por unidade de capital invertido, fato que até então não se manifestara porque as trocas entre as duas regiões eram essencialmente mercantis, porém cuja intensidade se faria crescente a medida que se consolidasse o mercado doméstico e a mobilidade interna de capital, e também força de trabalho, fosse acentuada. Nesse sentido, os conceitos de articulação e integração econômica tem para Furtado conotações distintas, já que a primeira somente desviou para o mercado doméstico as mercadorias que se destinavam ao mercado mundial, enquanto a segunda significaria caminhar no sentido de "um aproveitamento mais racional dos recursos e fatores no conjunto da economia nacional". (Furtado, 1959: 240)

É importante ressaltar que, para este autor, a necessidade do planejamento emerge como alternativa à questão regional, cujo recrudescimento é produto da industrialização substitutiva de importações, pois:

"não existindo nesse caso a possibilidade de apelar para a tarifa ou subsídios cambiais, com o fim de corrigir a disparidade, a industrialização da região mais pobre passa a encontrar sérios tropeços. A medida que se tome consciência da natureza desse problema, no Brasil, as tensões de caráter regional - que se haviam reduzido substancialmente nos decênios anteriores - poderão voltar a apresentar-se." (Op. cit.: 240).

E logo a seguir afirma:

"a solução deste problema constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos. Essa solução exigirá uma nova forma de integração da economia nacional, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século." (Id., ib.)

Rangel também aponta para a questão ao reclamar, quase profeticamente, a necessidade de um segundo Plano de Metas,

"sem o qual o primeiro terá de ser abandonado dentro de pouco tempo, porque está gerando mais pressões e tensões do que o regime pode razoavelmente suportar por muito tempo". E mais, "o fato dele se haver apresentado primeiro no Nordeste resulta da circunstância de aí a ociosidade ter primeiro assumido formas agudas, agravadas e dramatizadas pela estiagem de 58" (Rangel, 1959: 429). Como mostra Cohn (1976), a SUDENE foi a resposta a estas "pressões e tensões" que se manifestaram originalmente na crise regional nordestina.

Neste aspecto é importante frisar que, do ponto de vista da acumulação no mercado doméstico, a questão nordestina não se constitui um óbice em si, já que sua dinâmica repousa no núcleo industrial consolidado no Centro-Sul. Para Cohn (1976: 159) o significado mais profundo da criação SUDENE não estava no passado, mas:

"reside no modo pelo qual nele se manifesta como a criação de um órgão de planejamento regional corresponde a uma descentralização administrativa associada a uma centralização política, em resposta a problemas socio-políticos regionais, que operam mais como desencadeadores da ação do sistema econômico abrangente do que derivado deste."

E mais adiante conclui:

"a própria dinâmica da conversão de uma questão regional em um problema nacional (GA) envolve a presença marcante do econômico, que se traduz no planejamento, vale dizer, naquele processo em que a ação política, sem deixar de sê-lo, opera conforme as regras do jogo econômico e assume a forma de racionalidade imposta por estas."

Sem cair na armadilha do político versus econômico, é interessante resgatar as opiniões de Furtado (1989: 81-2), no momento em que assume o cargo de superintendente da SUDENE logo após a aprovação da lei de sua criação em 1959. Para ele, "introduzia a lei formas mais racionais de intervenção do Estado na esfera econômica (...)", pois "os investimentos federais serão agora submetidos a critérios de essencialidade, consubstanciados num Plano Diretor (...)" e os "os incentivos à iniciativa privada seriam administrados

com uma visão unificada que permitiria emprestar-lhes coerência e transparência." E por final, dadas as características do quadro técnico da SUDENE, representaria "uma nova concepção do Estado como agente promotor do desenvolvimento".

Neste ponto, não se trata de explorar a evolução da SUDENE ou do planejamento regional no Brasil, mas sim compreender que sua criação representa, não apenas a institucionalização da dimensão regional do planejamento, mas também o embrião de uma nova forma de intervenção do Estado na economia. Forma esta que foi gestada em um período de liberdade democrática, foi submetida aos procedimentos parlamentares para ser sancionada como lei, não sofreu ingerência direta do capital estrangeiro, mas sim refletia conflitos políticos domésticos - expressos na questão nordestina - e ajustes contraditórios em torno do projeto nacional-desenvolvimentista, mas que buscava dar a resposta, embora tímida e restrita, aos problemas de alocação do investimento público e privado na direção da integração produtiva e territorial do mercado nacional.

Neste sentido, não há lugar para a visão ingênua de que a SUDENE tenha sido um grupo de bons samaritanos que lutavam pela redenção do Nordeste e que o regime autoritário pós-64 tenha desvirtuado seus caminhos e se apropriado do discurso do desenvolvimento regional, ampliando o espectro de agências voltadas para a sua execução e centralizando-as sob o comando do Ministério do Interior. A sua maneira, Oliveira (1977: 101-2) percebe isto ao mostrar que a SUDENE representa "o Novo Estado no Nordeste" e que a SUDENE traz "inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção 'planejada' no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores" embora o motivo que aponte para isto seja, no mínimo, simplificador pois não passou de "uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul". É curioso como sua

crítica ao dualismo acaba por levar ao mesmo dilema: o capitalismo do Centro-Sul versus o pré-capitalismo do Nordeste.

Na verdade, o processo de criação e implantação da SUDENE foi um balão de ensaio para uma expressão tardia e periférica de "capitalismo organizado", onde a 'rationale' do projeto estatal avança na frente da lógica capitalista e faz com que:

"a abertura de novas fronteiras de acumulação passa sempre pela mediação do Estado e pela ampliação de seu sub-sistema afiliado (das empresas estrangeiras), o que impõe um caráter instável e limitado ao processo de monopolização do capital privado nacional." (Coutinho e Belluzo, 1978 : 22).

é importante ressaltar a noção de "fronteiras de acumulação" porque é justamente nela que repousa a lógica que garantiu a reprodução do Estado nacional-desenvolvimentista. Ela está presente tanto no poder atribuído a CEXIN, uma modesta carteira do Banco do Brasil que, como mostrou Lessa, encarnou em determinado momento todo o poderio representado pelas manipulações cambiais que, posteriormente, instrumentou o Plano de Metas, como também está presente na SUDENE que, no rincão mais conservador do país, impôs a lógica do planejamento econômico e da centralização burocrática do Estado, que foram levados ao paroxismo pelo regime militar. Ambas encarnaram alternativas à crise e foram embriões de formas mais avançadas de gestão econômica responsáveis por períodos significativos de crescimento da economia brasileira. Na verdade, abrir "fronteiras de acumulação" é uma tarefa um pouco mais complicada do que garantir o "pleno emprego" na linguagem keynesiana, que deu substrato a noção de planejamento econômico capitalista neste século⁷. Ela passa por uma determinada projeção futura de mercado e, portanto, de demanda efetiva, tanto do ponto de vista de sua composição, como de sua distribuição, bem como pela capacidade de mobilizar forças no sentido de implementá-la.

Neste aspecto, o projeto de "desenvolvimento nacional", ao qual posteriormente se agrega o de "integração nacional", constituíram propostas de política econômica capazes de definir projeções de mercado doméstico - onde evidentemente o 'bolo' deveria primeiro crescer, para sua posterior distribuição - capazes de mobilizar os agentes econômicos em um determinado sentido e direção, o que conferiu - a despeito de seus críticos - grande dinamismo à economia nacional. Mais do que isto, embora em seu substrato a via brasileira seja autoritária, estes projetos foram gestados em períodos de plena vigência da democracia parlamentar e nutridos dentro do aparelho de Estado por uma burocracia capaz de levá-los a frente, o que, de início, coloca em cheque o discurso autoritário e neo-liberal.

Estes projetos gestados e geridos pelo Estado, abriram fronteiras de acumulação importantes na história recente, porém não são imunes a crises, que dadas as condicionantes históricas da formação social brasileira, as transformam em domínios de especulação em todas as suas formas: antes, mercantil e imobiliária; hoje, essencialmente financeira. Entretanto, se há alguma lição a retirar deste capítulo é a de que as raízes da recuperação estão fincadas na crise e que as formas que assume devem ser vistas tanto na dinâmica do mercado mundial, nas suas articulações com o mercado doméstico brasileiro, como também em suas condicionantes estruturais, cuja melhor expressão está na diversas manifestações da questão regional.

Notas

* Uma exposição sucinta da relação entre o mercado doméstico e o mundial em economia, a partir da linkages inter-industriais na concepção de Hirschman, pode ser encontrada em Jones (1976).

** Mais do que isto, ao "preceder" esta articulação, o Estado desempenha um papel dinâmico importante, na medida em que atua como elemento de ajuste das mudanças que ocorrem no mercado mundial com os movimentos internos da economia nacional, assim, e principalmente nas "conjunturas hostis" que caracterizam a crise, é que:

"Ambas se encontram em processo de acentuada diferenciação produtiva, e a rearticulação do Sistema Capitalista em escala internacional, não permite detectar em que forma a dinâmica contraditória da expansão (ou retração) global, subordina as estruturas internas de acumulação das economias periféricas. Estas, embora de forma diferente das economias centrais, tem uma dinâmica interna de expansão, que pode enquadrar-se, ou não, de modo favorável dentro da dinâmica global do Sistema. Muitas vezes, porém, é justamente quando a situação internacional é desfavorável, que certos mecanismos de expansão se reajustam endogenamente e permitem uma nova rearticulação favorável à acumulação de capital posterior. (GA)" (Tavares, op. cit.: 129)

⁹ É interessante observar a posição de Prebisch, no início da década de 60, sobre a política de substituição de importações, que "embora responda a uma transformação estrutural inevitável, tem se cumprido com gravíssimas falhas. Não têm sido levadas em conta considerações de economia, nem se procurou, até muito recentemente, romper as limitações dos mercados nacionais com a progressiva integração econômica dos nossos países; e, por cima de tudo isso, aplicou-se esta política de forma discriminatória, sem encorajar correlativamente as exportações, com o que se avançou na política substitutiva mais além do que, em outras circunstâncias, teria correspondido. (1961: 133)

⁴ É importante ressaltar que, embora Conceição Tavares seja legítima herdeira do pensamento de Prebisch, sua elaborada análise sobre a questão do financiamento ao desenvolvimento econômico no Brasil representa um avanço expressivo em relação ao pensamento cepalino de então, envolvido no dilema dualista do freio arcaico ao progresso moderno. Ao se debruçar sobre a economia brasileira, foi talvez a primeira economista a perceber que sua dinâmica havia se tornado autônoma do processo de substituição de importações e, mais do que isto, enriquece com sua visão calcada em Kalecki as concepções keynesianas de Prebisch acerca do desenvolvimento latino-americano.

⁵ Os dados acerca das aplicações do sistema bancário brasileiro mostram que em 1967, às vésperas do "milagre econômico", a situação havia se invertido e 58,3 % delas estavam em títulos da dívida pública (Egler, 1985: 126).

⁶ Sobre este aspecto recomenda-se a leitura de Carvalho (1979) e Tavares (1989).

⁷ Kalecki mostrou bem esta questão, quando colocou que "o principal problema de uma economia capitalista desenvolvida é a adequação da demanda efetiva. Tal economia possui um equipamento de capital que mais ou menos se equipara à força de trabalho existente, e, portanto, poderia gerar uma bem mais elevada renda per capita se seus recursos forem plenamente utilizados (...) o problema crucial das economias subdesenvolvidas é diferente. Não pretendemos negar que numa economia subdesenvolvida possa haver uma deficiência da demanda efetiva (...). A capacidade produtiva deve não somente ser plenamente utilizada, mas também ser rapidamente

expandida, e isso, como veremos é uma proposição muito mais difícil (...). O problema crucial dos países subdesenvolvidos é o aumento considerável dos investimentos, não a fim de gerar uma demanda efetiva, como é o caso numa economia desenvolvida com subemprego, mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável para o rápido crescimento da renda nacional" (Kalecki, 1968: 133-6).

CAPÍTULO 4 - INTEGRAÇÃO PRODUTIVA E CRISE DA ECONOMIA NACIONAL

O projeto de integração do mercado doméstico, visto como o "aproveitamento mais racional dos recursos e fatores no conjunto da economia nacional" foi o 'leit motiv' que orientou a intervenção do Estado no período posterior a década de 60, assumindo sua forma mais elaborada nos anos 70. Ele se manifesta inicialmente no esforço de dotar o Estado de uma máquina administrativa centralizada, com algum grau de profissionalismo, bem como garantir mecanismos fiscais e financeiros que o capacitassem a abrir fronteiras de acumulação a serem ocupadas através de ajustes negociados entre empresas estatais, multinacionais e nacionais, naquilo que ficou conhecido como o 'tripé' da economia nacional.

Estas fronteiras de acumulação, que nas economias avançadas são principalmente abertas pelas grandes corporações em concorrência contando com o suporte do sistema financeiro, dadas as características do desenvolvimento tardio e periférico do Brasil dependeram da visceral participação do Estado em sua elaboração, tanto do ponto de vista produtivo, como territorial. Utilizando a conceituação de Tavares (1990: 27), poderíamos definir o Brasil como uma forma peculiar de 'capitalismo organizado', onde as relações orgânicas entre o Estado e a grande empresa industrial são importantes, mas que é tardio porque esta associação precede a definição de um sistema bancário capaz de adiantar e orientar, segundo a lógica capitalista, recursos financeiros para seu desenvolvimento. Isto se explica, em grande parte, pelo caráter da industrialização periférica que utilizou a restrição cambial, e seu corolário direto: a inflação da moeda nacional, como instrumentos financeiros para a montagem da indústria pesada durante o período de substituição de importações.

Neste sentido, a superação da crise do início da década de sessenta representou o resultado do esforço concentrado de dotar o capitalismo brasileiro de um sistema financeiro

próprio, capaz de dar suporte ao ritmo endógeno de acumulação em seu mercado doméstico. Para tanto, o Estado desempenhou um papel central, não apenas através do aumento e centralização da receita fiscal, mas principalmente através da emissão de títulos públicos, protegidos da inflação através do instrumento da correção monetária, capazes de substituir a propriedade fundiária como principal ativo financeiro na economia nacional. Esta obra de engenharia econômica de Buihães e Campos começou a dar sinais que daria certo no mercado imobiliário, que faz a ponte entre a propriedade de terras e a propriedade do capital, quando o "boom" da construção civil e dos bens de consumo duráveis, no final da década, inaugura o "milagre brasileiro".

A dívida pública como instrumento de financiar o gasto do Estado é um instrumento conhecido desde o mercantilismo na Holanda e foi utilizada largamente nas industrializações européias. No Brasil sua aplicação no início da República resultou em um dos mais controversos momentos da historiografia brasileira: o célebre Encilhamento, que para alguns marca o início do capital industrial, para outros significa apenas um momento de intensa especulação¹. Sem entrar no mérito desta questão, apenas é relevante considerar que os títulos públicos jamais foram instrumento importante de financiar o gasto do Estado no Brasil até os anos sessenta, quando foi ensaiada no governo democrático de Goulart e fundada definitivamente no regime autoritário, através do instrumento da correção monetária.

Além da dívida pública, deve-se destacar a criação de um conjunto de fundos de poupança compulsória ou não, dos quais destaca-se pela sua magnitude o FGTS, que foi um importante instrumento de financiamento do gasto público no período de expansão entre 1968 e 1973. Martins (1985: 52-4) mostra que foram criados, entre 1964 e 1974, 134 fundos oficiais, o que:

"mais do que triplicou o ritmo de criação de fundos aos 13 anos anteriores. Mais importante ainda é o volume

de recursos que administram e o crescimento notável desses recursos. Com efeito, dados relativos a 55 fundos geridos pela administração direta (GA) do Governo federal (Ministérios mostram que entre 1971 e 1975, seu crescimento foi de 321 % em termos reais: o volume de recursos à disposição desses 55 fundos representava, em 1973, 3 % do PIB."

A lógica de gestão e operação destes fundos constitui um dos principais instrumentos de alocação do gasto público, pois estavam vinculados a programas determinados e permitiam às agências que os geriam melhores possibilidades de acompanhamento da utilização dos recursos. Entretanto, a racionalidade do planejamento não esconde que neste processo foram criadas novas arenas de negociação política, cuja transparência e legitimidade são duvidosas, bem como deve ser observado que:

"a relativa autonomia de que passam a gozar no âmbito do aparelho do Estado as agências que dispõem de recursos próprios, aliado ao montante de sua aplicação e aos critérios empresariais adotados para a gestão desses fundos, tendem a reproduzir os recursos em questão, obrigando tais agências muitas vezes a ampliar seu raio de ação e suas atividades para além de seus objetivos iniciais". (Op. cit.: 56)

Este é um aspecto importante desta forma tardia de "capitalismo organizado", na medida em que se projetam sobre o Estado as demandas setoriais e regionais de recursos financeiros, cabendo a sua burocracia, em última instância, a decisão acerca dos critérios alocativos. Que estes não respondam a interesses sociais é um fato conhecido. No entanto, o problema reside em indagar se responde à lógica do risco capitalista e quais suas condições efetivas de 'administrar' a concorrência intercapitalista e, por derivação, o ritmo de introdução do progresso técnico. As relações entre os gastos públicos e a introdução do progresso técnico é uma questão controversa em escala mundial. Na classificação de Tavares (1990) esta situação oscila entre a experiência liberal norte-americana, onde os gastos militares constituem a principal reserva do mercado doméstico para as empresas mais intensivas em tecnologia, até o exemplo de capitalismo orga-

nizado por excelência neste final de século que é o Japão, onde o poderoso Ministério do Comércio Internacional e da Indústria, conhecido pela sigla em inglês MITI, articula diretamente o progresso técnico na indústria japonesa às condições de concorrência no mercado mundial. Entre estes dois extremos situam-se os países da Comunidade Européia, que desde 1947 vem elaborando, em um percurso eivado de contradições, um largo projeto de ampliação e proteção do mercado doméstico para as firmas progressivas de seus países membros.

No caso brasileiro, o núcleo do projeto que deu consistência a ação desta multiplicidade de fundos e agências foi a integração do mercado nacional, em todas as suas formas: produtiva, financeira e territorial. É sob este aspecto que será detalhada a análise a seguir, tendo como um dos principais instrumentos de aproximação com a realidade a relação entre o Estado e a grande empresa, visto basicamente através da articulação entre as condições de concorrência e a introdução do progresso técnico, fator determinante do ritmo da acumulação endógena no mercado doméstico.

4.1 - A consolidação do mercado nacional

A industrialização recente alterou profundamente a estrutura produtiva da economia brasileira. A estratégia de utilizada no passado buscou preencher os vazios da matriz industrial, de forma a consolidar o mercado doméstico, possível em grande medida pelas suas dimensões relativas. Neste processo, dada a restrição de divisas, foram, até certo ponto, relegados a segundo plano os aspectos relacionados com a competitividade externa dos segmentos industriais que estavam sendo internalizados. A busca compulsiva e generalizada da complementação e integração do parque industrial, em detrimento de estratégia fundamentada em especialização e maximização da eficiência do parque produtivo, como um todo, fica evidenciada pela forma de implantação das indústria de

bens intermediários e de bens de capital durante o II PND.
(Wilberg e Panariello, 1990: 55-56)

Tabela 4.1
Produto Interno Bruto a custo de fatores, segundo
classes e ramos de atividade econômica - 1950/1990
(Em percentagem do total)

Classes e ramos	1950	1960	1970	1980	1990
Agropecuária	24,3	17,8	11,6	10,2	9,1
Indústria	24,1	32,2	35,8	40,6	34,3
Extrativa mineral	0,4	0,8	0,8	1,0	1,5
Transformação	18,7	25,6	27,4	31,0	23,3
Construção	4,1	4,8	5,4	6,7	6,9
Serviços industriais	1,0	1,1	2,2	1,8	2,6
Serviços	51,6	50,0	52,6	49,2	56,7
Comércio	15,6	16,9	16,4	11,0	6,3
Transportes	3,4	4,0	3,7	3,8	3,6
Comunicações	-	-	0,6	0,9	1,2
Instituições financeiras	3,6	2,7	6,0	7,9	11,1
Administrações públicas	6,6	6,3	9,3	6,5	10,6
Aluguéis	11,5	10,3	9,3	6,8	13,0
Outros serviços	10,8	9,8	7,3	12,3	10,9
Total	100,0	100,0	100,0	99,9	100,1

Fonte: IBGE, Contas Nacionais Consolidadas - 1991

Originalmente fundada no setor agro-exportador, a economia brasileira apresentou uma crescente participação do setor industrial entre 1950 e 1980, quando então os dados das Contas Nacionais mostram que os efeitos da crise foram particularmente intensos justamente sobre a atividade industrial, cuja participação que atingiu o máximo de 40,6 % em 1980, então declina para 34,3 % na década seguinte. Este comportamento é explicado pelo aumento na participação do setor de serviços e pela queda do sub-setor da indústria de transformação, já que a agropecuária segue sua histórica tendência declinante (Tabela 4.1).

Do ponto de vista dos indicadores macroeconômicos, a tendência à queda da participação do setor industrial e a elevação dos serviços no Produto Interno Bruto é observada nas economias avançadas no período recente. Tomando por exemplo a França, a parcela referente à indústria no PIB declinou de 39 % para 34 % entre 1965 e 1986, enquanto os serviços saltaram de 53 % para 63 % no mesmo período. Este processo pode também ser visto na Alemanha, Itália ou Japão

e manifesta a transição para formas de produção e gestão mais intensivas em tecnologia.

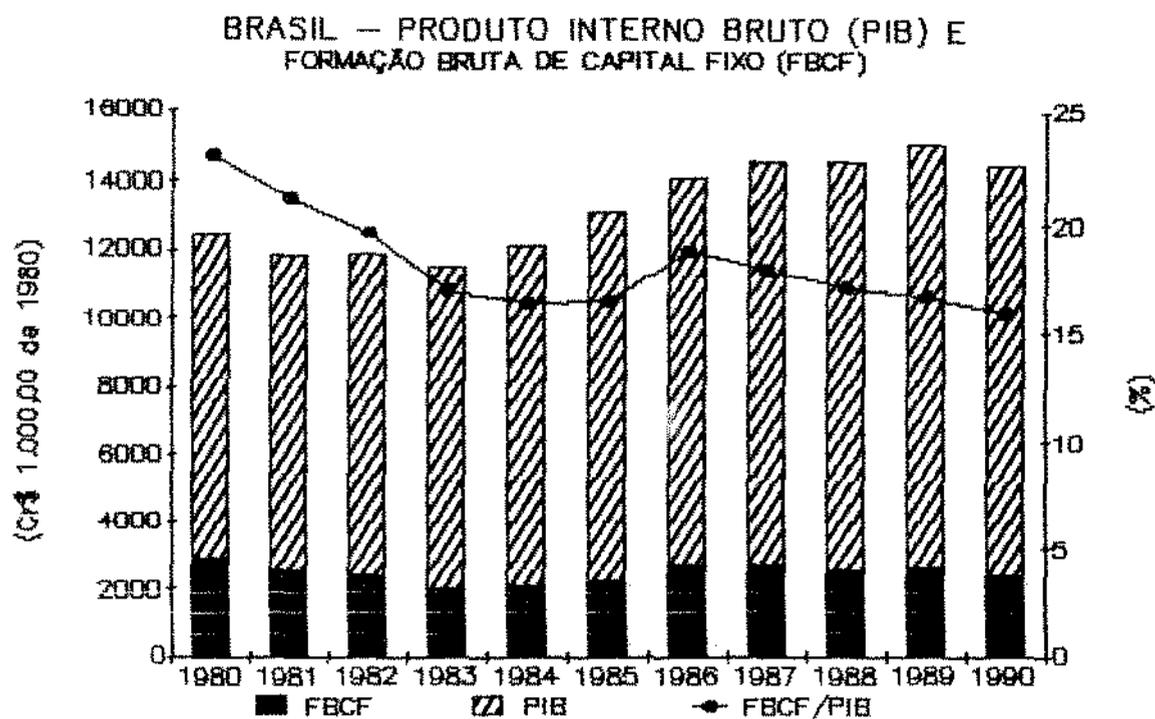
No caso brasileiro, no entanto, é necessário separar o joio do trigo. Existe evidentemente uma componente estrutural nas transformações que se processam na estrutura produtiva que reflete o amadurecimento da industrialização. Entretanto, boa parte do crescimento do setor de serviços pode ser explicada também pela componente conjuntural da crise. Observando a tabela acima é possível constatar que o crescimento do setor serviços está concentrado em três ramos: instituições financeiras, administrações públicas e aluguéis.

Em relação às instituições financeiras, o seu peso deve-se não apenas ao desenvolvimento de um sistema financeiro no Brasil, o que não havia nos idos dos cinquenta, mas também ao fato de que este sistema foi gestado e desenvolvido em um ambiente fortemente inflacionário, fundado no mecanismo da correção monetária, o que o torna especialmente adaptado para operações especulativas de curto e curtíssimo prazo, típicas de conjunturas de crise. No caso das administrações públicas, embora o Estado desempenhe um papel fundamental na economia brasileira, a rápida elevação de sua participação no PIB na década passada reflete fundamentalmente o seu descontrole, principalmente no que diz respeito às relações entre as três escalas de poder do regime federativo, já que os Estados e Municípios que compõem a federação praticaram políticas fortemente expansionistas, enquanto a União ensaiava caminhar em sentido contrário.

Por final, em relação aos aluguéis, o seu retorno a níveis de 1950 é um bom indicador da queda do investimento e a estagnação da economia brasileira durante os anos oitenta. A mera observação do figura abaixo mostra que, em termos constantes, o Produto Interno Bruto brasileiro apresentou desempenho medíocre em toda a década, muito inferior aos períodos anteriores, com o agravante de que a participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que reflete o in-

vestimento produtivo, é declinante em toda o período, com uma ligeira recuperação em 1986, quando foi colocado em prática o Plano Cruzado.

Figura 4.1



Fonte: IBGE, Contas Nacionais Consolidadas

A despeito destes problemas, o Brasil ingressa na década de 80 com uma estrutura industrial complexa e diversificada e dotada de relativo grau de autonomia e integração. A industrialização no pós-guerra deslocou do mercado mundial para o doméstico a principal fonte de demanda para o crescimento. Isto é facilmente observável pelo fato de que as exportações cresceram, em quantidade, 5,5 % a.a. entre 1947 e 1980, enquanto a expansão do PIB atingiu 7,1 % a.a., e o coeficiente de exportações em relação ao PIB declinou de 14,8 para 7,6 % no mesmo período. Apesar do crescente endividamento externo, "observou-se também um notável

'fechamento' da economia no que se refere às importações: a participação dos produtos importados no PIB declinou de 13,7 para 7,0 por cento entre 1947 e 1980 (a preços de 1970)." (Serra, 1982: 58-9).

A consolidação e integração do mercado nacional foram metas explícitas de políticas públicas que incidiram diretamente sobre a estrutura industrial, que, em si, constitui o segmento mais dinâmico do próprio mercado doméstico. Uma idéia aproximada das dimensões deste mercado pode ser obtida através do retrato estático da matriz de insumo-produto, que mostra que, no Brasil em 1980, o consumo intermediário, isto é aquele realizado pelas indústrias em operação produtiva, representava cerca de uma vez e meia o consumo final das famílias e das administrações públicas².

A importância da estrutura industrial para a avaliação das dimensões e características do mercado doméstico não reside apenas em seu aspecto estático, mas principalmente no que se refere a sua dinâmica, isto é ao ritmo de sua acumulação endógena. Neste aspecto os mercados domésticos desenvolvidos em capitalismo tardios e periféricos, como é o caso do brasileiro, possuem traços constitutivos próprios, que se refletem tanto ao nível da articulação interna entre os setores econômicos, como também com o restante do mercado mundial. Uma dessas características está em que "as formas de consumo pré-existentes se limitavam às elites importadoras de bens de consumo duráveis e de uma variedade menor de bens de capital, para atender a infraestrutura doméstica". Desta maneira, é possível concluir que: "a chamada 'internacionalização do mercado interno' cria de um golpe as empresas, as indústrias e os mercados, ou seja, as forças produtivas capitalistas correspondentes a uma etapa avançada do capitalismo mundial" (Tavares, 1981: 40).

Mais do que isto, o que é importante destacar para que se tenha noção do peso da estrutura industrial em mercados domésticos formados sob capitalismo tardios e periféricos é importante considerar que:

"muito mais do que substituição de importações de valores absolutos irrisórios ou que um mercado de massas inexistente, este processo de 'filialização' requer, para que seja eficaz, que a indústria seja mercado de si mesma em uma extensão muito superior do que já é por sua própria natureza (GN)." (id. ib.).

É justamente neste aspecto, relacionar a dinâmica endógena da estrutura industrial em capitalismo tardios e periféricos com o movimento global da economia capitalista no pós-guerra, que reside o principal esforço de Conceição Tavares e que a leva a concluir que:

"paradoxalmente quanto mais desenvolvida está a estrutura industrial, mais internacionalizados e solidários são os comportamentos das grandes empresas transnacionais, nacionais e estatais" (op. cit. :41).

É este comportamento solidário ficou particulamente evidente no ciclo recente de industrialização da economia brasileira, onde a busca da diversificação e integração produtiva abriu novos espaços de valorização, tanto no sentido setorial, como regional, para o capital industrial, independente de nacionalidade ou filiação institucional.

A análise da expansão industrial na década de setenta revela dois períodos distintos. O primeiro, que se estende até 1973, representa o auge do ciclo iniciado no final da década de sessenta, conhecido pela denominação ufanista de "milagre brasileiro". O segundo, que vai até o final da década, corresponde à uma redução gradativa do ritmo de produção corrente industrial e a uma expansão planejada e estimulada pelo Estado do setor de bens de produção, especialmente insumos industriais, durante o II PND entre 1974 e 1979. Conforme foi apontado anteriormente, o "boom" originou-se na construção civil e na expansão da indústria de material de transportes, que se propagou por todo o segmento metal-mecânico. Já o segundo período, que se segue ao choque do petróleo de 1973, procurou consolidar a indústria mecânica de bens de capital e a de insumos estratégicos, energia, química e metais não-ferrosos, principalmente alumínio. Como resultado, mesmo a partir de dados muito

agregados, é possível observar que a estrutura industrial brasileira atinge a década de 80 com um aumento expressivo do peso dos segmentos mais modernos ligados às indústrias metal-mecânica e química, ajustando-a ao padrão vigente no sistema internacional³. (Wilberg e Panariello, 1989: 53)

TABELA 4.2
ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 1959/80
(Em % do valor de transformação industrial)

Segmentos/Gêneros	1959	1970	1980
1. Metal-Mecânica e Eletro-Eletrônica	26,2	30,9	34,8
-Metalúrgica	11,5	11,2	11,3
-Mecânica	3,4	6,8	9,9
-Material de Transporte	7,4	7,7	7,4
-Material Elétrico e de Comunicações	3,9	5,2	6,2
2. Química*	10,8	13,0	16,0
Subtotal (1+2)	37,0	43,9	50,8
3. Outras Indústrias	63,0	56,1	49,2
Total Geral	100,0	100,0	100,0

* Inclui produtos farmacêuticos e veterinários.
Fonte: Wilberg e Panariello (1989: 54)

Embora alguns autores tenham rotulado este período como um "aprofundamento do processo de substituição de importações", esta explicação não dá conta das reais articulações entre a estrutura produtiva doméstica e o mercado mundial. Neste aspecto, não há como discordar de que:

"a idéia de que um maior grau de desenvolvimento da base produtiva tende a diminuir o coeficiente médio de importações, descontados os efeitos cíclicos, é um erro absoluto. Todos os estudos internacionais recentes indicam que a indústria de bens de capital é a mais competitiva internacionalmente e que, por isso mesmo, se expandem simultaneamente as exportações e importações de todas as suas linhas de produtos, e não há nenhuma tendência para a substituição (absoluta) de importações." (Tavares e Coutinho, 1986: 17).

Aqui reside uma articulação dinâmica que não cabe na visão mecanicista da substituição de importações, como um processo linear que culminaria com a autonomização completa do mercado doméstico, pois:

"cada etapa de desenvolvimento da indústria mecânica corresponde em geral a um período cíclico completo, que

eleva o coeficiente (de importações) no auge, e o faz declinar na recessão. Dada a rápida evolução tecnológica desta indústria, sua tendência em cada período de renovação e de recuperação do crescimento avança para um grau de abertura superior ao do período anterior." (Id. Ib.)

Neste sentido, o último ciclo de expansão industrial, que corresponde ao período 1967-1980, apesar de estar orientado para o mercado doméstico não significou nenhum "aprofundamento da substituição de importações", já que a dinâmica dos investimentos é conduzida de forma autônoma ou induzida por um mecanismo acelerador intraindustrial interno. Esse processo de industrialização, encabeçado por grandes empresas internacionais e estatais já instaladas no ciclo anterior, provocou profundas transformações na estrutura da oferta e demanda dos bens industriais, na competitividade dos produtos, na escala de produção e na base técnica da indústria. Se trata de um processo endógeno de crescimento, embora sob condições de crescente "internacionalização" da produção e dos mercados. Assim, "tanto a 'substituição de importações', como o 'drive exportador' são expressões inadequadas para descrever a dinâmica cíclica da expansão industrial recente." (Op. cit.: 20)

A análise desta dinâmica cíclica endógena foge aos limites deste trabalho, entretanto é importante frisar que a estrutura industrial brasileira é a expressão concreta da consolidação do mercado doméstico, cujas articulações com o mercado mundial se manifestam na ampliação e diversificação da pauta de comércio exterior, seja no aumento das importações de bens de capital e insumos industriais nos períodos de aceleração do crescimento, seja na exportação de produtos manufaturados ou semi-manufaturados que se manteve mesmo após a reversão do ciclo de crescimento dos anos setenta. Neste sentido, de um lado o comércio exterior revela tanto um rearranjo da divisão regional e intrafirmas do comércio internacional no período posterior aos ajustes recessivos do início dos anos oitenta, como também que a inserção da economia brasileira no mercado mundial tende a seguir a as-

sertiva de Burestam-Linder (1961) de que o espectro de produtos exportáveis é determinado pela demanda interna⁴.

4.2 - Integração e diferenciação na agropecuária brasileira

Na sua forma mais geral, a integração produtiva pode ser observada naquilo que Marx denominou de 'industrialização do campo', que representa a conquista da agricultura como mercado para a indústria. Este processo significa procurar romper os 'laços naturais' que ainda unem o produtor rural à terra, entendida aqui no sentido econômico das condições de clima e solo. Em sua concepção dinâmica, este processo deve ser entendido como uma fronteira de acumulação por diversos aspectos. Primeiro porque constitui um amplo horizonte de introdução de progresso técnico, na medida em que reflete a tentativa social de reduzir as incertezas da natureza que condicionam o comportamento da produção agrária. Segundo porque amplia os limites do mercado doméstico, seja aumentando a dependência da agricultura do fornecimento de insumos e equipamentos industriais, e portanto de capital; seja transformando, através do assalariamento, o produtor rural em consumidor de produtos manufaturados finais.

Dadas as características peculiares da industrialização brasileira, onde a exportação de produtos agrícolas desempenhou um papel fundamental em uma economia de dimensões continentais, a conquista da agricultura pela indústria foi crucial para a consolidação e ampliação do mercado doméstico. Do ponto de vista histórico, a transição do "complexo rural" ao "complexo agroindustrial" no pós guerra pode ser dividida em três fases: o período de mudança lenta e gradual na base técnica (1950/65); a fase da internalização do setor de bens de produção para a agricultura e de constituição dos complexos agroindustriais (1965/80) e, por final, a etapa de integração financeira dos capitais que atuam no agro. (Kageyama et alli, 1987).

No primeiro período, a agricultura ainda funcionava como geradora de divisas para a industrialização pesada e as principais transformações na economia nacional ocorreram no tecido urbano-industrial, entretanto o final do ciclo expansivo foi marcado por fortes tensões e pressões sobre o campo. A eclosão da questão nordestina pode, no que diz respeito ao seu aspecto mais aparente, ser buscada no recrudescimento dos conflitos rurais na Zona da Mata. Da mesma maneira, a importância da questão agrária veio à tona nos debates e na movimentação política em torno das "Reformas de Base" do governo Goulart. Foi, no entanto, na aplicação autoritária do "Estatuto da Terra" a partir de 1964, legislação esta que diga-se de passagem foi gestada no período democrático, que foram lançadas as bases da modernização conservadora da agropecuária brasileira.

O Estatuto da Terra era um conjunto de recomendações gerais, cujo principal mérito foi o de atuar nos domínios agro-mercantis consolidados liberando terra e trabalho, através da extensão dos elementares direitos trabalhistas ao campo. Neste aspecto, ao aumentar a mobilidade do trabalho e estender os limites da área sujeita as regras do jogo capitalista, o Estatuto da Terra abriu caminho para que, durante a década de setenta, a agropecuária sofresse uma profunda transformação em sua base técnica com vistas à sua integração dinâmica ao parque industrial montado no país. Ao mesmo tempo que se desenvolvia a indústria fornecedora de meios de produção e insumos básicos para o agro, aceleravam-se as mudanças na indústria processadora de alimentos e matérias primas agrícolas, formando um cinturão que atuava na entrada e na saída da "porteira". Simultaneamente, através de uma política deliberada de crédito agrícola subsidiado, que estava vinculado à utilização de insumos e práticas predeterminadas induzindo um padrão de modernização "compulsória", alterando em tempo acelerado a estrutura produtiva e a base técnica dentro da "porteira" (Kageyama op. cit.: 57).

Assim, durante os anos setenta, a expansão da agropecuária brasileira foi marcada por um duplo movimento. De um lado, a intensificação do processo de modernização e tecnificação, que incidiu diretamente sobre o Sudeste e o Sul, e de outro a expansão horizontal da área dos estabelecimentos, principalmente no Norte, Centro-Oeste e Nordeste, "como resultado da melhoria crescente das condições de acessibilidade a espaços fracamente ocupados, dos incentivos fiscais e financeiros e, ainda, da perspectiva do empreendimento agropecuário como alternativa de investimento" (Mesquita e Silva, 1987: 3). A "territorialização do capital" promoveu a expansão da grande produção agrícola, a tecnificação dos tratos culturais e a redução do espaço de arrendatários, parceiros e outros pequenos produtores em uma velocidade sem precedentes no mundo contemporâneo (Kageyama 1986).

O padrão em que se fundamentou a modernização agrícola teve como componentes fundamentais a mecanização (tratores, prioritariamente) e a quimificação (fertilizantes e agrotóxicos) e incidiu desigualmente sobre a estrutura setorial e regional, integrando à cidade e diferenciando o campo brasileiro. A mecanização parcial do processo produtivo, que apenas incorporou parcelas da chamada Revolução Verde, concentrou nas fases de preparo do solo e alguns tratos culturais e mantendo manual, ou semi-mecanizada, a colheita da maioria das culturas. Entretanto, não há como discordar de Delgado (1985) quando mostra que esta integração é profundamente heterogênea, tanto de vista setorial, como espacial, existindo três setores (ou regiões) no campo brasileiro: o arcaico (Nordeste), o moderno (Sudeste e Sul) e a Fronteira (Centro-Oeste e Norte), cujas características estruturais são distintas.

De um modo geral, a distribuição territorial dos incentivos à modernização agrícola acompanhou o perfil desta estrutura, tanto ao nível inter, como intraregional. A simples leitura dos planos e programas governamentais mostra que os objetivos específicos para o Centro-Sul estão bem próximos

aos objetivos gerais de modernização preconizados para a totalidade do espaço rural brasileiro e a expansão das fronteiras agrícolas foi definido como meta prioritária para as demais Regiões (Guimarães e Innocêncio, 1987: 120).

A heterogeneidade que caracteriza a estrutura do agro no Brasil pode ser encontrada na diversidade de situações concretas, provocada pelo avanço mais intenso e extenso da industrialização do campo, seguindo as linhas mestras da dinâmica centro-periferia em sua formulação clássica. Assim a conformação do cinturão agro-industrial, que compreende os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, onde concentra-se a produção de soja, trigo, café, cítricos, dentre outros, expande-se de forma quase capilar pelo avanço deste processo nas demais culturas (arroz, feijão, milho) nos Estados da Região Nordeste e Pré-Amazônia. (Muller 1989)

Para Muller (1990: 10) "a dimensão espacial, regional e local, a intensidade da modernização foram muito variadas no país". E foi sobre esta estrutura que incidiu às restrições de política econômica do início dos anos 80, forçando sua prematura reestruturação, na medida em que "a mudança nas condições de obtenção do crédito operou não só como uma barreira à entrada de novos produtores, mas uma barreira à manutenção dos produtores 'semi-modernos'" ou pouco competitivos. O acesso a tecnologia é um divisor de águas importante no interior do complexo agroindustrial, na medida em que vigoram as leis da concorrência inter-capitalista em seu interior e os ganhos de produtividade passam a ser cruciais em determinados ramos do complexo.

Do pacote tecnológico original, fundado no padrão da Revolução Verde, a modernização agrícola negligenciou o papel das sementes híbridas e da infra-estrutura e serviços técnicos de apoio à produção. Foi somente no "Plano Cruzado" em 1986, quando se expande a demanda interna por alimentos que ficou explícita a carência do agro brasileiro em sementes melhoradas, em silos e armazéns, em eletrificação rural

e em uma estrutura de transportes eficientes que interligasse as áreas produtoras às grandes metrópoles consumidoras. Neste sentido, de modo muito mais seletivo e excludente, a década de 80 procura aprofundar o processo de modernização dos anos oitenta incentivando diretamente o aumento da produtividade, através da racionalização do uso da capacidade instalada. (Muller, op. cit.: 13).

A maturidade do novo padrão agrícola brasileiro em relação à política de incentivos creditícios é evidenciada pelo comportamento da agropecuária na década de 1980. Segundo Kageyama et alii (1988: 113):

"A partir do patamar técnico-econômico atingido pelos segmentos integrados aos CAI, a reprodução da base técnica moderna e a incorporação de inovações tecnológicas deixam de depender tão-somente de políticas de crédito subsidiado ou de modernização compulsória (...) passaram a ser assegurados pelos padrões tecnológicos impostos pelas agroindústrias processadoras e pela concorrência entre as indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas".

Entretanto, como adverte Martine (1990: 16-17), a formação e desenvolvimento do Complexo Agropecuário no Brasil é marcada por profundas heterogeneidades estruturais, que se manifestam tanto ao nível setorial, como regional.

Tabela 4.3
Valor da Produção, Investimentos e Despesas da Agropecuária- 1980/85
(Em bilhões de cruzeiros de 1980)

Regiões	Produção (A)		Investimentos (B)		Despesas (C)		Variação percentual 1980/1985		
	1980	1985(1)	1980(2)	1985(1)	1980	1985(1)	(A)	(B)	(C)
Brasil	1542,3	1810,2	495,1	478,4	821,3	910,2	17,4	-3,4	10,8
Norte (3)	59,0	72,0	14,7	20,1	25,7	25,4	22,1	36,5	-1,1
Nordeste	267,4	308,4	80,0	73,9	136,7	132,4	15,3	-7,6	-3,1
Sudeste	550,0	696,4	172,7	167,2	328,9	362,0	26,6	-3,2	10,1
Sul	502,5	543,6	128,5	118,1	233,1	263,0	8,2	-8,1	12,8
Centro-Oeste (4)	163,4	189,7	99,1	99,0	96,9	127,4	16,1	-0,1	31,5

(1) Valores deflacionados pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Valores excluem Cr\$ 84 bilhões de investimento em matas plantadas visivelmente sobrestimados em função de incentivos fiscais.

(3) Dados excluem o Estado de Tocantins. (4) Dados incluem o Estado de Tocantins.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1980 e 1985

A crise e a conseqüente retração do padrão de financiamento baseado no crédito fortemente subsidiado iniciada em 1980 vai atingir diretamente a agropecuária. Entre 1979 e 1984 o volume de financiamento foi reduzido em mais de 50 %, fazendo com que as aplicações no agro despencassem de Cr\$ 250 bilhões para Cr\$ 124 bilhões, em termos constantes, entre 1980 e 1985 (Kageyama et alli, 1987 e Martine, 1990). Este fato incidiu diretamente sobre o comportamento espacial da agropecuária, reduzindo drasticamente o ritmo de expansão da área plantada entre 1980 e 1985, principalmente no Sudeste, que apresentou incremento negativo, e no Sul. A redução na velocidade de incorporação de novas terras incidiu inclusive sobre a Fronteira, fazendo com que o crescimento da área dos estabelecimentos do Centro-Oeste fosse inferior à média nacional.

Tabela 4.4
Expansão da área dos estabelecimentos agropecuários - 1970/85
(Em milhões de hectares)

Regiões	Área dos estabelecimentos			Incremento anual (1)	
	1970	1980	1985	1970/80	1980/85
Brasil	294,15	364,85	374,92	2,18	0,27
Norte (2)	23,18	41,56	45,21	6,01	0,85
Nordeste	74,30	88,44	92,05	1,76	0,40
Sudeste	69,50	73,50	73,24	0,56	-0,04
Sul	45,46	47,91	47,94	0,53	0,01
Centro-Oeste (3)	81,71	113,44	116,48	3,34	0,26

(1) Taxa de incremento geométrico anual

(2) Dados excluem o Estado de Tocantins

(3) Dados incluem o Estado de Tocantins

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985

Os resultados do Censo Agropecuário de 1985 mostram que, pela primeira vez desde o início do processo de industrialização da agricultura, cresceu o número de estabelecimentos agrícolas passando de 5,2 para 5,8 milhões no período, o que levou a uma redução da área média dos estabelecimentos em todas as Unidades da Federação, exceto o Amapá, Pará e Paraná. Como observa Martine (1987), os pequenos es-

tabelecimentos agrícolas (menos de 10 ha) foram o que apresentaram maior crescimento passando de 2,6 para 3,1 milhões, embora o incremento em área tenha sido insignificante, passando de 2,5 %, em 1980, para 2,6 % da área total dos estabelecimentos agropecuários. Isto tende a confirmar as observações de Hoffmann (1983) de que não está havendo transformações significativas na estrutura fundiária brasileira, mas sim que os efeitos da recessão econômica do início da década de 1980 incidiu sobre a agricultura através de um processo de "minifundização", onde o pequeno produtor busca o campo como estratégia de subsistência em tempos difíceis. Este processo já foi descrito por Furtado (GTDN, 1959) e como era de se esperar é particularmente intenso no Nordeste.

Apesar da agricultura ter perdido o tratamento creditício preferencial, a produção agropecuária não sofreu o impacto direto da crise pois, excetuando 1983 onde houveram problemas climáticos, o desempenho foi positivo em praticamente toda a década de 80 e, ao contrário do que havia acontecido em 1976 e 1978, não houve queda na produção devido à retração da oferta de crédito (Martine, 1990: 7-8). No entanto, apesar dos indicadores de produção terem manifestado comportamento favorável no período entre 1980 e 1985, algumas modificações importantes estavam ocorrendo na agropecuária brasileira, cujas manifestações foram bastantes sensíveis a nível regional.

A primeira manifestação importante foi a queda do nível agregado de investimentos na agropecuária, que seria bastante expressiva caso fosse consideradas as matas plantadas, que provavelmente está superdimensionada em 1980 devido aos incentivos fiscais para o reflorestamento. Entretanto, retirando esta distorção, observa-se que os investimentos declinaram principalmente na aquisição de novas terras e de animais, o que no caso específico da pecuária manifesta uma tendência a redução do rebanho, assim como o deslocamento do

núcleo principal da pecuária para o Centro-Oeste e em menor escala para o Norte (Martine, 1990: 11 e 12).

Tabela 4.5
Brasil - Investimentos na Agropecuária - 1980/85
(Em bilhões de cruzeiros de 1980)

Tipo de Investimento	Valores constantes		Variação
	1980	1985	% 1980/85
Bens Imóveis	210,2	203,2	-3,3
Terras adquiridas	90,5	82,1	-9,3
Prédios	47	48,9	4
Instalações	72,7	72,2	-0,7
Plantio	108,9	41,8	-61,6
Culturas permanentes	24,9	32,7	31,3
Matas plantadas	84	9,1	
Compra de animais	176,9	137,6	-22,2
Reprodutores	14,6	15,1	-9
Criação e recriação	108,2	107,8	-0,4
Outros fins	52,1	14,7	-71,8
Veículos e meios de transporte	29,7	32	7,7
Novos	20,3	18,9	-6,9
Usados	9,4	13,1	39,4
Máquinas e Instrumentos Agrários	53,4	63,8	19,5
Novos	43,9	48,6	10,7
Usados	9,5	15,2	60
Total	579,1	478,4	-17,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1980 e 1985

Por outro lado, embora o investimento em veículos e máquinas agrícolas tenha manifestado tendência ascendente, é importante avaliar que isto se deve preferencialmente a transações com bens usados, mostrando que o potencial de mercado que representa a agropecuária para o complexo metal-mecânico foi sensivelmente afetado pela crise econômica no início da década de 80, colocando em cheque as possibilidades de incorporação de progresso técnico no segmento do complexo diretamente vinculado ao produtor rural.

Este processo reduziu o ritmo de expansão de tratores no campo brasileiro em todas as regiões, particularmente nas áreas de fronteira e no Nordeste. A tecnificação da agricul-

tura, vista do ponto de vista regional, ainda manifesta as profundas desigualdades na distribuição territorial da renda e do progresso técnico. A densidade de tratores por macrorregiões mostra que o Sul e o Sudeste concentram parcela significativa deste equipamento básico da agricultura, atingindo cerca de 79 % do total nacional em 1985. Isto demonstra que o cinturão agro-industrial é concentrado e os efeitos da tecnificação ainda estão restritos ao setor "moderno" da agropecuária brasileira, incidindo na forma de frentes de modernização nas outras regiões brasileiras, como é o caso dos projetos de irrigação no Nordeste.

Tabela 4.6
Densidade de Tratores
(Em unidades por mil hectares)

Regiões	1970	1980	1985
Brasil	0,56	1,49	1,77
Norte (1)	0,05	0,15	0,15
Nordeste	0,10	0,43	0,45
Sudeste	1,19	2,76	3,26
Sul	1,42	4,90	5,97
Centro-Oeste (2)	0,13	0,56	0,78

(1) Exclue o Estado de Tocantins

(2) Inclue o Estado de Tocantins

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985

As despesas de custeio na agropecuária também manifestam a incidência da crise, embora seu comportamento seja mais rígido no que diz respeito a compressibilidade dos custos. Em primeiro lugar, é flagrante a elevação dos juros e despesas bancárias entre 1980 e 1985, constituindo o item que apresentou o maior incremento positivo. Em segundo lugar cresceu o custo do arrendamento de terras, o que significa tanto um aumento da renda fundiária com o relativo fechamento da fronteira, como também reflete a expansão da área plantada com lavouras temporárias, vis-a-vis as permanentes.

Os insumos para a agricultura e a mão de obra, que são os itens que mais pesam na composição de custos da agricultura, mantiveram uma relação constante no período demonstrando que o segmento agrícola modernizado possui uma relativa rigidez no que diz respeito aos ganhos de produtividade. O transporte e embalagem, que no caso do Censo Agropecuário são somente aqueles que incidem diretamente sobre o estabelecimento recenseado, excluindo todos os demais embutidos nos insumos recebidos pela agropecuária, cresceram significativamente entre 1980 e 1985, embora ainda constituam parcela reduzida quando considerado de forma agregada.

Tabela 4.7

Brasil - Despesas de Custeio na Agropecuária -1980/85
(Em bilhões de cruzeiros de 1980)

Grupos de despesas	Valores Absolutos		Variação
	1980	1985	%
Mão de obra	246,0	253,3	3,0
Arrendamento de terras	37,0	48,2	30,3
Insumos para agricultura	181,2	189,1	4,4
Insumos para a pecuária	131,4	122,9	-6,5
Aluguel de máquinas	13,1	12,5	-4,6
Transporte e embalagem	29,2	35,2	20,5
Juros e despesas bancárias	50,2	80,8	61,0
Impostos e taxas	23,2	29,0	25,0
Outras despesas	110,0	139,2	26,5
Total	821,3	910,2	10,8

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1980 e 1985

A evolução da produção agropecuária durante a década de 80 têm revelado a tendência de intensificação dos cultivos, principalmente de alimentos, em áreas vizinhas aos centros dinâmicos da economia nacional, com aumentos do rendimento físico, como também devido a formação e consolidação de novas zonas produtoras em áreas de fronteira, como o Centro-Oeste e Norte. A elevação da produtividade que se manifesta em alguns estados do Sudeste, notadamente São Paulo, e Sul representa um processo de inovação técnica que abrange a

introdução de novos cultivares, novas técnicas agrícolas e uma gestão empresarial da atividade agrícola. (Paiva et alii, 1989: 139)

A questão da integração agro-industrial é colocada em outro patamar, qual seja de que a integração produz segmentações tanto regionais, como setoriais. É importante assinalar que boa parte da modernização da agricultura, e também de suas ligações com a indústria, podem ser encontradas na vigorosa expansão do cultivo de soja no Brasil, a partir dos anos setenta. A soja aliou uma tendência tradicional da agricultura brasileira: a conquista de novas terras, com a introdução de novos tratamentos culturais, que só a tecnificação e mecanização da agricultura permitiria atingir. Segundo Homem de Melo (1983: 131), não seria exagero afirmar que "a evolução da pesquisa agronômica de soja no Brasil foi de tal modo a transformá-la em uma das mais desenvolvidas e sofisticadas entre as diversas culturas". A expansão do cultivo de soja pelos campos meridionais e, posteriormente, sua vigorosa expansão pelos cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste (Alem São Francisco e sul do Piauí) é o melhor exemplo da industrialização do campo e da consolidação de um segmento industrial em seu interior.

A cadeia produtiva definida pelo cultivo de grãos, com a soja a frente, constitui a principal beneficiária da modernização agrícola e foi o setor que manteve níveis expressivos de crescimento durante os anos 80. Este é um dos ramos da agropecuária que se beneficia diretamente de "vantagens de escala", por permitir a utilização extensiva de maquinaria e grande consumo de fertilizantes e defensivos, que se adequou de sobremaneira às condições edáficas do cerrado. Por outro lado, a juzante do cultivo de grãos situa-se a pecuária de pequenos animais, que é praticada por pequenos produtores vinculados a fornecedores de rações industriais e grandes abatedouros. Neste sentido, é importante verificar que a integração agroindustrial é também uma forma de manter

a segmentação intra-setorial da cadeia produtiva e a divisão territorial do trabalho.

O padrão territorial norte-americano, com a especialização de áreas em um determinado grupo de produtos agropecuários, conformando os "belts" (corn belt, wheat belt, dairy belt, cattle belt), interligados por grandes mercados urbanos, como Chicago ou Kansas City, é aparentemente uma tendência a ser observada no Brasil, embora, dadas as características estruturais do campo brasileiro, este processo seja profundamente marcado pelas formas históricas de apropriação da terra, principalmente nas áreas de povoamento consolidado onde o binômio latifúndio-minifúndio ainda constitui o traço constituinte da estrutura fundiária.

No caso do Nordeste, o problema está na conquista da fronteira do semi-árido, que ao contrário dos cerrados, não é apenas uma barreira ecológica, mas também social, devido a rigidez da estrutura fundiária e ao domínio do capital mercantil, secularmente implantados na região. Nesta área, a irrigação constitui, per se, um elemento de integração, tanto ao nível da agropecuária, como com diversos segmentos industriais, não apenas de insumos e implementos agrícolas e para a pecuária, mas também com a construção civil, na medida em que, dadas as características da irrigação no semi-árido, as obras de açudes e canais imobilizam grandes parcelas de capital fixo no território (Carvalho, 1988: 349).

O papel da irrigação no Nordeste é fundamental para "abrir" terras no semi-árido. Não apenas por vencer as limitações climáticas, como ocorreu na fase hidráulica do desenvolvimento desta atividade na região. Mas principalmente devido à sua possibilidade de permitir a expansão da agroindústria no domínio agrário-mercantil do semi-árido. Não há como discordar que, nesta porção de seu território, "o futuro do Nordeste depende, basicamente, da criação de uma nova, dinâmica e talvez única frente de expansão econômica, alicerçada em produtos cultivados em áreas irrigadas." (Carvalho, 1990: 16)

Os dados mostram que a produção agropecuária cresceu em todas as regiões, a despeito da recessão do início dos anos oitenta, entretanto este crescimento foi particularmente concentrado no Sudeste, enquanto o Sul apresentou o mais baixo indicador de todas as regiões brasileiras. Este processo indica que o crescimento foi concentrado em alguns produtos ou segmentos do complexo agroindustrial, principalmente na cana de açúcar, isto é o segmento sucroalcooleiro, que apresentou taxa de incremento do produto de 9,1 % no período, seguido pelo algodão (6,9 %) e pela laranja (4,1 %), que são produtos agrícolas fortemente concentrados em São Paulo. Como mostra Martine (1990: 9) foram justamente os produtos "que dispunham de mecanismos de valorização, incentivos e subsídios, além de créditos e preços mínimos". Isto sem falar de que são os produtos que encontraram as melhores condições ecológicas e econômicas no Planalto Paulista.

No que diz respeito ao investimentos, a única região que apresentou desempenho favorável foi o Norte, em grande parte pelo peso da abertura de novas terras, enquanto todas as demais áreas apresentaram desempenho negativo, principalmente o Sul e o Nordeste. Por outro lado, as despesas de custeio revelam o modo regional de resistir às conjunturas desfavoráveis. O Norte e o Nordeste cortam despesas, enquanto o Sudeste e o Sul apresentam crescimento proporcional ao produto e o Centro-Oeste, dadas as características de sua estrutura de custos, onde os insumos agrícolas são importantes e o custo do transporte expressivo, é obrigada a conviver com uma elevação de custos superior a do produto.

Deste modo, é importante assinalar que embora a integração entre a agricultura e a indústria tenha avançado bastante nesta década, ainda é prematuro afirmar que o processo é homogêneo, pois são evidentes linhas de fratura entre as diversas áreas produtoras, diferenciadas por fatores como acesso à terra, tipos de culturas, nível de tecnologia, nível e tipo de integração com o mercado, distância dos cen-

tros de consumo e de exportação. A questão agrária hoje assume novas dimensões, onde o acesso à tecnologia tem um peso tão importante quanto ao acesso à terra.

Hoje, o fechamento da fronteira agrícola é concomitante com a consolidação de uma estrutura industrial relativamente integrada, onde estão presentes não apenas os setores de bens de consumo, mas principalmente de bens de produção, o que transforma radicalmente as relações entre cidade e campo. A mudança qualitativa que representa este processo não pode ser analisada a partir dos elementos que constituem cada uma das partes, isto é campo ou cidade, mas exige uma radical ruptura na estrutura analítica de modo a integrar, no mesmo nível conceitual, terra, trabalho e capital nesta fase do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

4.3 - A estrutura produtiva nacional e as limitações de sua base técnica.

Para avaliar genericamente as ligações inter-setoriais existentes na estrutura produtiva brasileira, utilizou-se uma adaptação da metodologia proposta por Hirshman (1958: 104-5)⁵, agregando-se as atividades da tabela de fluxos em macrosetores compatíveis com a classificação dos censos econômicos. Foram construídas duas tabelas (Tabelas 4.8a e 4.8b), que, respectivamente, expressam a participação de cada macrosetor na demanda de insumos e na oferta de produtos. Este tratamento permite uma aproximação, embora grosseira e estática, com os encadeamentos existentes na estrutura produtiva e uma avaliação sumária do grau de integração entre os setores econômicos no início da década de 80.

A integração da agropecuária com a indústria pode ser avaliada pelo fato de que parcela significativa de seus insumos provinham da indústria de bens intermediários - destacando-se aí a química através do fornecimento de adubos e agrotóxicos - e de bens de consumo não duráveis, principalmente rações animais e produtos veterinários, o que mos-

tra que a agropecuária tem um importante encadeamento com estes setores. Da mesma maneira, também depende em larga escala de transportes e comercialização, o que deve ser atribuído às dimensões continentais do Brasil e as distâncias entre as áreas produtoras e os mercados consumidores.

Por outro lado, a agropecuária destina mais da metade de seus produtos para a indústria de bens de consumo não duráveis, aí destacando-se a alimentícia, seguida pela indústria de bens intermediários, principalmente a química, onde a agropecuária é fornecedora, por exemplo, de cana de açúcar para a fabricação de álcool combustível, o que constitui uma forma brasileira peculiar de inserção da produção agrícola na estrutura produtiva: fornecedora de energéticos para a matriz industrial.

A extração mineral tem apresentado papel crescente na estrutura produtiva brasileira (Diniz, 1987) e suas ligações a montante são expressivas com a indústria de bens intermediários, principalmente a química e a metalúrgica, e com a de bens de consumo durável, destacando-se a mecânica. Novamente, como no caso da agropecuária, é expressivo o papel dos comércio e transportes como insumo para a extração mineral, o que é explicado pelo volume de cargas e a distância percorrida entre as minas e os centros de produção ou terminais de exportação. Por outro lado, como seria o esperado, três quartos dos produtos da extração mineral destinam-se a indústria de bens intermediários, incluindo neste valor a extração de petróleo, o que mostra a estreita associação entre estes dois macrosetores.

A indústria de bens intermediários destaca-se por utilizar uma parcela significativa de insumos produzidos internamente no macrosetor. Entretanto, duas características peculiares à economia brasileira devem ser destacadas quanto aos seus encadeamentos para trás. Primeiro que seus gastos com produtos da agropecuária são superiores aos realizados junto a extração mineral. Isto é atribuído a vários motivos, porém deve-se destacar a extrema dependência das importações de carvão mineral e petróleo, tanto como energéticos, como matérias-primas, o que é parcialmente substituído através da

Tabela 4.8a
Tabela de fluxos agregada por setor econômico
(Em porcentagem do total dos insumos por atividade de origem)

	Agropecuária	Ext. Mine ral	Inter media rios	Durá veis	Não Durá veis	Serv. Util. Pública	Cons. civil	Com. e Trans portes	Ser vi ços	Ou tros
Agropecuária	34,9	0,3	8,8	0,1	33,0	0,2	0,1	0,0	2,7	0,0
Extração Mineral	0,2	18,3	5,5	1,0	0,2	0,9	0,7	0,0	0,0	0,2
Bens intermediários	29,0	30,9	63,7	44,8	25,4	5,9	56,6	34,5	7,9	44,0
Consumo duráveis	0,6	17,3	3,9	44,5	1,9	8,1	8,8	5,6	10,2	27,4
Consumo não duráveis	17,6	2,3	3,7	2,6	31,7	1,0	0,6	2,4	24,7	2,2
Serv. Util. Pública	0,6	6,2	2,5	1,0	1,1	56,1	0,2	2,1	1,1	0,0
Construção civil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	9,5	1,4	2,5	0,0
Comércio e Transportes	12,7	16,6	9,8	3,6	5,9	6,2	17,2	36,3	13,3	23,4
Serviços	4,3	0,4	0,2	0,2	0,2	18,5	6,1	17,7	37,6	0,2
Outros	0,2	7,7	1,9	2,2	0,7	1,5	0,2	0,0	0,2	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: Menezes e Ortega (1991)

Tabela 4.8b
Tabela de fluxos agregada por setor econômico
(Em porcentagem do total dos produtos por atividade de destino)

	Agropecuária	Ext. Mine ral	Inter media rios	Durá veis	Não Durá veis	Serv. Util. Pública	Cons. civil	Com. e Trans portes	Ser vi ços	Ou tros	To tal
Agropecuária	21,2	0,0	16,2	0,1	60,2	0,0	0,1	0,0	2,2	0,0	100,0
Extração Mineral	1,0	7,4	76,4	6,7	2,1	1,0	5,3	0,1	0,0	0,1	100,0
Bens intermediários	5,6	0,5	37,4	12,8	14,8	0,3	17,1	8,8	2,1	0,6	100,0
Consumo duráveis	0,5	1,2	9,6	52,7	4,5	1,5	11,0	6,0	11,3	1,7	100,0
Consumo não duráveis	10,5	0,1	6,7	2,3	57,1	0,1	0,6	1,9	20,5	0,1	100,0
Serv. Util. Pública	1,9	1,8	24,8	5,0	10,5	41,3	1,1	8,9	4,7	0,0	100,0
Construção civil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	72,6	8,8	16,9	0,0	100,0
Comércio e Transportes	7,7	0,9	18,2	3,3	10,9	0,9	16,4	29,4	11,3	1,1	100,0
Serviços	4,6	0,0	0,5	0,3	0,7	4,4	10,1	24,7	54,8	0,0	100,0
Outros	1,1	5,2	44,5	24,7	16,1	2,6	2,3	0,4	1,6	1,5	100,0

Fonte dos dados básicos: Menezes e Ortega (1991)

agropecuária, como é o caso da utilização do carvão vegetal na metalurgia e na fabricação de cimento. O segundo fator, que representa uma repetição do já apontado para os setores anteriores, é o papel dos comércio e transportes como insumo para a produção de bens intermediários, já que representa cerca de 10 % do total, equivalente a quase duas vezes o que é gasto pelo setor com a extração mineral.

Os produtos da indústria de bens intermediários são insumos importantes para diversos setores, entretanto os dados agregados mostram que o principal destino, após o consumo intra-setorial, é a construção civil. Isto mostra o forte encadeamento destes dois setores na economia brasileira, superior ao apresentado, individualmente, com a indústria de bens de consumo duráveis e não duráveis. Este aspecto é fundamental para avaliar os possíveis impactos de políticas públicas que afetem a construção civil sobre a estrutura produtiva.

A indústria de bens de consumo durável, cuja advertência quanto à sua subestimação como produtora de bens de capital deve ser reafirmada, divide ao cerca de 90 % de seus insumos entre os fluxos intra-setoriais e a indústria de bens intermediários, isto reafirma o padrão setorial e espacialmente concentrado assumido por este macrosetor, que constituiu o carro-chefe da industrialização brasileira no pós-guerra. Apenas para ressaltar o aspecto espacial desta concentração, é importante observar que, dentre todas as atividades agregadas, a indústria de bens de consumo duráveis é aquela que apresenta menor dispêndio proporcional quanto ao item comércio e transportes, o que revela proximidade entre os fornecedores de insumos e as unidades de produção final e sua relativa autonomia locacional quanto aos custos de transporte.

Os encadeamentos para frente da produção de bens de consumo duráveis são, em cerca da metade do produto total, absorvidos nos fluxos intra-setoriais, seguindo-se, em ordem decrescente, os serviços em geral, a construção civil, a in-

dústria de bens intermediários e o comércio e transportes, sendo especialmente relevante o fornecimento de material elétrico para a construção civil, que absorveu cerca de um terço da produção do setor em 1980.

A indústria de bens de consumo não duráveis está profundamente ligada à agropecuária, de onde provêm cerca de um terço de seus insumos, seguindo-se os fluxos intra-setoriais e a indústria de bens intermediários, principalmente a química e a metalurgia. Do ponto de vista dos encadeamentos para frente, em se tratando de uma indústria final, suas ligações são basicamente intra-setoriais e com os serviços em geral. Um aspecto deve ser ressaltado, os bens de consumo não-duráveis tem importante mercado na agropecuária - que consome cerca de 10 % de sua produção - destacando-se as rações animais e os produtos veterinários.

Os serviços de utilidade pública representam um elemento relevante de integração da estrutura industrial, já que são responsáveis pela oferta de energia, água e saneamento e, devido a isto, são também importantes na articulação do parque industrial com o restante do segmento urbano do mercado doméstico. Dada ao sistema operacional do setor no Brasil, onde as concessões públicas são exploradas por empresas também públicas, os fluxos são predominantemente intra-setoriais e do ponto de vista dos insumos os principais gastos inter-setoriais estão nos serviços, nos bens de consumo duráveis, principalmente material elétrico e mecânica, e bens intermediários, basicamente devido às compras de combustíveis junto a indústria química. Por outro lado, os produtos dos serviços de utilidade pública destinam-se primordialmente à indústria de bens intermediários, bens de consumo não duráveis e duráveis e ao comércio e transportes, caracterizando a importância do setor como estruturante da matriz industrial.

No que diz respeito à construção civil, mais da metade de seus insumos são provenientes da indústria de bens intermediários, destacando-se a de minerais não metálicos. E,

mais uma vez, o comércio e transportes estão presentes, responsáveis por cerca de um quinto dos gastos inter-setoriais da construção civil. Isto é importante destacar pois, embora parcela significativa dos materiais necessários à construção civil sejam produzidos nas diversas regiões brasileiras, o papel dos comércio e transportes é fundamental para o setor, dado ao volume de carga movimentado. No que diz respeito aos encadeamentos para frente, cerca de 60 % dos produtos da construção civil são absorvidos intra-setorialmente, seguido pelo comércio e transportes e pelos serviços, o que permite definir o caráter final do setor, embora com fortes encadeamentos para trás.

O comércio e transportes dependem diretamente dos fornecimentos da indústria de bens intermediários, principalmente do refino de petróleo, que absorve cerca de um terço dos dispêndios do setor, seguido pelos serviços em geral e pelos bens de consumo duráveis. Do ponto dos encadeamentos para frente, como já pode ser observado, o comércio e transportes está presente significativamente na maioria dos macrosetores destacando-se, abaixo dos fluxos intra-setoriais, aqueles destinados a produção de bens intermediários, a construção civil, aos serviços em geral, à indústria de bens de consumo não duráveis e a agropecuária. Neste aspecto, dadas as características da economia brasileira na década de oitenta, os transportes desempenham um papel fundamental na integração produtiva.

Quanto aos serviços, deve-se destacar seu papel de consumidor de insumos industriais, o que revela seu encadeamentos a montante, por outro lado seus produtos são importantes para o comércio e transportes, a construção civil e, principalmente, o consumo intra-setorial. Neste sentido, embora os serviços constituam um setor final da matriz produtiva, sua importância como elemento de integração da economia urbana é crescente, principalmente diante da reestruturação produtiva e da 'tercerização' de um con-

junto de atividades até então realizadas no interior da planta fabril.

Em síntese, a análise da estrutura produtiva brasileira revela que a industrialização recente avançou no sentido do aprofundamento da base técnica e na integração entre os setores produtivos. Sem dúvida, a consolidação de um parque fabril expressivo em bens intermediários e bens de consumo duráveis ancorou a economia nacional, segundo o padrão definido no pós-guerra para os países capitalistas avançados. No entanto, dadas as características históricas e geográficas do desenvolvimento brasileiro, algumas peculiaridades devem ser apontadas, seja porque tornam a economia nacional vulnerável a crises, seja porque também constituem fatores que condicional sua recuperação.

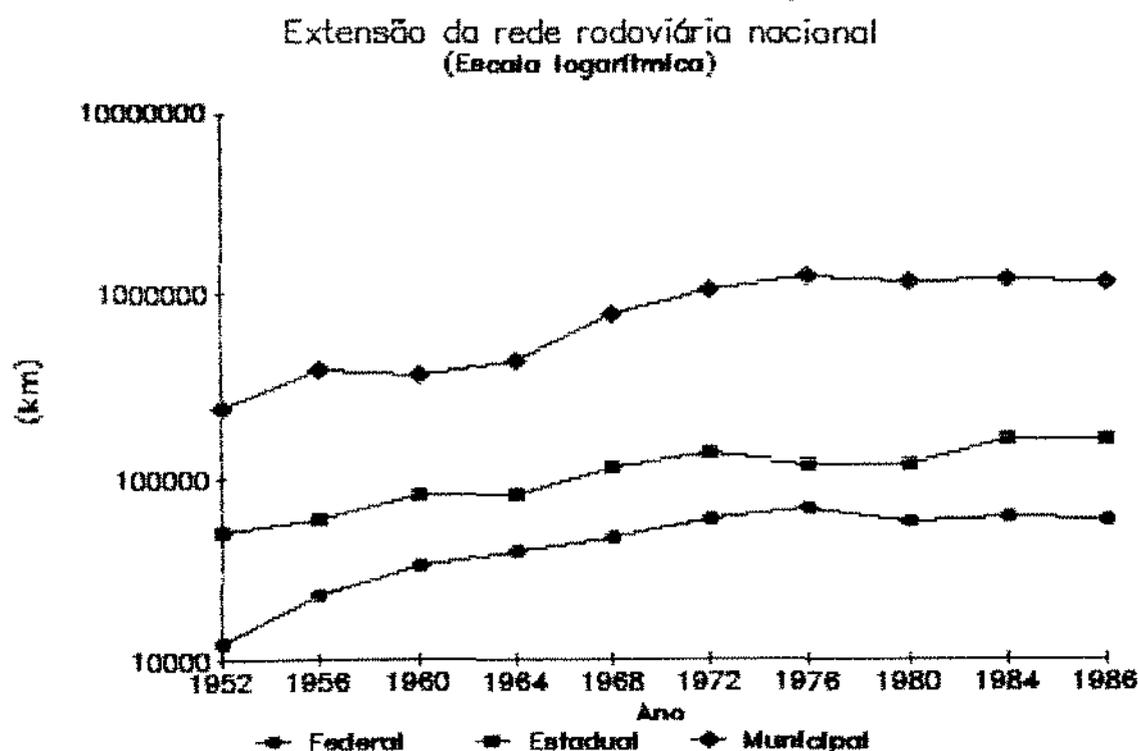
O primeiro fator a ser apontado é que a economia brasileira desenvolveu uma complexa indústria pesada fundada no padrão norte-americano com sérias limitações no que diz respeito a oferta de hidrocarbonetos fósseis: carvão mineral e petróleo. Isto em si não constitui um óbice, já que nações como a França ou o Japão seguiram o mesmo caminho. Entretanto, as dimensões territoriais e a eficiência dos sistemas de transportes destes países são completamente distintas da realidade brasileira, já que a matriz de transportes da Primeira Revolução Industrial praticamente inexistente. Foi a partir desta matriz pretérita que, a partir dos anos 70, estas economias promoveram uma radical reestruturação de suas estruturas produtivas no sentido de reduzir a dependência aos energéticos importados e racionalizar seus sistemas de transportes, promovendo inclusive a realocação das indústrias mais intensivas nestes insumos. Tomando por exemplo a França, a rede ferroviária foi modernizada e uma parcela significativa da siderurgia foi reorientada para as margens do Canal da Mancha, como foi o caso da USINOR em Dunquerque, como também o refino de petróleo e petroquímica para o Mediterrâneo, tal como ocorreu em Fos-sur-mer, nas vizinhanças de Marselha.

No caso brasileiro, a base técnica desenvolvida durante a industrialização centrada em bens de consumo duráveis, com o vetor principal na automobilística, foi capaz de contornar este obstáculo graças a disponibilidade de recursos naturais e energia hidroelétrica no Sudeste, onde está concentrada a maior parcela deste setor industrial. Isto considerando também a oferta abundante no mercado internacional, que perdurou até o início da década de 70, de hidrocarbonetos fósseis: carvão mineral e petróleo. Isto permitiu com que se consolidasse uma indústria pesada que acompanhou o padrão norte-americano no território brasileiro. Entretanto, o Sudeste do Brasil não é o Nordeste dos EUA, não apenas por uma diferente dotação de recursos naturais, mas também porque uma rede de canais e lagos interliga o carvão dos Apalaches ao ferro de Minnesota, permitindo com que uma cordão de cidades industriais especializadas como Detroit, Duluth, Akron e Toledo se desenvolvessem em torno dos Grandes Lagos, mantendo estreitas relações entre si através do transporte hidroviário.

As reais dimensões do problema começam a se manifestar no Brasil a partir do maciço bloco de investimentos iniciado na década de setenta na indústria de bens intermediários - cuja autonomia locacional é restrita em função da distribuição "imperfeita" dos recursos naturais - e que se prolongou no início da década de 80 com o Projeto Grande Carajás, sobre uma das maiores províncias metalíferas do planeta, encravado na Amazônia Ocidental. Neste momento, as dimensões continentais do Brasil revelaram uma face que já era conhecida dos planejadores soviéticos, qual seja vencer as longas distâncias que separam as áreas produtoras de insumos básicos dos principais mercados consumidores de produtos industriais⁷, com o agravante de que o Brasil não dispõe das imensas jazidas de petróleo e gás natural da Sibéria, nem as grandes bacias carboníferas do Don ou do Kuznetz.

É justamente neste ponto que a base técnica que havia dado suporte a industrialização pretérita vai revelar sinais de esgotamento e uma das principais manifestações deste fato é a elevada participação do comércio e transportes como insumo para a construção civil (17,2 %), a indústria de madeira (17,0 %), a extração mineral (16,6 %), de minerais não metálicos (14,3 %), papel e papelão (11,2 %), química (9,9 %) e metalurgia (8,6 %)8. As longas distâncias percorridas entre as minas, florestas e áreas produtoras de insumos e os centros de consumo ou terminais de exportação revelam a fragilidade do sistema de transportes fundado no padrão rodoviários e colocam em cheque as possibilidades futuras de expansão dos fluxos inter-industriais, caso não seja enfrentado este gargalo básico da estrutura produtiva9.

Figura 4.2

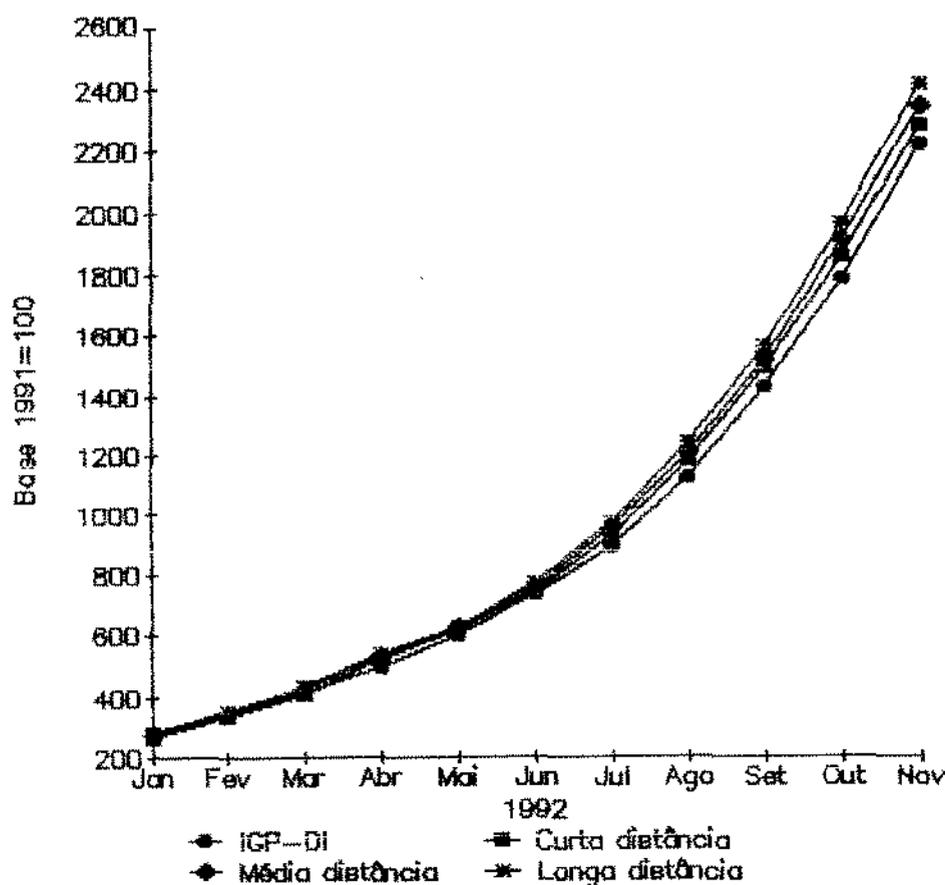


Fonte: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

O esgotamento do "modelo" rodoviário é uma consequência da integração do mercado doméstico e sua expressão mais acabada está na incapacidade do governo federal em manter a expansão da rede rodoviária federal, que é aquela que "abre" novas terras e "puxa" as redes estadual e municipal. É interessante observar que este esgotamento se deu na segunda metade da década de 70, após os megaprojetos rodoviários da Transamazônica e da Perimetral Norte (Figura 4.3), isto é ainda durante a vigência do projeto do "Brasil Potência". (Lessa, 1979)

Figura 4.3

Custos do transporte rodoviário
Variação do INCT e do IGP-DI



Fonte: FGV, Conjuntura Econômica 47(1), Jan. 1993

Uma ilustração deste processo pode ser vista no comportamento do Índice nacional de variação dos custos do

transporte rodoviário de carga (INCT)¹⁰. Embora esteja refletindo o comportamento deste índice no curto prazo, já que não existem dados disponíveis para estender a série histórica, a simples variação do indicador acima do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da FGV já seria sintomático. No entanto, mesmo no curto prazo, é possível verificar que os custos do transporte rodoviário estão crescendo acima da taxa de inflação e em velocidade diretamente proporcional à distância percorrida (Gráfico 4.3)

O efeito deste processo pode ser estendido a agropecuária, cujos dispêndios com comercialização e transportes elevava-se a 12,7 % do total dos insumos em 1980. Esta situação assume contornos críticos quando se assume que o deslocamento da área produtora de grãos em direção aos cerrados centrais, intensificado durante a década de 80, coloca problemas cruciais de transportes e armazenagem para o escoamento das safras. Mais do que isto, dado o avanço da tecnificação dos tratamentos culturais, a demanda de energia e insumos tende a crescer exponencialmente, juntamente com o consumo de derivados de petróleo do sistema de transportes necessário para distribuí-los nas regiões produtoras. Eis aqui um legado da modernização conservadora que dificilmente será superado sem uma ruptura profunda no padrão vigente de expansão da agropecuária.

A integração da estrutura industrial com o comércio, serviços, transportes e comunicações constitui o elemento-chave para a definição do segmento urbano do mercado doméstico (Araújo Jr., 1989: 584).

Em suas linhas mestras, este padrão pode assim ser descrito:

"O padrão de crescimento econômico dos países avançados, desde o pós-guerra até meados dos anos 70, apoiava-se numa rápida expansão da produção industrial (liderada pelos complexos metalmeccânico e químico), que impulsionava e transformava outros setores (principalmente agricultura, serviços e comércio e transportes e

comunicações). O progresso técnico atendia às carências específicas de algumas economias desenvolvidas, ou seja, escassez relativa de mão-de-obra e/ou recursos naturais, e baseava-se numa fonte de energia barata - o petróleo. Intensificando a dotação de capital por pessoa ocupada e substituindo produtos naturais por sintéticos, o progresso técnico possibilitava um rápido aumento da produtividade que, por sua vez, realimentava o crescimento industrial e os esforços de P & D. O aumento da produtividade se refletia, ademais, na maior competitividade das economias avançadas, o que impulsionava o comércio internacional de manufaturas e trazia estímulos adicionais em termos de economias de escala que, por sua vez, intensificavam o crescimento, o aumento da produtividade e o progresso técnico." (Suzigan, 1989: 7)

Nas economias avançadas, a introdução de progresso técnico, predominante na atividade industrial, dados os pressupostos da acumulação e da concorrência, liberou crescentes contingentes de mão-de-obra que foram absorvidos nos serviços urbanos, coletivos ou pessoais. Isto se explica pela elevação da renda per capita durante os 'trinta glorieuses', bem como pelos gastos sociais do Estado em saúde, educação e habitação nas economias que viveram o 'welfare state'. Na mesma direção caminhou os chamados serviços de utilidade pública, como energia, transportes e comunicações, já que a ampliação da produção industrial gerava novas e crescentes demandas, que abriram importantes fronteiras de acumulação no chamado 'setor terciário' da economia.

Esta situação se acentuou após os choques do petróleo durante a década de setenta forçando a intervenção direta do Estado nas economias desenvolvidas mais dependentes de insumos energéticos importados. O exemplo da França é bem ilustrativo disto, onde o Estado levou adiante um ambicioso programa nuclear e de reformulação do sistema de transporte de massa, cujo melhor exemplo é o Trem de Alta Velocidade, que ampliaram seu mercado doméstico para a indústria e transformaram-se em importantes vetores de introdução do progresso técnico. No caso europeu é importante assinalar que os programas nesta área extrapolam os limites dos 'mercados nacionais' e colocam-se já no interior do mercado

doméstico unificado proposto pela Comunidade Européia, o que é facilmente percebido quando se constata que mais de 50 % das verbas de pesquisas em energia da CE em 1990 destinavam-se ao programa comunitário da fusão nuclear.

Considerando as mediações necessárias, que em grande parte podem ser encontradas na atuação do Estado e nas dimensões relativas dos mercados domésticos, as economias de capitalismo tardio e periférico apresentam na questão urbana, vista como resultante da acelerada metropolização sem a criação proporcional de postos de trabalho e oferta de infra-estrutura básica e serviços coletivos, o reverso da mesma moeda em que se sedimenta a questão agrária. Existe, no entanto, um aspecto que permite diferenciá-las. Enquanto a questão agrária origina-se no passado agrário-exportador, a questão urbana emerge das contradições inerentes ao processo de industrialização recente. Mais do que isto, no Brasil a cidade foi transformada no "locus" principal de intervenção do Estado e em base logística fundamental para transformação do campo e para a conquista de novos territórios econômicos.

Neste sentido, a bacia urbana herdada do passado agrário-exportador, com toda sua estrutura de serviços voltada para o escoamento da produção rural, foi transformada em uma rede urbana nacional destinada a consolidar e ampliar o mercado doméstico. E este processo, que reflete uma determinada divisão territorial do trabalho, não foi feito sem fortes assimetrias. Tome-se por exemplo Manaus, cidade cuja infra-estrutura urbana ainda é aquela construída por capitais britânicos durante o ciclo da borracha no final do século XIX, mas que hoje concentra boa parte da indústria eletro-eletrônica do país, abastecida por transporte aéreo e ligada aos centros de decisão por uma rede de telecomunicações por micro-ondas em tropodifusão.

No entanto, é importante que se frise, uma assimetria não é uma disfunção. Dado o padrão de desenvolvimento brasileiro no pós-guerra, onde a estrutura de transporte rodoviária-

rio contiua-se, em si, uma fronteira de acumulação para a indústria de bens de capital e de duráveis, as distâncias e condições amazônicas constituíam-se em 'barreiras naturais à entrada', que somente foram vencidas por fortes estímulos tarifários e fiscais na Zona Franca de Manaus aliadas as condições específicas da indústria eletro-eletônica de consumo, onde as partes e componentes, devido ao alto valor e baixa tonelagem, podem suportar os fretes do transporte aéreo.

Não se trata aqui de discutir se trata-se de 'vocações naturais ou artificiais' para a implantação industrial no meio da floresta amazônica ou no litoral nordestino. Este debate retoma alguns dos argumentos que foram largamente utilizados para mostrar a inviabilidade da industrialização 'artificial' em economias agrário-exportadoras, cuja 'vocalção natural' seria explorar suas 'vantagens comparativas' no mercado mundial de commodities. Pelo contrário, trata-se de compreender que tais formas de implantação industrial são produtos territoriais do padrão de desenvolvimento tardio e periférico, como também o é sua elevada concentração na área metropolitana de São Paulo. A questão reside em que esta forma de integração entre a estrutura industrial e a rede de serviços de utilidade pública e de consumo coletivo foi, em grande parte para não falar em sua quase totalidade, mediada pela intervenção do Estado e garantida pelos gastos públicos.

Neste ponto, é necessário concordar com Rangel (1987: 96) que:

"o parque industrial brasileiro está virtualmente integrado, faltando apenas certos serviços de utilidade pública, do tipo reconstrução do sistema ferroviário, implantação de uma rede de gasodutos (para o transporte de gás natural ou do gás de usina obtido do carvão e do xisto, dependendo dos acidentes geológicos), implantação dos metropolitanos para o transporte de passageiros em pelo menos uma dúzia de cidades, etc."

São estes serviços, aos quais pode-se agregar as telecomunicações, cujo potencial de expansão é elevado e podem

representar fronteiras de acumulação para a ampliação do mercado doméstico nas próximas décadas. Os principais problemas, como insiste Rangel, não estão no domínio da tecnologia ou na existência de capacidade produtiva, mas sim no esgotamento do padrão de financiamento, fundado no endividamento público externo e interno, que alimentou o ciclo expansivo recente.

Os efeitos da recessão do início dos anos 80 sobre o segmento urbano do mercado doméstico acentuaram a heterogeneidade existente entre a estrutura industrial e os serviços em geral. Tomando como base os dados dos Censos Econômicos de 1985, que têm como unidade de pesquisa a empresa e, portanto, excluem boa parcela do chamado setor 'informal', pode-se realizar uma aproximação com o comportamento da economia urbana no início da década de 80 nos seus aspectos estruturais, tendo como ressalva que o ano de 1985 apresentou uma ligeira retomada do crescimento cujos efeitos conjunturais incidem de modo defasado no tempo sobre a indústria e o comércio e serviços.

Analisando a tabela 4.9 é importante destacar a grande heterogeneidade presente no setor terciário da economia brasileira. Tomando como indicador a relação entre o valor da produção, no caso da indústria, ou das receitas, no caso do comércio, transportes e serviços, é importante observar que a variância em torno da média dentro do setor industrial é relativamente pequena, a exceção da construção civil que possui comportamento peculiar. Por outro lado, no terciário existem grandes disparidades inter e intra-setoriais no que diz respeito a este indicador grosseiro de produtividade da mão-de-obra. Esta situação confirma o apontado anteriormente de que a integração industrial é fato consumado, embora não possa ser generalizada para o segmento urbano do mercado doméstico. Tomando por exemplo o setor de transportes, a relação entre o transporte hidroviário, que apresenta a maior

Tabela 4.9
 Valor da produção ou da receita e pessoal ocupado por setor - 1980/85

Setores Econômicos	Valor da Produção ou Receita (Em milhões de Cr\$ de 1980)		Pessoal Ocupado (Em milhares)		Valor/ Pessoal ocupado	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Indústria	10.133.301	10.452.087	5.670	5.597	1.787,2	1.867,4
-Extração Mineral	166.909	206.522	107	95	1.559,9	2.173,9
-Bens Intermediários	4.448.383	4.733.285	1.958	1.841	2.271,9	2.571,0
-Bens de consumo duráveis e de capital	2.258.694	2.217.699	1.416	1.379	1.595,1	1.608,2
-Bens de consumo não duráveis	3.259.315	3.294.581	2.189	2.282	1.489,0	1.443,7
Construção Civil	901.497	721.965	1.121	866	804,2	833,7
Transportes	667.156	665.072	729	806	915,2	825,2
-Rodoviário	420.046	415.131	580	645	724,2	643,6
-Ferro-metroviário	65.569	50.589	99	101	662,3	500,9
-Hidroviário	96.047	85.604	20	24	4.802,4	3.566,8
-Aéreo	85.494	113.748	30	35	2.849,8	3.249,9
Comércio	7.365.875	6.942.239	2.900	3.704	2.540,0	1.874,3
-Varejista	4.244.112	3.880.681	2.360	3.087	1.798,4	1.257,1
-Atacadista	3.121.763	3.054.379	388	498	8.045,8	6.133,3
Serviços	1.140.226	1.010.446	2.212	2.583	515,5	391,2
-Alojamento e alimentação	283.053	250.519	666	784	425,0	319,5
-Reparação e manutenção	100.259	80.330	314	329	319,3	244,2
-Pessoais	21.488	17.044	87	94	247,0	181,3
-Radiodifusão e televisão	51.608	56.533	67	76	770,3	743,9
-Auxiliares diversos	606.108	572.370	994	1.235	609,8	463,5
-Corretagem e administração de imóveis	77.711	33.651	85	66	914,2	509,9

Fonte: IBGE, Censos Econômicos de 1985

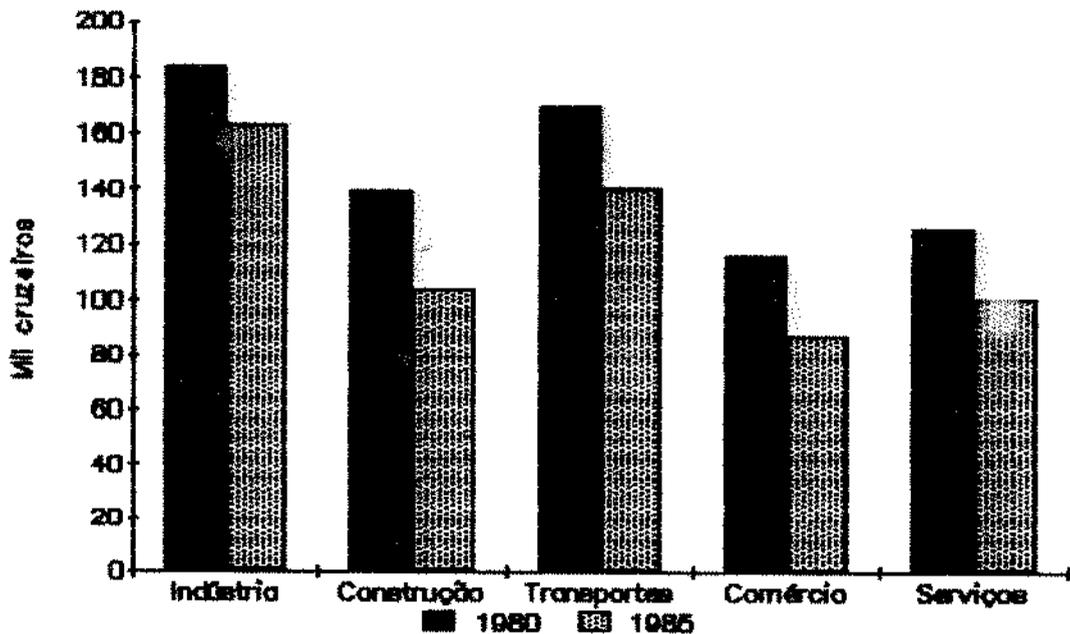
rentabilidade por pessoa ocupada, e o transporte ferroviário, que apresenta o menor indicador, é de 7 para 1 em 1980 mantendo-se estável em 1985, mesmo com a queda dos valores absolutos nos indicadores dos dois ramos.

Outro aspecto que chama atenção na tabela 4.9 é o comportamento diferenciado entre o setor secundário e o terciário diante da crise do início da década de 80. Esta diferença está presente tanto quanto ao valor da produção ou receitas, como no emprego. No que diz respeito ao primeiro indicador, o comportamento da indústria no quinquênio foi relativamente estável, excetuando a construção civil que foi duramente atingida pela crise com uma queda de cerca de 20 % no valor total da produção. É importante destacar que a retração nos investimentos atingiu diretamente a indústria de bens de consumo duráveis e de capital, no entanto isto foi largamente compensado pelo desempenho dos bens intermediários, como resultado da maturação dos investimentos realizados na segunda metade dos anos setenta durante o II PND.

Por outro lado, excetuando a chamada 'indústria cultural' - representada pelos serviços de rádio e teledifusão - e o transporte aéreo todos os demais ramos do terciário apresentaram desempenho negativo, em termos constantes, entre 1980 e 1985. Especial destaque deve ser dado ao segmento ligado ao setor imobiliário cuja receita caiu abaixo da metade dos valores apresentados em 1980. É importante ressaltar que o Censo dos Serviços não abrange o setor financeiro, que certamente apresentou desempenho largamente favorável no período dado o ambiente fortemente especulativo da década. De um modo geral, os serviços são particularmente sensíveis ao comportamento geral da economia e, mais do que isto, mostram que a crise dos anos 80 atingiu primordialmente o segmento urbano do mercado doméstico.

Figura 4.4

Evolução do salário médio — 1980/85
(Em cruzeiros de 1980)



Fonte: IBGE, Censos Econômicos de 1985

No que diz respeito ao emprego, o comportamento da indústria e dos serviços também é diferenciado durante os anos iniciais da década de 80. O emprego na indústria cai em termos absolutos em todos os setores, com especial destaque na construção civil, mostrando que os ajustes recessivos foram, em grande parte, arcados pelos trabalhadores industriais sem que houvesse mecanismos sociais compensatórios, exceto aqueles oferecidos pela própria economia urbana, isto é a busca de postos de trabalho no setor terciário com redução efetiva do salário real (Figura 4.4).

Do ponto de vista do emprego, foi o comércio varejista de mercadorias, assim como a agropecuária, que apresentaram desempenho francamente positivo, em termos absolutos e relativos, durante o período de ajuste recessivo do início da

década. Isto se deu diante da retração das receitas totais do comércio, que constituem um parâmetro aproximado do consumo final no mercado doméstico e, portanto, extremamente sensível às variações do nível geral de renda na economia brasileira. Por final, cumpre ressaltar o papel dos transportes, principalmente nas modalidades rodoviária e ferroviária, que constituem os principais elementos de ligação territorial da estrutura produtiva nacional. A acentuada queda de rentabilidade e produtividade nestes ramos é um fator que afeta não apenas as ligações do parque produtivo com o restante do segmento urbano do mercado doméstico, mas dadas as características de maior dispersão espacial do parque fabril que emergiu do maciço bloco de investimentos do II PND, pode atingir a integração territorial da economia nacional.

Notas

¹ Sobre este debate deve-se consultar a excelente pesquisa de Suzigan (1986: 45-8) sobre as origens da indústria no Brasil.

² O debate acerca do caráter do "mercado interno" para o capitalismo mobilizou esforços importantes de pensadores marxistas na virada do século. Apenas para esclarecer a posição adotada neste texto vale observar que "o mercado interno aparece quando aparece a economia mercantil; ele é criado pelo desenvolvimento dessa economia e é o grau de fragmentação da divisão social do trabalho que determina o nível deste desenvolvimento. O mercado interno se amplia quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho, e apenas na medida em que esta última se converte em mercadoria o capitalismo cobre toda a produção do país, desenvolvendo-se graças sobretudo à produção de meios de produção que ocupam um lugar cada vez mais importante na sociedade capitalista. O 'mercado interno' para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em movimento que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país. É incorreto colocar a questão dos limites do mercado interno independentemente do grau de desenvolvimento do capitalismo - como fazem os economistas populistas." (Lenin, 1899: 33)

² Conforme mostra Furtado, J. (1990: 2), "uma das características mais evidentes daquilo que podemos denominar padrão industrial posterior à II Guerra Mundial é a importância das indústrias metalmecânicas e químicas, no conjunto da produção industrial, ao lado de uma cada vez menor participação das indústrias têxtil e de vestuário e calçados e de alimentos, bebidas e fumo (...)"

³ Burenstam-Linder (1961) inverte a teoria da base de exportação ao colocar a determinação dinâmica das exportações no mercado doméstico. Seu ponto de partida é de que é uma condição necessária, mas não suficiente, que um produto seja consumido (ou investido) no mercado doméstico para que este produto seja um potencial produto exportável. Hirsh (1967) utilizou esta concepção combinada com a teoria do ciclo do produto para analisar a competitividade da indústria israelense no mercado mundial.

⁴ Em uma metodologia que já se tornou clássica, este autor separa as ligações para trás (backward linkages) - resultantes das compras efetuadas por um determinado setor industrial junto aos demais - das ligações para frente (forward linkages) - como a parcela do produto de uma determinada indústria que destina-se ao consumo dos demais, embora como advirta este autor, os bens de capital, dada a metodologia de construção da matriz insumo-produto, estão subestimados na tabela de fluxos inter-setoriais (Hirschman, 1958: 107).

⁵ Sobre esta metodologia, realizada com base na matriz insumo-produto, veja estudo do evolutivo de Araújo Jr. (1989) comparando as matrizes de 1970, 1975 e 1980 no Brasil.

⁶ As maiores reservas de recursos energéticos e minerais se encontram no leste da antiga União Soviética, enquanto os principais consumidores de energia e insumos industriais encontram-se concentrados a oeste. O que configura um problema econômico-geográfico complexo, que do ponto de vista da energia foi resolvido da seguinte maneira: "ampla utilização de energia atômica no oeste do país onde há pouco combustível; extração acelerada de combustível no leste e seu transporte posterior para o oeste" (Edições Progresso, 1983: 48).

⁷ Vide tabela com dados básicos em anexo.

⁸ Estas limitações da base técnica, no que diz respeito à matriz de transportes, já foram apontadas com detalhes por Diniz (1987).

⁹ O INCT é o novo indicador econômico do transporte rodoviário de cargas, calculado para cinco faixas de diferentes distâncias e baseado nos custos para o transporte de cargas comuns. Sua base original é setembro de 1988.

CAPÍTULO 5 - A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO MERCADO DOMÉSTICO

A integração territorial, como parte do processo de formação do mercado doméstico foi um objetivo perseguido historicamente pela política econômica no Brasil. Furtado (1959: 240-42) a define como meta prioritária, diferenciando-a da articulação comandada pelo complexo cafeeiro. Para ele, "um processo de integração teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores da economia nacional", vencendo as suspeitas de que "o rápido desenvolvimento de uma região tem como contrapartida o entorpecimento do desenvolvimento de outras". Mais do que isto, visto em uma perspectiva histórica, o processo de integração territorial "exigirá a ruptura das formas arcaicas de aproveitamento dos recursos em certas regiões" e, o que é fundamental "requerirá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país".

Para Furtado, é justamente esta "visão de conjunto" que permite superar a dualidade básica que havia se instalado na economia brasileira com a industrialização pesada. Esta concepção é fundamental, na medida em que significa uma ruptura nas formas pretéritas que representavam a economia nacional como um agregado de atividades e regiões consideradas isoladamente. O mérito de Furtado em sua obra pioneira sobre a formação econômica do Brasil, e posteriormente em suas propostas para planejar o desenvolvimento nacional, está justamente em buscar considerá-la em seu conjunto, ou seja como um mercado doméstico em integração.

Rangel (1968: 43-45), apesar de discordar das teses dualistas de Furtado, discute o "problema da integração das economias regionais, no sentido geral de incorporá-las mais estreitamente a um esquema único de divisão nacional do trabalho" como uma das questões centrais do desenvolvimento, pois "além de preocupações meramente econômicas, pretendemos guiar-nos por objetivos sociais e políticos, tais como a necessidade de promover melhores esquemas de distribuição da renda nacional e de consolidação da unidade política do

país". Rangel explora um aspecto fundamental, que é o da relação entre as mudanças setoriais e os deslocamentos espaciais, pois "em princípio, todo o deslocamento setorial do fulcro de atividade econômica comporta, pelo menos como possibilidade, uma redistribuição geográfica da atividade econômica".

Neste trabalho, Rangel desenvolve uma análise singular da dinâmica territorial da economia brasileira a partir do entrelaçamento de "três patamares": o mercado regional, o nacional e o mundial, antevendo a articulação entre as três escalas fundamentais da geografia econômica. Sua conclusão é bastante elucidativa da articulação destas três dimensões básicas do processo de industrialização, pois:

"o extraordinário surto de desenvolvimento observado no presente século, em todos os continentes e em todas as áreas em que politicamente se divide o mundo, teve, a bem dizer sem excessão, a forma de um recondicionamento das economias nacionais, no sentido geral de torná-las mais auto-suficientes, através do fomento de atividades substituidoras de importações. Nem o Brasil, nem as diferentes regiões que o compõem, fizeram excessão a esta regra." (Op. cit.: 47)

Esta visão articulada e dinâmica dos três níveis entrelaçados: economia mundial, nacional e regional permite esboçar permite a Rangel definir a direção e o sentido da integração territorial do mercado doméstico, pois se de um lado ele ganha autonomia relativa vis-à-vis ao mercado mundial, autonomia considerada no que diz respeito ao ritmo de sua acumulação endógena; de outro, estreitam-se os laços entre as regiões que o compõem através da divisão territorial do trabalho comandada pela lógica da industrialização.

5.1 - Industrialização e dinâmica territorial no Brasil

Em geografia, uma das análises pioneiras do processo de integração territorial da economia nacional foi realizada por Becker (1972). Utilizando a metodologia de Friedmann, esta autora considera que o Brasil, "superando a etapa da

substituição de importações, encontra-se no estágio em que inicia uma política nacional de desenvolvimento regional" (op. cit.: 16), como instrumento de promover a integração do mercado nacional. Seu ponto de partida são as interações espaciais entre as diversas regiões, onde define uma tipologia de acordo com o grau de desenvolvimento e a velocidade de absorção do progresso técnico. Seu mérito principal está, não apenas na descrição das diversas parcelas do mercado doméstico de acordo com os diferentes graus de interação ao centro dinâmico, mas principalmente em mostrar que a integração territorial, que havia se manifestado embriõariamente na criação da SUDENE e na construção de Brasília, passavam a ser, no início da década de 70, uma "realidade imprescindível à continuidade do crescimento do 'centro' dinâmico e, portanto, do sistema como um todo" (op. cit.: 27), o que configurava as condições para definir a integração territorial como uma fronteira de acumulação para a expansão do mercado doméstico.

A concepção de Becker põe em relevo o papel do Estado e do planejamento no processo de integração territorial, mostrando que nas economias tardias e periféricas não se trata de um processo espontâneo regido pelo livre jogo das forças de mercado, mas sim responde a um determinada proposta de industrialização nacional onde o Estado desempenha papel central na abertura de fronteiras à expansão do capital em suas diversas órbitas de valorização.

Do ponto de vista econômico, uma das mais completas elaborações acerca do processo de integração territorial foi realizada por Araujo (1979). Tendo como objetivo central avaliar o papel do Nordeste na divisão interregional do trabalho que emerge da industrialização pesada no Brasil, esta autora parte das concepções de Aydalot (1976) e procura:

"adaptar a noção ortodoxa fundada essencialmente sobre a acumulação do conhecimento, para tentar considerar o processo de acumulação do capital mais dinâmico no 'centro' (região Sudeste do Brasil). Dado que, no Brasil, mesmo a região central depende muito da im-

portação de tecnologia dos países industrializados, é, antes de tudo, sua grande capacidade de acumular capital que diferencia a região central das regiões periféricas." (Op. cit.: 15).

Neste aspecto, Araujo utiliza a concepção prebischiana de centro e periferia para enriquecer a visão de Aydalot de expansão do espaço econômico através do processo de difusão das técnicas, mostrando que o 'nó górdio' está na velocidade de incorporação, difusão e, principalmente, absorção do progresso técnico.

Para esta autora, que desenvolveu uma extensa pesquisa sobre a industrialização posterior aos anos cinquenta e seus resultados sobre a economia regional nordestina, a consolidação do mercado interno nacional, "intensificou as relações inter-regionais e lançou as bases da homogeneização do espaço nacional, pelo menos no que concerne ao setor industrial" (op. cit.: 109). Sua conclusão, no entanto, faz concessões às teses dependentistas então em vigor, principalmente no que diz respeito ao 'desenvolvimento produtor de subdesenvolvimento', ao afirmar que:

"o processo de integração espacial, definido pela industrialização, contribuiu para consolidar uma organização espacial 'centro-periferia' na qual os efeitos de dominação fizeram lucrar a região 'core' das transferências de recursos naturais, humanos e de capital realizado pelas regiões periféricas". (Op. cit.: 160-1).

Cano (1985: 301-5) discorda historicamente desta visão e mostra que a crise de 1929 foi um momento de ruptura do antigo padrão de acumulação primário-exportador, onde o Estado nacional, através do gasto e do financiamento público, precocemente instituiu uma política anticíclica, com que rapidamente a economia se recuperava e criava condições, internas diga-se de passagem, para o desenvolvimento industrial. Em seu trabalho pioneiro, Cano mostra que problema cambial gestado pela crise resultou em substancial redução da capacidade de importar da economia brasileira, o que provocou com que o mercado doméstico se "tornasse cativo à indústria nacional". Entretanto "para que essa indústria

previamente instalada pudesse engendrar um efetivo processo de industrialização (GA), tornava-se necessário o rompimento de algumas barreiras que entravavam a integração do mercado nacional. "

Para Cano, são três os efeitos resultantes do processo de integração: os de bloqueio, que limitam as possibilidades de reprodução do processo histórico original em outras regiões; os de destruição, que resultam da concorrência da indústria estabelecida em São Paulo sobre aquelas situadas na periferia e, por final, os de estímulo, que se apresentam como resultantes das relações de complementaridade agrícola e/ou industrial entre as regiões da economia nacional induzidos pelo núcleo dinâmico. Para ele, a partir da análise do período compreendido entre 1930 e 1970, "os efeitos de estímulo superaram largamente os de destruição" na consolidação do mercado nacional (Id. Ib.).

Seguindo esta orientação, Guimarães Neto (1989) aprofunda o esquema de Furtado (articulação/integração) e conceitua a integração produtiva como a transferência do capital industrial de uma região para outra, procurando diferenciá-la da articulação mercantil, onde as relações interregionais estão restritas à esfera das trocas mercantis. Sua preocupação central reside nos efeitos sobre o processo de trabalho, já que:

"é com a integração que pode ocorrer a transformação radical dos processos de trabalho. Neste caso, a acumulação independe da capacidade de geração interna de excedentes do sub-sistema. Tal acumulação pode ocorrer num ritmo que pouco tem a ver com os interesses imediatos e os limites estreitos do potencial de acumulação da região que se constitui o destino das transferências de capital produtivo. Este capital, como relação de produção que é, traz consigo uma teia de vínculos e exigências que tende a se generalizar no contexto onde se dá sua reprodução ampliada." (Op. cit: 18).

Embora aponte no sentido de que "o impacto da integração pode ser mais (ou menos) intenso dependendo do tipo de concorrência que prevalece no sistema econômico" (id. ib.), Guimarães Neto não persegue este caminho para analisar

a dinâmica territorial da indústria que se dirige para o Nordeste, permanecendo nas determinações mais gerais do aprofundamento das relações de produção capitalistas no espaço nacional. A integração regional através da exportação de capital industrial e financeiro, produtivo na denominação de Guimarães Neto, ampliou o potencial de acumulação da região Nordeste antes restringido pela base agrário-mercantil e representou "um acirramento da competição, sobretudo a nível regional, mas também no âmbito do país, desde que se leve em conta que parte importante da produção estava voltada para o mercado nacional." (Op. cit. :168)

Neste aspecto, sua síntese abre caminho para discutir o papel da concorrência na dinâmica territorial no mercado nacional pois, conforme descreve:

"tratava-se, portanto, em termos simplificados, da emergência - numa economia regional na qual predominavam a pequena e média unidade de produção e segmentos tradicionais - de grandes unidades de produção, portadores de modernos processos de trabalho." (Op. cit.: 168)

Neste ponto, é possível retomar a questão colocada por Rangel em 1959, quando discutia a marginalização da empresa nordestina no mercado nacional e as dificuldades para financiar sua acumulação na velocidade das firmas progressivas do Centro-Sul. Rangel (1959: 420) em uma fidelidade impar à lógica da concorrência e das estruturas de mercado mostra que:

"a falta de renovação do seu instrumental foi, pouco a pouco, convertendo a generalidade das empresas nordestinas em empresas marginais do sistema econômico brasileiro, isto é, empresas de produtividade muito baixa, em razão de seu atraso tecnológico, e que só eram mantidas em operação por força da elevada conjuntura econômica nacional, fruto das inversões induzidas pelo esforço de substituição de importações no Centro-Sul (...) Como ocorre com as empresas marginais de qualquer sistema econômico, estas estavam espostas ao desastre, desde que baixasse a conjuntura e ruíssem as defesas" (GA).

Esta concepção mostra que a diferença entre as empresas nordestinas e suas congêneres estabelecidas no Centro-Sul não estava no fato de que operavam em mercados distintos,

separados por barreiras tarifárias ou cambiais. Muito pelo contrário, era a lógica da integração em um mesmo mercado doméstico que as tornavam diferentes, pois possuíam capacidades e velocidades distintas de acumulação dadas por circunstâncias históricas. Com a lucidez que lhe é peculiar, Rangel foi além e anteviu o papel pioneiro da SUDENE e do planejamento estatal na execução do projeto de integração territorial como alternativa à crise regional e vetor de desenvolvimento nacional.

"Só a circunstância de que as empresas marginais do sistema se localizam predominantemente numa área específica do espaço econômico nacional, sujeita, ademais a calamidades climáticas, distingue a presente crise de uma crise econômica comum, sem lhe emprestar aliás, traços de ineditismo. É raro que as flutuações econômicas distribuam seus efeitos igualmente por todas as áreas que compõem o espaço econômico nacional, bastando recordar a última recessão norte-americana, que afetou predominantemente as regiões onde se situava a indústria pesada e, em especial, a indústria automobilística. Como as flutuações não alcançam por igual todas as empresas da mesma indústria, ou todas as indústrias do mesmo sistema, esses fatos são frequentes. Só o planejamento e a eliminação das flutuações podem evitá-los" (Op. cit.: 420)

'Mutatis mutandis', os ensinamentos de Rangel continuam pertinentes e válidos para discutir o caráter e as dimensões da crise atual. Apenas um dado fundamental deve ser acrescentado às suas análises e propostas. Nestes últimos trinta anos a economia nacional avançou ponderavelmente em sua integração produtiva, financeira e territorial, entretanto o que foi um mecanismo para estreitar os laços de solidariedade econômica entre as estruturas regionais generalizou as regras da concorrência oligopólica no mercado doméstico, o que sem dúvida contribui para o surgimento de novas e ampliadas "pressões e tensões" sobre a unidade nacional.

5.2 - Integração e as estruturas produtivas regionais

Neste sentido, e aí é importante que se esclareça a posição adotada neste texto, a estratégia da integração territorial do mercado doméstico posta em prática a partir do final da década de 50 foi um sucesso. Isto por dois aspectos fundamentais. Primeiro, porque permitiu o deslocamento das firmas progressivas, na linguagem de Steidl, para as regiões periféricas - em especial o Nordeste, onde situava-se o epicentro da crise regional - como demonstrou Guimarães Neto. Segundo, e que é mais importante, a atuação do Estado fez com que neste processo as 'empresas marginais' da região não desaparecessem tragadas pela concorrência, pelo contrário como mostrou inicialmente Magalhães (1983) e posteriormente confirmado por uma ampla pesquisa coordenada por Oliveira (1988), os capitais de origem nordestina foram capazes de sobreviver e participar da implantação da "nova indústria" na região.

Oliveira (1990: 81-2) surpreende-se quando observa que cabe aos capitais de origem estritamente regional a parcela de 40 % do patrimônio líquido das 1.300 maiores empresas estabelecidas no Nordeste e que:

"esses capitais predominam em vinte gêneros da economia industrial, representando por sua vez 40 % do patrimônio total na indústria (no conjunto das 1.300 maiores empresas da amostra); entre esses vinte gêneros estão três dos cinco maiores gêneros industriais regionais - produtos alimentares, têxtil e metalurgia". Mais do que isto, este valor assume reais dimensões quando se nota que do patrimônio líquido total das empresas pesquisadas, 44 % pertencem às empresas estatais, 10 % às empresas privadas com sede fora do Nordeste e apenas 3,7 % às empresas de capital estrangeiro. Diante deste quadro, Oliveira refere-se, talvez com nostalgia, "à quebra do 'exclusivo regional' que era a marca da antiga industrialização do Nordeste, isto é a presença praticamente exclusiva de empresas de capital estritamente regional." (Op. cit.: 83)

Ilusões à parte, a noção de 'exclusivo' significa monopólio ou quase-monopólio mercantil, como o já consagrado

'exclusivo metropolitano' do período colonial. E, a sua maneira, Oliveira novamente têm razão. A existência de condições monopolistas ou quase-monopolistas na fração nordestina do mercado nacional foi conseguida através do controle, por parte de capitais de origem regional, dos circuitos comerciais com o exterior e com o restante do país. Mesmo a indústria regional, no caso da alimentar e da têxtil, eram verdadeiros prolongamentos manufatureiros do capital mercantil. Neste sentido, o 'exclusivo regional' não era apenas uma barreira à entrada de capitais de outras regiões do país, era um óbice à industrialização do Nordeste enquanto parcela da economia nacional. Isto é válido não somente para o Nordeste, como para a Amazônia ou o Centro-Oeste, guardadas as devidas proporções e especificidades históricas e geográficas.

A SUDENE, apesar de todas as críticas que possam ser dirigidas a sua atuação, e as empresas estatais que se dirigiram para região Nordeste - como é o caso da PETROBRAS - conseguiram quebrar este monopólio mercantil e impuseram as regras de concorrência que vigoravam no mercado doméstico brasileiro, isto é aquelas do oligopólio financeiro. Regras estas que foram perfeitamente incorporadas pelos grupos regionais, pois como mostra o próprio Oliveira (1988: 55-6), em seu relatório original para a SUDENE:

"Deve ser destacada a presença de grupos de origem regional à frente dos grupos nacionais, notadamente aqueles que têm papel preponderante a nível do mercado nacional como Econômico, Oderbrecht, Paes Mendonça, Barreto de Araújo e Lundgren, entre outros (...)" "Cabe ressaltar, ademais, o poderio de grupos regionais que aparentemente não tem alcance nacional apesar de sua força no Nordeste, como o grupo João Santos, J. Macedo, EIT e Mariani, entre outros."

É impressionante como alguns economistas ainda acreditam na metáfora marshalliana de que a concorrência intercapitalista se dá como o 'crescimento de árvores em uma floresta', e não como 'peixes em um lago' como há muito mostrou a Sra. Robinson. Somente assim seria possível indagar por

que os capitalistas nordestinos não foram capazes de encarnar integralmente o empreendedor marshalliano e, através de créditos subsidiados e incentivos fiscais, montarem uma indústria genuinamente regional? Mais do que isto, além de tudo culpam o Estado, e principalmente a SUDENE, pelo fracasso do projeto sócio-econômico de construção do empresariado nordestino autônomo na segunda metade do século XX. Na verdade, a ordem da questão está invertida. O que interessa saber é como e por que o empresariado regional foi capaz de sobreviver à concorrência das indústrias estabelecidas em outras regiões, transformando-se em formas contemporâneas de empresas capitalistas e projetando sua atuação no mercado doméstico?

Neste aspecto, a intervenção do Estado foi exitosa e a SUDENE cumpriu o seu papel no processo de integração territorial do mercado doméstico. Guimarães Neto e Galindo (1992: 58) reconhecem isto quando afirmam que "o Estado nacional efetuou, repetindo a experiência da implantação da indústria pesada no Sudeste, a soldagem dos interesses de grupos privados regionais, nacionais e internacionais." O que convenha-se não foi uma tarefa fácil e que em outros países, como foi o caso da indústria bretã na França da virada do século, não foi conseguido sem o efetivo sucateamento de expressivas frações regionais de capital. No fundo, a questão fundamental está em perceber, e estes dois autores caminham nesta direção, que a partir da integração territorial passam a existir estruturas produtivas regionais, que não reproduzem plenamente as condições vigentes na porção mais industrializada do mercado doméstico e guardam especificidades próprias em sua reprodução dinâmica. Especificidades estas que não provêm exclusivamente de fatores geográficos e históricos, mas do caráter de sua inserção no mercado nacional.

Neste ponto é necessário retomar o instrumento das escalas geográficas para resolver algumas controvérsias que ainda pairam sobre a dinâmica territorial no mercado domés-

tico. Em primeiro lugar, existe a célebre tendência à homogeneização do espaço nacional, exposta originalmente por Oliveira (1977) e adotada por vários autores que analisam a questão regional no Brasil. Enquanto tendência, isto é manifestação geral do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no espaço, há pouco o que contestar e se manifesta em todas as escalas: do global ao local. A formação de um espaço monetário mundial no pós-guerra, a plena instalação da indústria pesada e a consolidação do mercado doméstico no Brasil a partir da década de 50 e a industrialização do Nordeste no período posterior aos anos sessenta são manifestações genéricas da homogeneização do espaço para a valorização do capital. Entretanto, a passagem desta imanência abstrata do modo capitalista de produção para a análise de situações concretas exige algumas mediações, sem as quais perde completamente sua consistência analítica e passa a ser mais um dos dogmas que entorpece o marxismo vulgar.

Uma das mediações sugeridas neste trabalho está na utilização do padrão de concorrência como um elemento de mediação, já que, como afirmava Kalecki, os "capitalistas fazem muitas coisas juntos, mas não investem em conjunto". E como mostrou Possas, extensivamente discutido no capítulo 2, a concorrência é fator fundamental da dinâmica capitalista, isto é de seu movimento no tempo. Se há alguma contribuição teórica neste trabalho, ela está em trazer esta dimensão para a dinâmica territorial das economias capitalistas e, quanto a isto, é importante ressaltar que o referencial teórico ainda é escasso. O esforço central daqueles que se defrontam com a dimensão espacial do capitalismo ainda está, em boa parte, concentrado em vencer o pesado legado da economia neo-clássica com seus postulados fundados no equilíbrio e na livre concorrência. Para vencer este pântano conceitual, optou-se por um atalho que ficou relegado por muito tempo entre os autores marxistas, qual seja a concepção de Hilferding sobre espaço econômico no capitalismo financeiro.

A lógica de Hilferding é simples e cristalina. Se de um lado o capitalismo busca ampliar ao máximo o espaço econômico para realizar-se enquanto valor que se valoriza, de outro a concorrência visa segmentar este espaço em territórios econômicos onde frações de capital definem as regras do jogo através de mecanismos políticos e econômicos.

Além disso, utilizou-se a construção sincrônica e pioneira de Prebisch para mostrar que o espaço econômico pode ser dividido - em sua determinação mais geral - em centro e periferia devido ao ritmo de introdução, difusão e absorção do progresso técnico, isto é, em outras palavras, devido às velocidades distintas da acumulação de capital, vista como reprodução dinâmicas das economias capitalistas. É justamente este critério que vai diferenciar os territórios econômicos em seu aspecto dinâmico. Não se tratam apenas de diferentes dotações de recursos naturais, de força de trabalho ou de capital, no sentido que a teoria do desenvolvimento lhe conferiu, mas sim da capacidade de combiná-los em um processo dinâmico que conferisse à acumulação ritmo endógeno diferenciado. E isto foi conseguido no Brasil, considerado ao nível de abstração da escala nacional, graças à intervenção do Estado que realizou o potencial de acumulação do mercado doméstico através de diversos expedientes de política econômica, conforme foi descrito anteriormente.

No entanto, as condições de industrialização em capitalismo tardios e periféricos estão longe de serem homogêneas. Isto conduziu o pensamento cepalino ao cul-de-sac teórico do dualismo, o que diga-se de passagem não foi um privilégio dos economistas da CEPAL, e cuja superação muito contribuiu Oliveira (1975). No entanto, a crítica ao dualismo não pode conduzir à simplificação da homogeneidade, pois, como mostra Pinto (1965), o que caracteriza as economias latino-americanas é a sua profunda heterogeneidade estrutural, tanto ao nível setorial, como regional. Do ponto de vista setorial, os trabalhos de Tavares (1981 e 1986) procuram mostrar suas implicações dinâmicas ao nível das

estruturas de mercado. Do ponto de vista regional, Cano (1989 e 1990) mostrou sua relevância na distribuição territorial da renda e do crescimento. Indo além, este autor (1990: 366) considera que:

"a partir do momento em que se montou uma nova indústria, de bens intermediários na periferia, que funciona associada ao pólo central, se reforçou consideravelmente sua relação - inclusive cíclica - com a dinâmica nacional. Existem algumas margens de manobra para que este ou aquele setor produtivo periférico possam ter um ritmo diferenciado com respeito ao centro dominante, o que pode ser devido a uma nova ou específica política de exportações ou a implantação de um segmento produtivo muito moderno, ainda que também poderia se dar um crescimento diferenciado como produto de uma política social mas ativa na periferia."

Ao abrir a possibilidade do crescimento diferenciado entre as estruturas produtivas regionais no mercado doméstico, Cano coloca claramente duas possíveis fronteiras de acumulação: a primeira atrelada ao comportamento do mercado mundial, diz respeito a possibilidade de aumentar as exportações de bens e serviços em função da competitividade de uma determinado complexo territorial de indústrias. A segunda diz respeito ao potencial de expansão do mercado doméstico em consequência de uma política explícita de reduzir as disparidades na distribuição social e territorial da renda. É neste ponto que reside um aspecto crucial, que representa a forma transformada da questão regional após a integração do mercado doméstico. E, por ironia da história e argúcia de pensamento, é novamente Furtado (1992: 31-2) que chama a atenção para este fato. Eis o seu argumento:

"O rápido crescimento da economia brasileira entre os anos 30 e 70 apoiou-se em boa medida em transferências inter-regionais de recursos e em concentração social da renda facilitada pela mobilidade geográfica da população. Se houvesse obstáculos institucionais à mobilidade da mão-de-obra, os salários reais ter-se-iam elevado de forma bem mais acentuada nas regiões de rápida industrialização do Sul do país. Nesse caso, o crescimento global da economia teria sido menor, e a urbanização, menos intensa."

Esta afirmativa deixa claro que a lógica da industrialização e da urbanização pressupõe a mobilidade da força de trabalho no território nacional, que se constituiu em elemento-chave para o próprio desenvolvimento industrial e fator ponderável para a integração do mercado doméstico.

"Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser o mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. Se se instalam plataformas de exportação no Nordeste, no estilo das 'maquiladoras' mexicanas, a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional" (GA)

Agora atingiu-se a um ponto nevrálgico e Furtado não esconde sua posição quando afirma categórico que:

"a experiência dos países que integram a CEE tem demonstrado sobejamente que o enfraquecimento das formas de coordenação e regulação macroeconômica, no plano nacional, traduz-se por um debilitamento da acumulação e aumento da margem de desemprego (...)" "É natural que esses efeitos se manifestem agravados em países que interrompem a formação do mercado nacional para privilegiar a integração internacional." (Id. Ib.)

Em suas linhas mestras o argumento é irrefutável. Cabe apenas pinçar um aspecto fundamental para aprofundar a discussão no sentido de contribuir para a superação dos impasses com que se defronta a economia brasileira. O nó górdio da questão está no "enfraquecimento das formas de coordenação e regulação macroeconômica", isto é na capacidade do Estado de estabelecer e negociar metas de política econômica e no "debilitamento da acumulação e aumento da margem de desemprego" que reflete essencialmente a capacidade de financiar a sua implementação, sem que se recorra a mecanismos fortemente inflacionários.

5.3 - A dimensão regional da reestruturação produtiva.

Para avançar no debate, é necessário retomar a dimensão sincrônica da herança prebischiana do pensamento econômico latino-americano. Entretanto, com um complicador a mais: a possibilidade de uma articulação produtiva direta, e não mais mercantil frize-se bem, entre regiões e o mercado mundial sem a intermediação reguladora do Estado-nação. Em poucas palavras, quando Prebisch analisou os impasses da América Latina no pós-guerra pode definir sua análise em duas escalas: a economia mundial e o mercado nacional. Hoje, e Furtado mostra bem isto, é necessário que se introduza as estruturas produtivas regionais, já que, pelo menos em hipótese, existe a possibilidade da integração de parcelas restritas dos mercados domésticos ao mercado mundial, como por exemplo, a 'border zone' mexicana ou as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) da China, como a de Shenzhen na fronteira com Hong Kong, ou as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), segundo o modelo dos 'tigres asiáticos', importadas extemporaneamente como panacéia para a pretensa integração competitiva da economia brasileira.

Sem entrar, pelo menos por enquanto, no mérito desta questão. É importante observar que a denominação utilizada por Furtado (1992) para intitular a crise e os impasses da economia brasileira: a construção interrompida; não é original. Antes dele, outro herdeiro do pensamento cepalino produziu uma das mais abrangentes avaliações do processo de industrialização latino-americano caminhando na mesma direção. Trata-se de Fajnzylber (1983), que o denominou de "industrialización trunca", que significa interrompida ou incompleta. Incompleta porque não foi capaz de vencer a miséria da maioria da população trabalhadora, que ainda luta pelo direito de pertencer ao mercado doméstico. Interrompida porque não foi capaz de acompanhar as transformações que se processaram na economia mundial a partir da crise do início da década de 70, quando esgotou-se o padrão de industria-

lização centrado no complexo metal-mecânico e eletro-eletrônico e regulado pelas economias de escala, enquanto barreiras à entrada de competidores.

Na visão de Fajnzylber (1992), a reestruturação produtiva das economias avançadas levou ao aumento da competitividade industrial - diante do acirramento da concorrência - entendida como a capacidade para sustentar e aumentar a participação nos mercados internacionais, com uma elevação paralela dos níveis de vida da população, onde a introdução do progresso técnico exerce um papel determinante. Para ele existem duas formas de aumentar a competitividade. A primeira, que denomina de "autêntica" é fundada no aumento da produtividade industrial através da crescente incorporação do progresso técnico. A segunda, que chama de "espúria" é obtida através de desvalorizações cambiais acompanhadas de restrições à demanda interna ou fortes subsídios fiscais e creditícios para a exportação financiados através de sobretaxas no mercado doméstico.

A questão que está subjacente à concepção de Fajnzylber é a de que a competitividade industrial deve ser avaliada tanto no mercado mundial, como no doméstico e requer políticas que combinem metas de longo prazo, com disponibilidades efetivas de curto prazo. Este autor chama atenção para o fato de que a América Latina possui uma diversificada base de recursos naturais e que os países da OCDE estão se orientando para um aproveitamento endógeno e racional de suas potencialidades naturais e conclui que:

"A década de 1980 - a do 'aprendizado doloroso' - marcou na América Latina o início da conscientização sobre a necessidade de haver uma transição para uma nova fase do processo de industrialização, que supere o encapsulamento setorial, favoreça a articulação produtiva e aumente a competitividade internacional, entendida como um desafio de caráter sistêmico, que exige uma aproximação convergente da indústria, recursos naturais, serviços e meio ambiente." (Fajnzylber, 1992: 69)

O impasse aparece quando verificamos que países como o Brasil, México e Argentina, apesar de disporem de expres-

sivas bases de recursos naturais e relativa densidade e extensão de suas bases técnicas, "têm grande dificuldade de conversão de suas estruturas produtivas em direção à uma nova inserção internacional dinâmica. Suas matrizes industriais não têm o grau de amplitude e modernidade nos setores de equipamento para, a partir deles, estabelecer um núcleo endógeno de desenvolvimento de novas tecnologias." (Tavares, 1990: 41).

Neste aspecto, a geografia econômica pode contribuir ao introduzir a escala regional como uma dimensão relevante de análise no processo de reestruturação produtiva. Segundo Malecki (1986: 51-2):

"Dois aspectos importantes mudaram na maneira que o Estado e as lideranças locais percebem o desenvolvimento econômico. A severidade da recente recessão atingiu diretamente muitas áreas onde predomina o padrão industrial consolidado no pós-guerra, impossibilitando-as de resistir ao declínio mundial da produção. Por outro lado, o rápido, e relativamente imune, crescimento dos setores de alta-tecnologia e suas regiões sugerem aos líderes de outras regiões que o padrão industrial local é muito mais importante do que se pensava anteriormente."

Na verdade, não existe um consenso em torno do conceito de reestruturação produtiva, como já foi discutido anteriormente, entretanto a observação do padrão territorial de uma empresa que ganhou presença crescente no mercado mundial, que completou exitosamente seu processo de reestruturação pode ajudar a precisar um pouco mais o conceito em suas dimensões espaciais. Tomando por exemplo a Toyota japonesa, cujas atividades são concentradas em uma cidade-empresa (company-town), onde as inovações e eficácia produtiva são obtidas através da aglomeração espacial, especialização flexível e logística de pronta entrega (Just-in-Time - JIT). Neste exemplo extremo:

"uma explicação do sucesso competitivo da Toyota é a forma de a empresa organizar e sincronizar suas múltiplas e estratificadas atividades produtivas num sistema regional bem afinado. Políticas industriais de apoio tem permitido à Toyota concentrar estrategicamente sua sede, principais instalações industriais, principais fornece-

dores e empresas subcontratadas na Cidade Toyota e no seu entorno, na prefeitura de Aichi." (Hill, 1990: 87).

Caso o exemplo japonês seja extremado, é possível uma melhor aproximação com a realidade brasileira através da denominada "Terceira Itália", que emergiu entre o "Triângulo Industrial" do Norte e Mezzogiorno ao Sul, através de uma relação complexa entre a grande e a pequena empresa, mediada pela intervenção do Estado, via políticas de desenvolvimento regional. Segundo Rivière (1990: 323) "a Terceira Itália é um produto do 'atraso' italiano." Jamais a produção de massa atingiu na Itália o nível das demais economias mais avançadas da Europa. Mesmo depois do "Milagre Italiano", entre 1953 e 1963, quando aumenta sua participação no mercado mundial, a presença das pequenas e médias empresas tradicionais no mercado doméstico era expressiva. Com a difusão da microeletrônica e da gestão informatizada, aumentou significativamente a produtividade em escalas reduzidas. Para que tenha-se uma idéia destes ganhos de produtividade, "o valor agregado pelas pequenas e médias empresas aumentou três vezes mais rápido do que nas grandes empresas entre 1974 e 1985." (Op. cit.: 323-4).

O melhor exemplo do "modelo emiliano" de reestruturação produtiva é a Benetton, com sede na pequena cidade de Treviso, que articula uma rede de múltiplas pequenas confecções que empregam cerca de 10.000 trabalhadores com 2.000 distribuidores franqueados em todo o mundo. E não é somente no ramo têxtil e de confecções que isto ocorre, a própria FIAT ou a Montedison possuem uma vasta rede de subcontratadas nas regiões urbanas do Noroeste e a integração produtiva e territorial entre as atividades é frequente. Isto ajuda a definir o que os planejadores italianos chamam de 'economia difusa', onde as ligações locais e regionais são relevantes para a atividade produtiva.

A noção de 'economia difusa' vai ao encontro do que os economistas franceses denominam de 'sistema produtivo

regional' definido através de suas relações produtivas, financeiras e territoriais. Para eles:

"Tanto como as relações funcionais, é significativo dar uma dimensão geográfica ao sistema produtivo, notadamente em uma perspectiva de análise centrada no sistema produtivo regional. Trata-se de avaliar a lógica regional de articulação das fases produtivas que levam a elaboração de um produto". (Bertrand e Hay, 1987: 101).

É fundamental precisar que "a lógica regional das fases produtivas" expressa o sentido básico da análise geográfica das escalas. Trata de romper com a visão positivista de considerar as regiões como entes em si, dotadas de existência própria dadas pelas características naturais de seu território. Pelo contrário, a lógica dos sistemas produtivos regionais é dada pela materialidade da dinâmica da economia capitalista fundada na concorrência entre massas de capital, mediada e regulada pela ação do Estado-nação, sobre determinada parcela do espaço econômico.

A questão reside em que - apesar de toda a tentativa de tornar o global independente do lugar - a crise e a reestruturação das parcelas nacionais da economia mundial têm mostrado que a região é a escala de operação produtiva no capitalismo, seja para consolidar e proteger seus próprios mercados domésticos, seja para ampliar os limites dos seus territórios econômicos. Neste sentido, as regiões constiuem aquilo que Castels (1972) denominou de "espaço da produção" e como tal a instância correta para analisar as transformações que estão se processando na estrutura produtiva.

É nesta perspectiva que deve-se ser feita a aproximação com a atual estrutura produtiva regional da economia brasileira. Ela é fruto de um determinado padrão de concorrência vigente no mercado mundial no pós-guerra, definido por um processo tardio e periférico de industrialização nacional caracterizado pela forte presença do Estado e da grande corporação multinacional e plasmado em uma estrutura territorial diferenciada e heterogênea, porém integrada dinâmica-

mente em um mercado doméstico nacional e, através deste, ao mercado mundial.

Notas

¹ O papel do capital mercantil na região Nordeste foi descrito com maestria por Carvalho (1988).

CAPÍTULO 6 - AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS REGIONAIS NO BRASIL

A análise do comportamento recente das estruturas produtivas regionais tem como referencial inicial a classificação em cinco macrorregiões definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fundada em agrupamentos de unidades da federação segundo características geoeconômicas básicas (Figura 6.1), ela é útil para uma primeira aproximação com a dimensão espacial da industrialização recente no Brasil, revelando suas manifestações mais gerais no que diz respeito à distribuição territorial da base técnica e as disparidades regionais na apropriação social da renda.

Tabela 6.1
Dados básicos sobre as macrorregiões brasileiras

Região	Área		População 1991 (1)		Renda 1985 (2)	
	Mil km ²	%	Milhões de hab.	%	Milhões de US\$	%
Norte	3.864	45,4	10.146	6,9	8.828	4,3
Nordeste	1.546	18,2	42.387	29,0	27.511	13,5
Sudeste	925	10,9	62.121	42,6	118.139	58,3
Sul	578	6,8	22.080	15,1	35.914	17,7
Centro-Oeste	1.593	18,7	9.420	6,4	12.667	6,2
Brasil	8.506	100,0	146.154	100,0	203.059	100,0

(1) Dados preliminares do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1992).

(2) Dados básicos das Contas Nacionais - Renda Interna por Unidade da Federação (IBGE, 1991).

A industrialização foi responsável pela maior concentração de população e renda no Sudeste, cuja integração com o Sul já era relevante desde primórdios da implantação industrial graças ao fornecimento de alimentos e matérias-primas agrícolas (Cano, 1977). O Nordeste, a segunda região mais populosa do país, ainda é a área mais pobre com sua participação na renda nacional inferior à metade de seu peso

Figura 6.1



demográfico. A integração regional do Nordeste ao centro dinâmico é um processo que se completa na década de setenta através da intervenção planejada do Estado (Andrade, 1981 e Guimarães Neto, 1989). O Centro-Oeste, que fisiograficamente corresponde ao Planalto Central dominado pelos cerrados, iniciou efetivamente seu processo de integração com a fundação de Brasília em 1961, cuja rede de infra-estrutura viária facilitaria a expansão da soja, enquanto cultura agrícola que 'abriu' os cerrados e integrou definitivamente o Centro-Oeste ao mercado doméstico na década de oitenta (Mueller, 1992).

O Norte, que corresponde à grande planície amazônica, é ainda uma imensa superfície florestada e um vazio demográfico de dimensões planetárias. Os esforços de ocupação realizados a partir da década de sessenta, com a abertura de rodovias que partiam de Brasília permitiram o adensamento populacional em manchas na franja meridional da grande massa florestal. Entretanto, a atividade econômica ainda é em grande parte pontual ou, no máximo, axial em cidades dispersas e ao longo dos rios e rodovias. Os grandes projetos agro-pecuários e mineradores implantados a partir da década de setenta seguem basicamente este padrão, mesmo em Carajás, a grande província metalogenética da região, onde a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) é o elemento de integração do território sob seu controle com o mercado mundial (Becker, 1990).

Existem fortes indícios de que o padrão espacial de expansão da fronteira de recursos no Brasil tende a mudar. Primeiro porque avançou-se significativamente na integração produtiva da agricultura à indústria, conforme foi mostrado anteriormente, o que torna relativamente autônoma a acumulação no campo da simples incorporação de novas terras. Segundo porque, apesar de ainda constituir uma estrutura social profundamente marcada pela pobreza, o ritmo da urbanização e a difusão de novos hábitos culturais através de meios modernos de comunicação, fez com que a população bra-

sileira avançasse em trinta anos o que em países avançados demorou pelo menos um século: a transição demográfica.

6.1 - Integração territorial e comportamento demográfico

A disjunção entre indicadores econômicos e os sociais sugere que o comportamento demográfico não está mais rigidamente ligado às oscilações da economia, não tendendo a se reverter por quedas temporárias de renda. Significa que, até o final do século, o Brasil apresentará padrões de fecundidade e de crescimento populacional próximos aos dos países desenvolvidos nos dias atuais, como, por exemplo, os Estados Unidos (1,1 % a.a.), a Suécia (0,8 % a.a.) ou a França (0,5 % a.a.). Este processo já pode ser detectado em alguns Estados da Federação que, devido a condições específicas associadas a transformações recentes, vem revelando taxas declinantes de crescimento demográfico, reduzindo sua participação no conjunto da população nacional (Martine e Carvalho, 1989).

Tabela 6.2
Brasil e Grandes Regiões
Taxas médias de incremento geométrico anual da população
1970/1991

Brasil e Grandes Regiões	1970/80	1980/1991
BRASIL	2,48	1,89
Norte(1)	5,02	3,96
Nordeste	2,16	1,81
Sudeste	2,64	1,68
Sul	1,44	1,36
Centro-Oeste(2)	4,05	3,00

(1) Dados de 1991 incluem a população de Tocantins

(2) Dados de 1991 excluem a população de Tocantins

Fontes: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil-1986, Censo Demográfico de 1991 - Resultados Preliminares

O nível mais elevado do crescimento vegetativo brasileiro ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 devido a queda do nível de mortalidade associada à industrialização. Mas desde o final dos anos sessenta, a natalidade começou a declinar e o Censo Demográfico de 1980 revelou que a fecundidade caíra de forma drástica e generalizada em todas as regiões e camadas sociais, tanto nas cidades como nas áreas rurais. Essa tendência se confirma na década de 1980, quando os dados preliminares do Censo de 1991 mostram uma queda generalizada nas taxas de crescimento, inclusive nas áreas de forte atração de imigrantes, como o Norte e o Centro-Oeste, revelando o arrefecimento da expansão da fronteira.

Além desta forma peculiar de transição demográfica, deve-se considerar o processo de metropolização, que não deve ser confundido com a urbanização "latu sensu" (Davidovich, 1984), mas sim de concentração demográfica e produtiva em grandes aglomerados metropolitanos que no Brasil assume velocidade acelerada a partir dos anos 50 e começa a estabilizar-se nos anos 80, quando a taxa de crescimento das aglomerações metropolitanas aproxima-se da média nacional. Segundo os dados preliminares do Censo Demográfico de 1991 é possível perceber que praticamente dez por cento do crescimento absoluto da população brasileira ocorreu na área metropolitana de São Paulo e as nove regiões metropolitanas, acrescidas do Distrito Federal, concentram cerca de 1/3 da população brasileira em grandes aglomerados urbanos de mais de 1 milhão de habitantes.

Ainda não foram divulgados os dados do Censo Demográfico de 1991 acerca da distribuição urbano/rural da população brasileira. Entretanto, a partir da evolução histórica do processo de formação de cidades no Brasil, observa-se que a metropolização é acompanhada pela definição de um patamar mínimo do urbano, que se situa a partir de 20.000 habitantes, pois já na década de 70 estabilizou-se a expansão do número de pequenos aglomerados, enquanto acelera-se o crescimento das cidades acima deste mínimo de população, demons-

trando que o processo de urbanização passa a se fazer em torno de uma base logística mínima que nada tem a ver com a captura do excedente agrícola, mais sim com a capacidade de interligar-se no circuito mercantil comandado pelas grandes metrópoles.

A rede urbana foi transformada na principal base logística da acelerada modernização. De um lado assegura a intensificação da mobilidade do capital e da força de trabalho, de outro sustenta a constituição das redes técnicas de circulação de mercadorias e informações e, por final, acentua o controle estatal sobre o território (Tabela 6.3). A emergência de uma política governamental explícita de planejamento urbano em escala nacional, no início dos anos setenta, afirma o tratamento das Ω cidades brasileiras como um sistema espacial, cuja configuração é fundamental para a unificação do mercado nacional e cuja velocidade de circulação é determinante na valorização das frações de capital (Becker e Egler, 1992).

Tabela 6.3
Cidades por Classe de Tamanho Populacional

Tamanho Populacional	1950	1960	1970	1980
Até 20.000 habitantes	1.791	2.591	3.649	3.495
20.001 a 100.000 habitantes	85	141	245	401
100.001 a 500.000 habitantes	8	25	49	81
500.001 a 1.000.000 habitantes	1	4	5	7
Mais de 1.000.000 habitantes	2	2	4	7
Total	1.887	2.763	3.952	3.991

Fonte: Adaptado de Davidovich, F. e Fredrich, O. M. (1988). Urbanização no Brasil. In Brasil, uma visão geográfica nos anos 80, Rio de Janeiro: IBGE.

Considerando os resultados preliminares do Censo de 1991, do ponto de vista da dinâmica demográfica, alguns aspectos devem ser ressaltados. Primeiro, a relativa estabilização do crescimento das megacidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, que apresentam taxas de incremento inferiores à média nacional e mesmo aquelas da população dos Estados de

que fazem parte, demonstrando indícios de desconcentração territorial do efetivo humano. Esta situação é compartilhada por Recife, embora a população do Estado de Pernambuco cresça mais lentamente, indicando que ainda perdura o processo de concentração metropolitana nesta porção do território nacional.

Segundo, e reverso do primeiro, o rápido crescimento de Fortaleza e Salvador, no Nordeste, revela que o processo de metropolização acompanha a industrialização periférica e que o grande movimento nacional de convergência para as metrópoles do Sudeste, a partir da década de cinquenta, se reproduz em escala regional nos anos oitenta. Fortaleza assume situação quase paradigmática deste caso, pois em 1991 a região metropolitana já concentra cerca de 36 % da população do Estado do Ceará, com uma taxa de crescimento equivalente a aproximadamente o dobro da média nacional.

Terceiro, a formação de um cinturão metropolitano em torno do núcleo industrial original através do crescimento acelerado de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília (DF). Todas estes grandes aglomerados urbanos apresentam taxas de crescimento superiores a São Paulo e Rio de Janeiro, destacando-se dentre eles, por já terem ultrapassado a barreira de 3 milhões de habitantes, Belo Horizonte, na porção setentrional, e Porto Alegre, no extremo meridional do cinturão agro-industrial que está se consolidando em torno do núcleo original da industrialização brasileira.

As nove regiões metropolitanas e o Distrito Federal eram responsáveis, em 1985, por cerca da metade do valor bruto do valor da produção industrial e da receita de vendas de mercadorias e praticamente dois terços das receitas do setor de serviços do Brasil. Tomando por exemplo a metrópole paulistana, sozinha era responsável por um quarto do valor bruto da produção industrial, um quinto das receitas do comércio de mercadorias e um quarto das receitas do setor de serviços. Neste sentido, a crise é antes de tudo uma crise metropolitana, cujos efeitos se propagam de modo desigual

pelas grande cidades brasileiras, dadas as peculiaridades regionais de seu desenvolvimento.

Tabela 6.4

População Residente em 1980 e em 1991, e taxa de crescimento anual, segundo as Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	População residente 1980	População residente 1991 (1)	Taxa de Crescimento Anual (2)
BRASIL	119.002.706	146.154.502	1,89
Belem	999.165	1.334.460	2,67
Fortaleza	1.580.066	2.294.524	3,45
Recife	2.347.146	2.859.469	1,81
Salvador	1.766.582	2.472.131	3,10
Belo Horizonte	2.609.520	3.461.905	2,60
Rio de Janeiro	8.772.265	9.600.528	0,82
São Paulo	12.588.725	15.199.423	1,73
Curitiba	1.440.626	1.975.624	2,91
Porto Alegre	2.285.167	3.015.960	2,55
Distrito Federal	1.176.935	1.596.274	2,81
SUBTOTAL	35.566.197	43.810.298	1,91
% SUBTOTAL/BRASIL	29,89	29,98	

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991-Resultados Preliminares.

(1) Resultados preliminares

(2) Taxa média geométrica de incremento anual

Os dados relativos à estrutura produtiva metropolitana das regiões brasileiras revelam alguns aspectos importantes. O Sudeste, que corresponde a núcleo original da industrialização revela a formidável concentração da indústria (52,4%), do comércio (58,9%) e dos serviços (75,4%) nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, sendo particularmente acentuado o fato de que três quartos das receitas de serviços estejam concentrados nas metrópoles, o que é um indicador indireto da elevada centralidade urbana da região.

O Sul, dadas as características históricas e geográficas de seu desenvolvimento, apresenta uma estrutura mais dispersa, com maior concentração metropolitana na oferta de serviços. Por outro lado, é flagrante os efeitos territoriais da "nova indústria" nordestina, cuja produção está

fortemente concentrada nas áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza (58,9 %), concentração superior à receita dos serviços (50,1 %), o que constitui um efeito peculiar das políticas regionais centradas na indústria como motor dinâmico do desenvolvimento, cujo melhor exemplo está na região metropolitana de Salvador, que concentrava cerca de 80 % do total do valor da transformação industrial do Estado da Bahia e aproximadamente 35 % do valor total da região Nordeste.

Tabela 6.5

Brasil e Regiões - 1985

Participação das Regiões Metropolitanas e do Distrito Federal no Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), Receita da Venda de Mercadorias (RVM) e Receita Total dos Serviços (RTS).

Brasil e Regiões	VBPI	RVM	RTS
Brasil	47,0	46,5	65,4
Norte	11,0	25,6	22,3
Nordeste	58,9	40,4	50,1
Sudeste	52,4	58,9	75,4
Sul	34,1	27,7	43,3
Centro-Oeste (1)	10,8	21,5	55,4

(1) Dados relativos ao Distrito Federal

Fonte: IBGE, Censos Econômicos de 1985, Municípios: Indústria, Comércio e Serviços.

O Norte e o Centro-Oeste revelam estruturas semelhantes no que diz respeito ao peso metropolitano da indústria e do comércio, em grande parte devido ao papel de cidades médias, como é o caso de Goiânia e Manaus, que dividem o papel urbano com os aglomerados metropolitanos de Belém e Brasília. No entanto, deve ser ressaltada a ponderável presença de Belém no comércio regional, papel tradicional desta cidade na foz do Amazonas, como também o papel de destaque de Brasília na receita dos serviços da região Centro-Oeste, reforçando, em grande parte devido ao papel de capital federal, sua centralidade na rede urbana regional.

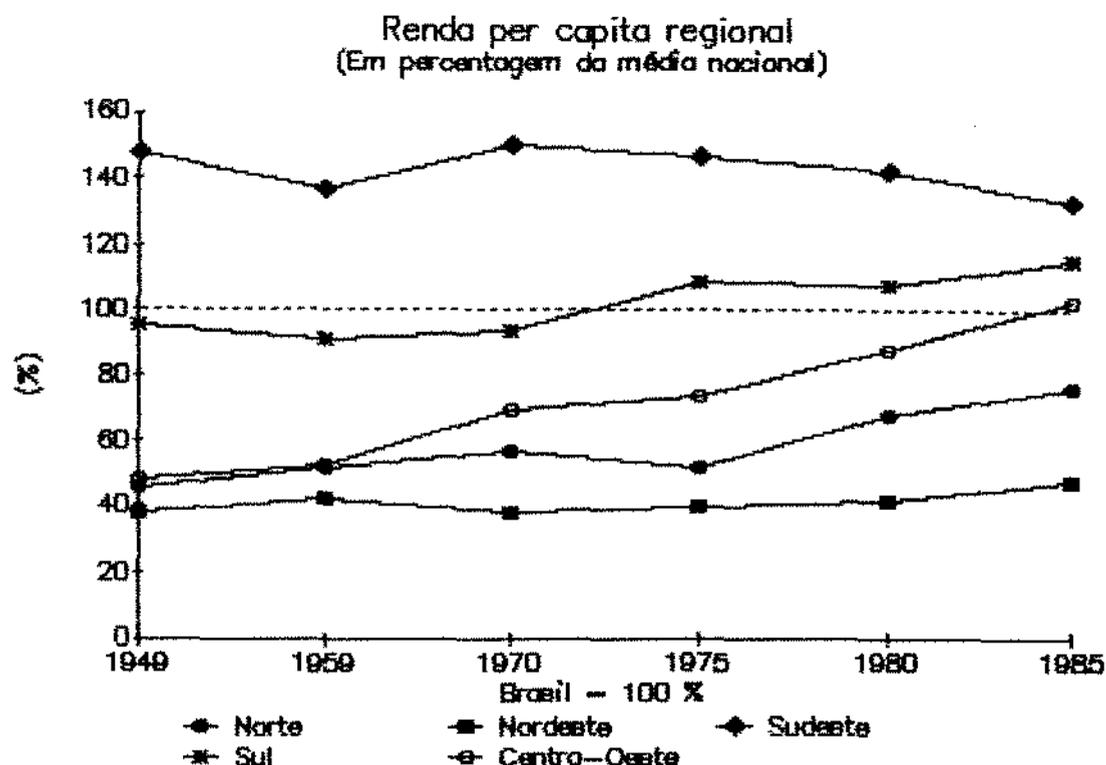
Uma das questões centrais neste contexto é o abastecimento destas aglomerações metropolitanas, que exige

redes de circulação eficientes para garantir a oferta de bens agrícolas a este grande contingente populacional, garantindo, através da oferta de alimentos, o aumento dos salários reais. Esta é um dos nós centrais de uma política territorial com profundas implicações sociais, na medida em que observou-se, nos anos 80, a convivência de grandes safras com elevações constantes nos preços da cesta básica.

6.2 - A distribuição territorial da renda e do emprego

A inexistência de contas regionais consolidadas para o final da década de 80 limita as análises desagregadas até 1985, apesar disto a Figura 5.1 é ilustrativa acerca das tendências das regiões brasileiras a longo prazo e permite algumas inferências iniciais sobre os efeitos da crise na distribuição territorial da renda. As teses da economia regional neoclássica acerca da convergência dos níveis de renda por região em torno da média nacional parecem encontrar certas resistências na realidade brasileira, pois embora, a nível geral, a tendência possa ser observada, principalmente entre o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste, que constitui a parcela do território nacional mais solidamente integrada, ainda é grande a clivagem entre esta porção e o Norte e, principalmente, o Nordeste. É importante frisar que não se trata de resgatar as velhas teses dualistas acerca dos "dois brasis" ou do arcaico contra o moderno, que marcaram a interpretação da dinâmica da sociedade brasileira nos anos 50, pelo contrário este reconhecimento parte da constatação inequívoca de que, apesar da integração regional resultante da industrialização e estimulada pelo Estado, o mercado doméstico ainda é segmentado por profundas desigualdades na distribuição territorial da renda.

Figura 6.2



Fonte: PIMES, 1984 - 1949 e 1959

IBGE, Contas Nacionais Consolidadas - demais anos.

Do ponto de vista dinâmico, é importante avaliar o desempenho no período 1980-85, marcado por forte contração da atividade econômica, para elaborar algumas suposições acerca do comportamento das economias regionais. Em primeiro lugar é notória a inflexão para baixo na participação percentual da renda per capita do Sudeste em relação à média nacional. Isto pode ser visto como resultante de um lento processo de redistribuição territorial iniciado na década de setenta, já que o indicador tende para a média nacional. Por outro lado existe uma componente conjuntural inequívoca, qual seja a contração do ritmo da acumulação incidiu fortemente sobre o núcleo dinâmico da economia nacional.

O Sul foi a região brasileira que apresentou indicadores de renda mais próximos à média nacional durante

todo o período considerado. Já em 1949 ela estava próximo a este valor e após um ligeiro decenso durante as primeiras fases da industrialização, apresentou desempenho francamente favorável quando acentua-se a modernização agrícola e a integração territorial do mercado doméstico no início da década de setenta, que atingiu diretamente a estrutura produtiva regional. A partir de então outro componente fundamental passa a atuar no comportamento dinâmico desta região: sua transformação em área de forte emigração devido às alterações introduzidas nas relações de trabalho na agropecuária. Este processo transformou, em três décadas, Paraná de principal foco de atração de migrantes, no Estado da Federação que apresentou a menor taxa de incremento populacional (0,9 % a.a.) na década de 80.

O Centro-Oeste foi a região brasileira de maior dinamismo no que diz respeito aos ganhos relativos em termos de renda per capita no cenário nacional. Desde o início da década de sessenta, marcado pela transferência da capital federal para Brasília, o indicador é francamente favorável acelerando o seu ritmo de crescimento a partir de 1975 quando inicia-se o avanço da agricultura tecnificada sobre os cerrados. Entretanto não foram apenas as transformações no campo que justificam este desempenho, o papel das cidades ampliou-se e diversificou-se, seja como suporte logístico e financeiro à agricultura, seja como centros de processamento industrial, comercialização e gestão do complexo agroindustrial. é importante que fique claro que o padrão de expansão agrícola do Centro-Oeste é radicalmente distinto daquele que prevaleceu no Nordeste ou no Sul. A pequena propriedade praticamente inexistente enquanto unidade produtiva nos cerrados por uma razão elementar. Os custos dos insumos e dos equipamentos para vencer a barreira ecológica dos solos lateríticos e atingir economias de escala que compensem os investimentos realizados transformaram esta área no território econômico da agro-indústria oligopólica.

O desempenho do Nordeste é a antítese do Centro-Oeste. A região de mais antigo povoamento e de estrutura sócio-econômica solidamente enraizada no passado agrário-exportador permaneceu sendo aquela de pior desempenho quanto ao indicador de PIB per capita, com cerca de 50 % da média nacional. Apesar de sua integração territorial ao mercado doméstico, da diversificação de sua base produtiva com a industrialização regional, o Nordeste ainda é a síntese da questão regional no Brasil e desafio para a conquista da miséria e resgate da cidadania. Diversos fatores ajudam a compreender esta situação. Em primeiro lugar, como mostrou Andrade (1965) em sua clássica obra sobre as agruras da terra e do homem no Nordeste, historicamente forjou-se na região uma estrutura agrária extremamente concentrada e persistente que monopoliza as melhores terras e transfere o custo das periódicas estiagens no sertão para os pequenos proprietários e parceiros. Em segundo lugar, de acordo com Carvalho (1988), nos poros desta estrutura agrária consolidou-se o capital comercial que se valoriza através dos mais diversos expedientes mercantis, mantendo ainda quase-monopólios sobre a distribuição de bens que vão desde alimentos até automóveis. Em terceiro lugar, este pacto regional tem revelado uma capacidade extraordinária em manter-se coeso, apesar de da industrialização metropolitana e da modernização da agricultura na Zona da Mata, nos vales irrigados e no Além São Francisco. Utilizando os mais diversos expedientes para negociar favores junto ao Estado (Castro, 1992), o regionalismo nordestino consolidou um domínio agro-mercantil resistente a mudanças substanciais na sua base de sustentação social e política, conservando uma estrutura particularmente perversa - e destoante das demais regiões - de distribuição de renda (Tab. 6.6), apesar dos expressivos avanços econômicos ocorridos no período recente.

Tabela 6.6
Distribuição das famílias residentes
por classes de rendimento mensal familiar - 1990

Classes de rendimentos mensal familiar (Salários mínimos) (1)	Distribuição das Famílias em Domicílios Particulares (%)					
	Bra- sil (2)	Nor- te (3)	Nor- deste	Su- -deste	Sul	Centro Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	11,3	6,3	23,0	6,4	8,7	8,5
Mais de 1 a 2	15,3	12,2	24,3	11,1	13,8	14,1
Mais de 2 a 5	29,4	30,6	28,8	28,4	32,5	31,0
Mais de 5 a 10	20,1	23,1	11,1	24,3	22,0	20,3
Mais de 10 a 20	12,4	15,0	5,5	15,8	12,8	12,7
Mais de 20	8,1	9,1	3,4	10,5	7,7	10,1
Sem rendimento (4)	2,2	2,9	2,9	2,0	1,7	2,2
Sem declaração	1,2	0,8	1,0	1,5	0,8	1,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 1990

(1) Exclusive rendimentos de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. (2) Exclusive as famílias residentes na área rural da Região Norte. (3) Exclusive as famílias residentes na área rural. (4) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

Por final, a região Norte que, dadas as características naturais, demográficas e econômicas já apontadas, deve ser observada com cuidado. A frente de expansão agro-pastoril e mineradora intensificada a partir da segunda metade da década de setenta, aliada ao desempenho favorável da Zona Franca de Manaus, cujos incentivos fiscais e tarifários funcionaram como verdadeira bomba de sucção para a indústria eletro-eletrônica estabelecida no mercado doméstico, podem ajudar a explicar inflexão para cima da participação relativa do PIB per capita regional na média nacional naquele período. Entretanto, a simples comparação com o desempenho do Centro-Oeste no primeiro quinquênio da década seguinte permite perceber que este padrão de ocupação da Amazônia dificilmente será sustentável por um período longo, como ocorreu com a área dos cerrados centrais. E isto por vários motivos, desde a relação entre o dano ecológico e produtividade agro-pastoril (Valverde, 1989) até a incapacidade institucional e financeira do Estado de continuar 'abrindo terras' na grande fronteira amazônica (Becker, 1990).

Em uma economia de dimensões continentais e marcada por uma desigual distribuição territorial de renda, o comporta-

mento do mercado de força de trabalho é um sensível indicador das condições de reprodução do trabalhador e de sua família. Em trabalho recente, Savedoff (1990: 521) mostra que um "trabalhador não qualificado do Nordeste pode quase dobrar seu rendimento se conseguir emprego semelhante em São Paulo". Isto devido a diversas características, que vão além do diferencial nos salários nominais, como vinculação formal ou informal ao emprego, acesso à previdência social ou à serviços de consumo coletivo são fatores que ajudam a compreender porque "as diferenças regionais de salários são um fato real, significativo e persistente da economia brasileira". (op. cit.: 530)

A segmentação do mercado doméstico de trabalho deve-se a fatores geográficos, históricos e econômicos. Com base na tabela abaixo, onde as comparações com a região Norte são restritas ao segmento urbano, o Nordeste destaca-se por apresentar os indicadores menos favoráveis. Comparando-o com o Sul, cujas características históricas de povoamento e orientação agrária com marcante presença da pequena propriedade mostram uma ponderável presença do emprego agrícola e do trabalho sem remuneração, leia-se pequeno produtor com trabalho familiar. Mesmo assim os mais elementares indicadores de conquistas sociais, como carteira assinada e direito à previdência social, são francamente desfavoráveis ao Nordeste.

No outro extremo, o Sudeste marcadamente industrial apesar de apresentar a melhor situação nos indicadores selecionados, ainda possui um trabalhador em cada três empregados sem carteira assinada e sem contribuir para os institutos de previdência e, portanto, sem acesso aos elementares direitos trabalhistas e sociais. O Centro-Oeste chama a atenção pela ponderável participação da prestação de serviços na estrutura do emprego, praticamente igualando-se ao trabalho agrícola. Este é um elemento fundamental para confirmar a face urbana do complexo agro-industrial e a expressiva participação do assalariamento na região, imediatamente

abaixo do Sudeste e no mesmo nível do Norte urbano, confirma o caráter marcadamente capitalista da expansão da grande fronteira.

Tabela 6.7
Distribuição das pessoas ocupadas, por grandes regiões,
segundo algumas características - 1990

Características	Distribuição das Pessoas Ocupadas (%)					
	Bra- sil (1)	Nor- te (2)	Nor- deste	Su- deste	Sul	Centro Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição na Ocupação						
Empregado	64,7	67,2	54,5	73,2	56,7	67,2
Com carteira assinada	38,1	35,2	22,5	48,4	38,0	32,1
Sem carteira assinada	26,6	32,0	32,0	24,8	18,7	35,1
Conta-própria	22,7	23,9	29,9	18,3	23,7	20,5
Empregador	4,6	4,9	3,3	5,0	4,5	6,7
Não remunerado	8,0	4,0	12,3	3,5	15,1	5,6
Contribuição para instituto de previdência						
Contribuintes	50,1	47,9	28,9	63,7	49,8	44,4
Não contribuintes	49,9	52,1	71,1	36,3	50,2	55,6
Ramos de atividade						
Agrícola	22,8	7,4	37,9	12,1	30,7	22,5
Indústria de transformação	15,2	12,8	9,1	20,4	14,4	7,2
Indústria da construção	6,2	6,7	5,4	6,7	5,6	6,6
Outras ativ. industriais	1,4	1,9	1,3	1,3	1,3	2,5
Comércio	12,8	19,8	11,7	13,3	12,0	13,3
Prestação de serviços	17,9	19,9	15,2	20,0	15,5	20,2
Serviços auxiliares	3,3	3,6	1,8	4,3	2,7	3,5
Transporte e comunicação	3,9	5,0	2,9	4,6	3,6	3,7
Social	8,7	11,0	8,2	9,2	7,3	9,6
Administração pública	5,0	9,4	5,0	4,5	4,3	8,0
Outras atividades	2,8	2,5	1,5	3,6	2,6	2,9

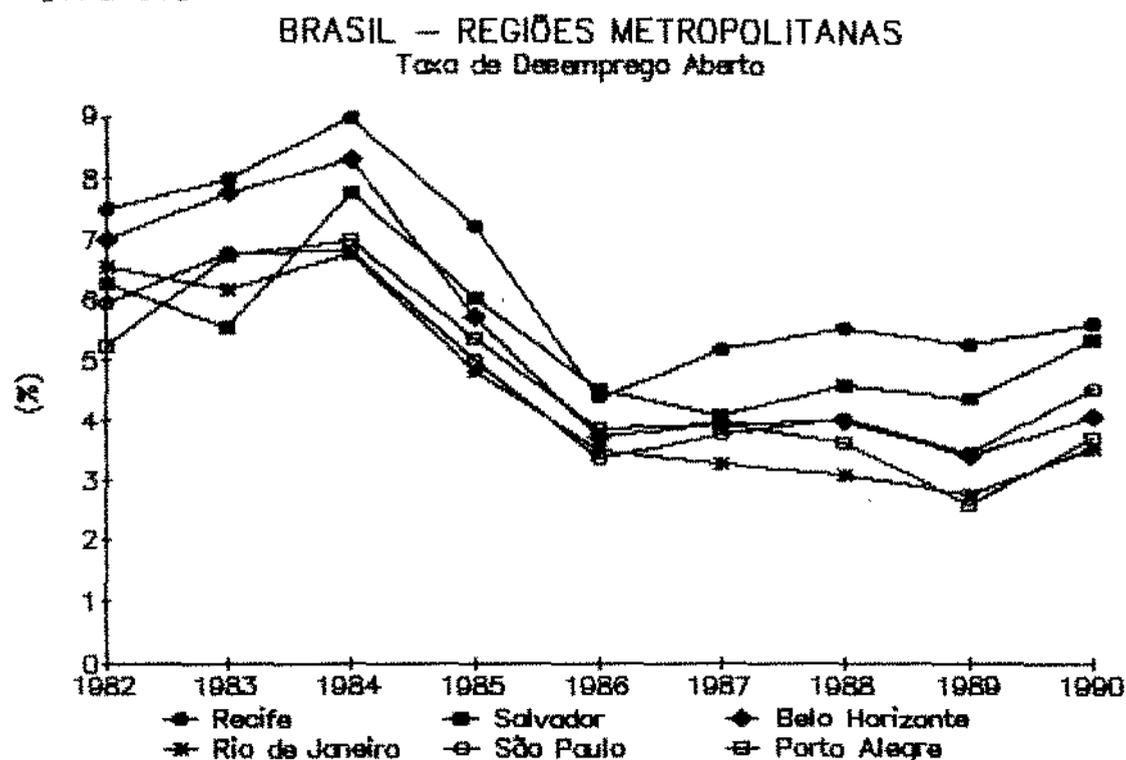
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 1990

(1) Exclusive população rural da Região Norte. (2) Exclusive população rural

Um elemento a mais que corrobora as teses sobre a segmentação do mercado de trabalho no Brasil e ajuda a compreender o comportamento da economia brasileira durante a crise dos anos oitenta pode ser observado na taxa de desocupação da força de trabalho por região. O Centro-Oeste apresenta o menor indicador de desemprego (2,9 %) em 1990, seguido logo atrás pelo Sul (3,0 %), que são as regiões brasi-

leiras onde a integração da agricultura à indústria foi expressiva e o complexo agro-industrial domina as culturas destinadas ao mercado mundial. No outro extremo, com uma taxa de desocupação de 4,2 % está o Sudeste, a região mais industrializada do país, seguida pelo Norte urbano (3,7%), onde crise está instalada na Zona Franca de Manaus, e, em posição intermediária, o Nordeste com 3,3 % de taxa de desocupação da força de trabalho.

Figura 6.3



Fonte: IBGE, PNAD - 1990

Os ajustes recessivos efetuados no início dos anos oitenta elevaram a taxa de desemprego aberto nas seis maiores regiões metropolitanas do país, onde é realizada a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE¹. Seus efeitos se prolongaram até 1984 quando atingem o ponto mais elevado da década. O curto ciclo de recuperação entre 1985 e 1986 interrompeu este crescimento, porém é nítido na figura abaixo que o

final da década de oitenta mostra o rápido crescimento das taxas de desemprego aberto, com um agravante particular, a acentuada inflexão positiva do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, o "core" industrial do país (Sedlacek et alli, 1989), que apresentava a terceira maior taxa de desemprego, abaixo das metrópoles nordestinas de Recife e Salvador.

A incidência diferenciada do desemprego é uma expressão transformada da tendência à ampliação da segmentação do mercado de trabalho no Brasil, o que é um processo já detectado nas economias avançadas como parte da estratégia de quebrar a resistência sindical e forçar reduções nos ganhos de produtividade (Massey, 1984). A partir de distintas oportunidades educacionais e de acesso aos serviços coletivos, de diferenças inter-setoriais e inter-regionais nos níveis de emprego e salários e na ruptura das cadeias internas no ambiente de trabalho, a reestruturação econômica tem procurado romper com a unidade forjada na fábrica e no setor produtivo, o que em uma economia com as características da brasileira assume uma dimensão perversa e fortemente excludente.

6.3 - A conformação das estruturas produtivas regionais

Uma primeira aproximação com as estruturas produtivas regionais no Brasil pode ser obtida a partir da observação da distribuição territorial do valor da produção ou receitas e do pessoal ocupado nos setores considerados produtivos pelo Censo Econômico de 1985 (Tabela 6.8). É flagrante a concentração da atividade e do emprego no Sudeste industrial, entretanto a simplicidade das relações entre centro e periferia não é capaz de abranger a diversidade de situações presentes na estrutura regional da economia brasileira nos anos oitenta.

Em primeiro lugar, o grau de concentração territorial é diferenciado, tanto em valor, como em emprego, de acordo com os setores e sub-setores da economia. A agropecuária é, como

Tabela 6.8

Estrutura Regional da Produção e do Emprego - 1985

(Em percentagem do valor da produção ou das receitas e do pessoal ocupado)

Setores Produtivos	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		BRASIL	
	Valor	Emprego	Valor	Emprego	Valor	Emprego	Valor	Emprego	Valor	Emprego	Valor	Emprego
Agropecuária.....	4,7	10,6	17,0	44,6	38,5	20,3	30,0	19,2	9,7	5,3	99,9	100,0
Indústria.....	2,4	2,7	8,9	10,8	70,6	64,3	16,6	20,0	1,4	2,2	99,9	100,0
-Extração Mineral.....	13,7	10,7	6,4	16,9	69,2	45,9	7,2	20,1	3,4	6,4	99,9	100,1
-Bens Intermediários	1,3	3,1	10,4	10,5	73,3	64,0	14,0	19,9	1,0	2,5	100,0	100,0
-Bens de Consumo Duráveis e de Capital.....	5,3	2,9	2,4	3,9	81,4	79,2	10,6	13,2	0,3	0,8	100,0	100,1
-Bens de Consumo Não Duráveis.....	1,3	1,8	11,1	15,0	58,8	56,3	26,0	24,3	2,7	2,6	99,9	100,0
Construção Civil.....	1,8	2,2	17,5	16,9	64,0	63,7	12,6	13,0	4,1	4,2	100,0	100,0
Transportes.....	3,6	2,5	6,2	9,1	61,5	66,5	23,6	17,1	5,1	4,7	100,0	99,9
Comércio.....	3,5	4,2	12,5	17,1	56,8	52,6	21,2	20,3	6,1	5,9	100,1	100,1
Serviços.....	3,5	3,7	11,5	14,9	66,4	60,4	12,8	15,1	5,8	5,8	100,0	99,9

Fonte: FIBGE, Censos Econômicos de 1985.

seria esperado, a atividade menos concentrada no Sudeste, onde empregando um quinto da força de trabalho no campo, é gerada mais de um terço da produção agrária nacional. Situação oposta ao Nordeste, onde quase a metade da população empregada na agropecuária brasileira retira do solo menos de um quinto da produção nacional. A simples observação dos indicadores é reveladora das condições e relações de produção vigentes. O Nordeste e o Norte são as regiões onde a participação do emprego rural supera aquela do valor da produção no total nacional, mostrando estruturas agrárias mais resistentes às transformações econômicas e sociais. No outro extremo, o Centro-Oeste, embora ainda tenha pequena participação relativa no conjunto do agro, responde com cerca de 10 % do valor total empregando 5 % da força de trabalho empregada na agropecuária no Brasil.

A indústria, inclusive a da construção civil, é fortemente concentrada no Sudeste que responde por 70 % do valor da produção e 64 % do emprego nacional na indústria de transformação e da extração mineral. Entretanto, quando se desagrega os dados segundo os sub-setores manufatureiros, a distribuição territorial revela alguns aspectos importantes quanto ao grau de concentração. Em primeiro lugar, os indicadores mais elevados, tanto em valor, como em emprego, estão na indústria de bens de consumo duráveis e de capital, isto é o "core" da estrutura produtiva nacional responsável, em grande parte, pela sua capacidade de acumulação endógena. Este subsetor é normalmente o que apresenta os maiores índices de concentração, mesmo em economias avançadas, justamente porque depende de economias de escala e de aglomeração típicas do padrão vigente no mercado mundial desde a 2ª Revolução Industrial. É evidente que em capitalismo tardios e periféricos a concentração seja maior, seja porque necessita de um mercado doméstico de dimensões nacionais para sua implantação, seja porque seu desenvolvimento e diversificação depende também de sua capacidade de 'criar' mercados inter e intra-setoriais na própria estrutura industrial.

No entanto, apesar da elevada concentração do sub-setor, um aspecto relevante deve ser observado na tabela: o Sul que ocupa a segunda posição tem maior peso relativo quanto ao emprego industrial do que quanto ao valor da produção; situação totalmente inversa do Norte, que devido ao deslocamento da indústria eletro-eletrônica de consumo para Manaus, é responsável por 5,3 % do valor da produção, com apenas cerca de 3 % da força de trabalho empregada no sub-setor. Isto pode ser atribuído a vários motivos, desde a idade da implantação industrial até aos favores tarifários e fiscais concedidos para a indústria incentivada na Zona Franca de Manaus. No entanto, a despeito de qualquer consideração mais profunda ou avaliação de mérito, não deixa de ser curioso observar que existe um foco da indústria de bens de consumo duráveis no meio da floresta amazônica.

O sub-setor industrial que apresenta índices menos expressivos de concentração, embora ainda sejam bastante elevados dadas as suas características locacionais, é a indústria de bens de consumo não duráveis. No outro extremo, no que diz respeito ao grau de concentração, está a indústria de bens de consumo não duráveis. Entretanto, sem incorrer em tautologia, não deixa de ser curioso como este setor final da cadeia industrial acompanha, grosso modo, a distribuição territorial da renda, e não da população, no Brasil. Comparando as duas distribuições temos cerca de 58 % da renda e do valor da produção do sub-setor no Sudeste e, respectivamente e em ordem decrescente, 17,7 % e 26,0 % no Sul e 13,5 % e 11,1 % no Nordeste. O Norte e o Centro-Oeste fogem a esta regra elementar devido às condições de povoamento, a consolidação relativamente recente e as menores dimensões relativas dos mercados regionais. Na verdade, se existe alguma especialização neste setor ela deve ser procurada no Sul e não no Sudeste, já que a primeira região detém uma participação bem maior na produção de bens de consumo não duráveis do que na renda nacional, o que sem dúvida pode ser atribuída a sua história e geografia peculiar no

que diz respeito a produção de alimentos, vestuário e calçados.

A indústria de bens intermediários é aquela que melhor responde aos modelos weberianos de localização, na medida em que dependem tanto da distância às fontes de matérias-primas, como de seu mercado consumidor, isto é outras indústrias. Boa parte da base de recursos naturais, principalmente ferro e metais não-ferrosos, conhecida até recentemente no Brasil estava em Minas Gerais. Da mesma maneira, as principais bacias fluviais com potencial hidrelétrico aproveitável, dadas as condições técnicas atuais, tem sua origem e boa parte do curso com boas quedas nos Planaltos Central e Meridional. Mais do que isto, toda a infra-estrutura de transportes e comunicações herdada do apogeu cafeeiro disponível para ligar os centros produtores aos portos, de onde provinha a maior parcela do carvão mineral consumido, e às indústrias nascentes nos núcleos urbanos em franca expansão. Diante deste quadro, sem determinismos geográficos, seria difícil pensar em outra localização para a siderurgia e metalurgia pesada, e toda a cadeia industrial a elas associada, senão o Sudeste.

Quanto aos bens intermediários, deve-se destacar a química de base, em especial a petroquímica, que compõe um dos estruturantes fundamentais da estrutura produtiva que emergiu da Segunda Revolução Industrial. No Brasil, no entanto, a petroquímica é um fato recente que pode ser datada da segunda metade da década de sessenta, quando iniciou-se a construção do Pólo Petroquímico de Capuava, em São Paulo. Naquele momento, a produção nacional de petróleo era desprezível e a oferta de nafta abundante, devido a capacidade instalada de refino no Brasil. Este cenário mudou a partir da década de setenta. Primeiro com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, que representou, no que diz respeito ao investimento, um Programa de Metas em escala regional, que alterou significativamente as posições relativas entre a Bahia e Pernambuco, as duas principais econo-

mias do Nordeste (Brandão, 1985). Segundo, após o primeiro choque do petróleo, e intensificado com o segundo, elevou-se substancialmente a produção nacional de óleo e gás natural "off shore" em praticamente todo o litoral brasileiro, com maior ênfase na Bacia de Campos, e multiplicaram-se as destilarias de álcool etílico no Sudeste e no Nordeste com os subsídios do PROALCOOL e iniciou-se a construção do IIIº Pólo Petroquímico, em Triunfo no Rio Grande do Sul. Neste quadro, a indústria química consolida-se durante a integração do mercado doméstico e, portanto, teve uma distribuição territorial menos concentrada, o que explica a participação do Sul e do Nordeste no valor da produção e no emprego.

A indústria extrativa mineral sinaliza alguns aspectos que podem ajudar a elaboração de algumas perspectivas de localização futura da indústria de bens intermediários. A região Norte já é a segunda área produtora de minérios do Brasil no que diz respeito a participação relativa no valor total da produção mineral. Mais do que isto, esta posição é completamente distinta no que diz respeito ao emprego, onde ocupa o penúltimo lugar, imediatamente acima do Centro-Oeste. A descoberta recente de grandes reservas minerais na Amazônia, como é o caso da Serra de Carajás no sul do Pará, bem como as distâncias a serem vencidas para transformar os minérios em mercadorias, fazem da extração na Amazônia um negócio para grandes empresas oligopólicas, do porte da CVRD ou da ALCOA, com lavras totalmente mecanizadas. No extremo oposto, está a região Sul onde predomina a extração carbonífera, com sérias limitações naturais quanto a qualidade do produto. A defasagem entre a participação no valor nacional da produção mineral e na percentagem do emprego de força de trabalho nas minas é muito grande para garantir um futuro tranqüilo a esta atividade regional.

Na construção civil, chama a atenção o segundo lugar ocupado pelo Nordeste no cenário nacional. Do ponto de vista de todos os setores considerados, está é a melhor posição da região na estrutura produtiva brasileira, superando o Sul

tanto na participação relativa quanto ao valor, como ao emprego, e, o que importante, na relação entre eles. Não existem estudos detalhados sobre o papel da indústria da construção no Nordeste, exceto o lugar-comum de seu papel na oferta de emprego. No entanto, a posição ocupada pelo Nordeste no quadro nacional do setor de construção civil provavelmente tem muito pouco a ver com a produção manufatureira de habitações - embora seja relevante dado ao tamanho de suas metrópoles - mas sim está relacionado a presença na região de grandes empresas de construção civil, como a ODEBRECHT ou a OAS, cujo peso na economia regional ainda está para ser avaliado.

Os transportes possuem uma curiosa característica. é o único setor onde a participação relativa no emprego é superior a do valor, no caso, das receitas da região Sudeste. Isto tende a reforçar o que já foi discutido no capítulo anterior quanto à adequação da matriz de transportes. Esta singular característica só é compartilhada pelo Nordeste, já que todas as demais regiões estão em situação inversa. Especial destaque deve ser dado a região Sul, que concentra cerca de um quarto do valor das receitas de transportes no Brasil. Um fato que ajuda a explicar isto é a sede da maior companhia aérea brasileira, a VARIG, estar região. Outro é a maior atualidade dos portos, já que foram modernizados e ampliados a partir da década de setenta, como é o exemplo do "superporto" de Rio Grande, terminal de um corredor de exportações agropecuárias.

O comércio, como a indústria de bens de consumo não duráveis, tem uma distribuição semelhante aquela observada na renda nacional e, de certa maneira, mais ajustada a ela já que o Norte e o Centro-Oeste estão bem representados, demonstrando que há uma brecha a ser ocupada no futuro pela indústria regional. Deve ser observada também a elevada participação do Nordeste no total nacional do emprego no setor. Em termos relativos à região, é o segundo setor em importância após a agropecuária, o que ajuda a compreender o papel

do segmento mercantil, não apenas como fonte de lucros para comerciantes no domínio agro-mercantil, mas também como uma das alternativas de sobrevivência para a população trabalhadora. Quanto aos serviços, sua expressiva concentração no Sudeste pode ser explicada pela presença das duas grandes metrópoles nacionais na região e, de certa maneira, a distribuição das populações metropolitanas é um fator importante para explicar a relativa semelhança entre o Sul e o Nordeste quanto a participação relativa no valor das receitas e no pessoal ocupado no setor.

Para aprofundar um pouco mais a análise das estruturas produtivas regionais, calculou-se a relação entre o valor da produção ou das receitas e o pessoal ocupado nos setores econômicos por região. Grosseiramente tem-se um indicador geral de produtividade que permite algumas comparações limitadas sobre o comportamento setorial nas regiões brasileiras referenciados à média nacional (Tabela 6.9). Novamente a agropecuária apresenta-se como um setor específico, caracterizado pelos baixos indicadores. Entretanto pode-se constatar que as duas únicas regiões que estão abaixo da média nacional são o Norte e o Nordeste, que possuem valores muito baixos e próximos entre si, o que certamente não é um indicador de eficiência da agropecuária nestas regiões. Do mesmo modo, deve ser destacado que o Centro-Oeste apresenta indicador imediatamente abaixo do Sudeste e superior ao do Sul, demonstrando o caráter avançado, em termos nacionais, da agropecuária regional.

No comportamento da indústria em geral, o Sudeste é a única região brasileira que está acima da média nacional. Entretanto, o que chama atenção não é isto e sim que o Norte, o Nordeste e o Sul apresentam indicadores muito semelhantes, o que é uma consequência da integração territorial do mercado doméstico. No entanto, quando se desagrega a atividade industrial por sub-setores, diferenças marcantes emergem da comparação entre as estruturas produtivas regionais. Iniciando pela extração mineral, somente duas regiões

estão acima da média nacional: o Sudeste e o Norte. Não apenas isto, os indicadores destas duas regiões são pelo menos equivalentes ao dobro do maior valor apresentado pelas demais, o que significa que a produção mineral é altamente diferenciada no território nacional e que a região Norte está se consolidando como uma nova área mineradora de expressão nacional.

Tabela 6.9

Relação entre o valor da produção ou receitas e o pessoal ocupado - 1985
(Em milhões de cruzeiros de 1985)

Setores econômicos	Nor- te	Nor- deste	Su- deste	Sul	Centro Oeste	BRASIL
Agropecuária	3,7	3,2	16,0	13,2	15,4	8,4
Indústria	176,3	161,9	216,3	163,5	129,6	196,9
Extracção mineral	294,2	87,4	345,5	82,7	122,2	229,4
Bens Intermediários	111,8	268,7	311,6	191,8	109,1	272,0
Bens de Consumo Duráveis e de Capital	311,4	107,2	174,7	137,0	62,3	170,2
Bens de Consumo Não-Duráveis	109,0	113,4	159,7	163,6	157,9	152,7
Construção Civil	71,3	91,4	88,7	85,5	85,2	88,2
Transportes	122,4	59,3	80,8	120,5	94,3	87,3
Comércio	164,3	145,0	214,2	207,0	204,5	198,3
Serviços	38,7	31,9	45,5	35,0	41,2	41,4

Fonte: FIBGE, Censos Econômicos de 1985.

Na indústria de bens intermediários, o Nordeste apresenta o segundo indicador nacional, superando o Sul no que diz respeito a relação entre o valor da produção e o pessoal ocupado e aproximando-se da média nacional, elevada devido ao desempenho do Sudeste. Isto comprova a importância do Pólo Petroquímico de Camaçari no cenário brasileiro e regional. Quanto a indústria de bens de consumo duráveis e de capital é notório o elevado indicador apresentado pelo Norte, bem acima da média nacional e do Sudeste, revelando que a indústria eletro-eletônica que se implantou na Zona Franca de Manaus opera com elevada relação capital/trabalho, que a

distancia das demais regiões, embora deva ser considerada a possibilidade de que haja maquiagem de produtos importados, o que garantiria uma competitividade 'espúria', nas palavras de Fajnzylber, à ZFM.

Os bens de consumo não duráveis, mostram a importância do complexo agroindustrial, pois as três regiões de melhor desempenho: Sudeste, Sul e Centro-Oeste são justamente aquelas que apresentam índices acima da média nacional na agropecuária. A construção civil reafirma a situação peculiar do setor no Nordeste, acima da média nacional e do Sudeste, confirmando o que já havia sido apontado anteriormente. O setor de transportes chama atenção porque é o único em que o indicador relativo ao Sudeste está abaixo da média nacional, e não apenas isto, abaixo também do Norte, Sul e Centro-Oeste, que são regiões onde a estrutura de transporte de carga foi resultante direta da integração territorial. Neste sentido, existem fortes indicadores de que existe um gargalo regional no setor no Sudeste.

No comércio, a distribuição repete aquela observada na agropecuária com o Nordeste e o Norte destacando-se por apresentar indicadores abaixo da média nacional. Isto tende a confirmar a importância dos domínios agrário-mercantis que se consolidaram nestas regiões, que conseguem sobreviver pelos mais diversos expedientes e graças a rigidez das estruturas regionais. Por final, quanto aos serviços destacam-se os desempenhos do Sudeste e do Centro-Oeste, este último ligeiramente abaixo da média nacional. O motivo desta distribuição regional do indicador aparentemente está ligado ao papel urbano das grandes metrópoles do Sudeste e de Brasília, enquanto centros nacionais de gestão.

Concluindo as observações realizadas neste capítulo, é importante frisar que a integração territorial do mercado doméstico não borrou completamente as peculiaridades regionais, homogeneizando integralmente o espaço econômico nacional. Mais do que isto, a observação das tabelas acima tende a mostrar que este processo criou e re-criou territórios

econômicos dotados de características peculiares, cujos desdobramentos futuros passam a ser importantes para compreender a totalidade dinâmica da economia nacional e o papel das regiões diante da crise e de sua reestruturação produtiva.

Tabela 6.10

Estrutura regional da produção industrial
(Em percentagem do valor da transformação industrial)

Segmentos/ Gêneros	Nor- te	Nor- deste	Su- deste	Sul	Centro Oeste	BRASIL
1 - Metal-Mecânica e						
Eletrônica	42,1	15,8	40,6	23,4	14,6	35,4
-Metalúrgica	4,5	7,7	14,6	6,5	7,2	12,2
-Mecânica	7,2	3,7	10,1	9,4	2,4	9,2
-Material de Transporte	7,3	0,9	8,0	3,2	1,1	6,4
-Material Elétrico e de						
Comunicações	23,1	3,5	7,9	4,3	3,9	7,6
2 - Química	3,5	31,3	19,5	13,6	12,1	19,0
-Química	3,4	30,9	17,3	13,3	11,2	17,3
-Produtos Farmacêuticos						
e Veterinários	0,1	0,4	2,2	0,3	0,9	1,7
Subtotal (1 + 2)	45,6	47,1	60,1	37,0	26,7	54,4
Outras Indústrias	54,4	52,9	39,9	63,0	73,3	45,6
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1985

Nesta direção, é possível ter uma primeira aproximação ao potencial relativo de cada estrutura produtiva regional a partir da participação que nelas assumem os dois principais complexos industriais da economia brasileira (Tabela 6.10). É evidente que não se pode perder de vista a dimensão nacional e as fortes ligações de complementariedade entre as frações regionais destes complexos e o núcleo dinâmico implantado no Sudeste, que determina o ritmo de acumulação no mercado doméstico. No entanto, o reverso da moeda deve também ser avaliado, pois ao estender seus braços produtivos para outras regiões, as empresas são obrigadas a criar vínculos locais que vão desde a demanda por força de trabalho até serviços financeiros que alteram as condições de produção e reprodução das estruturas regionais. É evidente que no nível de agregação de dados da tabela abaixo é impossível

uma correta avaliação destas ligações, porém pode abrir caminho para futuras pesquisas neste sentido.

É importante observar que a extensão territorial dos complexos metal-mecânico e químico afetou diferencialmente as estruturas produtivas regionais. Isto por motivos diversos. No Sul, dadas as condições pretéritas de industrialização e integração territorial ao Sudeste, os impactos foram importantes, porém não determinantes. No Centro-Oeste, dada a relevância do complexo agroindustrial e sua orientação preferencial para a produção de grãos, ainda predominam as indústrias ligadas ao processamento de matérias-primas originárias da agropecuária.

No entanto, no que diz respeito ao Norte e ao Nordeste, as medidas recentes de política econômica com forte rebatimento territorial, como a implantação da Zona Franca de Manaus e do Pólo Petroquímico de Camaçari, que atuaram sobre estruturas produtivas regionais ainda em consolidação e tiveram efeitos ponderáveis em sua orientação. No que diz respeito à região Norte, a extensão do complexo metal-mecânico - principalmente nos segmentos da eletro-eletrônica de consumo e de montagem de veículos de duas rodas - fez com que o peso relativo deste complexo na estrutura industrial regional fosse superior à média nacional e mesmo ao indicador apresentado pelo Sudeste. É evidente que este é um valor relativo e mesmo pouco expressivo nas dimensões absolutas do mercado nacional. Entretanto, deve-se esperar que posições conquistadas neste mercado não sejam cedidas facilmente, mesmo considerando as medidas "artificiais" de política econômica que as criaram. Na verdade, na lógica do capitalismo tardio e periférico é bastante difícil definir quais são os limites da "artificialidade", a não ser que se caia no discurso vazio dos neo-liberais em torno da inexorabilidade das forças do mercado em livre-concorrência.

As mesmas observações podem ser estendidas ao Nordeste, quanto ao complexo químico. Seu peso relativo de quase um terço do valor da transformação industrial na estrutura regional é único no Brasil e não pode ser desprezado. Significa simplesmente que qualquer alternativa de reestruturação produtiva da economia regional deve considerar a importância que assume a química de base, seja a petroquímica, seja a cloroquímica, seja mesmo a alcoquímica, em sua estrutura industrial. Resta saber se os esforços e os custos sociais de sua implantação merecem ser sucateados ou se é possível garantir novas fronteiras de acumulação que permitam o seu aprofundamento e expansão enquanto embrião de um complexo territorial que possa assumir dimensões relevantes no mercado doméstico e, quiçá, expandir seus limites no mercado mundial.

Notas

⁴ Os índices de desemprego aberto da PME só são comparáveis entre si a partir de maio de 1982, quando o IBGE reformulou a metodologia de seu levantamento.

CONCLUSÃO

O reconhecimento da existência de estruturas produtivas regionais diferenciadas é fundamental para a definição de metas e instrumentos de políticas públicas para a retomada do crescimento da economia nacional. O processo de integração territorial não foi capaz de vencer as grandes disparidades na distribuição regional da renda, como também a industrialização e a integração produtiva e financeira do mercado doméstico não erradicaram a pobreza da maioria da população brasileira. No entanto, o Brasil é hoje bastante diferente do que era na segunda metade da década de 40, tanto do ponto de vista dos indicadores econômicos, como sociais. E isto foi conseguido a partir de um projeto nacional formulado e gerido pelo Estado.

Neste projeto, a dimensão territorial adquiriu importância crescente. Originalmente expresso vagamente na destinação dos fundos constitucionais em 1946, assume contornos mais claros com a criação do Banco do Nordeste do Brasil em 1952 e inaugura uma nova forma de ação planejada do Estado com a criação da SUDENE em 1959. No ambiente do regime autoritário pós-64 ganhou conotações militares com a introdução da estratégia e da logística, como instrumentos de alocação de investimentos em pontos ou eixos selecionados do território visando a consolidar uma rede nacional integrada capaz de dar suporte ao projeto do "Brasil Potência".

A crise do padrão de desenvolvimento, expressa principalmente no esgotamento fiscal e financeiro do Estado, reduziu drasticamente sua capacidade de regionalizar o gasto público e de influir através dos instrumentos convencionais, basicamente incentivos fiscais e creditícios, na alocação do investimento privado no território nacional. Nesta conjuntura desfavorável, aquilo que havia sido o elemento de coesão em torno do projeto de integração do mercado doméstico fraturou-se em regionalismos de todos os matizes, que vão desde a manutenção de privilégios históricos junto às agências go-

vernamentais até a garantia de mercados preferenciais diante do acirramento da concorrência inter-capitalista.

é importante destacar que o regionalismo que emerge após a integração do mercado doméstico é radicalmente distinto daquele que a precede historicamente. Primeiro porque não se tratam de estruturas econômico-sociais articuladas entre si através do comércio de mercadorias e sim de parcelas diferenciadas de um mesmo mercado doméstico financeiramente integrado e internacionalizado, onde estão presentes distintas composições entre grupos econômicos, sejam regionais, nacionais ou multinacionais. Segundo, porque posições conquistadas no mercado doméstico, e mesmo mundial, não são neutras às vantagens competitivas obtidas através de localizações determinadas no espaço econômico.

Não se trata aqui de definir tais localizações a partir das coordenadas geográficas ou da distância relativa às fontes de matérias-primas ou aos mercados consumidores como o fazem os modelos weberianos. Da mesma maneira, as concepções marshallianas das economias de aglomeração não são suficientes para caracterizar as vantagens obtidas pelas empresas que buscaram e consolidaram posições em pontos determinados do território nacional. Tomando por exemplo o Grupo Vicunha, um dos maiores grupos nacionais no ramo têxtil, suas operações no Nordeste começaram em 1968 com a criação da Fiação Nordeste do Brasil no Ceará, atraída pelos incentivos oferecidos pela SUDENE. Hoje desmembrado da matriz como Vicunha Nordeste, e com uma agressiva política de verticalização e diversificação na estrutura produtiva regional, o grupo possui investimentos na fabricação de fibras sintéticas na Bahia, plantação de algodão de fibras longas no vale do Açu no Rio Grande do Norte, uma das maiores fábricas têxteis da América Latina no distrito industrial de Maracanaú no Ceará, que produz insumos para duas grandes confecções situadas no mesmo local. Isto sem falar em vários projetos de implantação e ampliação fabril em execução na região, o que faz com que o segmento nordestino do grupo su-

plantasse em cerca de 30 milhões de dólares o faturamento da porção paulista em 1990. (Exame Nordeste, 1991)

Da mesma maneira, o CCE, maior grupo privado nacional no setor de eletro-eletrônica de consumo segmentou-se em duas frações, uma operando em São Paulo e outra na Amazônia, como parte de sua estratégia de concorrência no mercado doméstico, diversificando e ampliando suas operações na Zona Franca de Manaus a ponto do segmento amazônico suplantar em patrimônio líquido e rentabilidade da porção paulista do grupo em 1990 (Gazeta Mercantil, 1991). Neste sentido, é importante considerar que a forma de inserção nas estruturas produtivas regionais faz parte das regras de concorrência inter-capitalista e, como tal, colaboram para definir suas posições relativas nas estruturas de mercado e contribuem para precisar os contornos do território econômico onde operam.

Pode-se argumentar que estes grandes grupos nacionais dispõem de mobilidade suficiente para definir novas localizações no mercado nacional. Isto é parcialmente verdade. Primeiro deve ser considerado que as novas plantas instaladas na periferia durante a década de setenta são mais competitivas, do ponto de vista da produtividade, do que aquelas implantadas nas décadas anteriores no centro dinâmico e seu sucateamento, ou mesmo transferência, implica em custos significativos que certamente afetariam suas posições em uma estrutura de mercado fortemente oligopolizada. Segundo porque ao se implantarem nos centros regionais estabeleceram vínculos com interesses locais, seja através dos postos de trabalho que criaram direta ou indiretamente, seja através das relações mais ou menos frequentes com outras empresas industriais, comerciais ou de serviços controladas por capitais oriundos da região e cuja valorização é solidária com a dinâmica da grande empresa.

É justamente neste terreno fértil que o regionalismo lança suas raízes, pois é capaz de soldar um vasto arco de interesses que vai desde o capital multinacional, que busca

posições privilegiadas no mercado doméstico, até os trabalhadores locais, que procuram defender seus empregos. É evidente que são forças distintas em operação neste cenário complexo. Existem "maquiladoras" de produtos importados, semi-acabados convivendo com plantas industriais competitivas, da mesma maneira que proliferam formas de sub-emprego disfarçado ao lado de conquistas sociais expressivas dos trabalhadores na defesa de seus direitos elementares. É a expressão da heterogeneidade estrutural, traço constituinte da história e da geografia do capitalismo tardio e periférico, em sua forma contemporânea.

Não adianta velar as reais dimensões desta forma atual de regionalismo. Ela emerge da incapacidade do Estado de regular os diversos interesses através da regionalização do mercado doméstico, garantindo órbitas e esferas de valorização para as diversas frações de capital em concorrência. Isto funcionou, conforme mostraram Lessa e Dain (1982: 222) enquanto o Estado teve capacidade de se apresentar enquanto gestor do pacto do capitalismo associado e mantenedor da "sagrada aliança" entre os capitais multinacionais, nacionais e regionais. Esta gestão foi possível graças a capacidade de manter uma formidável expansão do mercado doméstico desde o pós-guerra, consolidando-o enquanto um território econômico privilegiado para o investimento capitalista. Hoje no entanto, após uma década de desempenho medíocre, as pressões e tensões acumuladas se apresentam sob diversas formas, inclusive nas propostas de separatismo político.

No entanto é importante separar o joio do trigo. Em primeiro lugar, a despeito da crise, o Estado ainda exerce influência decisiva no comportamento da economia nacional, embora de modo diferenciado no que diz respeito às diversas políticas que afetam o mercado doméstico. Do ponto de vista macroeconômico, mesmo considerando as dificuldades de financiar o gasto público devido ao excessivo endividamento externo e interno, o Estado ainda detém o controle da emissão de moeda e pratica uma política cambial que, ao menos, ga-

rante a existência de um mercado doméstico. Na verdade, hoje são as dimensões continentais, em termos absolutos e relativos, deste mercado que inviabilizam qualquer tentativa, nos moldes argentinos, de estabelecer uma paridade fixa entre a moeda nacional e o dólar. É bom que se tenha em mente que o principal segmento do mercado doméstico é uma ponderável estrutura produtiva que, embora tenha reduzido substancialmente seu nível de investimento, possui uma dinâmica inercial que pode perdurar por algum tempo, embora com elevados e crescentes custos sociais.

Do ponto de vista setorial, deve-se destacar a clivagem entre a política agrícola e a industrial, tanto no que diz respeito aos seus objetivos, como aos seus resultados. Na agroindústria, apesar do fim dos créditos fartos da década de setenta, a produção continuou crescendo e com ganhos expressivos de produtividade, conforme foi mostrado anteriormente. Embora o papel do subsídio público tenha se reduzido no setor, o governo ainda mantém sob seu controle o instrumento básico de política agrícola: a fixação dos preços mínimos e dos valores básicos de custeio, que a partir da aprovação da Lei Agrícola em 1991 passaram a ser regionalizados em função da distância das áreas produtoras aos principais mercados ou terminais de exportação.

A política industrial, no entanto, tem-se revelado uma arena de difícil negociação dos ajustes necessários à superação da crise e à retomada do crescimento. Desde os modestos ensaios durante a "Nova República", cuja maior evidência ficou com as natimortas Zonas de Processamento de Exportações, até a proposta explícita do governo Collor de vinculá-la à política de comércio exterior na discurso da integração competitiva no mercado mundial. As "Diretrizes gerais para a política industrial e de comércio exterior", apresentadas como uma 'grande revolução' nos rumos da produção nacional em junho de 1990, revelaram-se como um conjunto de medidas desconexas, onde a retórica neo-liberal não consegue escon-

der a incapacidade do Estado de apresentar alternativas consistentes para a superação da crise.

O governo Collor tentou apresentar um arremedo de "New Deal" tardio com o seu "Projeto de Reconstrução Nacional" (PRN) em 1991. Culminando a definição do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e o Programa de Competitividade Industrial (PCI); o PRN não apenas reafirmou o aforisma que a História se repete como farsa, como também generalizou o seu emprego também à Geografia. Ao tentar trazer para o sul do Equador o esforço de reconstrução encetado pelo "New Deal" de Roosevelt, Collor esqueceu, dentre outras coisas, uma de suas dimensões fundamentais: a questão regional.

A experiência da Tennessee Valley Authority (TVA), discutida na introdução a este trabalho, e da SUDENE, aprofundada no capítulo terceiro, mostraram que a dimensão territorial da política econômica foi fundamental para a criação de mecanismos institucionais para a superação da crise. As escalas de análise podem ajudar a decifrar este aparente enigma colocado pelas "conjunturas adversas". Em primeiro lugar, a dimensão regional permite uma aproximação maior com a dinâmica das estruturas produtivas, apontando seus principais gargalos e potenciais. O eixo de integração energia-irrigação-agroindústria aberto no Vale do Tennessee foi uma fronteira de acumulação capaz de reverter expectativas em uma das regiões mais deprimidas dos EUA na década de 30. Assim como a SUDENE inaugurou no Nordeste, no 'território das oligarquias' o esforço de coordenação das diversas instâncias do aparelho burocrático em torno de objetivos comuns, capaz de dar coerência, pelo menos a médio prazo, ao planejamento das políticas públicas.

Esta dimensão foi percebida claramente por Haddad (1989) quando aponta a necessidade de retomar o debate acerca do planejamento regional no Brasil. Ao criticar o padrão de intervenção "de cima para baixo" implementado durante

a integração territorial do mercado doméstico, Haddad aponta para a possibilidade de maior participação das comunidades regionais na elaboração dos planos e programas que as afetam, propondo claramente uma "reciclagem das inúmeras agências de planejamento espalhadas em todo o país, a fim de que o seu trabalho esteja inserido na nova realidade política da nação" que emerge da Constituição de 1988 (Op. cit: 88-9).

A criação dos fundos constitucionais para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, embora representem uma tentativa de orientar a alocação do gasto público, ainda inserem-se no modelo 'corretivo' de intervenção regional. Isto significa que partem de uma situação pretérita e tentam, através da vinculação do gasto, reverter parcialmente as tendências concentradoras do mercado. No entanto, hoje a questão do planejamento não pode ser definida somente a partir de uma determinada distribuição territorial 'ex post', mas sim projetar 'ex ante' fronteiras de acumulação capazes de garantir o crescimento econômico com de equidade social, sem que se acentuem as forças desagregadoras presentes no mercado doméstico. É aí que reside o desafio da superação da crise na qual se arrasta a economia brasileira há uma década.

Neste sentido, é importante que seja invertida a ótica presente nos estudos e propostas de desenvolvimento regional. Não se trata de buscar corrigir 'distorções' históricas, mas sim avaliar o papel de cada estrutura produtiva regional no esforço nacional de vencer a estagnação e a crise, pois caso contrário o nivelamento se fará por baixo, isto é com o sucateamento de parcelas ponderáveis do mercado doméstico. Não há menor dúvida de que a integração produtiva, financeira e territorial tornou solidária a dinâmica da cidade e do campo e das estruturas produtivas regionais, entretanto a lógica da concorrência inter-capitalista é inexorável quando se trata de garantir posições oligopólicas em um mercado em retração. Seus instrumentos para isto vão desde práticas quase-monopolistas até buscar suporte no Estado para criar barreiras políticas aos eventuais competidores.

Neste quadro, as duas componentes da questão regional: a regionalização e o regionalismo fundem-se em um amálgama amorfo e paralizante que dificulta uma saída negociada para a crise. Constatções de que o modelo de desenvolvimento precisa ser alterado são importantes, entretanto discursos populistas em torno das vantagens da auto-suficiência, do fechamento quase feudal em pequenas economias locais, das tecnologias 'endógenas', fazem tabula rasa das transformações mais importantes do mercado mundial neste final de século e, o que é pior, apontam para a redução absoluta e relativa do mercado doméstico, principal fruto de cinquenta anos de industrialização nacional.

Desenvolvimento não pode ser confundido com equilíbrio. Este não é um critério válido para avaliar decisões de investimento, mesmo porque vasta literatura mostra que a possibilidade lógica do equilíbrio só é compatível com uma economia estagnada. Na verdade, na mais elementar construção schumpeteriana, desenvolvimento é indutor de desequilíbrios, entendido aqui como rompimento do 'estado estacionário'. Assim deve-se tomar cuidado com afirmativas, que se escudam no equilíbrio para propor atitudes como:

"Todas as medidas de política macroeconômica e de políticas setoriais devem ser avaliadas quanto aos seus impactos espaciais e à distribuição de renda. Caso os efeitos diferenciados dessas políticas sejam prejudiciais a determinadas regiões, devem ser adotadas medidas compensatórias ou as políticas devem ser modificadas para reduzir ou eliminar esses efeitos não desejados". (Congresso Nacional, 1992).

Em primeiro lugar, existe uma forte componente de imobilismo presente nesta concepção, na medida que a harmonia completa é um privilégio das utopias. De outro, há uma ige-nuidade forçada ao pressupor que "políticas macroeconômicas e setoriais" são desconectadas de interesses setoriais e, também, regionais de frações de capitais em concorrência. Como mostra Lessa (1976: 419-20), o que deve ser levado em conta é:

"a existência de inúmeros canais formais e informais pelos quais as empresas atuam em diversos níveis do Estado, buscando estar presentes no processo de formação de decisões político-econômicas, e sua concreta implementação, independente da forma democrática ou autoritária de organização jurídica do Estado. Esse fato nada tem de surpreendente ou imoral." Na verdade, e isto é fundamental que fique bem claro, "o Estado funciona como um fórum da competição intercapitalista".(GN)

Nesse sentido, a síndrome do Leviatã regionalista nada mais é do que uma forma de tentar colocar uma camisa-de-força no gasto público, de modo a garantir com que a falência do Estado regionalizador não altere as regras estabelecidas anteriormente de partilha do mercado nacional, não apenas do ponto de vista espacial, mas também no que diz respeito às diversas órbitas de valorização de capitais. Nesta direção é ainda um discurso conservador e que pouco contribui para superar os impasses da crise. É evidente que as regiões são parcelas fundamentais da economia nacional, porém deve ficar claro que os interesses territorializados compõem um mercado doméstico integrado, de cuja dinâmica estão sólida e solidariamente vinculados. Isto vale tanto para o complexo territorial paulista, como para os núcleos emergentes nas mais diversas regiões brasileiras.

É aqui que reside a principal contribuição deste trabalho. A análise da integração territorial realizada no capítulo anterior mostrou que as estruturas produtivas regionais que se apresentam no início da década de oitenta não são 'atrasadas' do ponto de vista de sua composição interna, embora possam ter dimensões absolutas ainda modestas quando consideradas no conjunto do mercado nacional. A questão está em que o potencial de crescimento não reside em dimensões absolutas, mas sim nas relações estruturais entre suas partes componentes, tanto do ponto de vista intra, como inter-regional. O equívoco atribuído a Furtado, pelos seus críticos mais extremados, de que seria impossível reproduzir no Nordeste uma estrutura industrial completa, tal como se delineava no Centro-Sul no final da década de cinquenta, é apenas parcialmente verdadeiro. De um modo ou outro, con-

solidou-se naquela região um dinâmico segmento do complexo químico, sem dúvida nacionalmente integrado, mas também capaz de estabelecer vínculos regionais. Não aqueles esperados pelos teóricos da economia regional nos seus mais diversos matizes, mas sim aqueles dados pelas características tardias e periféricas do desenvolvimento brasileiro.

Não resta muita dúvida de que o elevado peso do complexo químico na estrutura produtiva do Nordeste tem implicações sobre sua evolução futura. Assim como também a forte presença do complexo metal-mecânico, principalmente no segmento eletro-eletrônico, no Norte influirá sobre os seus destinos. O que é importante perceber também é que afetará também o comportamento futuro do mercado doméstico, assim como o fará o complexo agro-industrial no Centro-Oeste ou Sul. Não se trata apenas de tentar descrever esta distribuição espacial a partir de uma 'nova' divisão territorial do trabalho, mas por fatores um pouco mais complexos que devem incluir a concorrência oligopólica nas estruturas de mercado, que constituem o "espaço de integração" preferencial destes grandes segmentos produtivos da economia nacional.

O que o discurso conservador e neo-liberal procura ocultar é que a dimensão da concorrência já está presente "ex ante" na formulação das políticas macroeconômicas e setoriais, principalmente aquelas que afetam diretamente as regras do jogo no interior dos complexos industriais. Do ponto de vista mais geral, a primeira, e também mais evidente, manifestação disto está na relação entre a política monetária, fiscal e cambial, expressão da restrição cambial que deu - e ainda dá - consistência e reserva a parcela doméstica do mercado mundial, enquanto território econômico nacional para as firmas que nele operam.

O segundo, e mais relevante no escopo deste trabalho, aspecto está na ligação entre as políticas setoriais e a questão regional. Ela está presente na proposta de criação de Zonas de Processamento de Exportações, no debate acerca

da manutenção e ampliação das Zonas Francas e, por final, na definição do MERCOSUL, enquanto instrumento de integração econômica dos países do Cone Sul. Todas estas formulações têm em comum uma característica fundamental: possuem uma nítida dimensão territorial cujos efeitos não são, nem poderiam ser, homogeneamente distribuídos nas diversas estruturas produtivas regionais que compõem o mercado nacional.

C.1 - Estado, desenvolvimento regional e reestruturação produtiva

É evidente que tais propostas de políticas públicas representam interesses regionais consolidados e todas atuam diretamente sobre as relações entre o mercado doméstico e o mundial. Para compreendê-las é fundamental utilizar as três escalas de análise, articulando-as de modo dinâmico em torno da meta geral de superação da crise, resguardando as características peculiares de reestruturação de cada estrutura produtiva regional e tendo como critério fundamental a ampliação do mercado nacional com equidade social. É evidente que medidas destinadas a corrigir a extrema concentração de renda na economia brasileira terão fortes efeitos multiplicadores sobre estrutura produtiva nacional, entretanto isto não pode velar o fato de que o núcleo dinâmico do mercado doméstico, capaz de lhe conferir um ritmo endógeno de acumulação, está fortemente ancorado nos três principais complexos industriais: o metal-mecânico, o químico e o agro-industrial.

Como foi mostrado anteriormente, estes complexos possuem ligações produtivas e, principalmente, financeiras que extrapolam os limites do mercado doméstico e devem ser definidas em escala mundial. Isto significa que seu comportamento depende das estratégias de concorrência de blocos de capital que operam no sistema internacional e, embora estejam plasmados em diversos territórios econômicos com é o

exemplo do Brasil, avaliam suas posições no espaço econômico global e buscam vantagens competitivas reais e potenciais naquilo que Michalet (1989) chama de échiquier² industrial mundial.

Estes complexos, principalmente o metal-mecânico e o químico, foram objeto de profundas transformações com a flexibilização dos processos produtivos e o desenvolvimento de novos produtos. A aplicação da microeletrônica e da gestão informatizada que alterou as regras de concorrência em segmentos importantes da indústria metal-mecânica, assim como a orientação preferencial do investimento na indústria química para a produção de especialidades de alto valor incorporado, a chamada química fina, são tendências já comprovadas no mercado mundial que dificilmente a economia nacional poderá passar ao largo sem o risco de que as empresas que operam em seu mercado doméstico se transformem em firmas marginais.

Existem fortes evidências de que as condições locais são importantes elementos de atração de empresas de maior densidade tecnológica. Mais do que isto, dadas as condições de mobilidade das plantas flexíveis e da integração através de redes de subcontradas operando just in time (JIT), alguns segmentos destes complexos tem comportamento locacional peculiar. Scott e Storper (1988: 31) mostram que a indústria eletrônica norte-americana teve seu foco original no Nordeste nos anos 50. No entanto, a partir da década de sessente e, intensificado nos setenta, esta indústria mudou seu núcleo dinâmico para a costa oeste. Diversos fatores explicam este processo desde qualificação da mão-de-obra até a formação de complexos científicos-tecnológicos em torno de universidades ou institutos de pesquisa. No caso específico dos EUA existem fortes evidências da associação da indústria eletrônica com o complexo industrial militar, principalmente o segmento aero-espacial, que deslocou-se para o oeste em busca de áreas livres para testes e implantação de grandes plantas. (Markusen, 1986).

A dimensão territorial do desenvolvimento econômico tende a se alterar com a difusão de métodos flexíveis de produção. Harvey (1989: 159-160) mostra o papel do acesso ao conhecimento técnico-científico às novas formas de produção como instrumentos fundamentais da concorrência inter-capitalista. Scott e Storper (1992: 13) distinguem a configuração das regiões onde predominam as economias de escala daquelas onde a flexibilidade e as economias de escopo ou amplitude são dominantes. Eles reconhecem três tipos de aglomerações definidas pela produção flexível:

1) as indústrias baseadas no trabalho especializado e diferenciação do produto, como vestuário, têxteis, mobiliário, cerâmica, material esportivo. Elas apresentam dois padrões básicos de localização, um coincide com o interior de grandes áreas metropolitanas, como Paris, Londres ou Nova York, e a outra com antigos centros de produção artesanal como na Terceira Itália, partes da França, Grécia, Portugal, Alemanha, Espanha e Escandinávia;

2) as indústrias de alta-tecnologia que tendem a se localizar em zonas suburbanas ou próximas às grandes metrópoles e também em áreas não industrializadas, como o Sun-belt, nos EUA; Cambridge na Grã-Bretanha ou no Sul da França;

3) Por final, as aglomerações de sedes de empresa e serviços financeiros são encontradas no centro, ou próximos a ele, das grandes cidades mundiais, como Manhattan, a City de Londres ou La Defense em Paris.

Esta classificação mostra que, embora os centros de decisão permaneçam fortemente centralizados nas cidades mundiais, as atividades produtivas podem ser desconcentradas, desde que hajam conexões fáceis entre as unidades produtivas e os centros de gestão e exista a disponibilidade de trabalho qualificado e uma base técnica adequada às operações industriais. Estudos de campo realizados no Vale do Paraíba, entre as duas grandes metrópoles nacionais do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como nas suas ramificações no

Sul de Minas Gerais, mostraram que existem bolsões de trabalho especializado e qualificado formados por formas pretéritas de industrialização - como é o caso do Vale do Sapucaí (MG), que sediava antigas indústrias do complexo metal-mecânico, inclusive ligadas ao setor militar como a fábrica de armas de Itajubá - que fornecem mão-de-obra e base técnica para as novas fábricas do segmento eletro-eletrônico e mecânico que estão se implantando recentemente na região. (Becker e Egler, 1989).

É importante que se frize que este processo não ocorre unicamente por fatores espontâneos, ou seja pela atuação das 'livres forças do mercado'. As análises realizadas em estudos comparativos entre o Brasil e a França mostraram que o Estado desempenhou papel determinante na afirmação dos centros de produção com maior densidade tecnológica nestes dois países, seja no segmento aero-espacial como ocorre em Toulouse e São José dos Campos, ou eletro-eletrônica e informática como em Grenoble e Campinas. Mais do que isto, não se trata na visão corriqueira do Estado como o poder centralizado no nível mais elevado da estrutura jurídica nacional, mas sim de uma ação conjunta das diversas esferas de poder que envolve desde órgãos federais até entidades municipais ou comunais (Becker e Egler, 1991). Esta talvez seja a principal observação acerca da reestruturação produtiva e as novas condições de operação do Estado. Não é mais possível que as fronteiras de acumulação seja abertas apenas pelos investimentos concentrados em grandes projetos, é necessária uma intensa cooperação entre as diversas esferas de poder para criar campos de atração para o investimento produtivo, garantindo desde as obras de infra-estrutura até a formação e qualificação da força de trabalho. Isto não é possível sem uma forte participação e efetivo envolvimento das autoridades locais e regionais, o que coloca a questão do federalismo em outro patamar, ultrapassando os limites dos ajustes políticos para fincar raízes no terreno na economia.

C.2 - A dimensão nacional da questão regional

É somente sob este referencial que é possível analisar as propostas atuais de políticas públicas que afetam o mercado doméstico brasileiro a partir das estruturas produtivas regionais. As reformas constitucionais na distribuição dos recursos públicos alteraram significativamente a parcela atribuída a cada esfera de poder, bem como criaram os chamados fundos regionais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste com recursos fixados por determinação constitucional. Entretanto, se estão previstas na Carta Magna de 1988 as atribuições da União no que diz respeito ao desenvolvimento regional (Cap. V, Art. 43), o mesmo não pode ser estendido completamente às esferas estadual e municipal, que apresentam situações muito diferenciadas no que diz respeito às suas respectivas políticas territoriais.

Isto pode ser observado claramente quando se analisa as propostas de implantação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), preferencialmente localizadas nos estados nordestinos. Criadas em 1988, suspensas em 1990 com o Plano Collor I e retomadas em 1992, ainda no mandato deste ex-presidente, as ZPEs ainda não entraram em operação e, talvez, jamais venham a fazê-lo plenamente. As críticas contundentes à sua extemporalidade e ao papel de redutor do mercado doméstico, através do instrumento da extraterritorialidade e da redução da restrição cambial (Serra, 1988), não foram suficientes para afastar definitivamente este instrumento de política territorial do cenário brasileiro.

A implantação das primeiras ZPEs antecede a crise econômica. A primeira delas data de 1959 e foi criada no aeroporto de Shannon, Irlanda, para salvar da falência a "duty free shop" local, cuja importância devia-se a uma escala técnica na rota aérea entre a Europa e os EUA, que naquele momento deixava de ser necessária pela entrada em operação dos grandes jatos. Na segunda metade da década de

60, implantaram-se "plataformas de exportação" em Formosa e iniciou-se a difusão das "maquiladoras" na zona fronteiriça do México, em grande parte devido ao transbordamento das economias japonesa e norte-americana, que buscavam transferir para o exterior as atividades de montagem padronizada, que demandavam grande quantidade de mão-de-obra de baixa qualificação. É, no entanto, a partir da década de 70 que as ZPEs se generalizam como instrumento de política econômica e assumem o paroxismo na implantação das Zonas Econômicas Especiais, que englobam grandes áreas do território da República Popular da China, segundo a lógica da modernização econômica fundada no conceito de "um país com dois sistemas".

No caso nordestino, o único fator que poderia constituir-se como vantagem locacional para a implantação das ZPEs seria a disponibilidade de farta mão-de-obra barata e de baixa qualificação que seria utilizada em atividades rotineiras em unidades de montagem padronizada, no estilo das "maquiladoras". No entanto, situações como esta estão presentes em vários países da América Latina, principalmente no México e Caribe, com posições geográficas mais vantajosas do que o Brasil para competir como 'plataformas de exportação' para o mercado norte-americano. Mais do que isto, aparentemente o que o capital internacional está buscando nestas 'cápsulas produtivas' é trabalho rotineiro submetido à rigorosa disciplina e com fortes restrições à sindicalização (Tsuchiya, 1978), o que convenha-se é o padrão de Cingapura e não de uma nação que aspira o mínimo de justiça social com democracia.

Partindo do pressuposto de que as ZPEs não serão instrumentos significativos de atração de capitais internacionais, pelos motivos apontados acima, bem como de que o mercado nacional será preservado da concorrência danosa das firmas que nelas venham a se instalar, o único motivo que pode justificar sua implantação está na possibilidade das empresas já presentes no mercado doméstico operarem no

mercado mundial sem restrições cambiais e tarifárias, o que significa na verdade concentrar os incentivos e subsídios fiscais e creditícios já existentes para a exportação, com o acréscimo da liberdade cambial, em um conjunto de pontos privilegiados no território nacional.

Os ônus e riscos da redução do controle cambial são muito grandes para a integridade do mercado doméstico e sua adoção deve ser criteriosamente avaliada. A única possibilidade em que seria justificado seu emprego está em importar processos produtivos inteiros, em setores determinados pelas características peculiares da estrutura industrial, com a finalidade de praticar uma forma de engenharia reversa em escala regional. Nestes casos, um criterioso ajuste deve ser realizado entre o setor público e o privado, no sentido de que a região hospedeira esteja capacitada a absorver e difundir tecnologia, o que significa investimentos não apenas em infra-estrutura e capacidade produtiva, mas principalmente em serviços coletivos que garantam a capacitação técnico-profissional da mão-de-obra, o que envolve as diversas esferas de poder em uma divisão mais equânime dos encargos e atribuições relativas ao desenvolvimento regional.

A Zona Franca de Manaus (ZFM), criada em 1957 e implantada em 1967, não deve ser confundida com uma ZPE. Embora ambas estejam sujeitas a regime tarifário especial, a primeira é uma área industrial e comercial orientada basicamente para o mercado doméstico e a segunda destina-se a operar preferencialmente no mercado mundial. O modelo da ZFM está sendo generalizado para a região Norte do país com a recente criação das Áreas de Livre Comércio de Tabatinga, Guajará-Mirim, Paracaima, Bonfim - em áreas fronteiriças da Amazônia - e Macapá-Santana, no estado litorâneo do Amapá. A justificativa para esta generalização de áreas tarifárias especiais na Amazônia reside em que a difícil acessibilidade elimina a necessidade de controle aduaneiro. (Congresso Nacional, 1992: 27). Na verdade, este controle jamais foi

efetivo na região e tais áreas somente regularizam uma situação que já estava presente na fronteira amazônica.

Com a promulgação da Nova Constituição, a Zona Franca de Manaus teve o seu prazo de operação prorrogado por mais 25 anos, embora isto não a tenha livrado dos efeitos da política de liberação das importações posta em prática pelo Governo Collor. Na verdade, tanto uma zona franca, como uma zona de processamento de exportações só são atrativas, do ponto de vista do investimento capitalista, se o restante do mercado doméstico permanece protegido. São as barreiras tarifárias e cambiais no mercado doméstico que definem o nível do incentivo implícito nas áreas de livre-comércio. Isto é conhecido desde o mercantilismo, apesar da retórica neo-liberal.

No caso específico de Manaus, a situação é complexa pois embora o papel comercial tenha sido importante, a partir dos anos setenta - dadas as mudanças do segmento eletro-eletrônico em escala mundial, com a introdução de semi-condutores integrados - a atividade industrial na montagem de produtos eletrônicos de consumo e aparelhos óticos passou a concentrar-se fortemente na Zona Franca. É evidente que isto significou uma distorção na configuração da estrutura produtiva do segmento eletro-eletrônico no Brasil. Mais do que isto, este processo o distanciou física e tecnologicamente do eixo principal do complexo metal-mecânico, criando alguns problemas para sua reestruturação produtiva. Apesar desta configuração peculiar, as exigências quanto a índices crescentes de nacionalização e a busca de verticalização fizeram com que parcela significativa da indústria de componentes eletrônicos se deslocasse para a região, ao mesmo tempo que intensificava-se os fluxos comerciais com o núcleo dinâmico da economia nacional.

A prolongada recessão e o avanço japonês e coreano no mercado mundial de eletro-eletrônicos teve efeitos devastadores não apenas no Brasil, mas também em vários países de economia avançada. Firms consolidadas perderam fatias pon-

deráveis de seus mercado devido a agressividade da concorrência em escala internacional. A estratégia das empresas líderes no setor tem sido de conglomeração, diversificação e rápida expansão das áreas de mercado. No caso brasileiro, dadas as condições de formação e maturação do ramo eletro-eletrônico e as dificuldades de sua integração com a indústria automobilística e de informática - considerando aqui inclusive as propostas políticas de reserva do mercado doméstico - deve-se ponderar cuidadosamente as medidas de política econômica para o setor, já que não envolvem apenas decisões quanto a competitividade do ramo industrial, mas também a forma territorial peculiar que assumiu o seu desenvolvimento no Brasil.

É neste quadro que podem ser avaliadas as recentes medidas de elevar o imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre os eletro-eletrônicos produzidos fora da Zona Franca de Manaus, o que constitui uma forma curiosa e invertida de incentivo locacional. Bem como sua peculiar posição no mercado doméstico diante da revogação das medidas que garantiam sua reserva para empresas nacionais de informática. A enxurrada de pedidos de incentivos para a instalação de unidades fabris de computadores e periféricos em Manaus não pode ser dissociada de uma definição mais precisa acerca da política industrial para o setor, assim como da política territorial de desenvolvimento para a Amazônia. São ambas faces da mesma moeda.

Por final, o MERCOSUL constitui um ambicioso projeto de integração territorial, relativamente independente dos planos norte-americanos para a América ao sul do Equador, que se defronta com sérias dificuldades para sua efetiva implementação. O Tratado de Assunção (1991), firmado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai prevê a criação de uma união aduaneira que progressivamente se ajustaria na consolidação de um mercado unificado, nos moldes adotados originalmente pelo Tratado de Roma (1957) para a formação do Mercado Comum Europeu.

O tratado prevê a data de 25 de janeiro de 1995 para a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias entre os países membros, postulando a livre circulação de bens e serviços no interior deste mercado doméstico supranacional que teria uma única tarifa externa comum. Independente dos problemas derivados das políticas macroeconômicas dos signatários do acordo, que diga-se de passagem não são poucos principalmente considerando a diversidade de políticas monetárias e cambiais, a questão central reside nos impactos que a unificação produzirá sobre as estruturas produtivas nacionais e sobre seus segmentos regionais.

Dadas as características próprias das duas principais economias que buscam a integração: o Brasil e a Argentina, os efeitos do mercado unificado serão particularmente intensos nos respectivos complexos agroindustriais. Desde a metade dos anos oitenta o Brasil vem aumentando significativamente suas importações de produtos agrícolas dos demais membros do MERCOSUL. Em 1985, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai eram responsáveis por cerca de um terço do fornecimento de bens agrícolas importados pela economia nacional. Com um crescimento regular durante o último quinquênio, este valor atingiu 60 % em 1990, principalmente em trigo, milho, soja e derivados da pecuária.

Entretanto, como mostra Cano (1991: 19) os níveis de produtividade na agropecuária entre os países signatários do tratado são muito diferenciados, o que obriga a medidas de ajuste a médio e longo prazo para evitar o sucateamento generalizado de parcelas ponderáveis do complexo agroindustrial. No caso brasileiro isto afetaria principalmente a estrutura produtiva da região Sul, área consolidada de produção de grãos, couros e peles e frutos temperados. Um dos produtos mais sensíveis ao processo de integração é o trigo e por motivos que repousam nas políticas econômicas dos dois países. Do lado argentino, a manutenção de altas taxas de câmbio, com a paridade peso-dólar, é um subsídio real para o setor exportador de produtos agropecuários,

cujos resultados nem sempre implicam em aumento da produtividade e competitividade no mercado mundial, mas geralmente resultam em conflitos distributivos internos que dificilmente podem ser sustentados por longos períodos (Iglésias, 1991).

O Brasil praticou uma política explícita de subsídios via preços ao produtor doméstico de trigo na segunda metade da década de 60, visando a reduzir sua dependência dos fornecimentos externos do cereal. Em 1986, com a assinatura do Protocolo Nº 2 do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) entre os dois países, com o objetivo de harmonizar as políticas de produção, armazenagem, transporte, distribuição e consumo do trigo. Os resultados do protocolo do ponto de vista dos objetivos propostos são ainda insignificantes, exceto pela elevação da participação argentina nas compras brasileiras de trigo, o que ocorreu em um momento de forte retração do consumo devido à profunda recessão na economia brasileira. No entanto, dadas as características do mercado mundial do produto, agravadas com a crise da economia soviética, a possibilidade da retomada do crescimento da economia nacional deve ser considerada em um contexto em que a presença crescente do cereal argentino no mercado doméstico passa a adquirir conotações estratégicas.

É importante observar que grandes empresas do complexo metal-mecânico já estão definindo estratégias de operação para atuar no mercado supranacional. A Scania, cuja fábrica na Argentina já foi concebida dentro desta visão, exporta motores, eixos e outras peças e componentes para sua filial no Brasil. Na mesma direção, embora em menor escala, a Volkswagen possui um esquema de complementação transfronteira e a Autolatina tem um projeto de investimento, com valores superiores a US\$ 200 milhões para a produção de caixas-ponte na Argentina, com previsão de 90 % das vendas serem destinadas à montadora no Brasil (Porta, 1991: 109-10). Ademais, indústrias de bens de consumo não-duráveis como é o caso da produção de bebidas (basicamente cerveja) e

fumo já penetraram largamente no mercado supranacional beneficiando-se de isenções de impostos e vantagens de escala adquiridas no mercado nacional.

É evidente que a solução das dificuldades estruturais da economia brasileira ou argentina não repousa exclusivamente nesta tentativa de ampliação do território econômico de operação de algumas firmas oligopólicas, podendo inclusive, em alguns casos, adiar medidas mais profundas de reestruturação produtiva pela simples expansão espacial da área de mercado protegido. No entanto, não pode ser esquecido que a busca da integração econômica na América Latina é um velho sonho da CEPAL, que inspirou a criação da ALALC em 1960, cujo insucesso não pode ser atribuído unicamente aos seus formuladores, que tentaram trazer para o sul do Equador um processo que tomava corpo na Europa. Hoje talvez a experiência acumulada mostre que a integração supranacional só é possível diante da presença de um mercado doméstico consolidado e relativamente integrado internamente, capaz de ancorar e dar ritmo endógeno ao processo de acumulação em escala ampliada.

Mais do que isto, a experiência do Tratado de Roma, do qual Myrdal foi um dos inspiradores, mostra que este mercado doméstico é formado por um conjunto de parcelas regionais, cujo comportamento dinâmico é bastante diferenciado e cuja composição de interesses é não menos heterogênea. Neste quadro, sob o cenário de uma possível integração supranacional, a lógica do mercado é duplamente perversa. Primeiro porque projeta e materializa os interesses da concorrência entre as grandes firmas sobre o território, rompendo ou enfraquecendo os vínculos que deram e dão coesão ao mercado nacional, acentuando as disparidades no ritmo de desenvolvimento das regiões em uma escala ampliada. Segundo porque, dentro da própria visão myrdaliana, a exarcebação dos conflitos regionais que advêm da integração ameaça o mínimo de solidariedade interna necessário para dar coerência e unidade a um projeto nacional autônomo e democrático.

Assim, em consonância com o melhor da tradição da política econômica, o Estado nacional desempenhou e desempenhará um papel fundamental no processo de integração, em todas as escalas. Papel este reafirmado, com toda a pertinência, por Myrdal (1967: 80):

"Se queremos evitar que se provoque um aumento da desintegração internacional, é nosso dever propor ajustes das políticas nacionais que sejam favoráveis à integração internacional, ao mesmo tempo que devemos proteger igualmente, e ainda melhor, os interesses nacionais que servem."

Do ponto de vista dos interesses nacionais, é importante considerar que a integração produtiva e territorial é ainda uma meta fundamental para garantir a unidade do mercado nacional e, como tal, sentido e direção para superar a crise. Neste quadro, a dimensão regional da política econômica assume conotações críticas, pois constitui território privilegiado de negociações e ajustes para a definição de um projeto nacional consistente de retomada do desenvolvimento.

Notas

¹ A Constituição de 1988 definiu a seguinte estrutura distributiva dos recursos arrecadados pelo Imposto de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). "Do atual percentual de 33 % da arrecadação do IR e do IPI que a União destina aos Fundos, passará a distribuir 47 %, não computados os dez por cento do Fundo de Compensação das Exportações. Daquela percentual, 21,5 % serão destinados ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), 22,5 % ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 3 % ao ex-Fundo Especial, agora denominado Fundo de Financiamento às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste." (Giffoni, 1989:40-1)

² Tabuleiro de xadrez, tabuleiro de jogos.

BIBLIOGRAFIA

ABLAS, Luis A. Q. (1985) Intercambio Desigual e Subdesenvolvimento Regional no Brasil. São Paulo: FINE/Pioneira.

___ (1989) Impactos da nova divisão internacional do trabalho sobre a organização territorial no Brasil. In CARLEIAL, Liana. & NABUCO, Maria R. (Org.). Transformações na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. Belo Horizonte: ANPEC/CEDEPLAR, 35-54 p.

AGLIETTA, Michel. (1976) Regulation et crise du capitalisme. Paris: Calmann Levy, (trad. esp. Regulación y crisis del Capitalismo. Madrid: Siglo Vienteuno de Espana, 1978).

ANDRADE, Manuel Correia de. (1965) A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense.

___ (1981) Estado, Capital e Industrialização do Nordeste. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ARAUJO, Tania Bacelar de. (1979) La Division Interegionale du Travail au Bresil et l'Exemple du Nord-Est. These pour le Doctorat de 3eme cycle, Universite de Paris I, mimeo.

ARAUJO JR., José T. (1989) Os mercados intersetoriais da economia brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico 19(3): 579-596 p.

___, HAGUENAUER, L. e MACHADO, J.B.M. (1990) Proteção, competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80. Pensamiento Iberoamericano 17.

AYDALOT, Philippe. (1976) Dynamique Spatiale et Development Inegal. Paris: Economica,

BECKER, Bertha K. (1972) Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. Revista Brasileira de Geografia 34(4). (Rep. in Geopolítica da Amazônia, Rio de Janeiro: Zahar Editores :15-32 p.).

___ (1985) The crisis of the state and the region-regional planning questioned. Environment and Planning D, SOCIETY AND SPACE 3(2), Jun., 141 a 154 p.

___ (1990) Amazônia. São Paulo: Editora Ática.

___ e EGLER, Claudio A. G. (1989) O Embrião do Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil. Textos LAGET 4

___ e EGLER, Claudio A. G. (1991) Estudo comparativo dos pólos tecnológicos do Brasil e da França. Relatório inédito de pesquisa de Projeto de cooperação bilateral CNPq/ CNRS, mimeo.

--- e EGLER, Claudio A. G. (1992) Brazil: a new regional power in the world-economy, Cambridge: Cambridge University Press. (Trad. port. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993)

BERTRAND, Y. e HAY, F. (1987) Système Productif Regional et Reseaux de Relations. In FOURCADE, C. (org.) Industries et Régions. Paris: Economica: 85-110 p.

BETTELHEIM, Charles. (1973) Intercambio internacional y desarrollo regional. In EMMANUEL, A. et alli. Imperialismo y Comercio Internacional. El Intercambio Desigual, Madrid: Siglo Veintiuno ed. 69-104 p.

BOISIER, Sergio. (1979) ¿Qué hacer con la planificación regional antes de medianoche? Revista de la CEPAL 7, abr., 135-169 p.

--- (1988) Palimpsesto de las regiones como espacio socialmente construidos. Santiago: ILPES/APPR, Documento 89/3, Serie Ensayos, mimeo.

--- e SILVA, Verónica. (1990) Propriedad del Capital y Desarrollo Regional Endógeno en el Marco de las Transformaciones del Capitalismo Actual. In LLORENS, F.A. et alli (org.). Revolucion Tecnologica y Reestructuracion Productiva. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 413-456 p.

BOYER, Robert. (1979) La Crise Actuelle: un mise en perspective historique. Critiques de l'Economie Politique (7-8): 3-113, abr-set.

--- (1986) La theorie de la regulation: une analyse critique. Paris: Editions La Decouverte. (Trad. port. A teoria da regulacão: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990)

BRET, Bernard. (1990) La population du Brésil a la fin du XXeme siecle. In DROULERS, M. (cord.) Le Brésil a l'aube du Troisième Millénaire. Paris: CREDAL/IHEAL, 49-56 p.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (1985) A Regionalização da Grande Indústria do Brasil - Recife e Salvador na Década de 70. Revista de Economia Política 5(4): 77-98 p.

BRAUDEL, Fernand. (1985) La Dynamique du Capitalisme. Paris: Les Editions Arthaud. (Trad. port. A Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987).

BURENSTAM-LINDER, S. (1961) An Essay on Trade and Transformation. Stockholm: Almqvist and Wicksell

BURGHARDT, A. (1969) The core concept in political geography: a definition of terms. The Canadian Geographer, 13: 25-40 p..

CANO, Wilson. (1977) Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

--- (1985) Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930 - 1970. São Paulo, Global/UNICAMP,

--- (1989) Urbanização: Sua Crise e Revisão do seu Planejamento. Revista de Economia Política 9(1): 62-82

--- (1990) Reestructuración internacional y repercusiones inter-regionales en los países subdesarrollados: reflexiones sobre el caso brasileño. In LLORENS, F.A. et alii (org.). Revolución Tecnológica y Reestructuración Productiva. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 345-366 p.

--- (1991) Concentración, Desconcentración y Descentralización en Brasil. Campinas: UNICAMP, mimeo.

CARDOSO DE MELLO, João M. (1982) O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Brasiliense.

CARVALHO, Otamar de. (1979) Desenvolvimento Regional. Um Problema Político. Confronto de duas experiências: Cassa per il Mezzogiorno e SUDENE. Rio de Janeiro, Campus.

--- (1988) A Economia Política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento). Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID

--- (coord.) (1990) Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste. Brasília: Sec. Nac. da Irrigação, mimeo.

CASTELLS, Manuel. (1972) La question urbaine. Paris: Maspero.

CASTRO, Iná E. (1992) O Mito da Necessidade. Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTRO, Newton de. (1989) Perspectivas de Desenvolvimento Regional. In IPEA/INPES. Perspectivas da Economia Brasileira - 1989. Brasília: IPEA, 287-317 p.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe. (1951) Economic Survey of Latin America - 1949. New York: U.N. Publications.

--- (1990) Transformación Productiva con Equidad. Informe CEPAL. Santiago do Chile: CEPAL.

CHAMBERLIN, E. (1933) The Theory of Monopolistic Competition. Cambridge, Mass.: Harvard University Press

CHRISTALLER, Walter. (1933) Die zentralen Orte in Süddeutschland. Jena: G. Fischer. (Trad. ing. Central Places in Southern Germany. Univ. of North Carolina Press, 1966)

COHN, Amelia. (1976) Crise regional e planejamento - o processo de criação da SUDENE. São Paulo. Perspectiva.

CONGRESSO NACIONAL, Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro. (1992). Algumas Diretrizes para uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, outubro, mimeo.

CORAGGIO, José Luis. (1973) Polarización, Desarrollo e Integración. Revista de la Integración, 13. (Rep. in KUKLINSKI, A. Desarrollo Polarizado y Políticas Regionales. En Homenaje a Jacques Boudeville. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1985: 49-68 p.)

--- (1987) Territorios en Transición. Crítica a la Planificación Regional en América Latina. Quito: CIUDAD.

CORIAT, Benjamin. (1976) Ciência, Técnica y Capital. Madrid: H. Blume.

CORREA, Roberto L. (1991a) Corporação e Espaço - uma nota. Revista Brasileira de Geografia 53(1): 137-145 p.

--- (1991b) Corporação e Organização Espacial: um estudo de caso. Revista Brasileira de Geografia 53(3): 33-66 p.

COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz G. M. (1978) O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. Estudos CEBRAP 23: 7-31 p.

DAVIDOVICH, Fany. (1984) Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. Espaco e Debates 13: 12-29 p.

--- e FRIEDRICH, O. M. B. (1988) Urbanização no Brasil. In Brasil, uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro: FIBGE, 13-180 p.

DE BRUNHOFF, Suzanne. (1977) Crise capitalista e política econômica. In POULANTZAS, Nicos. O Estado em crise, Edições Graal, Rio de Janeiro, 115-133 p.

DELGADO, Guilherme da Costa. (1985) Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo/Campinas, Icone Editora/Editora da UNICAMP.

DINIZ, Clélio C. (1987) Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço. Tese de Doutado, IE/UNICAMP, mimeo.

--- e LEMOS, Maurício B. (1989) Dinâmica Regional e suas Perspectivas no Brasil. In IPEA/IPLAN, Para a Década de 90, Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas, Vol.3. Brasília: IPEA, 161-199 p.

DOSI, C. (1984) Technical Change and Industrial Transformation. London: Macmillan Press.

DROULERS, Martine. (1990) Dynamiques Territoriales et Inégalités Regionales In DROULERS, M. (cord.) Le Brésil a l'aube du Troisième Millénaire. Paris: CREDAL/IHEAL, 57-75 p.

DUPUY, C e SAVARY, J. (1987) Groupes étrangers et développement des régions françaises: un approche théorique. In FOURCADE, C. (org.) Industries et Régions. Paris: Economica: 113-40.

ECE, Economic Comission for Europe. (1955) Economic Survey of Europe in 1954. Geneve: ECE.

EDIÇÕES PROGRESSO. (1983) Geografia da URSS. Moscou: Edições Progresso.

EGLER, Claudio A. G. (1985) Preço da terra, taxa de juro e acumulação financeira no Brasil. Revista de Economia Política 5(1), jan./mar., 112-135 p.

--- (1989) As Zonas de Processamento de Exportações e a Gestão do Território. Reflexões Preliminares. In CARLEIAL, Liana. & NABUCO, Maria R. (Org.). Transformações na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. Belo Horizonte: ANPEC,

--- (1990) Diacronia em três escalas. In RIBEIRO, Ana C. T. e MACHADO, Denise B. P. Metropolização e Rede Urbana, Perspectivas para os anos 90. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 147-160 pp.

--- (1991) As Escalas da Economia. Uma Introdução à Dimensão Territorial da Crise. Revista Brasileira de Geografia 53(3): 229-248 p.

EMMANUEL, Arghiri. (1973) El intercambio desigual. In EMMANUEL, A. et alli. Imperialismo y Comercio Internacional. El Intercambio Desigual. Madrid: Siglo Veintiuno ed. 29-68 p.

EXAME NORDESTE (1991) São Paulo: Editora Abril, outubro.

FAJNZYLBER, Fernando. (1983) La Industrialización Trunca de América Latina. Mexico D.F.: Ed. Nueva Imagem.

___ (1987) Reestructuración Productiva y Competitividad: Contraste de Estrategias entre Países Desarrollados y América Latina. CEPAL/ONUDI, Reunión Grupo de Expertos de Alto Nivel sobre Estrategias y Políticas Industriales. Montevideo, nov.-dez., mimeo.

___ (1992) Progresso técnico, competitividade e mudança institucional. In REIS VELOSO, J.P. (Coord.) A Nova Ordem Internacional e a Terceira Revolução Industrial. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.: 27-82 p.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990) Censos Econômicos de 1985. Rio de Janeiro: FIBGE, vários volumes.

___ (1991a) Contas Nacionais. Contas Consolidadas para a Nação. Rio de Janeiro: FIBGE, julho, mimeo.

___ (1991b) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Síntese dos Indicadores da Pesquisa Básica - 1990. Rio de Janeiro: FIBGE, mimeo.

___ (1992) Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro: FIBGE, mimeo.

FREEMAN, Christopher. (1984) Long Waves in the World Economy. London: Francis Pinter.

___ (1986) Design, Innovation and Long Cycles. London: Francis Pinter.

FRIEDMANN, John. (1966) Regional Development Policy: a case study of Venezuela. Cambridge: The M.I.T. Press,

___ (1973) A General Theory of Polarized Development. in FRIEDMANN, J. (org.) Urbanization, Planning and National Development. Sage Publ., Berkeley, Cal.

___ e WEAVER, C. (1979) Territory and Function. The Evolution of Regional Planning. London: Edward Arnold.

FURTADO, Celso. (1959) Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional.

___ (1972) Análise do "Modelo" Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (1985) A Fantasia Organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

___ (1987) Transformação e Crise na Economia Mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

--- (1989) A Fantasia Desfeita. 2a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

--- (1992) Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, João. (1990) A Estrutura industrial brasileira entre 1970 e 1980. Campinas: UNICAMP, mimeo.

GAZETA MERCANTIL (1991) Balanco Anual - 1991 São Paulo: Gazeta Mercantil, outubro.

GIFFONI, Francisco de P. C. (1989) Análise Estrutural do Novo Sistema Tributário Constitucional. In PISCITELLI, R. B. (org.). O Sistema Tributário da Nova Constituição. Da crise Financeira às Perspectivas com o Novo Sistema. Brasília: UnB: 29-55 p.

GONÇALVES, Reinaldo. (1991) Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. Revista Brasileira de Economia 45(4): 491-518 p.

GRAMSCI, Antonio. (1966) La questione meridionale. Roma: Editori Riuniti. (Trad. port. A questão meridional, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

GTDN, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. (1959) Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional.

GUIMARAES, Luiz Sérgio P. e INNOCENCIO, Ney R. (1987) A Evolução da Agricultura na Região Sudeste na Década de 70. Revista Brasileira de Geografia 49(1), Jan./mar., 106-157 p.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. (1989) Introdução à Formação Econômica do Nordeste. (Da Articulação Comercial à Integração Produtiva). Recife: Ed. Massangana/FUNDAJ.

--- (1990) Questão Regional no Brasil: Reflexões sobre Processos Recentes. Cadernos de Estudos Sociais 6(1): 131-164 p..

--- e GALINDO, Osmil. (1992) Quem controla a indústria incentivada do Nordeste? Cadernos IPPUR/UFRJ (6)1: 49-66 p.

GWYNNE, Robert N. 1979 Oligopolistic reaction. Area 11(4): 315-19.

HADDAD, Paulo R. (1989) O que fazer com o planejamento regional no Brasil na próxima década? Planejamento e Políticas Públicas 1: 67-91 p., Jun.

HAGUENAUER, L. (1984) Organização e dinâmica dos complexos industriais. O complexo químico. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, mimeo.

HARVEY, David. (1982) The Limits to Capital. Oxford: Basil Blackwell.

--- (1989) The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford: Basil Blackwell.

HILFERDING, Rudolf. (1910) Das Finanzkapital. Wien: Vorwärts. (Trad. port. O Capital Financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1985).

HIRSCH, Seev. (1967) Location of Industry and International Competitiveness. Oxford: Clarendon Press.

HIRSCHMAN, Albert O. (1958) The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University Press.

HOBBSBAWM, Eric J. (1977) Some Reflections on the Break-Up of Britain. New Left Review, 105. (Trad. port. Nacionalismo e Marxismo. In PINSKY, Jaime. Questão Nacional e Marxismo. São Paulo: Brasiliense, 1980, 294-323 p.)

--- (1990) Nations and Nationalism since 1780 - Program, myth, reality. (Trad. port. Nações e Nacionalismo desde 1870. Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991).

HOFFMANN, Rodolfo. (1987) Distribuição e posse da terra no Brasil em 1980 e 1985. Dados Conjunturais da Agropecuária (n. esp.): 1-17, jul.

--- e KAGEYAMA, Angela A. (1985) Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico 15(1), abr., 171-208 p.

HOLLAND, Stuart. (1976) Capital versus Region. London: The Macmillan Press.

--- (1977) The Regional Problem. London: St. Martin.

--- (1980) Uncommon Market. London: The Macmillan Press. (trad. esp. El mercado incomun. Madrid, H. Blume, 1981).

HOMEM DE MELO, Fernando B. (1983) O problema alimentar no Brasil. A importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IGLÉSIAS, Roberto M. (1991) Produtos sensíveis na integração Argentina-Brasil: o caso do trigo. In VEIGA, Pedro M. (org.) Cone Sul: a economia política da integração. Rio de Janeiro: FUNCEX, 219-234 p.

INGRAO, Pietro. (1978) Crisi e Terza Via. Roma: Editori Reuniti. (Trad. port. Crise e terceira via. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.)

JONES, L. P. (1976) The measurement of Hirschmanian linkages. Quarterly Journal of Economics 90(2): 323-33.

KAGEYAMA, Angela A. (1986) A pobreza rural: excesso de trabalho e insuficiência de renda. Reforma Agrária 16(2): 56-61.

___ et alli. (1987) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: UNICAMP, mimeo.

___ e GRAZIANO DA SILVA, José. (1983) Produtividade e Emprego na Agricultura Brasileira. In COUTINHO, Renata e BELLUZZO, Luiz G. M. (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio sobre a Crise. Vol 2. São Paulo: Brasiliense, 192-222 p.

KAISER, Bernard. (1964) La région comme objet d'étude de la géographie. In GEORGE, P. et alli. La Géographie Active. Paris: PUF (Trad. port. A Geografia Ativa. São Paulo: DIFEL, 1980: 279-321)

KALECKY, Michal. (1968) The Difference between Crucial Economic Problems of Developed and Underdeveloped Non-Socialist Economies. In Essays on Planning and Economic Development. Warsaw (Trad. port. A Diferença entre os Problemas Cruciais das Economias Capitalistas Desenvolvidas e Subdesenvolvidas. In Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. São Paulo: HUCITEC, 1977, 133-40).

KNICKERBOCKER, F. T. (1973) Oligopolistic Reaction and the Multinational Enterprise. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

KNOX, P. and AGNEW, J. (1989) The Geography of the World Economy. London: Edward Arnold.

KONDRATIEFF, Nicolai. (1935) The long waves in economic life. Review of Economics and Statistics 17, pt. 2, 105-15 pp.

KOTZ, David M. (1987) Long Waves and Social Structures of Accumulation. A Critique and Reinterpretation. Review of Radical Political Economy 19(4): 16-38.

KUZNETS, S. (1953) Economic Change. New York: W. W. Norton.

LACOSTE, Yves. (1973) La Geographie. In CHATELET, F. Histoire de la Philosophie - Idées, Doctrines, La Philosophie des Sciences Sociales. Paris: Hachette. (Trad. port. A Geografia. In CHATELET, F. História da Filosofia - Idéias, Doutrinas, A Filosofia das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores).

--- (1980) Unité et Diversité du Tiers Monde. Paris: Francois Maspero, 3 vol.

--- (1985) La Geographie. Ça sert, d'abord, a faire la guerre. Paris: Editions La Decouverte. (Trad. port. Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988)

--- (1988) Braudel geographe. In LACOSTE, Y. (Org.) Lire Braudel. Paris: Editions La Decouverte. (Trad. port. Braudel geógrafo. In Ler Braudel. Campinas: Papirus, 1989, 175-219 p.).

LAJUGIE, J. ; DELFAUD, P. e LACOUR, C. (1979) Espace Régional et Aménagement du Territoire. Paris: Dalloz.

LENIN, Vladimir I. U. (1899) Razvitie Kapitalizma V'Rossii. (Trad. port. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982).

LESSA, Carlos. (1976) O Conceito de Política Econômica: ciência e/ou ideologia? Tese de Doutorado apresentada ao IFCH da UNICAMP, mimeo.

--- (1979) A nação-potência como um projeto do estado e para o estado. Cadernos de Opinião 15: 123-37 p.

--- (1981) 15 Anos de Política Econômica. São Paulo: Brasiliense.

--- e DAIN, Sulamis. (1982) Capitalismo Associado: Algumas Referências para o Tema Estado e Desenvolvimento. In COUTINHO, Renata e BELLUZZO, Luiz G. M. (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio sobre a Crise. São Paulo: Brasiliense, 214-228 p.

--- e FIORI, José L. (1991) E houve uma Política Econômica Nacional-Populista? Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, Texto para Discussão 251.

LIPIETZ, Alain. (1977) Le Capital et son Espace. Paris: Francois Maspero. (Trad. port. O Capital e seu Espaço. São Paulo: Nobel, 1987)

--- (1985) Mirages et miracles. Problemes de l'industrialisation dans le Tiers Monde. Paris, La Decouverte. (Trad. port. Miragens e Milagres. Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1987)

MANDEL, Ernest. (1980) Long Waves of Capitalist Development (The marxist interpretation). Cambridge: Cambridge University Press

MARKUSEN, Ann R. (1981) Região e regionalismo; um enfoque marxista. Espaco e Debates 1(2): 61-99 p.

--- (1985) Profit Cycles, Oligopoly and Regional Development. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

--- (1986) Defense Spending and the Geography of High-Tech Industries. in REES, G.(ed.). Technology, Regions and Policy. New Jersey: Rowman and Littlefield: 94-119 p.

MARSHALL, Michael. (1987) Long Waves and Regional Development. London: MacMilan Education.

MARTINE, George. (1987) A evolução recente da estrutura de produção agropecuária: algumas notas preliminares. Dados Conjunturais da Agropecuária. (Núm. esp.), jul, 63-88 p.

--- (1990) Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira. Planejamento e Políticas Públicas 3, jun., 3-43 p.

--- e CARVALHO, José A. M. (1989) Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. Planejamento e Políticas Públicas 2: 61-92 p.

MARTINS, Luciano. (1985) O Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

--- (1991) A crise do nacional-desenvolvimentismo. Folha de São Paulo, 29 de dezembro.

MARX, Karl. (1959) Theorien über den mehrwert, Teil 2. Berlin: Dietz Verlag. (Trad. esp. Historia crítica de la plusvalia - Tomo II. Mexico, D.F.: Ediciones Quinto Sol, s.d.).

MASSEY, Dorey. (1984) Spatial divisions of labour: social structure and the geography of production. London: MacMillan.

MAZZUCHELLI, Frederico. (1985) A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense.

MENEZES, Antonio C. e ORTEGA, José A. (1991) Matrizes Insumo-Produto Brasileiras: 1970, 1975 e 1980. Compatibilização de Atividades e Produtos. Metodologia e Resultados. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, Série Documentos 15, dezembro.

MESQUITA, Olindina V. e SILVA, Solange T. (1987) A Evolução da Agricultura Brasileira na Década de 70. Revista Brasileira de Geografia 49(1), jan./mar., 3-10 p.

MICHALET, Charles A. (1989) L'échiquier industriel mondial. La Documentation Française, 243: 11-14 p., out.

___ e DELAPIERRE, M. (1973) La multinationalisation des entreprises françaises. TEM Espace, 4.

MORAES NETO, Benedito R. (1988) Marx, Taylor, Ford. As forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense.

MUELLER, Charles. (1992) Centro-Oeste: evolução, situação atual e perspectivas de desenvolvimento sustentável. In VELLOSO, João P. R. (org.) A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Nobel: 89-128 p.

MULLER, Geraldo. (1989) Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC/EDUC.

___ (1990) O agrário no complexo agroindustrial. Anais do X Encontro Nacional de Geografia Agrária, Teresópolis: UFRJ, Vol. II, 1-21 p.

MYRDAL, Gunnar. (1957) Economic Theory and Under-developed Regions. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd. (Trad. port. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas, Rio de Janeiro: ISEB, 1960).

___ (1967) Perspectivas de uma Economia Internacional. Rio de Janeiro: Ed. Saga.

OLIVEIRA, Francisco de. (1975) A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP.

___ (1977) Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

___ (1988) O Surgimento do Antivalor. Novos Estudos CEBRAP 22: 8-28 p.

___ (1990) A Metamorfose de Arribancã. Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste. Novos Estudos CEBRAP 27: 67-93

___ et alli. (1988) Estudo sobre as condições e as estruturas de poder no Nordeste pós-SUDENE. Relatório de Pesquisa inédito, São Paulo: CEBRAP, mimeo.

PAIVA, Adelina T.B. et alli. (1989) Agricultura e Política Agrícola. In IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Vol. 1, Brasília: IPEA/IPLAN, 137-145 p.

PALLOIX, Christian. (1976) Le process de Travail: du fordisme au neofordisme. La Pensée 19.

PERROUX, François. (1955) La notion de pôle de croissance. Économie Appliquée 1-2.

___ (1961) L'Économie du XXème Siècle. Paris: Presses Universitaires de France (cit. conf 3a ed. 1969).

PIMES, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. (1984) Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. Recife: SUDENE, 4 volumes.

PINTO, Anibal. (1965) Naturaleza y implicaciones de la heterogeneidad estructural en la América Latina. El Trimestre Económico 145.

PORTA, Fernando. (1991) As duas etapas do Programa de Integração Argentina-Brasil: uma análise dos principais protocolos. In VEIGA, Pedro M. (org.) Cone Sul: a economia política da integração. Rio de Janeiro: FUNCEX, 89-118 p.

POSSAS, Mario L. (1985) Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo: HUCITEC.

___ (1987) Dinâmica da Economia Capitalista. Uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense.

___ (1988) O projeto teórico da "Escola da Regulação". Novos Estudos CEBRAP, 21, 195 - 212 p.

___ (1989) Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. In AMADEO, E. Ensaio sobre a Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero: 157-177 p.

POULANTZAS, Nicos. (1976) Les Transformations actuelles de l'Etat, la crise politique et la crise de l'Etat. In POULANTZAS, N. (org). La Crise de l'Etat. Paris: PUF. (Trad. port. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In Estado em Crise. Rio de Janeiro: GRAAL, 1977).

PREBISCH, Raul. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista Brasileira de Economia 3(3), 47-111 p.

___ (1961) O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária. Boletim Econômico de América Latina VI(1), mar. (Cit. conf. PREBISCH, R. Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964, 128-202)

___ (1963) Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano. Mar del Plata, Arg.: CEPAL. (Trad. port. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano, São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.)

___ (1976) Crítica al capitalismo periférico, Revista de la CEPAL, 1, primeiro semestre. (Trad. port. Crítica ao capitalismo periférico. Planejamento, Salvador, 5(3), jul/set. 1977, p. 25-96.)

PRED, Allan. (1977) City-Systems in Advanced Economies. London: Hutchinson Ltd. (Trad. port. Sistemas de Cidades em Economias Avançadas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979)

RANGEL, Ignacio M. (1959) Financiamento dos Empreendimentos Regionais. In Anais do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, vol II. Desenvolvimento e Conjuntura, Edição Especial. Rio de Janeiro,

___ (1968) Características e Perspectivas da Integração das Economias Regionais. Revista do BNDE 5(2), Rio de Janeiro, jul./dez., 43 a 71 p.

___ (1982) Ciclo, Tecnologia e Crescimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (1987) Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo,: Bienal.

RODRIGUEZ, Octavio (1981) La Teoría del Subdesarrollo de la CEPAL. (trad. port. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981).

SACHWALD, Frédérique. (1989) Libéralisation et neo-protectionisme. Le cas de la industrie automobile. Politique étrangère 4.

SAMPAIO JR., Plínio A. (1989) Auge e Declínio da estratégia cooperativa de reciclagem da dívida externa. Novos Estudos CEBRAP 25: 118-135.

SANTOS, Milton. (1990) O Período Técnico-científico e os Estudos Geográficos. Geografia 4, 15-20 p.

SANTOS FILHO, Otaviano C. & FERREIRA JR., Hamilton M. (1989) Coréia do Sul e Taiwan: Aspectos Históricos-Estruturais e Política Industrial. In SUZIGAN, Wilson. et alli. Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional. São Paulo: SEADE, 341 a 411 p.

SAVEDOFF, William D. (1990) Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação versus dinamismo da demanda. Pesquisa e Planejamento Econômico 20(5): 521-556 p.

SCHUMPETER, Joseph A. (1939) Business Cycles: a Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process. London: Mc Graw and Hill.

SCOTT, Allen J. e STORPER, Michael. (1988) Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. Espaço e Debates 25: 30-44 p.

___ e STORPER, Michael. (1992) Regional development reconsidered. In ERNSTE, H. e MEIER, V. (ed.). Regional Development and Contemporary Industrial Response. Extending Flexible Specialization. London: Belhaven Press: 3-24 p.

SEDLACEK, Guilherme et alli. (1989) Segmentação e Mobilidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Análise da Região Metropolitana de São Paulo. In IPEA/INPES. Perspectivas da Economia Brasileira - 1989. Brasília: IPEA, 393-402 p.

SERRA, José. (1988) O Equívoco das Zonas de Processamento de Exportações. Novos Estudos CEBRAP 20: 54 a 64 p., março.

___ (1989) A Constituição e o Gasto Público. Planejamento e Políticas Públicas 1, jun., 93-106 p.

SILVA, Sérgio. (1976) Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega.

SMITH, Neil. (1984) Uneven Development. (Trad. port. Desenvolvimento Desigual, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988)

SOUZA, Aldemir do V. (1986) Política de Industrialização, Emprego e Integração Regional: O Caso do Nordeste do Brasil. Tese de Mestrado em Economia, Recife: UFPE/PIMES, mimeo.

STEINDL, Josef. (1952) Maturity and Stagnation of American Capitalism. New York: Monthly Review Press. (Trad. port. Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano. São Paulo: Abril Cultural, 1983).

----. (1976) New Introduction to Maturity and Stagnation. New York: Monthly Review. (Trad. port. Introdução à Maturidade e Estagnação ao Capitalismo Americano. São Paulo Abril Cultural, 1983: 3-10)

STORPER, Michael. (1991) Industrialization, Economic Development and the Regional Question in the Third World, From Import Substitution to Flexible Production, London: Pion Limited.

SUZIGAN, Wilson. (1986) Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento. São Paulo Brasiliense.

STRASSOLDI, Raimondo. (1985) El Centro y Periferia: perspectivas socioecológicas. in KUKLINSKI, A. Desarrollo Polarizado y Politicas Regionales, En Homenaje a Jacques Boudeville. Mexico: Fondo de Cultura Económica: 80-109 p.

SYLOS-LABINI, Paolo. (1964) Oligopolio e progresso tecnico. Torino: Giulio Einaudi. (Trad. port. Oligopólio e progresso técnico. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense/EDUSP, 1980)

TAVARES, Hermes M. (1989) Uma Experiência de Planejamento Regional: O Nordeste Brasileiro. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, mimeo.

TAVARES, Maria da Conceição. (1972) Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

--- (1975) Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Tese de Livre Docência, Depto. de Economia/UFRJ, mimeo.

--- (1978) Ciclo e Crise: O movimento recente da industrialização brasileira. Tese para Professor Titular, Depto. de Economia/UFRJ, mimeo.

--- (1981) Problemas de Industrialización avanzada en capitalismos tardios y perifericos. Seminario sobre Politicas para el desarrollo. in Economia de America Latina, vol 6, CIDE, Mexico, 21 a 42 p.

--- (1990) Reestructuración Industrial y Politicas de Ajuste Macroeconomico en los Centros - La Modernización Conservadora. Rio de Janeiro: IEI, Junio, mimeo, 53 p.

--- (s/d) O Movimento Geral do Capital. (Um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista). Estudos CEBRAP 25: 5-26.

TAYLOR, Peter J. (1981) Geographical Scales in the World Systems Approach. Review 5, 3-11 pp.

--- (1985) Political Geography, World-Economy, Nation-State and Locality. London: Longmans.

TERRAY, Emmanuel. (1973) L'idée de nation et les transformations du capitalisme. Les Temps Modernes, aout./sept. (Trad. port. O conceito de nação e as transformações do capitalismo. In SANTIAGO, Theo. Descolonização. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977: 141-152 p.).

TSUCHIYA, Takeo. (1978) Free trade zones in Southeast Asia. Monthly Review 29(9): 29-39 p.

VALVERDE, Orlando. (1989) Grande Caraiás. Planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

VERNON, Raymond. (1966) International Investment and International Trade in the Product-Cycle. Quarterly Journal of Economics, may.

VINER, Jacob. (1950) The Customs Union Issue. London: Mcmillan.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1979) The Capitalist World-economy. Cambridge: Cambridge University Press.

--- (1983) Historical Capitalism. London: Verso. (Trad. port. O Capitalismo Histórico, São Paulo: Brasiliense, 1985).

ANEXOS

A - Brasil

Dados básicos por unidades da federação

Tabela A.1

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação
População Residente em 1980 e 1991, distribuição relativa,
taxa de crescimento anual.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente 1980		1991 (1)		Taxa de Crescimento Anual (2)
	Absoluta	%	Absoluta	%	
BRASIL	119.002.706	100,00	146.154.502	100,00	1,89
NORTE	6.619.152	5,56	10.146.218	6,94	3,96
Rondônia	491.069	0,41	1.130.400	0,77	7,87
Acre	301.303	0,25	417.437	0,29	3,01
Amazonas	1.430.089	1,20	2.088.682	1,43	3,50
Roraima	79.159	0,07	215.790	0,15	9,55
Pará	3.403.391	2,86	5.084.726	3,48	3,72
Amapá	175.257	0,15	289.050	0,20	4,65
Tocantins	738.884	0,62	920.133	0,63	2,01
NORDESTE	34.812.355	29,26	42.387.328	29,00	1,81
Maranhão	3.996.404	3,36	4.922.339	3,37	1,91
Piauí	2.139.021	1,80	2.581.054	1,77	1,72
Ceará	5.288.253	4,44	6.353.346	4,35	1,68
Rio Grande do Norte	1.898.172	1,60	2.413.618	1,65	2,21
Paraíba	2.770.176	2,33	3.200.620	2,19	1,32
Pernambuco	6.143.272	5,16	7.109.626	4,86	1,34
Alagoas	1.982.591	1,67	2.512.515	1,72	2,18
Sergipe	1.140.121	0,96	1.492.400	1,02	2,48
Bahia	9.454.346	7,94	11.801.810	8,07	2,04
SUDESTE	51.734.125	43,47	62.121.357	42,50	1,68
Minas Gerais	13.378.553	11,24	15.746.200	10,77	1,49
Espírito Santo	2.023.340	1,70	2.598.231	1,78	2,30
Rio de Janeiro	11.291.520	9,49	12.584.108	8,61	0,99
São Paulo	25.040.712	21,04	31.192.818	21,34	2,02
SUL	19.031.162	15,99	22.079.703	15,11	1,36
Paraná	7.629.392	6,41	8.415.659	5,76	0,90
Santa Catarina	3.627.933	3,05	4.536.433	3,10	2,05
Rio Grande do Sul	7.773.837	6,53	9.127.611	6,25	1,47
CENTRO-OESTE	6.805.911	5,72	9.419.896	6,45	3,00
Mato Grosso do Sul	1.369.567	1,15	1.778.494	1,22	2,40
Mato Grosso	1.138.691	0,96	2.020.581	1,38	5,35
Goiás	3.120.718	2,62	4.024.547	2,75	2,34
Distrito Federal	1.176.935	0,99	1.596.274	1,09	2,81

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991 - Resultados Preliminares

(1) Resultados preliminares

(2) Taxa média geométrica de incremento anual

Tabela A.2
 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação
 Produto Interno Bruto, valores totais e "per capita" 1980-1985
 (Em cruzeiros de 1980)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1980			1985			1980/85 PIB/hab Variação Absoluta
	PIB	População (1)	PIB/hab	PIB (2)	População (3)	PIB/hab	
BRASIL	11.114.842	119.002.706	0,0934	11.900.810	130.681.662	0,0911	-0,0023
NORTE	387.271	6.619.152	0,0585	517.390	8.037.735	0,0644	0,0059
Rondônia	31.871	491.069	0,0649	65.583	717.209	0,0914	0,0265
Acre	13.525	301.303	0,0449	17.334	349.462	0,0496	0,0047
Amazonas	127.265	1.430.089	0,0890	166.304	1.698.497	0,0979	0,0089
Roraima	4.806	79.159	0,0607	7.727	124.900	0,0619	0,0012
Pará	180.914	3.403.391	0,0532	240.420	4.085.304	0,0588	0,0057
Amapá	9.652	175.257	0,0551	11.662	219.974	0,0530	-0,0021
Tocantins	19.238	738.884	0,0260	8.359	816.188	0,0102	-0,0158
NORDESTE	1.349.449	34.812.355	0,0388	1.612.343	38.079.005	0,0423	0,0036
Maranhão	97.130	3.996.404	0,0243	110.616	4.392.921	0,0252	0,0009
Piauí	42.682	2.139.021	0,0200	56.253	2.329.415	0,0241	0,0042
Ceará	169.931	5.288.253	0,0321	185.677	5.747.645	0,0323	0,0002
Rio Grande do Norte	71.503	1.898.172	0,0377	106.764	2.117.398	0,0504	0,0128
Paraíba	74.396	2.770.176	0,0269	84.677	2.957.899	0,0286	0,0018
Pernambuco	283.543	6.143.272	0,0462	287.443	6.566.051	0,0438	-0,0024
Alagoas	74.642	1.982.591	0,0376	93.203	2.208.323	0,0422	0,0046
Sergipe	43.865	1.140.121	0,0385	84.103	1.288.684	0,0653	0,0268
Bahia	491.757	9.454.346	0,0520	603.607	10.458.845	0,0577	0,0057
SUDESTE	6.902.717	51.734.125	0,1334	6.923.927	56.228.280	0,1231	-0,0103
Minas Gerais	1.064.784	13.378.553	0,0796	1.150.408	14.405.403	0,0799	0,0003
Espírito Santo	166.660	2.023.340	0,0824	198.736	2.266.977	0,0877	0,0053
Rio de Janeiro	1.481.485	11.291.520	0,1312	1.521.289	11.861.627	0,1283	-0,0030
São Paulo	4.189.788	25.040.712	0,1673	4.053.494	27.674.085	0,1465	-0,0208
SUL	1.917.873	19.031.162	0,1008	2.104.787	20.360.963	0,1034	0,0026
Paraná	650.549	7.629.392	0,0853	743.508	7.978.950	0,0932	0,0079
Santa Catarina	378.973	3.627.933	0,1045	417.370	4.015.358	0,1039	-0,0005
Rio Grande do Sul	888.351	7.773.837	0,1143	943.909	8.362.261	0,1129	-0,0014
CENTRO-OESTE	557.532	6.805.911	0,0819	742.363	7.889.916	0,0941	0,0122
Mato Grosso do Sul	124.844	1.369.567	0,0912	127.352	1.541.995	0,0826	-0,0086
Mato Grosso	68.028	1.138.691	0,0597	106.145	1.477.674	0,0718	0,0121
Goiás	193.242	3.120.718	0,0619	250.039	3.503.334	0,0714	0,0094
Distrito Federal	171.418	1.176.935	0,1456	258.827	1.351.852	0,1915	0,0458

(1) População residente segundo o Censo Demográfico de 1991 - Resultados preliminares.

(2) Valores corrigidos pelo Deflator Implícito do PIB

(3) População estimada segundo o Censo Demográfico de 1991 - Resultados preliminares

Fontes: IBGE. Produto Interno Bruto por Unidades da Federação-1985

IBGE. Censo Demográfico de 1991 - Resultados preliminares

B - Nota metodológica sobre a agregação em setores econômicos

As tabelas 4.8a e 4.8b foram obtidas por agregação da matriz de fluxos compatibilizada por Menezes e Ortega (1991), onde são estimados os valores em cruzeiros dos produtos da atividade descrita na linha e utilizados como insumo para atividade indicada na coluna.

Para compatibilizar com os dados censitários, empregados em outras tabelas do trabalho, grupou-se os setores da matriz de fluxos de 1980 nos setores básicos descritos a seguir:

SETORES BÁSICOS

Tabela agregada:	Tabela de fluxos:
1- Agropecuária	1- Agropecuária, extrativa vegetal, silvicultura, caça e pesca
2- Extração Mineral	2- Extração de minerais metálicos e não metálicos 3- Extração de combustíveis minerais
3- Minerais Não Metálicos	4- Fabricação de cimento, exclusive artefatos de cimento. 5- Fabricação de vidro e artigos de vidro 6- Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos
4- Metalúrgica	7- Indústria siderúrgica 8- Fabricação de outros produtos metalúrgicos 9- Metalurgia dos não ferrosos
5- Mecânica	10- Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral 11- Fabricação de aparelhos elétricos, eletrodomésticos e material de escritório 12- Fabricação de tratores e máquinas rodoviárias
6- Material Elétrico	13- Fabricação de equipamentos para produção e distribuição de energia elétrica 14- Fabricação de material elétrico, inclusive motores 15- Fabricação de equipamentos eletrônicos e de comunicação

7- Material de Transportes	16- Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus 17- Fabricação de motores e peças mecânicas para veículos 18- Indústria naval, inclusive reparação 19- Fabricação de veículos ferroviários e outros veículos
8- Madeira	20- Indústria da madeira
9- Mobiliário	21- Indústria do mobiliário
10- Papel e papelão	22- Fabricação de celulose e pasta mecânica 23- Fabricação de papel e papelão e artefatos de papel
11- Borracha	24- Indústria de borracha
12- Couros e peles	25- Indústria de couro e peles e fabricação de artigos para viagem
13- Química	26- Fabricação de elementos químicos não petroquímicos e carboquímicos 27- Produção de álcool de cana e de cereais 28- Refinaria e petroquímica básica e intermediária 29- Fabricação de resinas, elastômeros e fibras artificiais 30- Fabricação de óleos vegetais em bruto 31- Fabricação de tintas e produtos químicos diversos
14- Farmacêutica	32- Indústria farmacêutica
15- Perfumaria	33- Indústria de perfumaria, sabões e velas
16- Matérias plásticas	34- Indústria de matérias plásticas
17- Têxtil	35- Beneficiamento, fiacção e tecelagem de fibras naturais 36- Fiacção e tecelagem de fibras artificiais 37- Outras indústrias têxteis, inclusive malharias
18- Vestuário e calçados	38- Fabricação de artigos e acessórios do vestuário 39- Fabricação de calçados
19- Alimentar	40- Beneficiamento de café e fabricação de café solúvel 41- Beneficiamento de arroz 42- Moagem de trigo 43- Beneficiamento de outros produtos vegetais 44- Abate e preparação de carnes, exceto aves 45- Abate e preparação de aves 46- Laticínios 47- Usinas de refino de açúcar 48- Outras indústrias alimentícias 49- Refino de óleos vegetais e fabricação de gorduras
20- Bebidas	50- Indústria de bebidas

21- Fumo	51- Indústria de fumo
22- Editorial e Gráfica	52- Indústria editorial e gráfica
23- Diversos	53- Fabricação de produtos diversos
24- Construção civil	55- Construção civil
25- Serv. Util. Pública	54- Serviços de utilidade pública
26- Comércio e transportes	56- Comércio, Transporte e distribuição
27- Serviços	57- Serviços
28- Outros	58- Dummy peças e acessórios.

Foram então geradas duas tabelas com os fluxos entre os setores básicos, apresentadas adiante:

1. Tabela A.3

Tabela de Fluxos Agregados por Insumos
(Em porcentagem do total dos insumos por atividade de origem)

2. Tabela A.3b

Tabela de Fluxos Agregados por Produtos
(Em porcentagem do total dos produtos por atividade de destino)

Para a confecção das tabelas 4.8a e 4.8b, bem como para a agregação de dados censitários, os setores básicos foram grupados em setores econômicos, segundo a seguinte correspondência:

1- Agropecuária	1 - Agropecuária
2- Extração Mineral	2 - Extração Mineral
3- Indústria de Bens Intermediários	3 - Minerais Não metálicos
	4 - Metalúrgica
	8 - Madeira
	10- Papel e Papelão
	11- Borracha
	12- Couros e Peles
	13- Química
	16- Matérias Plásticas
4- Indústria de Bens de Consumo Duráveis e de Capital	5 - Mecânica
	6 - Material elétrico
	7 - Material de Transportes
	23- Diversos

5- Indústria de Bens de Consumo
Não duráveis

6- Construção civil

7- Serv. Util. Pública

8- Comércio e transportes

9- Serviços

10- Outros

9 - Mobiliário
14- Farmacêutica
15- Perfumaria
17- Têxtil
18- Vestuário e Calçados
19- Alimentar
20- Bebidas
21- Fumo
22- Gráfica

24- Construção civil

25- Serviços de utilidade pública

26- Comércio, Transporte e distribuição

27- Serviços

28- Outros.

Tabela A.3a
Brasil - Estrutura Pro
Tabela básica de fluxo

=====

SETORES E
RAMOS

Agropecuária
Extração Mineral
Min. não Metálicos
Metalurgia
Mecânica
Mat. Elétrico
Mat. de Transportes
Madeira
Mobiliário
Papel e Papelão
Borracha
Couro e Peles
Química
Farmacêutica
Perfumaria
Matérias Plásticas
Têxtil
Vestuário e Calçados
Alimentar
Bebidas
Fumo
Editorial e Gráfica
Diversas
Serv. Util. Pública
Construção civil
Com. e Transportes
Serviços
Outros

Total

=====

Fonte dos dados básicos

Tabela A.3b
 Brasil - Estrutura Produti
 Tabela básica de fluxos ag

SETORES E RAMOS	Agro pecu ária
Agropecuária	21,2
Extração Mineral	1,6
Min. não Metálicos	0,2
Metalurgia	0,2
Mecânica	0,1
Mat. Elétrico	0,1
Mat. de Transportes	0,1
Madeira	0,1
Mobiliário	0,1
Papel e Papelão	0,1
Borracha	0,1
Couro e Peles	1,1
Química	14,1
Farmacêutica	16,1
Perfumaria	4,1
Matérias Plásticas	2,1
Têxtil	0,1
Vestuário e Calçados	0,1
Alimentar	23,1
Bebidas	0,1
Fumo	0,1
Editorial e Gráfica	0,1
Diversas	1,1
Serv. Util. Pública	1,1
Construção civil	0,1
Com. e Transportes	7,1
Serviços	4,1
Outros	1,1

Fonte dos dados básicos:

Tabela A.3a

Brasil - Estrutura Produtiva - 1980

Tabela básica de fluxos agregada por origem dos insumos (%)

239

SETORES E RAMOS	Agropecuária	Ext. Mine ral	Não-Meta lícos	Meta lur gia	Mecâ nica	Mat. Elé trico	Mat. Trans portes	Ma dei ra	Mobi liá rio	Papel e Pa pelão	Bor ra cha	Couro e pe les	Qui mica	Farma céu tica	Perfu maria	Mat. Plás ticas	Têx til	Vest. e Cal çados	Ali men tar	Bebi das	Fumo	Edit. e Grá fica	Diver sas	Serv. Util. Públ.	Cons tru ção	Com. Trans portes	Ser vi ços	Ou tros
Agropecuária	34,9	0,3	1,7	2,1	0,0	0,0	0,0	34,6	1,2	4,0	4,7	2,2	17,2	0,8	0,3	0,0	9,7	0,1	56,6	16,8	35,6	0,0	0,9	0,2	0,1	0,0	2,7	0,0
Extração Mineral	0,2	18,3	11,3	5,2	0,3	0,7	0,4	0,1	0,1	0,7	0,3	0,1	6,9	0,4	0,7	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	11,2	0,9	0,7	0,0	0,0	0,2
Min. não Metálicos	0,1	3,6	36,5	1,1	1,4	2,9	1,1	0,4	1,4	0,5	0,1	0,3	0,9	7,7	2,7	0,5	0,0	0,1	0,4	8,7	0,0	0,0	5,3	0,0	22,5	0,0	0,4	1,1
Metalurgia	0,4	9,9	4,4	67,6	38,3	27,7	27,9	2,1	10,6	2,4	2,9	1,5	3,2	3,6	5,3	2,0	0,7	1,3	2,4	13,4	0,7	1,6	17,7	0,8	16,8	0,3	0,8	27,3
Mecânica	0,4	15,6	4,2	4,0	31,3	5,5	6,5	1,8	1,3	2,9	1,9	1,1	2,3	2,0	1,7	2,0	1,6	0,9	0,9	2,5	1,6	1,7	2,9	2,6	2,2	0,5	0,7	25,7
Mat. Elétrico	0,0	0,5	0,3	0,4	6,3	37,9	1,4	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	2,6	5,1	5,9	0,1	1,0	0,4
Mat. de Transportes	0,1	1,2	0,1	0,4	3,2	0,7	43,0	0,4	0,3	0,4	0,5	0,1	0,6	0,6	0,3	0,2	0,2	0,5	0,1	0,4	0,1	0,1	0,4	0,3	0,4	4,8	6,3	1,1
Madeira	0,2	0,6	0,4	0,4	0,8	1,0	0,9	30,1	38,9	2,6	0,1	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,6	0,1	0,8	0,3	0,1	4,2	0,1	7,3	0,3	0,2	0,1
Mobiliário	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	2,7	0,4	0,3	3,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1
Papel e Papelão	0,1	0,3	3,6	0,4	0,5	1,4	0,5	1,0	1,1	49,8	0,2	1,3	0,8	7,4	9,6	2,9	0,6	2,2	1,7	1,6	10,1	54,1	6,0	0,3	0,1	2,0	0,9	0,1
Borracha	0,0	0,1	0,1	0,1	1,7	0,3	4,5	0,0	1,0	0,1	42,2	0,6	0,1	0,5	0,1	0,3	0,2	2,7	0,0	0,0	0,0	0,1	1,2	0,2	0,3	2,3	2,9	14,4
Couro e Peles	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,8	0,1	0,1	24,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Química	27,7	15,9	14,0	4,0	3,4	5,8	4,5	6,4	9,8	14,2	27,7	16,0	47,7	16,6	44,7	54,3	21,8	6,3	7,0	12,2	6,5	12,6	13,7	4,4	5,9	27,3	1,8	0,9
Farmacêutica	0,8	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	29,3	0,4	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0
Perfumaria	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	1,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0
Matérias Plásticas	0,5	0,4	0,4	0,3	2,5	4,0	1,8	0,5	12,1	0,8	0,4	2,4	0,7	4,8	9,6	13,0	1,1	3,8	1,1	2,1	0,3	0,8	6,9	0,1	3,8	2,2	0,7	0,1
Têxtil	0,6	0,8	0,6	0,1	0,5	0,8	1,1	0,4	7,1	1,1	12,2	2,2	2,1	0,4	0,5	13,6	55,6	60,7	0,9	0,1	1,7	0,5	8,4	0,1	0,1	0,9	3,3	0,2
Vestuário e Calçados	0,0	0,4	0,0	0,1	0,2	0,2	0,4	0,1	0,2	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,1	0,1	0,2	0,8	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Alimentar	16,1	0,7	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	1,3	0,1	37,3	2,9	4,0	12,6	0,2	0,2	0,3	20,3	15,0	0,4	0,2	0,7	0,1	0,1	0,4	8,7	0,2
Bebidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	4,0	0,0
Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Editorial e Gráfica	0,0	0,0	0,2	0,3	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	1,6	0,0	0,1	1,2	0,7	0,6	0,1	0,2	0,2	1,6	0,9	14,4	0,7	0,6	0,1	1,0	6,7	1,5	
Diversas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,6	0,1	0,6	0,2	0,2	0,1	2,0	0,0	1,0	0,0	3,3	0,2	0,1	0,3	0,1	2,1	0,2
Serv. Util. Pública	0,6	6,2	4,6	2,4	1,4	0,9	0,8	2,6	1,2	3,8	1,2	1,2	2,0	1,5	0,6	2,2	1,5	0,6	0,9	1,9	0,7	1,6	1,3	56,1	0,2	2,1	2,5	0,0
Construção civil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	9,5	1,4	1,1	0,0
Com. e Transportes	12,7	16,6	14,3	8,6	4,2	5,4	2,3	17,0	8,3	11,2	2,8	7,2	9,9	16,4	7,7	5,4	4,4	4,3	6,3	6,8	2,8	7,4	4,8	6,2	17,2	36,3	13,3	23,4
Serviços	4,3	0,4	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,4	0,9	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	18,5	6,1	17,7	37,6	0,2
Outros	0,2	7,7	2,9	2,3	2,9	1,6	2,1	1,3	0,6	1,9	1,2	0,8	1,4	1,2	0,7	1,3	1,1	0,4	0,5	1,6	1,0	1,2	1,2	1,5	0,2	0,0	0,2	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: Menezes e Ortega (1991)

Tabela A.3b

Brasil - Estrutura Produtiva - 1980

Tabela básica de fluxos agregada por destino dos produtos (%)

240

SETORES E RAMOS	Agropecuária	Ext. Mine ral	Não-Meta lícos	Meta lur gia	Mecâ nica	Mat. Elé trico	Mat. Trans portes	Madei ra	Mobi liá rio	Papel e Pa pelão	Bor ra cha	Couro e pe les	Qui mica	Farma céu tica	Perfu maria	Mat. Plás ticas	Têx til	Vest. e Cal çados	Ali men tar	Bebi das	Fumo	Edit. e Grá fica	Diver sas	Serv. Util. Pública	Cons tru ção	Comer. Trans portes	Ser vi ços	Outros	Total
Agropecuária	21,2	0,0	0,3	1,6	0,0	0,0	0,0	2,9	0,1	0,5	0,4	0,1	10,6	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	55,0	0,8	1,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	2,2	0,0	100,0
Extração Mineral	1,0	7,4	13,3	30,1	0,8	0,8	1,1	0,1	0,0	0,6	0,2	0,0	32,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,4	0,9	0,1	0,0	0,0	4,1	1,0	5,3	0,1	0,0	0,1	100,0
Min. não Metálicos	0,3	0,6	17,8	2,7	1,3	1,4	1,3	0,1	0,3	0,2	0,0	0,0	1,6	0,6	0,3	0,1	0,0	0,0	1,3	1,3	0,0	0,0	0,8	0,0	66,6	0,0	1,1	0,2	100,0
Metalurgia	0,2	0,5	0,7	40,6	10,8	4,2	10,2	0,2	0,7	0,3	0,2	0,0	1,9	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	2,2	0,6	0,0	0,1	0,8	0,1	15,0	0,3	0,6	1,2	100,0
Mecânica	0,9	3,1	2,5	11,6	35,0	3,3	9,4	0,6	0,4	1,3	0,5	0,1	5,4	0,2	0,2	0,6	2,1	0,6	3,4	0,5	0,2	0,3	0,5	1,3	7,8	1,6	2,3	4,4	100,0
Mat. Elétrico	0,1	0,2	0,3	1,6	11,3	36,9	3,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,7	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,7	4,2	33,7	0,6	5,3	0,1	100,0
Mat. de Transportes	0,1	0,2	0,1	1,0	3,3	0,4	58,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	1,2	0,1	0,0	0,1	0,3	0,3	0,4	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	1,3	13,5	18,6	0,2	100,0
Madeira	0,7	0,2	0,4	1,8	1,6	1,0	2,2	16,9	18,7	2,1	0,1	0,0	1,2	0,0	0,0	0,2	0,3	0,7	0,7	0,3	0,1	0,0	1,3	0,1	46,4	1,8	1,3	0,0	100,0
Mobiliário	0,4	0,2	0,2	1,5	4,3	33,2	12,6	2,1	18,1	0,5	0,3	0,1	1,4	0,1	0,1	1,6	0,7	0,9	1,3	0,2	0,0	0,1	0,6	0,1	9,6	1,5	7,8	0,3	100,0
Papel e Papelão	0,2	0,1	3,3	1,6	0,9	1,3	1,0	0,5	0,5	35,7	0,1	0,2	3,0	1,1	2,0	1,4	1,3	2,3	9,6	0,5	1,6	15,3	1,7	0,2	0,6	9,6	4,3	0,0	100,0
Borracha	0,1	0,1	0,1	0,7	4,5	0,4	14,9	0,0	0,6	0,1	27,2	0,1	0,4	0,1	0,0	0,2	0,6	4,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,5	0,3	2,1	16,1	21,1	5,6	100,0
Couro e Peles	1,1	0,0	0,0	0,2	0,8	0,1	1,2	0,3	2,0	0,2	0,2	21,0	1,0	0,0	0,1	0,1	0,8	64,5	1,2	0,0	0,0	0,1	1,3	0,0	0,2	0,1	3,4	0,0	100,0
Química	14,6	0,7	1,9	2,6	0,9	0,8	1,5	0,5	0,6	1,5	1,8	0,4	25,6	0,4	1,4	3,9	6,5	1,0	5,9	0,5	0,2	0,5	0,6	0,5	4,8	19,1	1,3	0,0	100,0
Farmacêutica	16,2	0,3	0,2	0,7	0,3	0,1	0,5	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	2,9	24,8	0,4	0,1	0,6	0,3	10,6	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,5	0,3	39,7	0,0	100,0
Perfumaria	4,9	0,7	0,6	2,6	0,8	0,3	0,9	0,3	0,4	1,1	0,5	0,7	7,9	0,4	7,2	0,4	4,1	0,7	2,0	3,3	0,1	0,3	0,5	0,2	1,2	0,4	57,6	0,1	100,0
Matérias Plásticas	2,1	0,2	0,5	1,6	5,2	4,6	4,9	0,3	6,1	0,7	0,2	0,4	3,1	0,9	2,3	7,6	2,5	4,6	7,4	0,7	0,1	0,3	2,3	0,1	24,9	12,3	4,3	0,0	100,0
Têxtil	0,9	0,1	0,3	0,3	0,4	0,3	1,0	0,1	1,3	0,3	2,3	0,1	3,2	0,0	0,0	2,9	47,5	26,6	2,2	0,0	0,1	0,1	1,0	0,0	0,3	1,7	6,9	0,0	100,0
Vestuário e Calçados	0,6	1,8	0,4	5,0	4,3	2,1	14,1	0,4	1,2	1,7	2,6	0,6	11,9	0,8	0,4	0,7	6,3	12,3	3,7	0,2	0,1	0,2	1,0	1,2	11,1	4,1	10,4	0,9	100,0
Alimentar	23,4	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,4	0,0	2,3	4,2	0,2	1,0	0,0	0,2	0,1	47,0	1,7	0,0	0,0	0,1	0,0	0,3	0,8	17,4	0,0	100,0
Bebidas	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	1,6	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	14,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	1,1	81,3	0,0	100,0
Fumo	0,0	0,1	0,0	0,2	3,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	95,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Editorial e Gráfica	0,1	0,0	0,4	3,0	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	2,4	0,0	0,0	0,4	0,4	0,3	0,6	0,3	0,4	1,8	0,9	0,3	8,3	0,4	1,0	0,8	9,5	67,2	0,0	100,0
Diversas	1,9	0,2	0,2	1,1	2,3	1,5	1,2	0,1	0,3	0,3	0,7	0,5	1,0	0,4	0,2	0,4	0,9	10,1	0,7	1,3	0,0	4,5	11,1	0,6	7,3	2,4	48,7	0,3	100,0
Serv. Util. Pública	1,8	1,7	3,6	9,3	2,1	0,7	1,6	1,1	0,4	2,3	0,5	0,2	6,4	0,2	0,1	0,9	2,5	0,5	4,2	0,5	0,1	0,4	0,3	38,8	1,0	8,3	10,5	0,0	100,0
Construção civil	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	80,4	9,8	7,9	0,0	100,0
Com. e Transportes	7,7	0,9	2,2	6,6	1,3	0,9	0,9	1,4	0,6	1,4	0,2	0,2	6,2	0,4	0,3	0,5	1,5	0,8	6,1	0,3	0,1	0,4	0,2	0,9	16,4	29,4	11,3	1,1	100,0
Serviços	4,6	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	10,1	24,7	54,8	0,0	100,0
Outros	1,1	5,2	5,6	22,3	10,8	3,3	9,9	1,3	0,5	3,0	1,1	0,3	11,0	0,4	0,3	1,4	4,7	0,8	6,0	1,0	0,4	0,7	0,7	2,6	2,3	0,4	1,6	1,5	100,0

Fonte dos dados básicos: Menezes e Ortega (1991)